

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 14 • Número 2 • Julho – Dezembro 2021

Edição Especial

I

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-reitor

Mário Sérgio Carneiro

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Lincoln Tavares Silva

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura – PR3

Cláudia Gonçalves de Lima

Pró-reitoria de Políticas e Assistência Estudantis – PR4

Catia Antonia da Silva

Centro de Ciências Sociais – CCS

Diretor

Dirce Eleonora Nigro Solis

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretor

Jaime Antunes da Silva

Núcleo de Estudos das Américas – NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Janeiro-Julho 2021 – Rio de Janeiro : UERJ. IFCH.
 Nucleas, 2021.
 v. ; il.
 270 p.

 Semestral
 Inclui bibliografia

1. América Latina – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

:

Linha Editorial

A Revista LATINIDADE é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Está indexada ao LATININDEX desde 2012. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e mais um número Especial, por ano.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho –GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa – GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia, Saúde e Educação, Relações Internacionais e Economia e Integração.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha, que além de complementar a proposta acadêmica, garante o rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ
Carlos Juárez Centeno – UNC
Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey
Katarzyna Dembiczyk – CESLA
Lená Medeiros de Menezes – UERJ
Johannes Maerk -Ideaz Institute – Viena
Mauricio Mota – UERJ
Nilson Alves de Moraes – UNIRIO
Tania Maria Carvalho Netto – UERJ
Óscar Barboza Lizano – Facultad de Artes Liberales y Liberales – UW
Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná
Maria Luzia Braga Landim – UESB

Conselho Consultivo

Raimundo Lopes Matos – UESB
Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ
Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC
Eduardo Antonio Parga – UGF
Fernando Rodrigues – USS
Alexandre Dumans – UCAM
Maria Medianeira Padoin – UFSM
Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov. Moscou
Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou
Adalberto Santana – UNAM
Irina Vershinina – Inst. Latinoamericano/Universidad Lomonosov
Henrique Shaw – UNC

Editoração Eletrônica

Ana Luiza da Silva Vieira Novo – Bolsista PIBIC – NUCLEAS/UERJ

Revisão: A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

**CAPES**

Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

Beneficiário de auxílio financeiro da
CAPES – Brasil
Programa de Apoio a Projetos
Institucionais com a Participação de
Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

:

Sumário

Linha Editorial	03
Apresentação	09
DOSSIÊ	
El pensamiento masónico moderno en el Cicerón de América: 200 años de Independencia	11
<i>Oscar Barboza Lizano</i>	
RESENHA	
ALMEIDA, Silvio. <i>O que é racismo estrutural?</i> . Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018, 204p.	37
<i>Thiago Campos da Silva</i>	
PARTE 1 - A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E AS PESQUISAS EM REDE NA BAHIA	
A filarmônica de poções no contexto das políticas públicas culturais e a COVID-19	57
<i>Antonio Leandro Fagundes Sarno</i>	
O crescimento da violência contra as mulheres em tempos da pandemia da COVID-19	71
<i>Jacqueline Meireles Valiense</i> <i>Tânia Rocha Andrade Cunha</i>	
Encarceramento feminino em tempos da pandemia da COVID-19	91
<i>Luziê Maria Fontenele-Gomes</i> <i>João Diogenes Ferreira dos Santos</i>	

A Pandemia do Coronavírus e as Pesquisas em Rede na Bahia 111

Maria Luzia Braga Landim

Tiago Landim d'Avila

Léxico da Língua Yorùbá para Libras: Estudos em Tempos Pandêmicos 129

Wermerson Meira Silva

João Diogenes Ferreira dos Santos

PARTE 2 - EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CULTURA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Patrimônio cultural brasileiro e pandemia do coronavírus – desafios e soluções criativas 147

Fernanda de Fátima Fernandes Pereira

A “pedagogia do vírus”: Reflexões a partir de Boaventura de Sousa Santos 173

Jaqueline Maria Freitas Prioli Novaes

Nas veias da Latinidade: A arte de moldar em Mestre Vitalino 183

José Severino da Silva

Maria Teresa Toríbio Lemos

Construção poética em tempos de pandemia: Reflexões sobre memória e identidade 201

Lucas Patric da Silva Bernardes

Múltiplos Desafios da Mulher: Da Cozinha para o Mundo 219

Mônica Campos Santos Mendes

:

Uma Cidade na América Latina: Duque de Caxias e Suas
Múltiplas Representações por Francisco Barboza Leite. 239

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

Apresentação

A Revista *Latinidade*, 2021-vol. 2, Número Especial, reúne estudos apresentados durante o X Fórum de Debates sobre Povos e Culturas das Américas *Globalização, Pandemia e o Futuro da Democracia: crises, rumos e desafios*, realizado em outubro de 2021pp, de maneira remota.

Os textos trataram de questões fundamentais, tais como descaso governamental com a saúde pública, o autoritarismo, conservadorismo e instabilidade governamental, que colocam em risco a estabilidade e legitimidade dos regimes democráticos.

Os estudos foram publicados e organizados priorizando as temáticas discutidas. Os autores escreveram sobre as crises políticas e suas implicações sociais, com foco na saúde e na pandemia, que afetam vários países do continente, agravando a miséria, a exclusão social e o aumento do número de mortes.

A resenha do livro de Silvio de Almeida *O racismo como processo e relação de poder: “O que é racismo estrutural?”* de autoria de Tiago Campos da Silva, do PPGH da UERJ, destaca a nova abordagem sobre o racismo no Brasil e aponta para a urgência de considerar a “raça” e os significados a ela atribuídos como eixos de interpretação do passado e do presente. Dessa maneira, a construção histórica das ideias de “raça” e de racismo, assim como as formas de discriminação e de exclusão delas derivados, são apresentados sob a tese do caráter estrutural do racismo. Para desenvolver os seus argumentos, Silvio se detém sobre a historicidade dos processos políticos, sociais, econômicos e jurídicos. Ao incorporar o problema do racismo nessa intersecção de campos do conhecimento, o autor adverte para a complexidade do tema e para a utilização do conceito de “racismo estrutural” como lente que permite a compreensão do Brasil

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Alexis T. Dantas
Organizadores

DOSSIÉ

El pensamiento masónico moderno en el Cicerón de América: 200 años de Independencia

Óscar Barboza Lizano

O interesse pelos estudos sobre a influência do pensamento maçônico no proceso de emancipação política das colônias americanas pode ser constatado, nas últimas décadas, pelo aumento das pesquisas e publicações que dominaram as livrarias nos mais diversos campos do conhecimento.

Um dos fatores fundamentais para o aumento dos movimentos revolucionários e independentistas foi a integração da Maçonaria à sociedade americana.

El pensamiento masónico moderno en el Cicerón de América -200 años de Independencia exigiu uma sólida investigação sobre o tema e conhecimento profundo sobre a complexidade da natureza maçônica, seus fundamentos e preceitos, além de sua historicidade.

Os estudos do autor foram fundamentais para a compreensão da estrutura e distribuição do poder na América Central, visando a apresentar os pressupostos teóricos que fundamentaram a instituição maçônica e revelando os instrumentos teóricos necessários para uma sólida introdução na Centroamérica desses estudos sobre o pensamento maçônico.

Em *El pensamiento masónico moderno en el Cicerón de América* -200 años de Independencia, Oscar Barboza Lizano apresenta um estudo denso e profundo sobre a importância das Lojas Maçônicas no Novo Mundo, especialmente a contribuição delas para a compreensão do pensamento político centroamericano. As idéias de José Cecílio Díaz del Valle, reconhecido como o *Sabio* ou o *Cícero das Américas*, contribuíram para os estudos do pensamento maçom e sua expressão na vida política do país.

A originalidade das fontes e o rigor teórico e metodológico contribuíram para tornar a publicação um dos estudos mais elucidativos sobre a participação da Maçonaria no processo de independência das Américas.

A atuação dos federalistas e anexionistas, bem como suas diferenças e aproximações, foram analisados minuciosamente por Barboza Lizano, que extraiu com acuidade a complexidade do pensamento maçônico moderno para a construção das Repúblicas Centroamericanas.

Jose Cecílio Díaz del Valle tornou-se o primeiro presidente da Federação das Repúblicas Centroamericanas. Ficou pouco tempo no poder, pois foi deposto do cargo pelos liberais e conservadores, mas não desistiu da vida política. Persistiu na luta pelo ideal de construir uma nação que integrasse todas as etnias, onde não predominassem as práticas coloniais de um estado apenas para “brancos, ricos e militares”.

Para Díaz Del Valle, a idéia de nação federada era a de integração de todos os segmentos sociais, igualando classes e etnias, como forma de combater as desigualdades e diferenças na sociedade. E por isso foi criticado e combatido pelos opositores e pela imprensa.

Díaz Del Valle descendia de uma família de prestígio, da elite crioula e latifundiária da Centro América. Devido à notoriedade de sua família, ocupou cargos políticos

importantes, assim como frequentou com distinção a Universidade de San Carlos da Guatemala, graduando-se em Direito Civil, Canônico e Filosofia.

Com uma exposição clara e objetiva, Barboza Lizano oferece um estudo denso e profundo sobre o pensamento maçônico na Costa Rica e reintroduz, na história do tempo presente, idéias políticas e filosóficas de Cecilio Del Valle.

Prof. María Teresa Toribio Brittes Lemos
NUCLEAS/PPGH/UERJ

José Cecilio Díaz del Valle: El Cicerón de América.

Este dossiê está dedicado al estudio de las ideas del pensador José Cecilio Díaz del Valle, conocido como “el sabio de Centroamérica y/o el Cicerón de América y la influencia que el pensamiento masónico moderno tuvo en é para construir sus ideas de Gran Nación Centroamericana.

El sabio de Centroamérica o Cicerón de América es como se le conoció a Valle. Nació en Choluteca el 22 de noviembre de 1777 y murió el 2 de marzo de 1834. Procedente del seno de una familia de élite, criolla y terrateniente. Realizó sus estudios superiores en la Universidad de San Carlos de Guatemala donde se graduó en Derecho civil, canónico y de Filosofía. Ocupó importantes cargos políticos por su importante posición social, ya que pertenecía a la familia Díaz Valle. Después de la independencia, incluso, llegaría a ser el primer presidente de la Federación de Repúblicas Centroamericanas. Aunque, perdería el cargo mediante una conspiración que realizaron los liberales junto a los conservadores enemigos de José Cecilio Díaz del Valle, que estaban dentro del partido de Valle. Así, el Congreso anula las elecciones y el voto popular, para elegir desde el Congreso a Manuel José de Arce y Fagoaga (1787- 1847), como presidente.

Muchos de los periódicos de los liberales y conservadores escribieron contra Valle, porque este buscaba integrar a todas las clases y grupos étnicos bajo el concepto de nación federal. Había una elite política en ambos partidos que se oponían a estas ideas, ya que su posición privilegiada heredada del proceso colonial -encomendero les había dado una noción de segregación racial frente a los originarios y negros. Así, estos pretendían construir un Estado nación para blancos, ricos y militares. Valle, por su parte, veía la necesidad de ir eliminando esas prácticas coloniales para poder garantizar el éxito de la Federación.

Los anexionistas, lograron anular a José Cecilio Díaz del Valle, por lo que este fracasó en su intento de evitar la anexión al Imperio Mexicano. Esta dicotomía es importante entenderla, ya que se presenta hasta nuestros días. Las élites se dividirán entre anexionistas y federalistas, que posteriormente, con la disolución definitiva de la federación se le conocerá como anexionistas contra patriotas. De allí que la producción intelectual y las propuestas políticas o económicas continúan en confrontación.

Los anexionistas eran los que no querían la independencia de España y lograron unir a Centroamérica por un corto periodo al Imperio Mexicano. Posteriormente, han trabajado siempre para ligar los países de la región bajo la tutela de una potencia extranjera. A partir de 1823 y con la doctrina Monroe, este trabajo ha sido a favor de la anexión con los Estados Unidos de Norte América. Por otra parte, los federalistas buscaron como organizar e integrar la patria bajo el modelo federal: construir una sola noción de nación en las cinco provincias independizadas de España. Posteriormente, construir naciones independientes de cualquier influencia o dependencia a una potencia extranjera.

Al igual que en México y en el caribe insular, ambos bandos estaban asociados a las logias masónicas, los anexionistas estuvieron asociados al Rito de iniciación masónica de York. Por su parte los federalistas se iniciaban bajo el rito escocés. Tanta influencia en la dicotomía tuvo los ritos iniciáticos y las logias masónicas yorkinas, contra las logias masónicas escocesas que: en México los dos primeros partidos políticos que integraron el congreso federal se conocieron como yorkinos y escoceses, en Centroamérica no será la excepción. La división ritualista marcaría la inclinación anexionista o federalista.

El núcleo principal de los federalistas estará en Guatemala, El Salvador y Nicaragua. Por eso en la historia federal, los salvadoreños se caracterizaron por buscar siempre mantener la federación. Son los primeros en Centroamérica en levantarse en armas contra la corona española en 1811. Además, son los primeros en apoyar al General Francisco Morazán Quesada, cuando la gran guerra civil.

José Cecilio Díaz del Valle, tendrá una amplia producción que se reedita hasta el siglo XX. Según la metodología diseñada para este trabajado de investigación, hemos abarcado tres de sus obras, las que fueron escogidas al azar: *El amigo de la Patria*, *Soñaba el Abad de San Pedro*¹ y *Escritos inéditos*, los cuales es una recopilación que contiene los siguientes textos escritos por Valle: *Retórica*, *Animales*, *A Jacobo Haefkens*, *Poetas*, *Apuntamientos para el Ensayo sobre la pena Capital*, *Periodo 1 *, *Ciencias del hombre*, *Leyes del Pensamiento*, *Filósofos*, *No*

¹ El título alude a una difundida obra del abate de Saint Pierre, escrita a principios del siglo XVIII, en la que proponía la formación de una federación europea. En el caso de Erasmo se centran en el humanismo cristiano, humanismo renacentista.

hay hijo mío verdades inútiles, Memoria sobre la civilización de los indios y Productores de la pobreza y Naturaleza.

Los resultados obtenidos de la investigación se basan en la codificación, siguiendo la metodología descrita por Roland Barthers y expuesta en el apartado metodológico de este trabajo. A continuación, presentaremos las frecuencias obtenidas para las tres obras escogidas al azar y sometidas a nuestro método de codificación textual, mediante disecciones al azar de las obras.

En primer lugar, presentamos por medio de la figura 1, la frecuencia de entradas hermenéuticas en el Amigo de la Patria, Escritos Inéditos y Soñaba el Abad de San Pedro: de José Cecilio Díaz Del Valle. La frecuencia obtenida en orden de mayor a menor aparece la palabra: Naturaleza, Sociedad, Verdad, Ilustración, Felicidad, Leyes, Principios, Justicia, entre otras. Como vemos éstas están asociadas a las nociones presentes en el pensamiento masónico moderno que hemos estudiado en el capítulo 1 de este trabajo. Lo que, desde el punto de vista de entrada hermenéutica, quiere decir que, actúan como ideas cargadas de significante para trasladarnos a otros significantes. Desde estas unidades se van articulando preguntas, respuestas, enigmas que se descifran.

Por otra parte, tienen un gran peso la entrada hermenéutica, América y Guatemala. Hemos de contextualizar lo que significa Guatemala para la época, como bien nos lo indica Raphaël Rochè, “En nuestro caso analizamos la voz Guatemala. De hecho, este término podría indicar tanto la ciudad del mismo nombre, como el Estado que conocemos hoy o incluso al conjunto de Centroamérica”²

² (Rochè, 2015, [En] Óscar Barboza Lizano & Johannes Maerk. 2015. Pensamiento e Identidad de la Gran Nación Centroamericana. « Ni eco ni sombra » p. 49.)

El amigo de la patria, Soñaba el Abad de San Pedro y Escritos inéditos (Retórica, Animales, A Jacobo Haefkens, Poetas, Apuntamientos para el Ensayo sobre la pena Capital, Periodo 1º, Ciencias del hombre, Leyes del Pensamiento, Filósofos, No hay hijo mío verdades inútiles, Memoria sobre la civilización de los indios, Productores de la pobreza y Naturaleza). Elaboración propia basada en el gráfico 1 en Anexos.

Naturaleza es la entrada hermenéutica que aparece con la mayor frecuencia en el material muestreado. Nos pregunta, nos responde, nos ayuda a descifrar el enigma planteado, donde la naturaleza es la felicidad.

Para el pensamiento masónico moderno, la naturaleza es una preocupación permanente donde el “modelo de libertad es la naturaleza”³. La igualdad es la “unidad o comunión con todos los hijos de la Naturaleza”⁴. La letra G, representa entre otros símbolos la espiral como parte de un punto, que asemeja un círculo y este se va abriendo y forma diferentes círculos concéntricos que continúan hasta el infinito. En la naturaleza misma siempre está presente el desarrollo y crecimiento mediante las espirales, un ejemplo es el caso de los *quarks* como las unidades más pequeñas de la materia, las células, la cadena de ADN, la columna vertebral, los círculos concéntricos en los anillos de un árbol o sus ramas, las conchas de los gasterópodos (caracoles), entre otros.

Por tal motivo, se puede encontrar en diversas culturas antiguas y prácticas religiosas el símbolo de la espiral. Los estudios de las espirales en la naturaleza fueron promovidos por el último Gran Maestro de la Masonería operativa

³(Fargas Albert, 2009.)

⁴ (Ibíd.)

Cristopher Wren (1632-1723), científico y arquitecto de la catedral de San Pablo y otros templos en Londres.

De lo anterior, afirmamos que, desde ese centro o círculo de la espiral, se representa el origen divino -para la Masonería-, el cual se expande hasta el infinito o se contrae y retrocede, por lo tanto: si el origen divino se manifiesta en toda la naturaleza, nos marca un retorno a ella. En otras palabras, si el ser humano se desarrolló mediante el proceso evolutivo en la naturaleza (racionalización positivista), durante su ciclo de vida nace, crece, se reproduce, para al final morir. Regresa a su centro en la naturaleza. Entonces, el ser humano mediante la muerte regresa naturalmente a la tierra, al polvo. Representación en los ritos iniciáticos masónicos por la cámara de reflexiones.

La Masonería mediante el conjunto de símbolos y ritos de sentido formal, busca la penetración psíquica y colectiva entre sus miembros, para tratar de reconocer el enigma de la existencia humana, a la naturaleza y el cosmos.

La construcción de la nación federal conlleva a que se permita un ejercicio real de la supranacionalidad y que esta sea vista como un accidente de la integración de los diferentes Estados. Por lo tanto, el pensamiento masónico moderno reconoce que la naturaleza del Estado-nación, es la precondition para construir esa noción federal. Por último, las escuelas iniciáticas establecen la doble enseñanza: una llamada la interna (esotérica) y otra la externa, (exotérica), las cuales siempre giran en torno a la palabra “naturaleza”.

La palabra sociedad es la entrada hermenéutica, segunda de mayor frecuencia en el material muestreado. A esta en el pensamiento masónico moderno se le da bastante importancia. Primero se habla que la masonería es una sociedad discreta como lo explicamos en el Capítulo 1. Esta sociedad se dedica al estudio riguroso y los Diálogos Masónicos de Lessing (1778), nos dice que la masonería se basa en la “condición humana de

la sociedad”⁵. Además, busca actuar en la sociedad por medio de sus miembros. Incluso, Lessing, nos habla de que “las hormigas viven en sociedad”⁶. Es decir, existe un estudio riguroso que la escuela iniciática de la masonería promueve, la naturaleza y la sociedad: ejemplificando como las especies gregarias actúan socialmente, no necesitan gobiernos y viven en un perfecto orden.

La entrada hermenéutica “sociedad” en Valle, refleja una preocupación de la sociedad que se quiere construir. Por lo tanto, hay una constante pregunta y respuesta de cómo formar esa sociedad centroamericana en sus textos. De allí que la mayoría de las entradas en este código se dan en el diario: “El amigo de la Patria”.

“El amigo de la Patria” se divide en dos tomos. El primer tomo va en la dirección de fortalecer ese sentido de sociedad española, tratando de reconstruir una sociedad integrada al concepto de nación española. Cuando se da la independencia ese sentido permanece, pero para construir la Federación centroamericana. Promueve que la felicidad llegará solo a la sociedad por la sociedad misma. Tomando en cuenta el Bien, que es la forma de percibir y llegar a la armonía entre el ser humano y la sociedad. El Mal es la no armonía entre el ser humano y la sociedad. Así es como en el pensar de José Cecilio Díaz del Valle y el pensamiento masónico moderno encuentran similitud, por medio de la idea de sociedad como entrada hermenéutica.

El pensamiento masónico moderno promueve que para evitar ese mal que desarmoniza la sociedad, exista el diálogo hasta alcanzar acuerdos que serán vigilados y resguardados por el Estado. La única forma de lograr el bien es por medio de la

⁵ (Lessing, 1778)

⁶ (Lessing, 1778)

unidad del Estado. La naturaleza del Estado mantiene esa unidad y diálogo: como lo lograría la Logia masónica que reúne a diferentes humanos con orígenes sociales, económicos, étnicos, intelectos, religiosos y políticos muchas veces contrapuestos entre sus miembros. Es decir, alcanza el poder vivir fraternalmente o en fraternidad, pero lo más importante es tener la libertad de poder asociarse, formar sociabilidades, como lo hizo Valle, con la Sociedad de amigos de la Patria.

Recordemos que el pensamiento masónico moderno nos llama a dominar al ser humano en el marco de la esfera jurídica, el cual construye la sociedad. Además, nos dice que la sociedad puede regenerarse. Pues el ser humano actúa en esa gran obra que es la sociedad funcional como un sistema o campo de relaciones, cual debe ir evolucionando desde: 1-tribu, 2-la “*polis*”, 3- Estado, 4-la federación de Estados, hasta alcanzar 5-la verdadera humanidad.

Como sabemos, José Cecilio Díaz del Valle, es un defensor de la federación y ésta sólo se logra integrando a todos los componentes de la sociedad por medio de los Estados en Centroamérica y visibilizándolos. Valle, es reconocido por muchos autores como uno de los principales federalistas centroamericanos. Así la entrada hermenéutica de la palabra sociedad nos lleva a transitar hacia la federación como la verdadera regeneración de lo social hacia lo humano, de modo evolutivo en cinco grados de concordancia social que dará sentido a la nación federal de Valle.

Desde lo ritualista esa regeneración en la masonería se representa por la alegoría de la muerte y la resurrección. Es decir, el individuo muere y renace en una nueva vida. Recordemos que, en la obra de Lessing, se menciona como Wren logró que desde la práctica de la sociedad civil se construyeran especulaciones filosóficas. Como nos lo plantea

el filósofo latinoamericano Horacio Cerutti Guldberg: “la filosofía viene después”⁷.

Por otra parte, el pensamiento masónico moderno nos ilustra: hay que oponerse al despilfarro que realiza la sociedad moderna de los recursos naturales. Contestándonos y resolviéndonos el enigma de las dos principales entradas hermenéuticas, que aparecen en las tres obras muestreadas de Valle y sometidas al sistema diseñado de estudio.

Valle, está tratando con sus escritos incorporar nociones de nación y conducta de la sociedad centroamericana pre y post independencia, sobre todo en la Centroamérica Federal. Noción de la acción común, presente en el pensamiento masónico moderno. Es decir, la acción común es incorporar a la sociedad esas nuevas normas de trato para formar una sociedad nueva.

El pensamiento masónico moderno, propone que la sociedad debe ir articulándose al principio de la interdependencia, garantizándose los derechos de todos y crear estructuras desde el derecho comunitario, donde la delegación de las parcelas de soberanía a las instituciones de carácter supranacional, sean efectivas. Así lo intenta Valle, inculca desde sus escritos concordando con la idea de sociedad, palabra que trabaja como código hermenéutico en los textos.

Coincidimos con el masón Krause, en que la sociedad tiene unas esferas concéntricas imbricadas: iniciando en lo individual, seguido de lo local, la comarcal o provincial, lo regional o las nacionalidades, el Estado nacional y plurinacional y las comunidades supranacionales en formación. Recordemos que Krause es la continuidad de las propuestas de Baruch Spinoza y la confederación que Spinoza

⁷ (Cerutti, 2016, Seminario de la Facultad de Filosofía de la Universidad de Belgrado, Serbia).

propone. Por lo tanto, podríamos prematuramente afirmar que Valle está influenciado por Spinoza o mejor plantear que existe la influencia del pensamiento masónico premoderno en Spinoza. Trabajo que sería muy interesante de desarrollar en otro espacio.

La división de la sociedad es una preocupación de Valle y del pensamiento masónico moderno. Por lo tanto, ambos apoyan el proceso de integración entendido como acuerdos de las sociedades que integran un territorio, Estado, grupo. Las sociedades divididas son una distorsión en sí mismas, de allí la importancia de resolver la integración de la sociedad mediante el sistema federal y confederal.

La tercera entrada hermenéutica que más nos aparece en las tres obras trabajadas es la palabra “riqueza”. La cual actúa en Valle dando respuesta a las ambiciones que llevan a los individuos para apoyar su tendencia. Es decir, Valle intenta plantear como hipótesis que la riqueza traerá la felicidad, que nos liga a la cuarta entrada hermenéutica. Ambas actúan como pregunta y respuesta en el discurso de Valle, las hace acompañarse una de la otra, porque como lo afirma el pensamiento masónico moderno: el que acumula riqueza en ella perece, sin embargo, como entrada de pregunta y respuesta acompaña a la felicidad, esta entrada nos envía al camino de la unidad. Como lo afirmará Lessing:

“... por medio de la unión, cada cual pueda disfrutar su parte de felicidad mejor y con mayor seguridad que aisladamente: el Conjunto total de las felicidades parciales de todos los miembros, es la felicidad del Estado. Sin esta condición no hay felicidad posible...”⁸.

De lo anterior se desprende que el pensamiento masónico moderno, nos dice que el Estado debe proporcionar esa

⁸ (Lessing, 1883)

felicidad, mensaje que desarrolla Valle en sus escritos, ya que sólo por medio del Estado se alcanzaría la felicidad, es decir, que la verdadera riqueza es la felicidad proporcionada por el Estado, no la que se acumula individualmente. Otro aspecto en que concuerdan Valle, el pensamiento masónico moderno y Baruch Spinoza.

Al alcanzar la felicidad, se estaría en la presencia del bien. Volvemos a la respuesta y entrada de la sociedad en armonía con el ser humano, es decir, el humano en armonía con la sociedad. Entonces, coincidimos que la felicidad es una manifestación psicosomática que revela la presencia del bien, ya que existe una armonía entre el ser humano y la sociedad.

De lo anterior se desprende que, siguiendo al pensamiento masónico moderno, el medio para alcanzar esa felicidad humana es la construcción del Estado y su unidad permanente respetando la constitución como pacto social. Así el pensamiento masónico moderno le otorga el carácter de derecho a la felicidad. Al darle ese carácter de derecho a la felicidad la reconoce, según su sistema filosófico como una igualdad radical. Construcción presente en Valle por medio de sus entradas hermenéuticas, visualizando él la felicidad como un derecho de la sociedad que construye el Estado, imaginado por Valle como federal.

La igualdad es un principio permanente en la base de la construcción del pensamiento masónico moderno. Sin embargo, en Valle no existe una entrada hermenéutica en su elaboración textual de la igualdad, sí como código simbólico. (Ver gráfico 3 en Anexos). Aunque, al principio sí funciona como entrada hermenéutica, cual se aprecia en el gráfico 1 en los Anexos.

La verdad como una de las principales entradas hermenéuticas textuales en Valle, nos recuerda que ésta es la búsqueda constante que la escuela iniciática de la masonería

rastrea mediante el estudio riguroso, para “aplicar prácticamente a la vida civil ciertas verdades filosóficas especulativas”⁹.

De lo anterior, recordamos que el sistema del pensamiento masónico moderno nos dice que por medio de la inteligencia buscamos la verdad, y su esencia es que todos somos iguales. Que cualquiera podría hacer esa búsqueda de la verdad, sin embargo, propone que debe realizarse por medio del *Trívium et Quadrivium* o siete Artes Liberales: Aritmética, Geometría, Gramática, Retórica, Dialéctica, Música y Astronomía. Sólo así el ser humano se convertirá en una persona formal, la cual es amiga de la verdad. Logrando darle sentido formal a la existencia que forma parte de la ética propuesta por el pensamiento masónico moderno. Así es que esa búsqueda de la verdad se representa en la masonería por la piedra, es decir, encontrar la verdadera piedra, que es el ser iniciado y deberá ser parte de una entre tantas que logren la construcción de la verdadera humanidad. Se le llama, además, “altar de la verdad” al Ara donde realizan los juramentos los iniciados en los diferentes ritos masónicos.

De lo anterior se desprende que, Valle, al usar como entrada hermenéutica la verdad, la pondría como solución al enigma, es decir, la ruta para alcanzar la felicidad, como el derecho plasmado en el pacto constitucional, la cual le da forma al Estado, para que la sociedad viva en armonía con cada ser humano que la integra, practicando el bien. La verdad, es usada para nombrar su intención, la construcción de esa Patria que imagina. Hilando poco a poco preguntas, respuestas y mentiras metonímicas hasta descifrar el enigma.

La ilustración como una entrada hermenéutica no podía dejar de estar entre las mencionadas por los textos de Valle. Es

⁹ (Lessing, 1780)

el movimiento de la Ilustración que nos lleva a imaginar las naciones. Recordemos que la idea de la nación y su existencia se puede dar si y solo si dos seres humanos:

...comparten la misma cultura, entendiendo por cultura un sistema de ideas y signos, asociaciones y pautas de conducta y comunicación (...)

...son de la misma nación si y sólo si se reconocen como pertenecientes a la misma nación.

(...) Las Naciones hacen al hombre; las naciones son los constructores de las convicciones, fidelidades y solidaridades de los hombres.¹⁰

Por lo tanto, Valle, busca dar respuestas a las recién independizadas provincias centroamericanas, construyendo una misma cultura. Indica en su texto el seguir la ilustración para esa reconstrucción. La ilustración será usada por Valle como código referencial cultural. Sin embargo, considero que el planteamiento como entrada hermenéutica sirve para reafirmar en su retórica textual, una respuesta al lector del “El amigo de la patria” en su tiempo de cómo construir la nueva nación. Su ejercicio es retrasar la verdad de la función de la ilustración como entrada referencial cultural. Recordemos que Valle, intenta construir una nación Federal y reconoce que hay muchos que piensan en la necesidad de depender de las directrices, de una potencia superior, los conservadores y anexionista son aquellos a los que Valle trata de persuadir poco a poco, de avocarse por inscribirse con la ilustración.

América como entrada hermenéutica está tratando de crear un sentido de pertenencia. Valle usa el código hermenéutico América, como lo usó Simón Bolívar. América descendiente de la península Ibérica y de las naciones originarias. Es, incluso la disputa por apropiarse del topónimo

¹⁰ (Gellner, 1983, p. 20)

antes que los estadounidenses. Estos iniciarán esa tarea con la doctrina Monroe a partir de 1823.

Guatemala, está en la noción de Valle compuesta por las cinco provincias. Sin embargo, también, es la capital, por lo que la utiliza como entrada hermenéutica. Guatemala, algunas veces será el Istmo en toda su extensión, otra vez será la capital, ambas como código hermenéutico nos marcan una pregunta o una respuesta.

Una entrada hermenéutica que nos parece interesante abordar es justicia. En Valle, la justicia es una entrada metonímica, manifestándose los textos muestreados, como código hermenéutico, el cual va a plantear una hipótesis y resolver los enigmas que surgieron por la restauración de Fernando VII y la derogación de la Constitución de Cádiz.

La justicia, en el pensamiento masónico moderno, es representada por la regla y garantizada por la ley para que naturalmente se viva en libertad. Por lo tanto, justicia y libertad se entrelazan desarrollándose la primera en la comunidad, Estado o grupo social¹¹.

La justicia es considerada una de las igualdades radicales, reducida al derecho. Actúa como ley de compensación en la manifestación real de la igualdad. La justicia se representa por el compás para actuar dentro de la noción de amplitud de visión y medir justamente los actos del ser humano.

España aparece como entrada hermenéutica para llamar a la incertidumbre de una misión retórica que cumple en “El Amigo de la Patria” entre 1820-1821. Por lo tanto, José Cecilio Díaz del Valle está preparando el terreno para la declaratoria oficial de la independencia y la construcción de la nueva nación. Es la respuesta a la incertidumbre que dará en “El Amigo de la Patria” (1821-1822), con la noción del código

¹¹ (Espinar Lafuente, 1981)

hermenéutico América. Por amor a esa patria nueva, la que debe construir a partir las anteriores civilizaciones.

Código semántico (la voz de la persona) en tres obras de José Cecilio Díaz del Valle.



Figura 1. Código semántico en tres obras de José Cecilio del Valle:

El amigo de la patria, Soñaba el Abad de San Pedro y Escritos inéditos (Retórica, Animales, A Jacobo Haefkens, Poetas, Apuntamientos para el Ensayo sobre la pena Capital, Periodo 1º, Ciencias del hombre, Leyes del Pensamiento, Filósofos, No hay hijo mío verdades inútiles, Memoria sobre la civilización de los indios, Productores de la pobreza y Naturaleza)

La entrada semántica que más utiliza José Cecilio Díaz Del Valle es la palabra: “hombre”. Este código semántico como la unidad del significado, es una connotación que remite a la

lexía. Es decir, esta unidad construye múltiples interpretaciones del texto. Produce la reflexión dándole sentido. Es el inductor de la verdad. La misma reflexión que busca Valle. Es el principal personaje en los textos muestreados.

Una de las ideas que desarrolla el pensamiento masónico moderno es la de Dios hombre. Este es la voz de la consciencia, la sustancia del ser. La preocupación por el hombre llevó a realizar la declaración de los derechos del hombre y del ciudadano un 26 de agosto de 1789. Uno de los legados más importantes de la revolución francesa. Al hombre dentro de la noción de libertad se le reconoce como el que tiene la facultad de obrar de una forma u otra siendo el responsable de sus actos. El hombre, se debe entender ampliamente como el ser humano. Se recalca en la noción de libertad que, radica en el modo de ser del hombre con el mundo y el modo de ser del mundo para el hombre. Es decir, se es humanamente libre siempre y cuando se es solidario, racional, social, unionista. El pensamiento masónico moderno, expone ese regreso del hombre a la naturaleza por medio de la muerte y su resurrección o renovación por la misma. Representaciones simbólicas presente en los rituales, los juramentos y las constituciones de Anderson de 1723. En estas Anderson advierte de que no se debe ser un hombre inmoral.

Por otra parte, en la obra de Lessing (1883), “Diálogos masónicos”, hace reflexionar que no sólo en la masonería hay buenos hombres, sino que existen fuera de ella y que sería inútil hacer a todos estos masones. Las diferentes corrientes filosóficas que se estudian y nutren el pensamiento masónico, llegan a que este proponga una noción del hombre en su relación con el mundo. Así que, supone un realismo y humanismo en una relación dialéctica entre ambos. Posee una realidad sociológica profunda desde lo político y socioeconómico, la cual es la realidad del ser humano. Es decir,

una política concreta, del conflicto como hecho histórico entre las clases, género, empresas y Estados.¹²

Por lo tanto, “hombre” como entrada semántica. En Valle se utiliza como lo expresa el pensamiento masónico moderno. Hombre se asocia con el deber, el actuar, en la naturaleza, el pensar, pensarse desde la realidad individual hasta la construcción de un nuevo hombre, el de la nación federal. La mayor presencia de la palabra hombre actuando como entrada semántica está en los escritos inéditos. Este volumen dedicado a las cartas y ensayos de Valle, no se publicaron hasta el siglo XX. Así mismo, en “El Amigo de la Patria” entre 1820 a 1822, aparece la entrada semántica con gran frecuencia y en ninguna ocasión en “Soñaba el Abad de San Pedro”. Tanto en sus ensayos, cartas, proclamas y sobre todo en el periódico, Valle intenta construir ese hombre nuevo para el nuevo sentido de nación imaginado.

Gobierno, será la segunda entrada semántica con mayor frecuencia en las tres obras muestreadas de José Cecilio Díaz del Valle. Esta aparecerá en el texto diseccionado 28 veces. Para el pensamiento masónico moderno, los masones son enemigos de toda empresa que contraponga el gobierno constituido. Según lo estipulan las constituciones de Anderson, 1723. Además, el pensamiento masónico moderno nos dice que los gobiernos se encuentran en una fase ingenua de la ética, llamada nacionalismo ingenuo, porque ninguno se atreve a afirmar la necesidad de sacrificar los intereses del país por los de la humanidad. Es lo que se llamaría egoísmo nacional y que atenta contra la evolución misma de la sociedad. Mientras esta etapa perduró en el pensamiento de los gobiernos, los procesos federales se verán amenazados o no logrados. Esto le sucedió a la Federación Centroamericana, Yugoslavia, Checoslovaquia y

¹²(Espinar Lafuente, 1981)

Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entre otros. Podríamos afirmar que la resistencia y el fracaso del internacionalismo: se debía en gran parte a esta fase ingenua de la ética de los diferentes gobiernos.

Parafraseando a Lessing, en sus diálogos masónicos, la Masonería ha existido tanto, como ha existido la sociedad humana y que siempre hay una relación inversamente proporcional entre ellas, es decir, “la francmasonería siempre ha sido el indicio claro de un gobierno sano”¹³. Este llamado, del siglo XVIII, nos pone a reflexionar sobre el papel que deben jugar los masones en el buen gobierno. Sin embargo, muchas veces las logias serían el reflejo en el espejo del gobierno o viceversa. Así los gobernantes son al gobierno, como los masones son a la logia y la fe a la iglesia.

La reflexión que Valle, al usar “gobierno” como entrada semántica, como inductor a la verdad, para ese momento histórico que vive de constitución de la nueva nación y la institucionalidad es que “gobierno”, es un personaje en sí mismo en esa relación que se construye desde el periódico “El Amigo de la Patria”, donde aparecerá la palabra como código semántico con gran frecuencia. En escritos inéditos aparece, en el ensayo “No hay hijo mío verdades inútiles” y en el ensayo “Memoria sobre la civilización de los indios”, así mismo en el ensayo “Soñaba el Abad de San Pedro”.

Como una tercera entrada semántica de mayor frecuencia aparece la palabra “hombres”. Está actuando como reflexión en los textos muestreados, en su mayoría al igual que la entrada semántica hombre en “El Amigo de la Patria”. Además, hombre aparece en los “Escritos inéditos”, específicamente en la carta “A Jacobo Haefkens”, en los ensayos: “No hay hijo mío verdades inútiles” y “Productores de la pobreza”. Como vemos

¹³ (Lessing, 1780)

hay coincidencia en la reflexión que busca tanto del singular “hombre” como del plural “hombres” en los textos muestreados, se usan como entradas semánticas del texto. Promueve Valle, esos hombres cultos, pensadores, que traerían la riqueza y la felicidad a la nación, al gobierno federal. Son los hombres, conciudadanos, hombres del pueblo, hombres ilustrados, los hombres americanos.

La cuarta entrada que mayor frecuencia presenta es la palabra “América”. El pensamiento masónico moderno diferencia la masonería europea, latinoamericana y de otras regiones de la que se desarrolló en los Estados Unidos de Norte América. Aduce que está última en los Estados Unidos actúa casi como una religión. Así en el pensamiento masónico moderno, la masonería americana es el continente, presenta la dicotomía histórica, entre ambas Américas, la sajona y la latina. Así mismo lo desarrollaron varios masones como Simón Bolívar, en sus escritos sobre todo en la “Carta de Jamaica”, José Martí en su ensayo Nuestra América, sobre todo en los escritos que afianzan el concepto de nuestra América. Lo hace Torres Caicedo en su poema “Las dos Américas”, dicotomía que aparecerá en muchos libros históricos sobre la masonería latinoamericana, donde se asociará a los anexionistas con el rito York y a los federalistas, independentistas con el rito escoses. Y lo hace el masón Francisco Bilbao Barquín, quien otorga el nombre al subcontinente americano y lo llamará América Latina, en la conferencia del 24 de junio de 1856, en París. Incluso, en otros textos Bilbao construye el concepto de América Latina como una la Gran Logia si logrará la unidad, la cual es contrapuesta a la Gran Logia de los Estados Unidos. En Lessing, vemos como para 1778 se visualiza este carácter de una nación que se construye como una Gran Logia refiriéndose a EE.UU, desarrollado en los diálogos masónicos.

América, como entrada semántica, aparecerá con una alta frecuencia en el ensayo “Soñaba el Abad de San Pedro”, es una reflexión que acompaña el desarrollo del concepto federal de José Cecilio Díaz del Valle. Además, con gran frecuencia en los escritos inéditos del ensayo “No hay hijo mío verdades inútiles”, en “Memoria sobre la civilización de los indios”; y en el periódico “El amigo de la patria” su frecuencia sumamente alta, aparecerá en los textos diseccionados. Por lo tanto, siguiendo a Bolívar: Valle busca la reflexión de los hombres y el hombre en la necesidad de reconocer América como su patria, inculca la pertenencia a esa América que es la América pensada por Bolívar. Valle sabe, como Bolívar la necesidad y el conflicto que hay por apropiarse del topónimo América antes que lo hagan los estadounidenses. Recordamos que “El Amigo de la patria” se publicó de 1820 a 1822, a puertas del surgimiento de la doctrina Monroe (1823) y del Congreso anfictiónico de Panamá (1826) convocado por Bolívar.

Bolívar proponía la construcción de una gran nación americana, a partir de las antiguas colonias españolas, esta se construiría como una confederación que reuniría a las federaciones constituidas por los nombres de: La América Mexicana, la República Federal de Centroamérica, La República de la Gran Colombia y las Provincias Unidas del Río de la Plata. Claro que la organización política respondía a la anterior forma, la colonial, la cual tenía más de 300 años de existir. Hay que preguntarse: ¿Por qué si sólo son 200 años de vida independiente y durante 300 años la organización respondía a la integralidad, triunfa esa fase ingenua de la ética, como nacionalismo ingenuo?

Lo anterior nos recuerda lo que se planteará en “Diálogos masónicos” por los personajes y que forma parte de ese pensamiento masónico moderno: “hay que saber cuándo el

patriotismo deja de ser virtud”¹⁴, es decir, los seres humanos más cultos de todos los Estados deben reconocer y someterse voluntariamente al interés humanitario sobre el egoísmo nacional. Por lo tanto, las nacionalidades son abismos que dividen la humanidad, como lo hacen las religiones. Hay que recalcar la necesidad de que se continúe en la evolución organizativa social y pasar de los Estados nación imaginados a la construcción federal y confederal.

Se desprende que el “comercio” como entrada semántica vendría a ser la forma más adecuada de promover ese federalismo y lo sabe Valle. Esta forma hará que los Estados se mantengan unidos, es la búsqueda permanente que hace alusión al pensamiento masónico moderno. En el caso de la República Federal Centroamericana, el comercio y el control por medio de las rutas comerciales como la construcción del Canal Interoceánico, es determinante, cuál era la empresa más importante por realizarse post independencia, como lo pensaba Bolívar. Solamente que, en el mismo congreso Federal, Valle advertía de lo prioritario, antes de iniciar tal empresa, lo cual era: lograr una Fuerza Armada fortalecida para dar seguridad a ese comercio para evitar intervenciones de potencias extranjeras y avanzar en la educación de toda la población para que existiese un entendimiento de esta prioridad.

Así la entrada semántica de “Guatemala”, sea para Valle en ocasiones usada como unidad del significado, funcionando como esa reverberación del sentido. Es decir, es un fenómeno acústico de reflexión que produce. Es un inductor de la verdad, la constante reflexión que llama a hacer en el “El Amigo de la Patria” como entrada semántica de alta frecuencia, pero sobre todo en el ensayo “Soñaba el Abad de San Pedro”: donde estará

¹⁴ (Lessing, 1778)

implícita como concepto del federalismo de Valle, comprobando lo planteado por Raphaël Rochè, en su trabajo doctoral sobre Valle, donde Guatemala es para Valle los cinco Estados y en el particular el Estado cabeza de la Federación. Guatemala como entrada semántica demuestra la construcción de noción de nación federal que el hondureño hace imaginar a los demás.

Claro es que de lo descrito arriba, Valle lo hace intencionalmente, ya que construye su discurso e imagina la nación a partir de la organización anterior, la colonial. Convirtiendo la sede de la capitanía General de Guatemala, en la Capital de la federación. “Guatemala” es la entrada semántica muy importante en los textos muestreados, hay que interpretarla en tres dimensiones: 1- la Federación, 2- el Estado federado y 3- el distrito o capital federal.

De lo anterior vemos que, en los textos muestreados, Valle busca esa dimensión de federarse en una unidad geopolítica histórica y cultural con el uso sistemático de Guatemala en su retórica de tres dimensiones y los círculos concéntricos. Tema planteado en primera instancia por Mónica Quijada y que trabaja Rochè profundamente.¹⁵

“España”, como entrada semántica, será constante, sobre todo en “El Amigo de la Patria” de 1820 a 1821, código semántico que aparece en los materiales muestreados de este diario, por su parte en “Soñaba el Abad de San Pedro” aparecerá 3 veces. Esta entrada semántica busca en retiradas entradas que los lectores reflexionen en los españoles, el Rey, los Pueblos e indios. Esta reflexión como inductor de la verdad lleva a Valle a justificar la independencia, ya que recuerda el proceso de restauración, los avances de la constitución de Cádiz, el error del Rey al desconocer esta constitución, y el mal trato a los

¹⁵ (Rochè 2015, en Barboza Lizano & Johannes Maerk)

pueblos que defendieron la independencia y la libertad de España de la ocupación francesa. Por lo tanto, decepcionados por el Rey, los centroamericanos se independizan. Y por supuesto que en el proyecto la nueva nación federal está integrar al indio como no lo hizo la anterior organización.

RESENHA

Thiago Campos da Silva¹

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018, 204p.

Resumo

No livro “*O que é racismo estrutural?*”, Silvio Almeida abre caminhos para uma nova abordagem sobre o racismo no Brasil e aponta para a urgência de considerarmos a “raça” e os significados a ela atribuídos como eixos de interpretação do passado e do presente. Dessa maneira, a construção histórica das ideias de “raça” e de racismo, assim como as formas de discriminação e de exclusão delas derivados, são apresentadas sob a tese do caráter estrutural do racismo. Para desenvolver os seus argumentos, Silvio se detém sobre a historicidade dos processos políticos, sociais, econômicos e jurídicos. Ao incorporar o problema do racismo nessa intersecção de campos do conhecimento, o autor adverte para a complexidade do tema e para a utilização do conceito de “racismo estrutural” como lente que permite a compreensão do Brasil.

Palavras-chave: raça; racismo estrutural; teoria social; conceitos; sociedade

Resumen

En el libro “¿Qué es el racismo estructural?”, Silvio Almeida abre el camino para un nuevo abordaje del racismo en Brasil

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: tg.campos@hotmail.com

y señala la urgencia de considerar la “raza” y los significados que se le atribuyen como ejes de interpretación del pasado y del presente. . De esta manera, la construcción histórica de las ideas de “raza” y racismo, así como las formas de discriminación y exclusión derivadas de ellas, se presentan bajo la tesis del carácter estructural del racismo. Para desarrollar sus argumentos, Silvio se centra en la historicidad de los procesos políticos, sociales, económicos y jurídicos. Al incorporar el problema del racismo en esa intersección de campos del saber, el autor advierte sobre la complejidad del tema y por la utilización del concepto de “racismo estructural” como lente que permite la comprensión de Brasil.

Palabras clave: raza; racismo estructural; teoría social; conceptos; sociedade

Abstract

In the book “*O que é racismo estrutural?*”, Silvio Almeida presents a new approach to racism in Brazil and points to the urgency of considering “race” and the meanings attributed to it as tools for interpreting the past and the present. In this way, the historical construction of the ideas of “race” and racism, as well as the forms of discrimination and exclusion derived from them, are presented under the thesis of the structural character of racism. To develop his arguments, the author focuses on the historicity of political, social, economic and legal processes. By incorporating the problem of racism in this intersection of fields of knowledge, the author warns of the complexity of the theme and for the use of the concept of “structural racism” as a lens that allows the understanding of Brazil.

Keywords: race; structural racismo; social theory; concepts; Society

“*O que é racismo estrutural?*”, publicado em 2018, é o terceiro livro escrito por Silvio Almeida.² Advogado e filósofo por formação, Silvio é professor da graduação na Escola de Administração e Direito da Fundação Getúlio Vargas, na cidade de São Paulo, além de exercer a docência na graduação e na pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, também localizada na capital paulista. Além disso, é professor visitante da Universidade de Columbia, em Nova York, e professor convidado da Universidade de Duke.

Presidente do Instituto Luiz Gama, associação civil que pauta sua atuação na luta e defesa das classes populares e grupos socialmente minoritários, sobretudo da população negra³, Silvio tem atuação de destaque na produção intelectual e no pensamento político brasileiro. É possível afirmar que Silvio Almeida faz parte da vasta tradição do pensamento negro no país, cujas formas de manifestação se expressam a partir de diferentes registros – culturais, políticos, sociais, artísticos ou acadêmicos.

Após essa breve biografia do autor, voltemos ao livro que motivou esta resenha. “*O que é racismo estrutural?*” é uma obra fundamental para a compreensão da realidade brasileira contemporânea. O título com a pergunta instiga seus leitores/leitoras a pensar sobre a dimensão do impacto do racismo na sociedade, trazendo ao debate público uma ferramenta analítica que se tornou referência tanto para estudos quanto para sujeitos e grupos sociais envolvidos com a luta antirracista.

² Os outros dois livros são: ALMEIDA, Silvio. *O Direito no Jovem Lukács: a filosofia do direito em História e consciência de classe*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2016; ALMEIDA, Silvio. *Sartre – direito e política: ontologia, liberdade e revolução*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

³ Para mais informações sobre o Instituto Luiz Gama: <https://institutoluizgama.org.br/>.

Com isso, o autor abre caminhos para uma nova abordagem sobre o racismo no Brasil e aponta para a urgência de considerarmos a “raça” e os significados a ela atribuídos como eixos de interpretação e entendimento do passado e do presente. Dessa maneira, a construção histórica das ideias de “raça” e de racismo, assim como as formas de discriminação e de exclusão delas derivados, são apresentadas sob a tese do caráter estrutural do racismo.

Para desenvolver os seus argumentos, Silvio se detém sobre a historicidade dos processos políticos, sociais, econômicos e jurídicos. Ao incorporar o problema do racismo nessa intersecção de campos do conhecimento, o autor adverte para a complexidade do tema e para a utilização do conceito de “racismo estrutural” como lente que permite a compreensão do Brasil.

Temos em mãos um trabalho de fôlego na Teoria Social, algo alertado pelo autor logo na introdução: “não se trata de um livro especificamente sobre raça ou racismo, porque trata-se, sobretudo, de um livro de *Teoria Social*”.⁴ Essa perspectiva coloca em diálogo áreas como a Filosofia, a Teoria do Direito, a Ciência Política e a Economia, todas elas que “mantêm, ainda que modo velado, um diálogo com o conceito de raça”.⁵

A partir dessa consideração inicial, o autor afirma que não é possível compreender a sociedade sem a mobilização dos conceitos de “raça” e “racismo”. Como desdobramento dessa aceção, vemos a tese central que conduz o livro: Silvio Almeida afirma que o racismo sempre é estrutural, visto que “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”.⁶ Logo, o racismo não seria uma questão individual,

⁴ ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018, p. 15. Grifos do autor.

⁵ *Ibidem*.

⁶ ALMEIDA, Silvio. *Op. cit.*, 2018, p. 15.

patológica ou anormal, mas sim um elemento que constitui, organiza e dá sentido à sociedade, o que o autor chama de “manifestação normal de uma sociedade”.⁷

Essa análise será organizada e dividida em cinco capítulos, apresentados na seguinte ordem: “Raça e Racismo”; “Racismo e Ideologia”; “Racismo e Política”; “Racismo e Direito”; “Racismo e Economia”. Tais segmentos darão mais contornos e densidade para explicar a sociedade por meio do recorte racial, considerando as desigualdades, desvantagens e privilégios sociais, a violência física e simbólica, o papel da ideologia, a exclusão política e o poder econômico. Nesse sentido, pensar o Brasil, suas estruturas, as relações de poder, o funcionamento das suas instituições e a situação da população negra requer o aprofundamento sobre os efeitos do racismo no cotidiano.

No primeiro capítulo (“Raça e Racismo”), o autor realiza uma análise histórico-conceitual de ambos os termos, situando-os historicamente e apontando seus usos e reinterpretações na modernidade ocidental. De início, somos apresentados aos modos pelos quais a noção de “raça” foi mobilizada na vida moderna, processo que data de meados do século XVI e que está profundamente vinculada ao colonialismo e ao iluminismo.

Por extensão, foram essas condições e processos históricos que permitiram a atribuição de determinados sentidos à noção de “raça”. A invasão colonial europeia sobre África e as Américas, além do acúmulo de capital, se constituíram na “base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a *unidade e a multiplicidade da existência humana*”.⁸

⁷ *Ibidem*.

⁸ ALMEIDA, Silvio. *Op. cit.*, 2018, p. 20. Grifos do autor.

Esse era o pano de fundo da concepção de que o homem branco e europeu seria a síntese do universal, da experiência humana, dos valores aceitos e, particularmente, da “civilização”. Por outro, os sujeitos e grupos que não se enquadrassem nesse sistema valorativo estariam posicionados em degraus inferiores, associados à “selvageria”, ao “primitivo” e ao “não-civilizado”.

Essa construção filosófica foi reforçada ao longo dos anos, já que a estrutura de poder é acompanhada por uma estrutura de conhecimento que reproduz os valores necessários à consolidação da hegemonia. Como consequência prática, essa elaboração ideológica alicerçou e serviu como justificativa para o colonialismo e a escravização da população negra em África e nas Américas, na Ásia e na Oceania.

Subjacente a isso estava a constatação de que a “civilização” era monopólio de homens brancos e europeus, demonstrando a contradição entre a proposição iluminista de que todos os seres humanos eram iguais e com os mesmos direitos. Neste caso, apenas um grupo seria visto como sujeito, enquanto os povos racializados seriam destituídos de historicidade, de agência, de humanidade e de estatuto jurídico. Para o autor, esse contexto fabrica a raça como um “conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e do legado iluminista, o ciclo de morte e destruição do colonialismo e na escravidão” atuasse simultaneamente como “os fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea”.⁹

A seguir, outra contribuição de Silvio Almeida é considerar a “raça” como um termo em movimento, dinâmico, que é atualizado e ressignificado em cada temporalidade e especificidade históricas. Sendo assim, afirma o autor que a

⁹ *Ibidem*, p. 22.

“raça” carrega “contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*”.¹⁰ Por conseguinte, trata-se de um conceito atrelado à história política e econômica e que se manifesta “em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos”.¹¹ Portanto, não é um conceito extraído da natureza, mas sim um elemento político e uma categoria de análise, pois a “raça” não existe biologicamente.

Isso se verifica ao longo do século XIX, quando a noção de “raça” adquire conotação científica. Sob esse verniz de critério de verdade e imbuída pelo “espírito positivista”, o conceito se alargou para o determinismo biológico e geográfico, buscando validar e comprovar empiricamente as diferenças entre os povos para, a partir disso, justificar a dominação colonial. Comportamentos, expressões culturais, costumes, valores, línguas, ritos e religiosidades negras e não-brancas passaram a ser lidos por essa chave “científica”, que deu margem ao assim chamado “racismo científico”. Os autores vinculados a esse tipo de pensamento foram amplamente estudados no século XIX e tiveram impacto sobre a esfera política e econômica, com seguidores no Brasil.

Para amarrar a sua explanação, Silvio Almeida organiza os dois registros por meio dos quais a “raça” opera: como característica biológica (a partir dos traços físicos) e como característica étnico-cultural (a partir da geografia, dos costumes, da língua, da religião). Esses registros auxiliam a compreender que o termo ainda é utilizado para justificar genocídios, desigualdades e a exclusão de “*grupos sociologicamente considerados minoritários*”.¹²

¹⁰ *Ibidem*, p. 19.

¹¹ *Ibidem*, p. 40.

¹² *Ibidem*, p. 24. Grifos do autor.

Ainda no primeiro capítulo, o autor diferencia o racismo do preconceito e da discriminação. Segundo a sua definição, o preconceito racial seria um “juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”, enquanto a discriminação racial seria a “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”.¹³ O fundamental da discriminação racial é o poder, isto é, a posse de mecanismos capazes de atribuir vantagens ou desvantagens sociais a partir de critérios raciais, prática que leva à estratificação social no país.

O autor ainda menciona a existência da discriminação direta e indireta. Na primeira, a repulsa se baseia na condição racial, o que leva a proibições e tratamentos diferenciados com a intenção de discriminar o sujeito ou grupo racializado. Já na discriminação indireta, não há intenção de discriminar, mas a condição das minorias é ignorada ou não é considerada. Além disso, o autor também aponta a discriminação negativa (a que gera desvantagens sociais) e a discriminação positiva, que teria como maior exemplo a política de ações afirmativas, seria a “possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela *discriminação negativa*”.¹⁴

Por fim, o racismo é definido como “*uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento*”, cuja manifestação ocorre “*por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam*”.¹⁵ Conseqüente, o racismo possui caráter sistêmico e deve ser entendido como um processo, com

¹³ ALMEIDA, Silvio. *Op. cit.*, 2018, p. 25.

¹⁴ *Ibidem*, p. 26. Grifos do autor.

¹⁵ *Ibidem*, p. 25. Grifos do autor.

consequências que se reproduzem na política, na economia, na cultura, nas instituições e nas relações sociais.

Tal definição nos conduz para as três concepções de racismo levantadas por Silvio Almeida: individualista; institucional; e estrutural. De acordo com o autor, a concepção individualista trata o racismo como manifestação psicológica, comportamental, ética ou patológica, uma ação irracional cometida por um sujeito ou por grupos e que deve ser responsabilizada juridicamente e combatido por meio da educação e de novos comportamentos. Assim, parte-se da ideia de que não existe racismo, mas apenas preconceito e “*indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo*”.¹⁶

Já a concepção institucional trata o racismo como consequência do funcionamento das instituições, “que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça”¹⁷, ou seja, há “parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a *hegemonia* do grupo racial no poder”.¹⁸ Desse modo, o racismo, conflitos e desigualdades raciais seriam também compõem as instituições, espaços hegemonizados pelo grupo racial no poder. Logo, a dimensão do poder seria o principal elemento das relações raciais, pois os grupos dominantes imporiam regras, padrões, comportamentos e valores para reproduzir os seus interesses, seus privilégios, seu domínio político e econômico.

Para definir o racismo estrutural, Silvio Almeida afirma que tanto os comportamentos individuais quanto as práticas institucionais derivam de uma sociedade racista. Assim, o racismo é uma “decorrência da própria estrutura social” e estaria presente em todas as esferas e relações sociais, políticas,

¹⁶ *Ibidem*, p. 28. Grifos do autor.

¹⁷ *Ibidem*, p. 29.

¹⁸ *Ibidem*, p. 31. Grifos do autor.

jurídicas e econômicas, criando as condições sociais para que “*grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática*”.¹⁹

O autor afirma que o racismo é um processo histórico e político. Histórico porque tem sua manifestação vinculada à especificidade temporal e social em que atua, uma vez que “as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto, políticas e econômicas”.²⁰ E o racismo é um processo político porque a discriminação sistêmica feita pelos grupos dominantes depende do poder para se manter sobre os grupos minoritários.

Diante disso, os quatro capítulos seguintes do livro destrinçam cada um dos elementos que constituem “o cerne a manifestação estrutural do racismo: a *ideologia*, a *política*, o *direito*, e a *economia*”.²¹ No segundo capítulo (“Racismo e Ideologia”), o autor demonstra os modos de normalização do racismo a partir da subjetividade, que internaliza certas percepções sobre a população, como a inquietação ao vermos um médico ou advogado que seja negro/negra, ou quando uma pessoa em situação de rua é branca. Para o autor, a ideologia hegemônica estabeleceu lugares sociais para os sujeitos racializados, tarefa que se deu por meio da cultura, dos meios de comunicação, pelo sistema educacional e por meio das instituições, espaços de prestígio e poder não ocupados por negros.

Dessa maneira, Silvio Almeida afirma que existe uma “segregação não oficial entre negros e brancos”, explicada pelo caráter histórico e político do racismo, mas também pelo seu papel enquanto “*processo de constituição de subjetividades*”

¹⁹ *Ibidem*, p. 39. Grifos do autor.

²⁰ ALMEIDA, Silvio. *Op. cit.*, 2018, p. 43.

²¹ *Ibidem*, p. 44. Grifos do autor.

intimamente atreladas às práticas sociais cotidianas.²² Isso leva o autor a concluir que o racismo se perpetua se puder “produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação ‘racional’ para a desigualdade racial” e, também, se “produzir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial”.²³

Consequentemente, o racismo constitui tanto a “raça” quanto os sujeitos e grupos racializados, ou seja, os sujeitos agem no interior de uma estrutura cujo imaginário é marcado por critérios – e desigualdades – raciais. Por essa razão, a ideologia racista opera por meio da representação de um modo de relação com a vida concreta, reforçando concepções que moldam o inconsciente e normalizam privilégios das pessoas socialmente consideradas como brancas, logo, a ideologia se manifesta como prática.

Além disso, o autor traz uma importante questão para debate: a construção social do sujeito como negro ou branco. Para ele, a racialização é um “tornar-se”, resultado de uma rede de sentidos e significados compartilhados socialmente. Isto posto, embora o branco seja tratado como o universal e não-identitário, também se trata de um sujeito racializado e esse processo permite que privilégios lhes sejam atribuídos. Portanto, ainda nas palavras do autor, a “cor da pele ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas”.²⁴ Nesse caso, são as circunstâncias históricas, políticas, culturais e as desvantagens sociais que constroem alguém como negro, enquanto são as vantagens e o privilégio que constroem o branco.

²² *Ibidem*, p. 49. Grifos do autor.

²³ *Ibidem*, p. 49. Grifos do autor.

²⁴ *Ibidem*, p. 60.

Já no terceiro capítulo (“Racismo e Política”), Silvio Almeida historiciza os debates sobre a formação do Estado moderno, sobre a ideia de nação e a construção do nacionalismo, analisando a sua relação com o racismo. Para isso, debate aspectos conceituais e teóricos do Estado e trata o papel da violência racial na legitimação do capitalismo. Como o racismo é uma relação de poder, Silvio Almeida afirma que é “*por meio do Estado que a classificação de pessoas e a divisão dos indivíduos em classes e grupos é realizada*”, ou seja, o racismo é constituído e constitui o Estado moderno e suas estruturas.²⁵

As concepções de racismo “trazem, ainda que indiretamente, uma teoria do Estado”, logo, o Estado capitalista é o instrumento de manutenção da ordem, da propriedade privada e das contradições do sistema, processos que necessitam de uma dinâmica de opressões tanto raciais quanto sexuais.²⁶ O papel do nacionalismo, neste caso, é o de definir a delimitação do território e do seu “povo”, quais seriam os sujeitos, costumes, símbolos, expressões culturais e tradições que se encaixariam no projeto nacional – e quais deveriam ser rejeitadas. Para além disso, o autor dialoga com os estudos de Paul Gilroy para afirmar que “a nação é constituída por uma tecnologia de poder que se apoia na raça e gênero para estabelecer hierarquias sociais”, isto é, baseia-se na construção do “Outro” com o qual “não se compartilha de uma identidade”.²⁷ Assim, tudo aquilo e todos aqueles desconsiderados como parte da nação poderiam ser descartados nos planos físico e simbólico, algo que atinge sobretudo a população negra, em um processo comando pelos

²⁵ *Ibidem*, p. 68. Grifos do autor.

²⁶ ALMEIDA, Silvio. *Op. cit.*, 2018, p. 69.

²⁷ *Ibidem*, p. 78-79.

grupos hegemônicos a partir da criação de mecanismos de exclusão.

Ao aprofundar a temática da nação e da violência, Silvio Almeida desdobra a análise para a biopolítica e para necropolítica, dialogando com autores como Marielle Franco, Achille Mbembe e Michel Foucault. Nesse ponto, a violência estrutural do Estado sobre a população negra é central para verificarmos as interrelações entre o racismo e a ação do Estado, que produz a morte dos “indesejados” de forma direta (o genocídio da população negra, o encarceramento em massa) e indireta (precarização de serviços básicos, falta de acesso à educação formal, à saúde, desemprego em massa). Para realizar essa operação, o racismo atua de duas maneiras: a primeira, ao produzir hierarquias raciais entre os sujeitos, classificando-os como inferiores e superiores; a segunda, ao estabelecer uma relação positiva com a morte dos sujeitos racializados.

Além dessa discussão, o autor se situa no debate contemporâneo ao pensar sobre os limites e as possibilidades da representatividade política, compreendida em termos mais amplos como as formas de representatividade institucional. De acordo com a argumentação de Silvio Almeida, a representatividade cumpre um papel importante na luta contra o racismo e a discriminação, como o de vermos negros/negras em espaços e cargos de prestígio em instituições, na cultura, nos meios de comunicação e nas instâncias políticas. Significa dizer que a representatividade expressa o acúmulo de lutas individuais e coletivas que conseguem tensionar as instituições.

No entanto, o autor alerta que, sem a participação real na distribuição do poder, a representatividade não alcançaria a estrutura nem que o racismo seria de fato combatido. Sobretudo diante do fato de que o Brasil, segundo o autor, “é um típico exemplo de como o racismo converte-se em

tecnologia de poder e modo de *internalizar as contradições*”, tornando-se parte do imaginário social.²⁸ Desse modo, é necessário que negros/negras ocupem o poder real para transformar as estruturas políticas e econômicas, uma vez que a mera representatividade institucional “não é necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade”, logo, ela é “sempre institucional e não estrutural”.²⁹

No quarto capítulo (“Racismo e Direito”), o autor mobiliza o *apartheid* sul-africano e as *Leis Jim Crow*, nos Estados Unidos, para demonstrar como o racismo é institucionalizado e tornado legal nesses países. Assim, o Direito – junto com suas instituições e seus agentes – é um elemento da estrutura social e que garante a reprodução do racismo “enquanto prática política e como ideologia”.³⁰ Também é, de fato, a legalidade institucional que forma os sujeitos racializados.

Para o autor, é importante utilizar as instâncias jurídicas como lócus de luta antirracista e por igualdade, mas o combate não deve se esgotar nessa esfera. Como exemplo disso, apresenta a importância da política de ações afirmativas para a igualdade racial nos setores públicos e privados, permitindo que “membros de grupos sociais historicamente discriminados participem de espaços onde decisões importantes são tomadas ou que venham a pertencer a instituições que gozam de prestígio”.³¹

Por fim, no quinto capítulo (“Racismo e Economia”), observamos como o racismo se materializa nas relações econômicas ao conferir lugares sociais para a população negra, que sofre com a desigualdade e desvantagens econômicas.

²⁸ *Ibidem*, p. 82. Grifos do autor.

²⁹ *Ibidem*, p. 86.

³⁰ *Ibidem*, p. 108.

³¹ ALMEIDA, Silvío. *Op. cit.*, 2018, p. 114.

Nesse sentido, negros/negras representam a maior faixa de desempregados, ocupam funções socialmente desvalorizadas, possuem os menores salários e menor possibilidade de ascensão social. A ideologia dominante tenta justificar essa situação a partir de discursos sobre a “meritocracia” e sobre preconceitos individuais que limitam as oportunidades para negros/negras, evitando falar sobre o racismo enquanto processo sistêmico e estrutural. Em vista disso, pensar a “raça” como critério central para determinar a desigualdade econômica e o acesso a direitos sociais implica em tratar o racismo como marcador das relações econômicas e sociais.

Contestando as teorias liberais quanto à acumulação de capital, o autor demonstra o papel da escravização para o mercado e as consequências históricas, políticas e econômicas desse processo. Assim, “raça” e classe são socialmente sobredeterminadas, pois a classe é composta por sujeitos concretos “à medida que se constituem concomitantemente como classe como *minoría* nas condições estruturais do capitalismo”, logo a consciência de classe só existe quando acompanhada pela consciência racial.³² Por isso, a luta de classes precisa considerar o racismo e outras formas de discriminação, sem se restringir à pauta econômica, já que há uma relação estrutural entre a composição das classes e a constituição dos grupos raciais. Dessa maneira, para a compreensão das classes é necessário dirigir o olhar para os grupos socialmente minoritário, já que as desigualdades – raciais e de gênero – são o resultado de um “sistema que funciona a partir de perfis raciais e preconceitos”.³³

Portanto, superar o modo capitalista é impossível e inviável sem que o racismo e outras formas de discriminação

³² *Ibidem*, p. 145. Grifos do autor.

³³ *Ibidem*, p. 128.

desapareçam. Ambos são “parte essencial dos processos de exploração e de opressão” e, por essa razão, devem ser colocadas no centro das propostas de transformação social.

Ao definir que o racismo é uma das formas mobilizadas pelo Estado e suas instituições para manter desigualdades raciais, Silvio Almeida demonstra que “*as instituições são racistas porque a sociedade é racista*”³⁴, isto é, as instituições materializam a estrutura social racista. Considerar o racismo como constitutivo da ordem social é visibilizar que a luta antirracista não deve se limitar à busca por representatividade, uma vez que “a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista.”³⁵ Isto posto, é crucial observar que o racismo não é um processo uniforme, pois cada circunstância histórica e social define uma maneira específica de atuação do racismo.

Trata-se de um livro fundamental para o estabelecimento de um novo olhar sobre a sociedade brasileira, compreendendo o racismo como elemento estrutural e estruturante dos processos políticos, econômicos, históricos, jurídicos e culturais. Os conceitos e categorias mobilizados na obra constantemente remetem a exemplos encontrados no Brasil, o que facilita a leitura e instiga para a urgência de colocar a luta antirracista no centro do debate público, tanto acadêmico quanto nas práticas cotidianas, de modo que “o racismo foi e continua sendo elemento constitutivo da nacionalidade brasileira”.³⁶

Enfatizar o caráter estrutural do racismo não desmobiliza a luta política. Pelo contrário, já que a mesma estrutura pode ser disputada, tensionada e recriada, de maneira que as ações

³⁴ *Ibidem*, p. 36. Grifos do autor.

³⁵ *Ibidem*, p. 37-38.

³⁶ ALMEIDA, Silvio. *Op. cit.*, 2018, p. 81.

dos sujeitos possibilitem transformações estruturais. Nas palavras do autor: “entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas”.³⁷ Silenciar diante do racismo é ser conivente com ele, por isso devemos todos e todas caminhar para a ação antirracista, único modo de corrigir desigualdades historicamente constituintes da sociedade brasileira. Marchemos!

Referências bibliográficas

ALMEIDA, *Silvio. O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018, 204p.

³⁷ *Ibidem*, p. 40.

Parte 1

A Pandemia do Coronavírus e as Pesquisas em
Rede na Bahia

A Filarmônica de Poções no Contexto das Políticas Públicas Culturais e a Covid-19

Antonio Leandro Fagundes Sarno¹
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas culturais, especialmente, frente à pandemia no contexto da Filarmônica de Poções, na Bahia, uma vez que, mesmo com os incentivos para que os alunos continuassem os estudos em casa com os instrumentos cedidos pela Filarmônica, houve uma evasão considerável de alunos. A metodologia para este estudo consiste em entrevistas realizadas com os alunos da Filarmônica e análise do contexto das políticas públicas culturais. Os achados da pesquisa revelam que é urgente que haja a implementação de outras formas de acesso à cultura, visto que muitas vezes a legislação para fomento desses bens culturais não atende às particularidades e subjetividades inerentes à realidade popular.

Palavras-chave: Filarmônica. Políticas culturais. Pandemia.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las políticas públicas culturales, especialmente contra la pandemia en el contexto de la Filarmónica de Poções, en Bahía, ya que, incluso con los incentivos para que los

¹ Especialista em Direito Eleitoral com Habilitação em Docência no Ensino Superior, pela Unimais – Faculdade Educamais e pós-graduando em Gestão Pública Municipal, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Bacharel em Direito, pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Vitória da Conquista, Bahia. E-mail: leandro.sarno@hotmail.com

estudiantes continúen sus estudios en casa con los instrumentos proporcionados por la Filarmónica, hubo una deserción considerable de estudiantes. La metodología de este estudio consiste en entrevistas realizadas a estudiantes de la Filarmónica y análisis del contexto de las políticas públicas culturales. Los hallazgos de la investigación revelan que es urgente implementar otras formas de acceso a la cultura, ya que la legislación para promover estos bienes culturales muchas veces no responde a las particularidades y subjetividades inherentes a la realidad popular.

Palabras clave: Filarmónica. Políticas Culturales. Pandemia.

Abstract

This article aims to reflect on cultural public policies, especially against the pandemic in the context of the Philharmonic of Poções, in Bahia, since, even with the incentives for students to continue their studies at home with the instruments provided by the Philharmonic, there was a considerable dropout of students. The methodology for this study consists of interviews carried out with Philharmonic students and analysis of the context of cultural public policies. The research findings reveal that it is urgent to implement other forms of access to culture, as the legislation to promote these cultural goods often does not meet the particularities and subjectivities inherent to popular reality.

Keywords: Philharmonic. Cultural Policies. Pandemic.

A Covid-19 e as mudanças na sala de aula

A colocação em cena da Covid-19 nos mais variados contextos, espaços e linguagens, especialmente em conjunturas de extrema desigualdade e vulnerabilidade social veio expor a multiplicidade do fenômeno pandêmico desde sua dimensão

macrossocial até às formas e estratégias de produção do cotidiano da população brasileira. Dentre alguns efeitos considerados críticos da pandemia da Covid-19, podemos apontar o comprometimento do processo ensino-aprendizagem e o aumento da evasão escolar, os quais demandaram ações estratégicas em curto prazo para a continuidade dos estudos (SENHORAS, 2020). Fato que não foi diferente com a educação proporcionada pela escola de música da Filarmônica 26 de Junho, conhecida popularmente como Filarmônica de Poções, situada na cidade de Poções, no interior da Bahia.

As aulas da Filarmônica 26 de Junho foram ministradas pelo aplicativo *Google Meet*, visando maior segurança tanto do professor de música quanto dos alunos. Entretanto, mesmo com a facilidade de poder acompanhar as aulas de dentro de suas residências e evitando o risco de contágio da Covid-19, houve uma redução brusca no número de alunos participantes das aulas de música e prática com instrumentos musicais.

A continuidade dos estudos por meio de plataformas estáveis acaba se restringindo às famílias com maior escolarização e maiores condições econômicas, em contraposição às famílias com menor escolarização e condições econômicas desfavoráveis que, por dificuldades de acesso às mídias digitais, comprometem a própria continuidade dos estudos durante e pós-pandemia (SENHORAS, 2020). Os desafios postos em relevo pela pandemia não são apenas sanitários, são, principalmente, socioeconômicos, políticos, culturais, éticos e científicos, agravados pelas desigualdades estruturais que existem na sociedade brasileira (MATTA *et al.*, 2020).

Houve com isso, durante a pandemia, uma normalização da violação de direitos constitucionais, especialmente no que diz respeito ao direito de acesso democrático aos bens e espaços

culturais que devem ser protegidos pelo Estado. Os artigos 23, 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) são explícitos em garantir a proteção e o acesso ao patrimônio cultural brasileiro de forma democrática e participativa, cabendo ao próprio Estado manter esses bens culturais resguardados diante da crise pandêmica que assola o país. É o que a Constituição Federal de 1988 denomina de competência comum em seu artigo 23:

Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...] III - **proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural**, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

[...] V - **proporcionar os meios de acesso à cultura**, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Compreender o que é competência comum é fundamental para entender a responsabilidade dos entes da federação sobre os bens culturais e o direito de acesso a esses mesmos bens. Competência comum, também conhecida como cumulativa ou paralela “é aquela de natureza administrativa, pela qual todos os entes federativos detêm sobre determinadas matérias, idêntica competência” (PADILHA, 2020, p. 561). Em atuação conjunta, União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm o dever de, dentre outras obrigações previstas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), proporcionar os meios de acesso à cultura e proteger os bens culturais em seus respectivos territórios.

No início da crise pandêmica, o Governo do Estado da Bahia, através do Decreto nº 19.529, de 16 de março de 2020, no artigo 7, inciso II (BAHIA, 2020) determinou a suspensão das “atividades letivas, nas unidades de ensino, públicas e

particulares, a serem compensadas nos dias reservados para os recessos futuros”. O município de Poções, através do Decreto nº 132, de 17 de março de 2020 (POÇÕES, 2020), também regulamentou o funcionamento de algumas atividades dentro do seu território e suspendeu as aulas da rede municipal de ensino e de todas as instituições privadas pelo prazo de 15 dias.

Assim, em cumprimento às determinações do estado da Bahia e do município de Poções, a direção da Filarmônica 26 de Junho suspendeu as aulas presenciais, aguardando a autorização para retorno das suas atividades em novas publicações estaduais e municipais. Após alguns meses de espera, a diretoria da Filarmônica entendeu que a escola de música deveria iniciar as suas atividades por meio de aulas *online* que se dariam através da plataforma *Google Meet*, a fim de que os alunos não fossem desestimulados com a longa suspensão das aulas presenciais.

As aulas *online* na Filarmônica 26 de Junho

Os encontros foram realizados duas vezes por semana com o professor de música, que através da plataforma *Google Meet* fazia a exibição em slides de partituras e vídeos. A

Filarmônica disponibilizou instrumentos para que todos os alunos pudessem praticar em casa, enquanto fosse necessário o distanciamento social. Com isso, os alunos eram estimulados a apresentar individualmente os exercícios propostos para a prática com os instrumentos musicais.

Entretanto, mesmo com do retorno das aulas de forma *online*, percebemos uma brusca redução no número de alunos participantes, o que acabou chamando a atenção tanto da Diretoria quanto do professor de música, pois dos 20 alunos frequentadores das aulas presenciais, apenas 4 tiveram uma participação ativa nas aulas da prática dos instrumentos

musicais, através do aplicativo. Este episódio, por si só, gerou a necessidade de uma investigação no sentido de compreendermos quais as motivações que levaram à evasão dos alunos. Teria sido a simples falta de interesse nas aulas de música? Ou outras questões que desconhecíamos?

A investigação dos fatores que levaram à falta de participação dos alunos nas aulas *online* é uma questão relevante tanto para a Filarmônica 26 de Junho quanto para outras instituições culturais, no sentido de que, mediante o seu conhecimento, se possam traçar medidas mais eficazes na redução da evasão de alunos em atividades culturais.

Como metodologia de trabalho, solicitamos a presença de todos os 20 alunos matriculados na escola de música da Filarmônica 26 de Junho para termos uma conversa informal pela plataforma *Google Meet*. Essa conversa tinha como objetivo sondar as motivações para a evasão às aulas *online* de música.

Neste artigo, selecionamos as respostas de 4 entrevistados, que são identificados como “Entrevistado 1”, “Entrevistado 2” e assim por diante. A pergunta que foi direcionada a todos os alunos foi a seguinte: “Por que você não está participando das aulas *online* da Filarmônica?”.

O Entrevistado 1, quando indagado sobre o motivo das suas ausências, mesmo tendo um instrumento musical disponibilizado pela Diretoria da Filarmônica, respondeu:

Lá em casa a gente usa a internet da vizinha porque minha mãe não tem condições de pagar. Então, a vizinha deu a senha pra gente poder usar. Só que a internet é ruim, fica caindo toda hora. Por isso, eu não entrei ainda na aula *online*, nem adianta entrar que cai. (ENTREVISTADO 1, 2021).

O Entrevistado 1 fala da dificuldade de permanecer *online* para participar das aulas devido ao fraco sinal da Internet, que

não é sua, é da vizinha. Este obstáculo o desestimulou de continuar assistindo às aulas, mesmo tendo o instrumento musical da Filarmônica à sua disposição. Essa realidade de ausência aos meios tecnológicos foi bastante acentuada nas camadas mais empobrecidas da população. O Entrevistado 2 também fala das suas dificuldades de participar da aula no período da pandemia da Covid-19:

Eu não tenho celular pra assistir as aulas, só meu pai tem celular, mas ele leva pro (sic) trabalho. Lá em casa eu nem tenho como treinar muito, porque minha casa é pequena e meu avô fica reclamando. (ENTREVISTADO 2, 2021).

Nesse caso, a dificuldade é a disponibilidade do aparelho celular, assim como de não ter um espaço adequado para praticar o instrumento na aula de música, como a casa é pequena, o som incomoda o avô. O Entrevistado 3 também tem motivações semelhantes:

Minha mãe tem celular, mas a gente não tem internet em casa. Ela usa pelos dados móveis e gasta logo os créditos. Quando eu toco o instrumento, meus irmãos ficam reclamando por causa do barulho. Os vizinhos também reclamam porque acorda a bebezinha deles. (ENTREVISTADO 3, 2021).

A falta de acesso a um celular e a falta de um lugar adequado para que o som não incomode a família ou vizinhos tem sido a maior motivação para a ausência às aulas *online* de música. O Entrevistado 4 também tem as mesmas dificuldades dos outros colegas.

Lá em casa não tem nem celular, nem computador e nem internet. Eu só posso assistir aula aqui na Filarmônica. Se eu ficar tocando demais em casa, meu pai reclama por causa do barulho. (ENTREVISTADO 4).

Hoje com o advento da pandemia da Covid-19 no âmbito mundial, o acesso à tecnologia deixou de ser um privilégio das pessoas mais favorecidas socialmente para ser uma necessidade de todos, sobretudo dos estudantes. Ao analisarmos as motivações da ausência dos alunos às aulas de música da Filarmônica 26 de Julho, podemos perceber que as respostas se entrecruzam, a questão é a precariedade ou ausência aos bens sociais. No Quadro1, traçamos uma síntese das respostas dos alunos.

**Quadro 1 – Síntese das motivações de ausência às aulas
*online***

Entrevistados	Motivações para a ausência às aulas
Entrevistado 1	Não acesso à Internet Internet da vizinha com sinal fraco
Entrevistado 2	Não tem equipamento para assistir as aulas (celular) Não espaço adequado O som incomoda
Entrevistado 3	Não tem equipamento para assistir às aulas (celular). Não espaço adequado O som incomoda
Entrevistado 4	Não tem nenhum equipamento para assistir às aulas O som incomoda

Fonte: Elaborado pelo autor.

A semelhança nas respostas demonstra que os alunos não possuem condições socioeconômicas que proporcionem o acesso igualitário ao meio digital. A ausência às aulas de música da Filarmônica 26 de Junho tem por causa questões sociais, fato que precisa demandar uma atuação mais incisiva do poder público no enfrentamento da pandemia com vistas à manutenção do setor cultural do município.

A pandemia e a mudança das aulas presenciais para aulas *online* mostraram uma desigualdade social e econômica que não era percebida pelo professor ou pela Diretoria da Filarmônica durante as aulas presenciais. Tanto o decreto estadual quanto o municipal que suspenderam as aulas presenciais consideraram apenas evitar a propagação do vírus nos ambientes escolares, desconsiderando os impactos sociais e econômicos que as desigualdades evidenciariam durante a pandemia e a vigência das medidas de isolamento necessárias.

Estes mesmos impactos se mostrariam impiedosamente nos espaços culturais que, em tempos anteriores à pandemia, já eram atingidos por um constante processo de invisibilidade através da falta de políticas públicas efetivas de proteção pelo Estado.

O desafio das políticas culturais

A garantia do bem-estar social não passa apenas por melhores e maiores condições de consumo e fruição da cultura, mas também deve alcançar melhores condições de criação, produção, reprodução e circulação desses que são considerados aportes socioculturais, bem como permitindo que as pessoas possam alcançar a cidadania cultural (RODRIGUES; CORREIA, 2021)

A Constituição Federal de 1988, no artigo 215 determina que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988), estabelecendo ao Estado a responsabilidade sobre a garantia do pleno exercício aos direitos culturais de forma impositiva pelo legislador constitucional.

Para que o Estado possa atuar de forma eficiente no sentido de implementar políticas públicas culturais, deve contemplar os alunos em suas subjetividades e suas especificidades sociais. Nesse sentido, Secchi (2013, p. 2) define que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, [entendendo que] a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Assim, atendendo às demandas da Filarmônica 26 de Junho enquanto espaço de acolhimento, preservação da memória e produção de cultura durante e pós-pandemia da Covid19. Momento este em que as desigualdades sociais e econômicas dos alunos foram observadas sem que a instituição cultural tivesse qualquer fonte de recursos para o auxílio imediato dessas necessidades. E, também, diante da forma específica com que a pandemia atingiu o funcionamento da escola de música da Filarmônica 26 de Junho, é necessário o planejamento entre Direção da Filarmônica e o setor público.

Planejamento que requer uma atenção às medidas a serem tomadas para amenizar estes mesmos impactos sociais e econômicos, garantindo o acesso contínuo à cultura, especialmente no período pós-pandemia. Um processo de elaboração das políticas públicas necessárias (*policy-making process*) também conhecido como ciclo de políticas públicas (*police cycle*) (SECCHI, 2013). Um planejamento que integra as políticas públicas a serem implementadas pelo município de Poções, seguindo o modelo de Secchi (2013), ao abordar: 1) identificação do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação e 7) extinção. O planejamento, principalmente no âmbito público, é uma ação importante para enfrentar os desafios e as demandas do futuro.

Dessa forma, é urgente o retorno das atividades presenciais da Filarmônica 26 de Junho que abrangem não somente as aulas, mas também os eventos e as apresentações no período pós-pandêmico, visto que, embora as desigualdades sociais e econômicas não deixem de existir, os alunos, ao retornarem às aulas, estarão fazendo aquilo que gostam, que é a música.

As vulnerabilidades enfrentadas pelo setor cultural no Brasil são enormes, tanto em termos de condições de trabalho quanto com relação aos fracos investimentos públicos, especialmente em âmbito municipal (RODRIGUES; CORREIA, 2021). Por isso, começar a incluir os problemas enfrentados pelos diversos setores culturais no planejamento das políticas públicas, supondo “que o processo começa com o diagnóstico da realidade sobre a qual deverá intervir” (MATUS, 1993, p. 36), é o primeiro passo para trazer visibilidade à Filarmônica 26 de Junho e garantir o direito de acesso à cultura como um direito fundamental para os alunos da escola de música.

É fato que o setor cultural foi bastante penalizado com esta nova realidade em todo o país, não somente pela ausência do público e as dificuldades impostas pela pandemia, mas também pela falta de planejamento estratégico e políticas públicas que garantissem democraticamente o acesso à cultura. É preciso criar mecanismos factíveis que promovam uma equalização dos direitos e garantias fundamentais contidos na própria Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) de forma acessível a todos os cidadãos brasileiros.

Conclusão

No momento em que a escola de música da Filarmônica 26 de Junho teve que fechar para cumprir o isolamento social,

ficou evidente que a invisibilidade que os espaços culturais e as desigualdades sociais e econômicas vividas pelos alunos são um dos problemas que devem ser vislumbrados como parte integrante das políticas públicas efetivas dentro do município de Poções. Estes mesmos problemas, ainda que afetem uma pequena parcela da população, devem ser enfrentados de forma a garantir a proteção dos interesses individuais, difusos e coletivos dos membros da comunidade, além do direito de acesso à cultura.

Os achados da pesquisa revelam que é urgente que haja a implementação de outras formas de acesso à cultura e de fortalecimento dos espaços culturais através de planejamento estratégico e políticas públicas eficientes, especialmente no período pós-pandemia, visto que muitas vezes a própria legislação para fomento desses bens culturais não funciona ou não atende às particularidades e subjetividades inerentes à realidade popular.

Referências

BAHIA. *Decreto nº 19.529, de 16 de março de 2020*. Publicado no Diário Oficial do Estado, em 17 de março de 2020. [2020]. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no19529-de-16-de-marco-de-2020>. Acesso em: 6 ago. 2021

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

MATTA, Gustavo Corrêa; SOUTO, Ester Paiva; REGO, Sérgio; SEGATA, Jean. A Covid-19 no Brasil e as várias faces da pandemia. *In*: MATTA, Gustavo Corrêa (org.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil*: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. Brasília: Editora IPEA, 1993. v. I e II.

PADILHA, Rodrigo. *Direito Constitucional*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

POÇÕES. *Decreto nº 132, de 17 de março de 2020*. Diário Oficial do Município de Poções, edição nº 981, publicado em 17 de março de 2020. [2020]. Disponível em: <https://transparencia.poco.es.ba.gov.br/prefeitura/diario/218>. Acesso em: 6 ago. 2021

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; CORREIA, Marcelo Silveira. Cultura e processos de gestão em tempo de pandemia: quantificações emergenciais. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 14, n. 1, p. 109-132, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/42242/24271>. Acesso em: 7 out. 2021.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SENHORAS, Elói Martins. *COVID-19 e Educação: debates entre o global e o local*. Boa Vista: Ed. da UFRR, 2020.

Recebido em: Julho de 2021

Aprovado para publicar em: Agosto de 2021.

O Crescimento da Violência Contra as Mulheres em Tempos da Pandemia da Covid-19

Jacqueline Meireles Valiense

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Tânia Rocha Andrade Cunha

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo

O presente artigo é parte da reflexão apresentada na nossa Dissertação de Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sobre a condição da mulher na sociedade brasileira, especialmente referente às desigualdades entre os sexos (masculino e feminino), violência de gênero e vulnerabilidades. Nele enfocamos a luta das mulheres pelo reconhecimento dos seus direitos, desde Olympe de Gouges (1748-1793), que teve sua vida ceifada por lutar por direitos iguais entre homens e mulheres até os dias atuais. Nessa perspectiva, este artigo aborda a luta das mulheres na busca dos seus direitos e as dificuldades enfrentadas por estas no desfrute pleno das suas conquistas, pois mesmo tendo reconhecido seus direitos legalmente as mulheres continuam sendo tratadas como o sexo fraco, frágil, dependente, como subordinadas e sobre as quais recaem todo o tipo de preconceito, discriminação e violência.

Palavras-chave: Mulheres. Violência. Pandemia.

Resumen

Este artículo es parte de la reflexión presentada en nuestra Tesis de Maestría en Memoria, Lenguaje y Sociedad de la Universidad Estatal del Sudoeste de Bahía - UESB, sobre la condición de la mujer en la sociedad brasileña, especialmente en lo que respecta a las desigualdades entre

los sexos (masculino y femenino), violencia de género y vulnerabilidades. En él, nos centramos en la lucha de las mujeres por el reconocimiento de sus derechos, desde Olympe de Gouges (1748-1793), a quien le truncó la vida por luchar por la igualdad de derechos entre hombres y mujeres hasta la actualidad. Desde esta perspectiva, este artículo aborda la lucha de las mujeres en la búsqueda de sus derechos y las dificultades que enfrentan para disfrutar plenamente de sus logros, pues aun habiendo reconocido sus derechos legalmente, las mujeres continúan siendo tratadas como el sexo más débil, frágil y dependiente, como subordinado y sobre el que recaen todo tipo de prejuicios, discriminaciones y violencias.

Palabras clave: Mujeres. Violencia. Pandemia.

Abstract

This article is part of the reflection presented in our Master's Thesis in Memory, Language and Society at the State University of Southwest Bahia - UESB, on the condition of women in Brazilian society, especially regarding inequalities between the sexes (male and female), gender violence and vulnerabilities. In it, we focus on the struggle of women for the recognition of their rights, by Olympe de Gouges (1748-1793), who had his life cut short for fighting for equal rights between men and women to this day. From this perspective, this article addresses the struggle of women in the pursuit of their rights and the difficulties faced by them in fully enjoying their achievements, as even having recognized their rights legally as women, they continue to be treated as the weaker, fragile, dependent sex, as subordinate and on which all kinds of prejudice, discrimination and violence fall.

Keywords: Women. Violence. Pandemic.

Introdução

A violência como fenômeno social ocupa o protagonismo de objeto de pesquisa em muitas áreas do conhecimento, especialmente das Ciências Sociais e se intensificou muito nas últimas décadas. Dito isso, este trabalho trata da violência doméstica materializada no âmbito das relações afetivas e das razões que levam os homens a praticarem violência contra suas companheiras e o seu aumento no cenário atual de pandemia em decorrência da Covid-19.

Nesse contexto, a mulher é o principal alvo no cenário de exteriorização de poder do homem. Diante disso é que para pensarmos sobre violência doméstica, é preciso refletir sobre as múltiplas formas relacionais de poder do homem.

A violência doméstica seja verbal, física, psicológica ou sexual é uma forma de exteriorizar o poder masculino contra as mulheres. Todos ou quase todos os seres humanos sofrem ou compõem algum cenário de violência doméstica e familiar, independente de sexo biológico, orientação sexual, ou gênero. Assim, este trabalho apresenta um convite à discussão do polo masculino desta demanda no contexto de relações afetivas violentas, considerando que a maior parte dos estudos desse fenômeno social se dedica à vulnerabilidade feminina.

A luta feminista é um elemento de construção de memória social e cultural das mulheres. As experiências transmitidas, os valores empregados na busca pelo rompimento dos comportamentos violentos dos homens, naturalizados e estereotipados tem alcançado conquistas e garantias dos direitos da mulher em diversas áreas sociais, inaugurando os estudos de gênero e, mais recentemente, adentrando os estudos sobre homens e masculinidades.

Este trabalho não pretende analisar o grau de vitimização que os homens e as mulheres possuem em uma relação

conjugal violenta, mas, tornar visível a necessidade do estudo sobre masculinidade, machismo, construção da identidade do homem em um contexto focalizado no problema da violência contra a mulher a partir dos discursos masculinos sobre as práticas de violência.

As práticas violentas contra as mulheres nas relações conjugais têm como elemento de perpetuação uma visão tóxica da masculinidade. Nesse contexto, as situações de violência que nos propomos analisar estão associadas ao comportamento tradicional dos homens que mantém uma forma perversa de externalizar a sua masculinidade. A caracterização do que é ser homem varia de indivíduo para indivíduo, de cultura para cultura, assim, as justificativas dadas às práticas violentas vão variar de acordo com o indivíduo, com a situação social, bem como com uma diversidade de elementos que compõem a memória de cada homem investigado.

Nesse viés, identificamos os desafios importantes que a sociedade e o Estado enfrentam no combate da violência contra as mulheres que, ainda hoje, é uma das principais formas de comunicação entre homens e mulheres no âmbito de suas conjugalidades, haja vista que o problema, de tão recorrente, passou a ser visto de forma naturalizada. Por fim, na conclusão, fizemos um resumo geral do que foi o nosso trabalho, apontando as dificuldades encontradas durante todo o processo.

Gênero e relações de poder: violência contra as mulheres

O ser humano é classificado, segundo a sua anatomia, a partir do sexo biológico. Nesse sentido, Nader (2002, p. 466) afirma que “a palavra sexo remete à condição natural de macho ou fêmea, que distingue os seres por meio de seus órgãos

genitais”. Na Biologia, a diferença sexual é determinada por “um par especial de cromossomos presentes nas células que dão origem ao ser humano”. Em contrapartida, as características de gênero, não são garantidas através dos cromossomos expressos nos órgãos genitais de um indivíduo, vez que o mesmo pode apresentar características masculinas e femininas em discrepância com a anatomia do seu corpo. Segundo Cunha:

O ponto de partida para a caracterização de gênero nas Ciências sociais é a diferença entre o sexo anatômico e o sexo social. Enquanto sexo refere-se às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, gênero preocupa-se em designar as diferenças sociais e culturais que definem os papéis sexuais destinados a homens e a mulheres em cada sociedade e em cada momento histórico. Assim, ao nascer um bebê, se sabe como será sua fisiologia sexual. Logo, não se pode falar em biológico, mas tão somente social. (CUNHA, 2007, p. 123)

A diferença física e biológica entre a mulher e o homem é inegável, contudo, para os estudiosos das Ciências Sociais, o estudo de gênero, como resultado de uma organização social é o elemento mais importante na construção da identidade masculina e da feminina. No final do século XX, a palavra gênero começou a ser adotada pelas feministas com o significado de organização social entre os sexos, demarcando o caráter social do indivíduo e a sua diferença sexual, rejeitando assim, o determinismo biológico impregnado na palavra sexo. O termo gênero passou então a ser utilizado para distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres (SCOTT, 1995).

Essa perspectiva nos permite inferir o caráter social das diferenças existentes entre homens e mulheres que, apesar da construção do conceito de gênero ser fundamentalmente um processo social e histórico, possibilita a percepção da estreita

ligação existente entre o social e o biológico. Como argumenta Saffioti (1989), a elaboração social do sexo deve mesmo ser ressaltada, mas sem separar sexo e gênero, um encontrado na Biologia e o outro criado pela sociedade. Para a autora, sexo e gênero constituem uma unidade, vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é vivenciado.

A construção da teoria relacionada ao gênero serve para designar as relações sociais entre as categorias de sexo, reordenar as definições dos papéis sexuais, estabelecer e definir elementos comportamentais para homens e para mulheres no ambiente social. Nesse contexto, Scott argumenta que:

O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres [...]. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 7)

Gênero é a construção social do masculino e do feminino, o seu conceito é aberto, seu vetor de ação tanto pode ter origem em homens e consequências sobre mulheres, assim como o inverso (SAFFIOTI, 2002). Os principais estudos sobre gênero destacam que as relações sociais dos sexos são marcadas pela desigualdade que é um construto da própria sociedade. Não obstante, as relações de gênero têm em comum as distinções entre homens e mulheres, apesar da imensa variabilidade social da natureza da diferença.

Sexo e gênero, apesar de frequentemente serem considerados sinônimos, possuem naturezas distintas. Se as características anatômicas determinam a qual sexo o indivíduo pertence, o gênero é uma construção social que define o que significa ser de um sexo ou de outro na sociedade (HARDY; JIMENEZ, 2001). Embora as relações sociais sejam fenômenos

extremamente complexos, a construção do termo gênero é um processo que as simplifica, vez que, segundo Hardy e Jiménez (2001, p. 79), “*Género puede ser definido como una categoría dinámica, construida socialmente, que tiene como base las diferencias sexuales biológicas. A partir de estas diferencias se determinan los papeles sociales de hombres y mujeres*”.⁵⁴

O caráter relacional entre o feminino e o masculino é reforçado através da construção do termo gênero, além disso, a sociedade impõe a atuação dos papéis do homem e da mulher considerando, muitas vezes, apenas o seu sexo biológico. Segundo Cunha (2007, p. 214), “[...] tanto as mulheres quanto os homens assumem diferentes papéis e desempenham diferentes funções dentro de um grupo, de acordo com as regras que regem a sociedade à qual pertencem”.

Nesse contexto, podemos qualificar o papel social como uma projeção de comportamento a ser desempenhado pelo indivíduo. Embora sua definição seja muito ampla para as Ciências Sociais, esse fenômeno pode ser entendido como um conjunto de obrigações que determinam o *status* e a posição que cada indivíduo na sociedade e que designa a expectativa de conduta do indivíduo ou mesmo o comportamento efetivamente realizado por ele (NADER, 2002).

Desde o nascimento, o sexo biológico determina como a família e a sociedade deve tratar a criança. As vestimentas, a educação, o comportamento e as brincadeiras são condicionados para torná-los homens e mulheres, aceitos socialmente. As relações sociais e a educação familiar são significativos elementos que auxiliam na construção da

⁵⁴ O gênero pode ser definido como uma categoria dinâmica, socialmente construída, que se baseia nas diferenças sexuais biológicas. A partir dessas diferenças, os papéis sociais de homens e mulheres são determinados. (Tradução livre).

masculinidade e da feminilidade, conforme o que explicam Hardy e Jimenez:

*Las personas nacen con un sexo biológico y este acaba determinando la forma como serán tratadas socialmente por los padres, La familia y por La comunidad a la que pertenecen, para llegar a ser hombres y mujeres con atributos aceptados socialmente. Este proceso varía de una sociedad a otra y también de acuerdo com el tiempo histórico em que estas personas están insertas*⁵⁵. (HARDY; JIMENEZ, 2001, p. 78)

No processo de formação da identidade masculina e feminina, o tempo e o lugar nos quais os indivíduos estão inseridos também implicam na sua construção. O homem ou a mulher da atualidade não são os mesmos da idade medieval, por exemplo. Nesse cenário, Almeida

(1996, p. 161) afirma que a “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a ambos”.

Assim, nem todas as mulheres e homens são dotados de atitudes e estereótipos que essencialmente caracterizam a feminilidade e a masculinidade, porém, os homens demonstram mais interesse em cumprir o papel masculino, viril, forte, dominador, poderoso. Essas são algumas características que parecem oferecer uma série de vantagens sociais a eles, bem como as mulheres aderem a algumas

⁵⁵ As pessoas nascem com um sexo biológico e este acaba determinando a forma como eles serão tratados socialmente pelos pais, família e comunidade a que pertencem, para se tornarem homens e mulheres com atributos socialmente aceitos. Este processo varia de uma sociedade para outra e também de acordo com o tempo histórico em que essas pessoas estão inseridas. (Tradução livre)

posturas e comportamentos atribuídos socialmente a elas em troca de inserção social. Para Cunha:

Ao apresentar as relações sociais entre os sexos como socialmente definidas, a categoria gênero institui uma interdependência entre mulheres e homens, isto é, a definição de um está relacionada à definição do outro, sem que esta configure relações hierárquicas ou de dominação. Os estudos teóricos sobre gênero, [...], ressaltam o aspecto relacional entre os sexos como uma relação hierárquica na qual as mulheres são consideradas socialmente inferiores. (CUNHA, 2007, p. 124)

O papel social do homem se justifica através da formação da identidade masculina que se inicia desde a gestação, quando os pais idealizam como será a vida da criança, considerando apenas o seu sexo biológico. No Ocidente, a sociedade, a família, a escola, a religião e a mídia desempenham a função de impor, explícita ou implicitamente, quais são os comportamentos masculinos, ou não, que o sexo biológico masculino deve apresentar socialmente (NADER, 2002).

A sociedade espera que cada ser humano, de acordo com o seu sexo biológico, desenvolva as atribuições adequadas ao seu papel social, delimita os espaços de atuação, constrói a identidade sexual e desenvolve campos de atuação para cada um, ou seja, define qual será o papel social do feminino e do masculino.

A masculinidade passa, continuamente, por um processo de construção, no entanto, a manutenção do aspecto viril do homem, a postura dominadora e as provas da sua masculinidade são importantes elementos de manutenção e ordem das diferenças hierárquicas e sociais que passaram a ser elementos básicos na formação da vida em sociedade.

Segundo Hardy e Jimenez (2001, p. 81-82) “*La masculinidad construida a lo largo de la vida (...), varía de acuerdo com las características sociales, económicas y demográficas del varón, y del ambiente en que crece y vive*⁵⁶”. A masculinidade construída ao longo da vida é considerada por alguns homens, como uma qualidade que, assim como se obtém, pode ser perdida de acordo com as circunstâncias e a história de cada indivíduo.

A demonstração de sexualidade, virilidade, as conversas e a relação entre os sexos são formas consideráveis para a construção e o exercício da masculinidade. A sociedade reconhece, naturalmente, que o homem é carregado de pulsão sexual, aceita um modelo de masculinidade fortemente hierarquizador, são feminizados aqueles homens que se humilham e vangloriadas a masculinidade daqueles que se desejam elogiar. A falta de sexualidade é vista pelo homem como motivo de suspeita de homossexualidade.

Contudo, de acordo com Almeida (1996, p. 182), “A condição de casado é vista (como), [...] parte constituinte do prestígio público, [...] é um sacrifício da liberdade adolescente e celibatária pré-nupcial e um contrato que implica o risco de desonra através do sempre hipotético adultério da mulher”. O casamento é, portanto, motivo de honra, é a prova da virilidade do homem e são condições sociais de prestígio público.

A relação de poder do homem sobre a mulher é uma construção social da masculinidade. A efetivação desse tipo de relação necessita de um meio que a propicie, seja ideológico, econômico, social, conjugal ou coercitivo. O poder não é algo

⁵⁶ A masculinidade construída ao longo da vida [...], varia de acordo com as características sociais, econômicas e demográficas do homem, e o meio em que ele cresce e vive. (Tradução livre)

que uma pessoa ou um grupo detenha, é uma relação que se estabelece entre dois polos: o dominador e o dominado.

Para Saffioti (1992), as relações vivenciadas por homens e mulheres na sociedade estão definidas como relações de poder, partilhando da mesma visão que Foucault (1979, p. 175), que considera o poder um elemento social, que “não se dá, não se troca, nem se retorna, mas se exerce, só existe em ação, [...] acima de tudo uma relação de força” que está presente nos dois polos da relação, não havendo contradição no fato de que o poder é exercido desigualmente por homens e mulheres.

Ainda no que se refere ao poder, Foucault (1979) assinala que a ideia de poder não se aplica em todas as relações existentes na sociedade, carece de uma aplicação geral e globalizante, entretanto, ela pode ser aplicada com uma natureza analítica capaz de explicar o seu funcionamento em campos específicos de análise e em épocas determinadas. Ele formulou uma teoria geral e a histórica do poder passível de ser aplicada a todas as relações de poder existentes em sociedade, em qualquer contexto. Sua pretensão não foi fundar uma teoria geral e globalizante, mas sim trabalhar com uma analítica do poder capaz de dar conta do seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas. Para Foucault:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam. [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 182)

Dessa forma, Foucault (1979) analisa que o poder não está vinculado a uma instituição e nem tampouco pode ser cedido,

seja por contratos jurídicos ou políticos, pois o poder que reprime, também produz efeitos de saber e verdade. A instituição do poder é materializada pelos discursos a que lhe é obrigado produzir e pelos movimentos dos quais se tornam vitimados pela própria organização que o acomete, ocorrendo, por vezes, sem a devida consciência e reflexão.

Nesse viés, Foucault (1999, p. 297) assevera que no “mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, [...] somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la”.

Nesse sentido, o estudo sobre a dominação masculina implica a(o) pesquisador(a) analisar as categorias inconscientes do homem como um produto da mesma dominação. Assim, podemos afirmar que nas relações entre os homens e as mulheres no ambiente privado, muitas vezes, a dominação é do tipo tradicional, legitimada pelo ideário coletivo através das tradições rememoradas desde sempre.

A exteriorização da dominação masculina não ocorre apenas pela força bruta, pelas armas ou pela independência financeira do homem. Apesar de esses fatores possuírem seu grau de influência na sua construção, eles não são determinantes. O ambiente doméstico é reconhecido como o lugar no qual, tradicionalmente, ocorre o exercício do poder dos homens sobre as mulheres.

Nesse cenário, sobre as relações de gênero e poder, Saffioti (1992) considera que as relações de gênero são também relações de poder, ainda que exercido diferentemente pelos componentes da mesma relação. De acordo com Foucault (1999, p. 183), “o poder não consiste em riqueza apropriada” ou em um fenômeno estático, mas como “um fenômeno que flui em cadeia”, que permeia os sujeitos em sociedade em

concordância com o tempo e o espaço que ocupa. Para Saffioti, a relação:

Dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais. [...] As mulheres, portanto, não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas também mercê da luta que travam com os homens pela ampliação-modificação da estrutura do campo de poder *toutcourt*. Como na dialética entre o senhor e o escravo, homem e mulher jogam, cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, e a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania. (SAFFIOTI, 1992, p. 183-184)

No contexto doméstico e conjugal (em relações conjugais estáveis ou mesmo no namoro), homens violentos tendem a considerar as suas companheiras como um objeto, instrumento de posse. Eles acreditam que os seus comportamentos agressivos são legitimados pela natureza da relação afetiva existente entre ambos, como se fosse um direito adquirido. Nos processos que analisamos nesta pesquisa, encontramos relatos de agressores que indicam essa crença, conforme tratado na seção seguinte.

Assim, desmistificar todas as formas de opressão e violência vigentes no mundo atual contra as mulheres, determinadas pelas diferenças de classe, de gênero, de raça ou de geração, pode apontar maneiras mais democráticas de pensar a relação de poder e submissão existente entre os sexos na sociedade. Desta forma, as faces da violência contra a mulher, o poder e a dominação do homem devem ser

categorias constantemente discutidas e colocadas à prova nos ambientes públicos e privados, a fim de apontarmos possibilidades de criação de relações igualitárias no meio social.

O cenário da violência contra as mulheres na pandemia da COVID-19

Atualmente, no contexto da pandemia da Covid-19, passou a existir uma preocupação a mais para as mulheres, um cenário propício para a incidência de violência doméstica e familiar. Na China, primeiro país a registrar casos da Covid-19, ativistas de direitos humanos anunciaram que as denúncias de agressão às mulheres no ambiente doméstico aumentaram três vezes durante o período de quarentena e isolamento social (BAHIA, 2020a).

No panorama brasileiro, em que uma mulher é agredida a cada dois minutos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BAHIA, 2020a), a vulnerabilidade das mulheres aumentou em decorrência do aumento das tensões dentro de casa. Nesse período de isolamento social, com as famílias passando mais tempo juntas, os atos de violência, que já ocorriam no ambiente doméstico, tendem a se intensificar.

Ademais, a sociedade e os seus valores morais, também contribuem para a criação e para as reformulações legais, o que justifica a dificuldade e a morosidade na efetivação dos direitos já previstos e garantidos em Lei, principalmente quando se trata de violência no âmbito doméstico. Nesse diapasão, resta evidenciada a necessidade de ver os homens como um grupo a ser considerado para a implementação de políticas públicas no contexto da violência doméstica, estabelecendo a importância em buscar alternativas para o envolvimento dos homens com

a reflexão sobre a violência contra as mulheres, na busca pela igualdade de gênero.

Nesse viés, Schraiber; D'Oliveira; Falcão e Figueiredo (2005) analisam que trabalhar com os homens é fundamental, visto que eles são majoritariamente os autores da violência, e, caso não tenham possibilidade de refletir sobre o seu comportamento abusivo e violentador é bem provável que o reproduzirão ao longo da vida, gerando a sua reincidência em processos judiciais. Ratificando tal posicionamento, Saffioti acrescenta que:

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima. Sofrendo estas algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi mantendo seu *habitus*, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta. (SAFFIOTI, 2004, p. 68)

Portanto, é necessário o reconhecimento da importância dos serviços especializados voltados ao atendimento de mulheres vítimas de violência e dos seus agressores, através de investimento dos setores públicos e privados na capacitação e qualificação de equipe técnica, e em número suficiente para atender a demanda. Público que, muitas vezes, não expressa a realidade, tendo em vista que muitas mulheres permanecem “silenciadas”, seja por falta de conhecimento, pela religião, pela vergonha, pelo medo ou pela dificuldade em romper com o ciclo da violência no contexto vivenciado.

Assim, os conceitos e ações sociais que contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero e o aumento da

violência contra as mulheres devem ser revistos por toda a sociedade, não apenas pelo Estado. Importante, ainda, que se projete a visibilidade dos serviços de apoio que trabalham com pessoas envolvidas em relações de violações dos direitos humanos das mulheres. Sobre o tema Saffioti se posiciona da seguinte forma:

A relação dispõe de todos os elementos para continuar violenta, se ambas as partes não sofrerem um processo de ressocialização. Por que só a vítima e não o agressor? A resposta, muito repetitiva, tem sido: “porque a verba é curta, e a vítima tem prioridade”. Mas que prioridade esquisita! Trabalhando-se só a cabeça da mulher pode-se até tornar a relação mais violenta. É preciso trabalhar as duas partes da relação, se, de fato, se prioriza a transformação da relação entre homens e mulheres. (SAFFIOTI *apud* CUNHA, 2007, p.13)

Ainda, há a necessidade de conscientizar e tratar os homens que participam do cenário de violência doméstica e familiar, a fim de promover uma verdadeira transformação na sua memória para romper com as teorias patriarcais tão presentes na atualidade. A criação de centros de educação e responsabilização para os homens, autores de violência de gênero, prevista na Lei Maria da Penha é uma tentativa de buscar uma nova relação entre homens e mulheres.

Conclusão

A investigação sobre violência conjugal não caracteriza um problema analítico simples, por ser um fenômeno de relações sociais que envolve alto grau de complexidade. No contexto prático em que essas relações afetivas se constituem, buscamos os significados dos atos de violência contra as mulheres, revelados através dos discursos masculinos.

Nesse sentido, a nossa estratégia analítica se volta para uma análise da violência conjugal, na busca pelo entendimento da complexidade desse fenômeno, que não pode ser explicado sem a investigação dos aspectos constitutivos das masculinidades. Consideramos, também, a influência do patriarcado na construção da desigualdade de gênero, a influência da memória coletiva na formação da identidade masculina e a importância da constituição da família e da educação na construção da masculinidade, elementos que consubstanciam esse universo de diferenças.

Os dados sobre o gênero, as relações de poder, as faces da violência contra a mulher, as políticas públicas de enfrentamento à violência conjugal contra as mulheres e o cenário baiano dessa realidade revelou os desafios relacionados aos discursos que não se ajustavam facilmente a um só ângulo das relações sociais na qual estão imersos nesta pesquisa

A análise das práticas violentas e a discussão sobre o gênero foram preponderantes como suporte teórico analítico para compreender a construção da masculinidade e sua relação com a violência perpetrada contra as mulheres na relação conjugal.

Os dados analisados nessa pesquisa revelam que as relações do poder ou o exercício de poder está presente, mas não como um fenômeno *a priori* concentrado unicamente em um sujeito da relação, os homens, que supostamente o exercitam ao seu bel prazer. O poder masculino é reconhecido unanimemente, é fato, mas esse reconhecimento sinaliza que a dominação masculina é abalável vez que a mulher também exerce poder na relação afetiva.

Nesse viés, não há possibilidade de apontarmos de forma nítida como o poder é gerido nessas relações conjugais, em que momento o homem o exerce e em quais situações a mulher o externaliza. Assim, não se pode indicar antecipada e

taxativamente que todos os tipos de relações conjugais se configuram através de uma ordem de gênero e são regidas por uma lógica que destinam sempre a um sujeito específico o domínio sobre o outro, sem que haja formas de resistências ou modificação nos modos de relações regidas por algum grau de dominação.

Para o homem é obrigação da mulher se manter em casa, trancada, ele se recusa aceitar a ideia da sua companheira ter uma vida social ativa, em sair com amigas, se divertir, como se ela não tivesse esse direito. Esse comportamento tipicamente machista ainda é uma realidade.

Trabalhar o fenômeno de violência conjugal reforça a ideia fundamental da necessidade de trabalhar com os homens, vez que são eles majoritariamente os agressores. A partir disso, certamente, poderemos chegar mais próximo da compreensão do fenômeno da violência e buscar caminhos para combatê-lo. Para compreender a violência praticada pelos homens contra as mulheres é preciso incluir análises sobre os processos de socialização masculina e os significados de ser homem em nossa sociedade, na qual esses são educados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, incluindo a violência física, a forma geralmente aceita como marca ou prova de masculinidade.

Enfim, reconhecemos que essa pesquisa não se encerra aqui, ela é apenas uma contribuição aos estudos de gênero que precisa ser aprofundada para maior entendimento do comportamento masculino que tem suas raízes fincadas na ordem patriarcal e que ainda reverbera impunemente pela sociedade como um câncer que corrói lentamente a autoestima das mulheres.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. *In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO* 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 161-189.

BAHIA. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *A violência doméstica em período de isolamento social: como buscar ajuda*. Notícias. 2020a. Disponível em:

<http://www.mulheres.ba.gov.br/2020/05/2785/A-violencia-domestica-em-periodo-de-isolamentosocial-como-buscar-ajuda.html>. Acesso em: 2 out. 2020.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. *O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARDY, Ellen; JIMÉNEZ, Ana Luisa. Masculinidad y género. *Revista Cubana Salud Pública*, v. 27, n. 2, p. 77-88, 2001.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. *Dimensões*. Revista de História da UFES, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. *In: BRUSCHINI, Cristina; UNDEHAUM, Sandra G. (org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 323-338.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In: OLIVEIRA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (org.). Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. *In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (org.)*.

Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989. p. 25-27.

SCHRAIBER, Lilia Blima, D'Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas; FALCÃO, Márcia Thereza Couto; FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p 71-99, jul./dez. 1995.

Recebido em: Julho de 2021
Aprovado para publicar em: Agosto de 2021

Encarceramento feminino em tempos da pandemia da COVID-19

Luziê Maria Fontenele-Gomes¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

João Diogenes Ferreira dos Santos²

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a situação da mulher encarcerada em tempos da pandemia da Covid-19. Para tanto, a pesquisa tem como lócus a ala feminina de um presídio de segurança máxima, localizado no sudoeste da Bahia, Brasil. A metodologia da pesquisa se ancora nas entrevistas narrativas de duas mulheres privadas de liberdade sobre a Covid-19 e a sua situação de encarceramento. Os achados da pesquisa apontam para uma dor e um sofrimento contínuo dessas mulheres, sobretudo, pela ausência dos filhos e solidão, assim como a falta de materiais de higiene de uso pessoal. Há, portanto, uma invisibilização da mulher encarcerada, que permanece ainda na última escala das políticas penais.

Palavras-chave: Mulheres encarceradas. Pandemia. Vulnerabilidade.

¹ Doutoranda em Memória: Linguagens e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professora do Departamento de Ciências Humanas e Letras, da UESB. E-mail: luzietfontenele@uesb.edu.br

² Doutor em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pós-doutor pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: jdiogenes69@gmail.com

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la situación de las mujeres encarceladas durante la pandemia de Covid-19. Por lo tanto, la investigación tiene como lugar el ala femenina de una prisión de máxima seguridad, ubicada en el suroeste de Bahía, Brazil. La metodología de investigación se basa en las entrevistas narrativas de dos mujeres privadas de libertad sobre el Covi-19 y su situación de encarcelamiento. Los hallazgos de la investigación apuntan a un continuo dolor y sufrimiento de estas mujeres, principalmente debido a la ausencia de hijos y la soledad, así como a la falta de materiales de higiene personal. Hay por tanto, una invisibilidad de las mujer encarcelada, que aún permanecen en la última escala de las políticas penales.

Palabras clave: Mujeres encarceladas. Pandemia. Vulnerabilidad.

Abstract

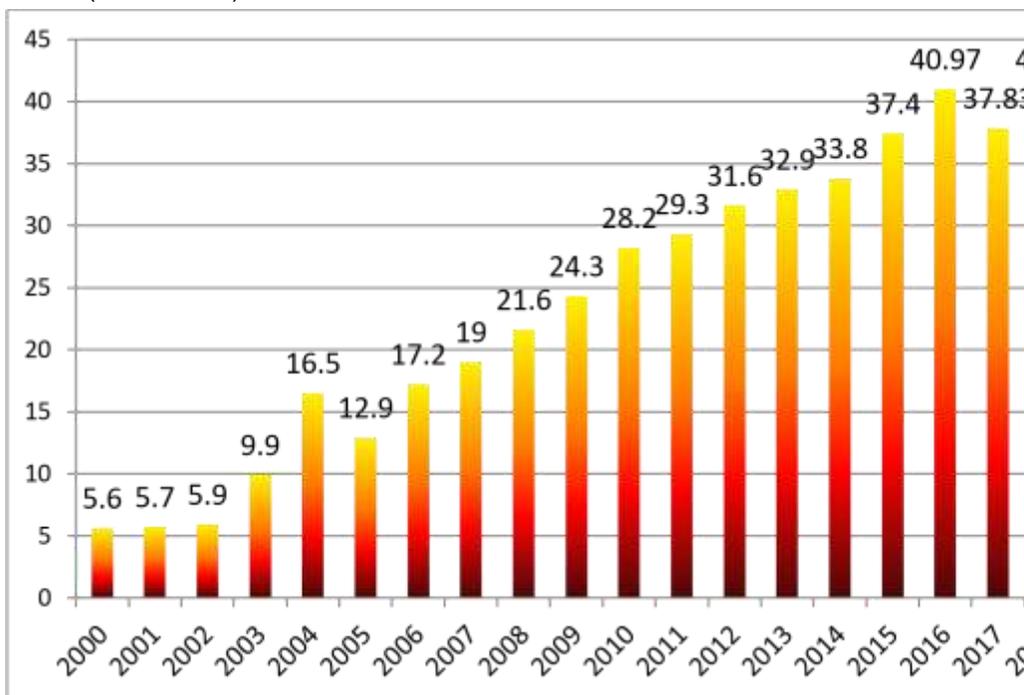
This article aims to discuss the situation of incarcerated women during the Covid-19 pandemic. For that, the research has as locus the female wing of a maximum security prison, located in the southwest of Bahia, Brazil. The research methodology is based on the narrative interviews of two women deprived of liberty about Covid-19 and their incarceration situation. The research findings point to a continuous pain and suffering of these women, mainly due to the absence of children and loneliness, as well as the lack of personal hygiene materials. There is, therefore, an invisibility of the incarcerated women, who still remain in the last scale of penal policies.

Keywords: Imprisoned women. Pandemic. Vulnerability.

Prisão de mulheres

O aumento do encarceramento da população feminina é um fenômeno que vem provocando muitas discussões e estudos acerca dessa realidade brasileira, visto que o país, conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), de 2020, ocupa a quarta posição no ranking mundial de encarceramento de mulheres (BRASIL, 2020). O Infopen é um sistema criado em 2004 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e reformulado em 2014 (BRASIL, 2014a), apresenta a análise de dados estatísticos do fluxo de entrada e saída no sistema prisional, infraestrutura dos estabelecimentos penais e, também, políticas de assistência e garantia de direitos previstas na Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 1984). As informações são coletadas por meio de um formulário preenchido pelos próprios gestores de todos os estabelecimentos prisionais do país. De acordo com o Infopen (BRASIL, 2020), o encarceramento de mulheres no Brasil, no período de 2000 a 2020, apresentou uma pequena queda nos três últimos anos, conforme o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Evolução do encarceramento feminino 2000-2020 (em milhar)



Fonte: Infopen, 2020 (BRASIL, 2020).

Embora haja essa queda no número de encarceramentos, esses dados são alarmantes e apontam para a necessidade de estudos acerca desse fenômeno prisional. Em 2014, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão executivo subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que acompanha e controla a aplicação das diretrizes da Política Penitenciária Nacional e da Lei de Execução Penal, fez uma análise sobre a inserção das mulheres no sistema prisional, através da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) (BRASIL, 2014b).

A PNAME tem como objetivo “reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras” (BRASIL, 2014b, p. 1), conforme previsto na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). A primeira meta prevista estabelece que sejam coletados dados sobre o número de estabelecimentos femininos e mistos que custodiam mulheres; número de mulheres gestantes, lactantes e parturientes; o perfil da mulher privada de liberdade indicando, faixa etária, cor ou etnia, deficiência, nacionalidade, grau de instrução, profissão, filhos; número de mulheres que participam das atividades laborais internas e externas e educacionais, formais e profissionalizantes; dados sobre a saúde entre outras informações (BRASIL, 2014b).

E, a partir da coleta destes dados, em 2017, foi publicado o Infopen Mulheres (BRASIL, 2017) atendendo a essa primeira meta da PNAME com apresentação dos dados dos serviços penais voltados para garantia de direitos das mulheres em situação de prisão. No entanto, até este ano de 2021, esta é a única publicação com dados analisados e detalhados do Relatório com Levantamento Nacional da Infopen sobre o aprisionamento de mulheres, o que denuncia a invisibilidade que as políticas públicas prisionais vêm tratando a situação das mulheres encarceradas. No momento, os dados coletados sobre as pessoas privadas de liberdade, tanto do sexo masculino quanto do feminino, são apresentados por gráficos generalizados sem especificações ou análises (BRASIL, 2020).

No estado da Bahia, o encarceramento de mulheres também teve um aumento expressivo no ano de 2017, o equivalente ao percentual de 455%, conforme os dados do Infopen (BRASIL, 2017). Atualmente, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), os dados atualizados, em novembro de 2021, apontam

para uma queda de 31% para o encarceramento de mulheres (BAHIA, 2021).

A mulher, ao ser encarcerada, depara-se com uma realidade muito adversa, uma vez que o panorama das prisões brasileiras, em geral, apresenta péssimas condições de espaço físico, caracterizado por um lugar fechado, embolorado e de pouca iluminação e, ainda, conforme

Heleusa Figueira Câmara (2010, p. 183), com “normas de convivência para que a ordem não seja prejudicada num espaço em que pessoas diferentes, embora com histórias de acontecimentos classificados como semelhantes, vivam juntas um tempo marcado”, uma convivência que exige uma padronização de condutas.

O sistema prisional não é somente marcado pelas grades, muros, cercas, celas e cadeados, há uma prisão simbólica de limites, subordinações, contexto no qual Câmara (2001, p. 194) ressalta que, ao viver na prisão, “sob ordens de funcionamento específicas, o agrupamento dessas pessoas, de procedências distintas e por razões diversas, a depender do interesse, estimula o vigor do seu sentimento de unidade, como forma possível de adaptação”. Desse modo, as pessoas privadas de liberdade vão perdendo sua identidade para se tornarem mais um elemento da massa carcerária, agindo de forma praticamente autômata. Esta forma de controle exercida nas prisões, ao usar a disciplina como um modo específico de punir e de assegurar a ordem mediante convivência entre as regras do espaço prisional e as pessoas privadas de liberdade, assemelha-se ao controle exercido em outros espaços, a exemplo da escola, dos hospitais e outros (FOUCAULT, 2009).

A prisão é um mundo complexo, delimitado por horários rígidos e vigilância, além da uma aprendizagem de códigos referentes não só às normas de conduta exigidas pelo

estabelecimento, como também pelas constantes incorporações de novos códigos de comunicação e mensagens veiculadas dentro dos pavilhões entre as pessoas encarceradas. Em tais condições, viver na prisão e sobreviver, requer “obediência e capacidade de ‘enquadrar-se’ e de adaptar-se às regras” (IRELAND, 2011, p. 28).

Nesse ambiente hostil e insalubre, as mulheres privadas de liberdade coabitam com tantas outras em um regime de obediência e subordinação, sofrem muito com a prisão não somente pelo ambiente masculinizado, mas também por sua invisibilização, caracterizada pela subjetividade feminina. A subjetivação está relacionada ao modo como as mulheres se submetem às regras, aos códigos morais, às proibições, às suas relações com o próprio corpo entre outras práticas sociais que culminam na produção de sujeições. Michel Foucault (2006, p. 256) atribui à subjetivação ao “processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”. Constitui-se, portanto, em uma construção social coletiva, formadora de verdades que são transmitidas através do discurso, determinando as maneiras de pensar, agir e cuidar de si.

As mulheres privadas de liberdade, ao viverem em ambientes sem cuidados sanitários adequados, com precária infraestrutura e todas as condições subumanas decorrentes do cárcere, tiveram a situação de vulnerabilidade mais agravada ainda durante a pandemia da Covid-19. Embora essas mulheres, ao adentrarem ao mundo do crime, pareçam ter rompido com o normativo de gênero atribuído à identidade mulher, continuam sendo vítimas da violência. A normalização, conforme Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 83) “é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta

no campo de identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas”. Na prisão, a violência contra as mulheres é normalizada, transcorre através da arquitetura das celas, problemas de superlotação, pouca ventilação, escassez de produtos de higiene e até mesmo de racionamento da água, entre tantas outras questões. A saúde das mulheres também é comprometida por doenças transmissíveis como a tuberculose, sarna, HIV, sífilis e hepatite, além do risco de contrair a Covid-19. Assim, as mulheres sofrem uma violência de uma forma ainda mais ampla como da violência exercida pela sociedade patriarcal sobre os seus direitos.

O patriarcalismo, conforme Heleieth I. B. Saffioti (2004, p. 54), atravessa a esfera privada para a pública perpassando não somente a sociedade civil, mas também o Estado que, segundo a autora, embora sejam “esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social”. Do mesmo modo, o espaço prisional, lugar público do âmbito do estado, é evidente a presença do patriarcalismo nas relações de poder estabelecidas entre agentes de segurança, sociedade e a mulher privada de liberdade, ao ser permanentemente julgada pelos delitos e condutas antes da prisão. A mulher privada de liberdade sofre com o tratamento indiferente que é dado nas relações interpessoais intramuros e com a visão estigmatizada imposta pela sociedade que impõe a legitimação de uma identidade criminosa dentre tantas outras penalizações.

Narrativas de mulheres encarceradas durante a Covid-19

As narrativas são histórias que as pessoas contam sobre si mesmas ou de algum acontecimento importante, são ricas em indícios, porque trazem muitos detalhes. Elas

“possibilitam identificar e refletir sobre aspectos característicos a partir dos quais produzem histórias cruzadas entre o individual e o contexto social coletivo” (EUGÊNIO; TRINDADE, 2017, p. 121). Assim, as narrativas, por não se constituírem somente por histórias individuais, são essenciais para desvelar o todo em uma perspectiva do coletivo.

A entrevista narrativa é um método da pesquisa qualitativa, “considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013, p. 95), o pesquisador não impõe perguntas aos informantes (esse é o termo usado pelo método), mas procura ouvir com atenção a história, deixando a narrativa transcorrer conforme as observações do próprio informante.

Os pesquisadores Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer (2013) destacam que as entrevistas narrativas são úteis em projetos de pesquisa que englobam histórias de vida e contextos sócio-históricos. Os autores explicam que “histórias pessoais expressam contextos sociais e históricos mais amplos, e as narrativas produzidas pelos indivíduos são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013, p. 104). Entendemos, então, que as narrativas relatadas pelas mulheres privadas de liberdade não são apenas histórias sob o ponto de vista de cada uma, mas sim que essas narrativas fazem parte de um sentimento que é perpassado entre todas as mulheres na mesma situação de encarceramento vivido durante a pandemia da Covid-19. Utilizamos, portanto, as entrevistas narrativas como o percurso metodológico que mais se aplica ao contexto das mulheres privadas de liberdade.

Assim, iniciamos a investigação, em uma sala de aula do conjunto penal, explicando, de forma ampla para as 21

mulheres privadas de liberdade que foram por livre vontade à sala de aula, que gostaríamos de ouvir as histórias de duas mulheres sobre o período da Covid-19 estando em situação de encarceramento. Perguntamos ao grupo quem gostaria de participar da pesquisa e quase todas as mulheres levantaram a mão, então, escrevemos os nomes das mulheres em papezinhos, colocamos em uma cesta e sorteamos os nomes de somente duas mulheres, visto que não tínhamos espaço nem tempo para analisarmos todas as histórias. Posteriormente, falamos separadamente para essas duas mulheres que gostaríamos de ouvir a história de cada uma sobre o período de pandemia no cárcere e pedimos permissão para gravar a narrativa.

As entrevistas narrativas foram realizadas em dois dias, no período da tarde, na sala de aula do conjunto penal. O lócus desta pesquisa é um conjunto penal situado no sudoeste da Bahia, no Brasil, um estabelecimento misto que custodia homens e mulheres. Este espaço é composto por sete módulos com dezesseis celas em cada um, o regime penal por módulo é distribuído em quatro módulos com regime fechado: Presídio I; Presídio II, Penitenciária I e Penitenciária II, todos masculinos; três módulos com regime semiaberto, sendo dois para o sexo masculino e um para o sexo feminino. No período da pesquisa, o conjunto penal abrigava 26 mulheres entre aquelas já condenadas, cumprindo pena, e outras em prisão provisória, aguardando o julgamento.

As narrativas foram relatadas separadamente pelas duas mulheres privadas de liberdade, que denominamos aqui por nomes fictícios relacionados às flores – Rosa e Margarida –, a fim de preservarmos o anonimato das informantes. Rosa tem 26 anos de idade, três filhos pequenos com idades entre 4 e 7 anos, está presa há 3 anos, e Margarida tem 22 anos de idade, dois filhos gêmeos de 3 anos, está presa há 2 anos e meio.

Rosa começa sua narrativa contando suas primeiras impressões da Covid-19 no cárcere:

A pandemia trouxe mais sofrimento pra gente, porque a gente fica sozinha mesmo, sem ver ninguém da família (Pausa) e tem gente que nem notícia teve, só foi ter muito tempo depois (Pausa). Tem companheiras disseram que a família delas praticamente tinha morrido toda por causa desse covid (Pausa). Eu fiquei com muita saudade, muito medo, eu tenho mãe e filhos pequenos, eu só pensava neles, se minha mãe morresse como eles iam ficar. E quem ia cuidar da minha mãe se ela ficasse doente de covid? E dos meus filhos? É tudo miúdo ainda (Pausa). Eu pensava: se minha mãe morresse e se eles [filhos] forem doados como o povo daqui fala quando a mãe tá presa. Senti muito medo, até hoje sinto medo, medo, medo. Pavor! No início, eu nem acreditei nessa história de covid, de isolamento social, mas depois o tempo foi passando, passando até que eu caí na real (Pausa), também fiquei com medo de pegar covid e morrer e ninguém nem saber que eu morri. Eu não quero morrer não, eu tenho meus filhos pra criar (Pausa). Quero sair daqui logo e começar uma vida nova, sem problema com a justiça, quero tá limpa, por isso uso essa máscara o tempo todo, lavo, troco, lavo bem direitinho, porque não quero pegar covid não, eu só penso nos meus filhos. (ROSA, mulher privada de liberdade).

Essa narrativa apresenta bem o sentimento de solidão e abandono que a maioria das mulheres sentem por estar em isolamento no cárcere. Rosa afirma que nem acreditava que existisse de fato a pandemia e só acreditou porque o tempo foi passando e ela percebeu que não mais recebia visita e que tudo tinha parado mesmo. Fala, também, sobre o sofrimento que sentia, a saudade da família, o medo da mãe morrer de Covid-19 e que os seus filhos fossem entregues para adoção por não ter ninguém para cuidar deles, ela repete a palavra medo e fala em pavor, ao pensar nessa possibilidade.

Este pavor denota o que muitas pesquisas já constataram, que a mulher privada de liberdade quando mãe de crianças, o sofrimento no cárcere é aumentado devido a separação de seus filhos e a preocupação constante de quem cuidará deles enquanto estiverem presas, além do pavor de perdê-los para uma adoção. Essa ideia causa pânico e temor na maioria das mulheres, gerando uma instabilidade emocional que, aos poucos, vai afetando também a saúde mental.

Rosa fala do sofrimento das companheiras que não tiveram nenhuma notícia dos familiares, do sentimento de abandono, das companheiras que perderam muitos familiares para a Covid-19. Nesse relato marcado pelas pausas mostra a dor, o desespero no tom da voz, nas paradas para refletir sobre a angústia de estar no cárcere sem saber nada sobre a família e o pavor da Covid-19 para ela e familiares. Narra ainda sobre o medo de contrair a Covid-19, por isso o cuidado constante com a troca e a higiene no uso da máscara. Mas, mesmo diante dessas dificuldades e desalento, Rosa fala da perspectiva de começar uma vida nova quando sair da prisão. Essa esperança e esse olhar lançado para um futuro possivelmente é o que leva Rosa a superar as dificuldades e os desafios do cárcere.

Na narrativa de Margarida, o falar sobre a Covid-19 e sua condição de privação de liberdade gera nela dor e uma emoção intensa, a sua fala foi entrecortada várias vezes pela emoção, pelas lágrimas e pelo choro.

Quando veio a pandemia, eu nem acreditei, vieram falar com a gente como seria dali por diante, nem acreditei (chora). Aqui a gente fica fora do mundo mesmo. Eu pensei que fosse uma coisinha rápida de 1 ou 2 meses, mas não, já passou 2 anos e agora que as coisas estão ficando parecido como era. Eu tenho 2 filhos pequenos que tão com a minha mãe, eu só pensava neles, como eles estava (chora). É um desespero que bate na gente, uma dor que dói demais, uma facada no peito

(chora). Eu passei muito tempo ruim aqui, não queria comer, não queria ir pro pátio, nada. Eu só chorava, chorava de saudade, de dor, de arrependimento. Eu queria morrer, mas quando pensava nos meus filhos e na minha mãe, pedia força pra Deus. Acho que fiquei assim mais de mês. Se a gente pensa que as coisas tão ruim, nem imagina que pode ser pior. Foi o que aconteceu com esse covid. Eu reclamava, ficava impaciente de estar aqui presa, era agoniada, uma coisa no meu peito que nem eu sabia. Mas quando parou tudo, eu fui ficando com medo, com medo, apavorada com tudo, de morrer, de minha mãe morrer, meus filhos morrer, do mundo se acabar e eu tá aqui sozinha sem eles perto de mim. Não queria mais sair da cela, se era pra morrer que eu ficasse ali mesmo. Mas, eu tenho 2 meninos gêmeos, de 3 anos, a coisa mais linda do mundo, mas que eu não posso estar perto (chora), porque tô presa. Eu fico perguntando dentro de mim: por que Deus faz isso com a gente? Por que deixa a gente fazer as coisa errada? Eu acordo todos os dias com essa dor no peito de saudade, de arrependimento. O covid foi o chicote que faltava. (MARGARIDA, mulher privada de liberdade).

A narrativa de Margarida apresenta bem o sofrimento latente que sente essa mulher jovem de 22 anos de idade, mãe de gêmeos, mesmo estando presa há 2 anos e meio, ao se referir aos filhos e a mãe, parece que a dor com a separação dos filhos é recente. Margarida apresenta um sofrimento latente e contínuo, caracterizado por um quadro de depressão, ao narrar que o tempo passado na prisão foi mudando o seu comportamento, no início era uma pessoa inquieta, agoniada, mas depois do isolamento da Covid-19, ela parou. Nas suas próprias palavras já percebemos o desânimo e os traços da depressão “Eu passei muito tempo ruim aqui, não queria comer, não queria ir pro pátio, nada. Eu só chorava, chorava de saudade, de dor, de arrependimento. Eu queria morrer [...]”.

Acho que fiquei assim mais de mês”. O isolamento na prisão e a suspensão das visitas aliada a falta de notícias acarretou um dano físico e emocional muito grande para a maioria das mulheres.

Margarida para a sua narrativa diversas vezes para chorar, sente-se arrependida e culpada por estar nessa situação de cárcere, ela questiona Deus por que Ele permitiu que chegasse a essa situação de estar longe dos filhos gêmeos, que diz serem “as coisas mais lindas do mundo”. Seus sentimentos são de culpa, arrependimento, solidão, medo com um autoquestionamento constante, não há nenhum momento de uma paz interior, de um equilíbrio ou um vislumbamento de futuro melhor, ao sair da prisão. Para Margarida, só existe o presente marcado pelo sofrimento e esse presente é um desespero que é chicoteado pela Covid-19, conforme a própria fala dela.

A pandemia acentuou a angústia e a dor das mães privadas de liberdade, muitas delas acabam por desenvolver um quadro de depressão, tendo a saúde mental bastante vulnerável nessas situações de solidão e desamparo, já há casos registrados no Brasil de suicídio durante a pandemia (BRASIL, 2020). Fato que nos leva a refletir sobre as condições preocupantes de saúde física e mental na prisão antes da pandemia da Covid-19 e que, agora, tornaram-se mais críticas em virtude da ausência de ações efetivas de políticas penitenciárias sobre a saúde e outras alternativas para o cumprimento de pena.

Outra questão relevante destacada nessas entrevistas narrativas foi a precariedade na alimentação e na assistência material para as mulheres privadas de liberdade, a falta de auxílio material quer em alimentos quer em materiais de higiene pessoal que muitas mulheres recebiam de suas famílias contribuiu, substancialmente, para o sentimento de solidão e desolação no cárcere, conforme a narrativa de Rosa.

O covid também não deixou entrar coisas pra gente aqui no presídio por causa do vírus, explicaram pra gente isso. Mas também não deram muita coisa que a gente precisava. É tudo. É sabonete, é shampoo, é absorvente, é pasta de dente, é papel higiênico, é remédio, é tanta coisa que a gente precisa. É comida porque a comida daqui é muito ruim, a gente come pra não passar fome (Pausa). Mas eu não tô reclamando não, estou só contando, já passou. As companheiras ficava apoiando umas as outras, se não fosse um pouquinho de cada uma, não sei não. A gente não é bicho, a gente é gente como a senhora aí, a gente sofre e sofre muito. Esse tempo que a gente passou na pandemia é como se fosse um tempo dobrado. O que era ruim ficou muito pior. Ficar sem ver os filhos, a família, ficar sem as coisas que a gente precisa aqui, é muito ruim mesmo. Foi por Glória do Senhor a gente tudo não morreu também. Aqui tá mais um desabafo, eu não tô acusado ninguém não, eu só tô falando, lembrando aqui esse tempo ruim. (ROSA, mulher privada de liberdade).

As condições de infraestrutura material na prisão é um fator que acarreta muito sofrimento às mulheres privadas de liberdade. Sem as visitas dos familiares que levavam esse auxílio, muitas mulheres tiveram que contar com a subdivisão do pouco que tinham com as próprias companheiras. A instituição penal que abriga as mulheres fornece materiais de higiene, no entanto, sabemos que, em geral, o orçamento recebido da esfera governamental para os estabelecimentos penais não atende completamente à demanda.

Rosa fala da alimentação ruim, que corresponde a uma queixa quase que generalizada entre as pessoas privadas de liberdade, o Estado gasta milhões em alimentação destinada aos estabelecimentos penais, todavia não há uma política para a verificação da qualidade e gestão desse alimento, gerando sempre uma questão de tortura, já que o alimento é vital para as pessoas.

Na narrativa de Rosa, por duas vezes, ela ressalta que não está reclamando e, posteriormente, que não está acusando ninguém, possivelmente, é uma forma velada de escamotear o medo da punição, caso o que narra tenha um sentido de queixa sobre a atuação da direção da instituição prisional. Este medo é um sentimento comum às pessoas privadas de liberdade, em geral, elas tomam muito cuidado com o que falam, com medo de futuras represálias por parte da Instituição ou mesmo dos/das companheiros/companheiras do cárcere.

Por fim, Rosa classifica o tempo da pandemia no presídio como se fosse um tempo dobrado, ou seja, todas as mulheres sofreram em dobro, porque, além de estarem presas, não receberam visitas, não viram os filhos, não receberam notícias e nem ajuda dos familiares em relação à alimentação e aos produtos de higiene pessoal, caracterizando o dobro de sofrimento e dor.

Na narrativa de Margarida também há menção às dificuldades de acesso aos materiais de higiene de uso pessoal nesse período de pandemia.

Minha mãe sempre me ajudou aqui trazendo umas coisinhas aqui, mas o covid não deixou trazer mais nada, no início foi dureza (Chora). Faltou muita coisa pra gente aqui, foi muito sofrimento mesmo. Tinha noite que nem dormia, o calor, o cheiro ruim, a comida ruim, os mosquitos, gente doente, meu Deus, eu pensei em morrer também, em sair desse mundo (Chora). Quando o pessoal da Igreja vinha aqui antes, a gente ficava com mais fé, mas sem ninguém pra olhar por nós, foi difícil. Eu estou desabafando aqui, não quero que bote meu nome não, porque nunca se sabe né? Eu queria morrer, mas tinha medo de morrer e deixar minha mãe e meus filhos, eu não sei explicar. Passei necessidade aqui, passei fome, passei frio, tudo o que tu imaginar eu passei. (MARGARIDA, mulher privada de liberdade).

Margarida fala da ajuda da mãe, ao trazer alimento e materiais de higiene de uso pessoal para ela e do sofrimento de não ter tido acesso a esses materiais durante a pandemia. Fala também da comida ruim do presídio, das condições precárias como pouca ventilação, mosquito, cheiro ruim, a convivência com outras mulheres doentes e o medo de contrair a Covid-19. Margarida, ao narrar sua história, faz muitas paradas para chorar, é possível percebermos a sua fisionomia abatida e de tristeza, ela mesma diz que já passou muitas dificuldades no presídio como fome e frio, mas diz que tudo isso é um desabafo e pede para não ser identificada. Mesmo diante do sofrimento, ao narrar suas experiências durante a pandemia, Margarida toma o devido cuidado de alertar que sua fala não é uma queixa ou acusação, ou algo a ser investigado, é apenas um desabafo impregnado pela emoção do momento.

A preocupação tanto de Margarida como de Rosa sobre a necessidade de avisar que suas falas não são reclamações ou acusações aponta para uma seleção consciente do que elas podem falar e, caso, tenham excedido em algum comentário, que isso seja visto como emoção momentânea em lembrar o período crítico da pandemia no cárcere. Sabemos, no entanto, que esse modo de se comportar na fala faz parte de uma regra de conduta interna entre as pessoas presas, uma censura prévia das palavras, tendo em vista o bom viver no sistema prisional.

Conclusão

A prisão é um ambiente solitário que causa muita dor, principalmente para as mulheres, com o advento da pandemia da Covid-19, esse sofrimento foi potencializado. A determinação do isolamento social, as aulas, as visitas de familiares e de instituições religiosas foram suspensas, fragilizando a condição da mulher em privação de liberdade

não somente pelo isolamento físico de sua família e, principalmente dos filhos, mas também pelo não recebimento e envio de alimentos e/ou material de higiene pessoal.

Portanto, diante dessa vulnerabilidade das mulheres em situação de cárcere, são necessárias que outras medidas de cumprimento de pena sejam previstas, sobretudo para as mulheres que são mães, haja vista que a saúde no espaço prisional é comprometida pela insalubridade, racionamento de bens de higiene pessoal, água potável entre outras necessidades básicas, contextos que incidem, em grande parte, para o desenvolvimento ou agravamento de questões relacionadas à saúde mental da população feminina. Tornando, assim, imprescindível que o Estado garanta condições mínimas de saúde e dignidade para as pessoas privadas de liberdade, sobretudo as mulheres, que sofrem muito mais pelo estigma que dado a ela e pela consequente exclusão social.

Referências

BAHIA. Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. *Mapa da população carcerária em 16 de novembro de 2021*. [2021]. Disponível em:

<http://www.seap.ba.gov.br/sites/default/files/dados/2021-11/PRESOS%20CONDENADOS%20E%20PROVIS%C3%93RIOS%20-%2016-11-2021.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen*. Período janeiro a junho de

2020. Atualizado em 30 de setembro de 2020. Brasília, DF: Departamento Penitenciário Nacional, 2020.

Disponível em:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYjg3YjNjYjYtMmZmYi00MDkyLTkxNDktZGU2MzY2ZjI>

2ZTIIiwiidCI6ImViMDkwNDIwLTO0NGMtNDNmNy05MwYyLT
RiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. *INFOPEN Mulheres*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres*, junho de 2014. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2014a. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-nobrasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014*. Institui a

Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências (PNAMPE). Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/documento-portaria-interm-mj-mspm-210160114.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. *Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

CÂMARA, Heleusa Figueira. *Além dos muros e das grades* (discursos prisionais). São Paulo: EDUC, 2001.

CÂMARA, Heleusa Figueira. Força, poder e violências em discursos prisionais. In: NOVAES, Cláudio Cledson; SOUZA, Lícia Soares de; SEIDEL, Roberto Henrique. *Figuras da violência moderna: confluências Brasil/Canadá*. Feira de Santana: Ed. da UEFS, 2010.

EUGÊNIO, Benedito; TRINDADE, Luca Bonina. A entrevista narrativa e suas contribuições para a pesquisa em educação. *Pedagogia em Foco*, Iturama, v. 12, n. 7, p. 117-132, jan./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/260-721-1-SM.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

IRELAND, Thimoty D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 86, p. 1-179, nov. 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrative. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

Recebido em: Julho de 2021

Aprovado para publicar em Agosto de 2021

A Pandemia do Coronavírus e as Pesquisas em Rede na Bahia

Maria Luzia Braga Landim

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB

Tiago Landim d'Avila

Universidade Federal da Bahia-UFBA

Resumo

Durante os estudos sobre a Covid-19, os fatores biopsicosociais analisados incluíram pensamentos plurais, questões culturais e socioeconômicas pelos quais indivíduos e grupos experimentaram, perceberam, e se comportaram diante das vulnerabilidades que os tornavam expostos a riscos, níveis de desagregação social e morte na pandemia. Subsidiados por diagnósticos que indicavam fragilidades nas instituições de saúde, educação e proteção social, os pesquisadores em rede permutaram conceitos sociais e em saúde, que pudessem solucionar o problema da disseminação da doença. Baseados em saberes e fazeres criaram abordagens e perspectivas inovadoras, produziram uma vacina contra a proliferação da enfermidade, e deixaram o legado na história da humanidade sobre os significativos avanços científicos obtidos nas interações institucionais e parcerias em rede.

Palavras-chave: Riscos sanitários, sociais e culturais, pesquisas em rede, Nordeste-Bahia.

Resumen

Durante los estudios sobre el Covid-19, los factores biopsicosociales analizados incluyeron pensamientos

plurales, culturales y socioeconómicos a través de los cuales los individuos y grupos experimentaron, percibieron y se comportaron frente a vulnerabilidades que los exponían a riesgos, niveles de desagregación social y muerte en sociedad pandemia. Apoyados en diagnósticos que señalaron debilidades en las instituciones de salud, educación y protección social, los investigadores de la red intercambiaron conceptos sociales y de salud que podrían solucionar el problema de la propagación de la enfermedad. Con base en conocimientos y prácticas, crearon enfoques y perspectivas innovadoras, produjeron una vacuna para contener la proliferación de la enfermedad y dejaron un legado en la historia de la humanidad sobre los importantes avances científicos obtenidos en interacciones institucionales y asociaciones en red.

Palabras clave: Salud, riesgos sociales y culturales, investigación en red, Nordeste de Bahía.

Abstract

During the studies on Covid-19, the biopsychosocial factors analyzed included plural thoughts, cultural and socioeconomic issues through which individuals and groups experienced, perceived, and behaved in the face of vulnerabilities that made them exposed to risks, levels of social disaggregation and death in society pandemic. Supported by diagnoses that indicated weaknesses in health, education and social protection institutions, the network researchers exchanged social and health concepts that could solve the problem of the spread of the disease. Based on knowledge and

practices, they created innovative approaches and perspectives, produced a vaccine to contain the proliferation of the disease, and left a legacy in the history of humanity on the significant scientific advances obtained in institutional interactions and network partnerships.

Keywords: Health, social and cultural risks, network research, Northeast-Bahia.

Introdução

As crises sociais, culturais e econômicas deflagradas durante a pandemia da Covid-19, ampliaram vulnerabilidades e fragilidades institucionais e governamentais, expuseram as desigualdades humanas, e programas sociais, educacionais e, em saúde, provocando desafios inimagináveis, diante do arrebatamento da doença que invadia os espaços familiares e sociais, e causava instabilidade e insegurança, enquanto o coronavírus vitimava milhões de pessoas em todo o mundo.

Diuturnamente as instituições de saúde envidaram esforços em produzir a vacina e imunizar a população do vírus que causava problemas em todos os níveis, e extrapolava as possibilidades dos hospitais no atendimento aos pacientes, pela falta de matéria-prima e produtos industrializados de proteção que combatessem as doenças respiratórias, respiradores e oxigênio.

Com o advento e ampliação dos recursos da internet, os mecanismos de buscas e trocas de saberes nas bases de dados, os pesquisadores permutavam ideias faziam experimentos com a finalidade de conhecer as formas de contaminação com perspectivas para descobrir os meios possíveis para debelar a

doenças, e diminuir os estragos causados na vida das pessoas pois a cada dia milhares e milhões de pessoas não sobreviviam.

Os diagnósticos realizados por pesquisas pluridisciplinares reconhecem as estruturas sociais e espaciais como base para elaborar metas e ações que prescindam de análises sob o ponto de vista de valores, hábitos, costumes, comportamentos individuais e coletivos, para priorizar problemas a serem solucionados em curto prazo, acompanhando os resultados para viabilizar a participação dos sujeitos sociais.

Os diagnósticos conduziram às fragilidades locais, diversidades no status social de grupos populacionais, padrões de vida, e/ou desequilíbrios e dilemas funcionais de entidades e instituições na educação, justiça e proteção para estabelecer a categorização das vulnerabilidades e agravos evidenciados pela Covid-19.

Os suscetíveis acontecimentos que os estados da Federação foram vítimas no coronavírus, registraram as dificuldades existentes e disseminadas depois do surto considerado como pandemia em março de 2019, que atraía o medo, pânico e insegurança, mas, continuavam lutando para sobreviver, e superando confrontos e conflitos.

A Bahia, o maior Estado da região Nordeste a Covid-19 evidenciou as vulnerabilidades de riscos sanitários, sociais, econômicos, produzindo uma extrema pobreza, exclusão, e privação de direitos humanos fundamentais, quiçá, nunca vistos. As necessidades e carências maiores do que em outras regiões como a Sudeste e Sul, provocavam incertezas no futuro, embora, o sertanejo não desanimou. Empenhados por melhoria de qualidade de vida e bemestar, se uniram em campanhas para tentar minimizar a catástrofe humana inesperada.

Os sertões se fizeram, desse modo, um vasto reservatório de força de trabalho barata, passando a viver, em parte, das contribuições remetidas pelos sertanejos emigrados para sustento de suas famílias. O grave, porém, é que emigram precisamente aqueles poucos sertanejos que conseguem alcançar a idade madura, com maior vigor físico, tendendo a fixar-se nas zonas mais ricas do Sul aqueles nos quais a paupérrima sociedade de origem investiu o suficiente para alfabetizar e capacitar para o trabalho. Desse modo, o elemento humano mais vigoroso, mais eficiente e mais combativo é roubado à região, no momento preciso em que deveria ressarcir o seu custo social. (RIBEIRO, 1995. p.346)

Em torno do Estado da Bahia, o desemprego extrapola e alcança mais de um milhão de desocupados e desalentados que convivem com as vulnerabilidades de riscos. A população resiliente, busca na informalidade, superar os níveis de renda e emprego considerados inferiores, direitos trabalhistas vilipendiados provenientes dos baixos níveis de escolaridade, a falta de acesso a fontes de conhecimento, e a distribuição econômica desigual.

Conceituar o ser como vulnerável refere-se à condição de indivíduos em situação de fragilidade, expostos a riscos, exclusão, discriminação, desagregação e, à margem da sociedade. O enfraquecimento de indivíduos ou grupos provocado por convenções sociais que tendem a excluir cidadãos pela falta de escolaridade, baixo poder aquisitivo, falta de direitos básicos a sobrevivência e acesso a saúde, urgem de soluções que minimizem a exclusão social, que promovam oportunidades de inclusão a sociedade e ao mercado de trabalho.

Muitos são os problemas provenientes de desigualdades sociais, crises financeiras e econômicas. A falta de escolaridade, moradia precária sem saneamento básico e dados

epidemiológicos subnotificados, apontam para os baixos níveis de capital social, humano, que contribuem para a violência social, rural e urbana.

Os impactos pré e pós pandemia demonstraram que a configuração estrutural das instituições sociais, culturais e econômicas de grupos, familiares, nas distintas dimensões da vida foram ineptas, no enfrentamento da crise e enfraqueceram significativamente os sistemas de seguridade, de proteção social, ampliando a intolerância e a falta de respeito ao outro.

Um novo paradigma propõe a pesquisa em rede como conhecimento parceiro de criação e construção pluridisciplinar cujo agrupamento de disciplinas esteja no mesmo nível hierárquico, mas, agrupadas de forma ampla e irrestrita sobre as particularidades da sociedade pesquisada. Com o propósito de adaptar as evidências dos comportamentos, e estereótipos criados, as resistências, hábitos e crenças, saberes e aprendizados simbólicos e representações sociais, os estudos pormenorizados são necessários para o entendimento dos sujeitos sociais.

As produções simbólicas usadas como formas de dominação entre as diferenças de níveis de renda, recursos, riqueza e capital, padrões de vida e emprego, contribuem para a integração real da classe dominante e assegura discursos que repercutem aos membros dos grupos, criando no imaginário coletivo a falsa consciência da classe dominada por meio de estratificações sociais que legitimam suas distinções.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social, mas, conforme seus interesses, imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais... As tomadas de posição dos dominantes são estratégias de dominação que tendem a reforçar dentro e fora

da classe, a crença da legitimidade da dominação da classe.
(BOURDIEU, 1989. p.11)

As coincidências ou concorrências de fatos ou circunstâncias, devem ser observados para o desenvolvimento de estudos aprofundados em busca de metodologias pertinentes, desde que sejam observadas as implicações antropológicas, necessidades e possibilidades regionais, locais, culturais e habituais cujos resultados possam alcançar objetivos significativos.

Os diagnósticos demonstraram que na pandemia as fragilidades nacionais, regionais e locais foram mostradas e propiciaram espaços de discussão e debates para estabelecer as investidas pontais e céleres para as resoluções de questões verificadas, como a exclusão social, violência, e a perda da consciência cidadã, motivadas pela ausência da dignidade, e esperança no futuro.

Por motivo do distanciamento social, os levantamentos “*in loco*”, foram permutados pelos contatos virtuais e remotos, e a utilização do rádio como instrumento para transmitir teleatendimento, cuidados e orientações em primeiros socorros e os lugares para assistência e tratamentos promoveu a acessibilidade de comunidades da zona rural e municípios distantes, com dificuldades de locomoção e transportes.

Na área educacional, as primeiras etapas procuraram estabelecer metodologias remotas no ensino-aprendizagem, mas, não alcançou as áreas recônditas e alunos carentes que foram prejudicados pela falta de condições financeiras para adquirir produtos como celulares, notebooks, e ter acesso a internet.

Para servir de suplemento e com o intuito de orientar sobre as boas práticas a serem aplicadas, para sustentação e sobrevivência nos momentos de isolamento social, as

informações sobre as plantações familiares, técnicas para plantio de hortas caseiras, plantas comestíveis, plantações alimentícias não convencionais, e a contenção de pragas e insetos, e uso adequado de produtos químicos e biológicos na agronomia tiveram repercussão positiva.

Outros assuntos sugeridos e de importância para a população foram direcionados à área de saúde, e orientavam sobre como evitar a contaminação do vírus, quais os comportamentos sociais, sobre a ética respiratória, uso de máscara, álcool gel, e a higiene pessoal foram temas divulgados, e benéficos para a sociedade.

As experiências de instituições e dos projetos trouxeram a geração de conhecimentos e a capacidade estrutural para compartilhamento de ideias de transformação social para o Brasil. As questões de desigualdades ambientais e espaciais, explicitaram sobre habitação, e de fundamental importância para a segurança e equilíbrio humano.

Por outro lado, a falta de estabilidade emocional configurada pelo desemprego e falta de condições econômicas para suprir as necessidades básicas da família, são consequências da falta de estruturas e acesso à educação, saúde, e segurança, entre outros problemas induzem os sujeitos a ultrapassar as leis, e os limites de convivência.

Todas essas causas discutidas e caracterizadas a partir da análise de espaços diferenciados propiciam a interação de dados reais, e possibilidades de solução para problemas com as devidas proporções.

Para compreender o que se passa em lugares que, como os conjuntos habitacionais, ou os grandes conjuntos, e, também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso

resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas: isto é, em certos casos, o trágico que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundada em razão social. (BOURDIEU, 2008, p.11)

As vivências, lições de vida, e lutas por direitos humanos, devem ser partilhados e revelados de forma que o estado físico ou psicológico estabeleça as causas e consequências para o desalento, falta de autoestima e, sobretudo, a exclusão social. Por intermédio do corpo e da mente, as equipes multidisciplinares avaliam e restabelecem os órgãos dos sentidos e a sensação de acolhimento e participação em sociedade para aperfeiçoar as estruturas existentes.

Debates nas áreas de conhecimento das ciências humanas sociais e saúde têm realizado estudos sobre as ações coletivas e mudanças para os dilemas no funcionamento dos sistemas institucionais, no que se referem a erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida, bem-estar da população. Os projetos em saúde buscam subsidiar a assistência da mulher, a proteção ao problema causado pelo envelhecimento.

As incursões sobre as desigualdades, demonstram que a UNESCO, através do Programa de Gestão de Transformações Sociais (MOST), propõe três pilares operacionais indispensáveis: a pesquisa para produzir e promover conhecimento; fóruns intergovernamentais que envolvam os Estados membros; e o apoio político e capacitação e o apoio político e capacitação.

O interesse e crescimento da consciência social demonstra que os dados locais sobre as abordagens culturais, mesclam e inserem novos conceitos e viabilizam projetos sociais que abrangem as informações endêmicas e características específicas das sequelas do coronavírus, podem acolher os doentes privados de assistência à saúde, proteção social e segurança, para que possam recuperar a autoestima e ser incluído na sociedade e no mercado atual de trabalho.

As necessidades financeiras decorrentes do desemprego no Brasil, impulsionam os indivíduos a aceitarem situações desumanas no trabalho, como os motoristas de aplicativos, entregadores de produtos alimentícios, cujas empresas desvinculam o servidor que ficam sujeitos a doenças e riscos elevados de morte. Sem emprego a informalidade supera os níveis de renda e emprego, e torna a distribuição econômica desigual, enquanto o custo do Sistema Único de Saúde, é calculado pelos gastos estimados com atendimentos ambulatoriais e hospitalares que variam de acordo com o tamanho e a faixa etária da população.

O Índice de Vulnerabilidade Econômico-Demográfico considera que as doenças endêmicas, saneamento básico e saúde infantil, de acordo com a área total do Estado. O Sistema único de saúde-SUS, atende os menos favorecidos, e o sistema privado cobre cerca de 25% da população, sobretudo, aquela de nível de renda mediana concentrada nas regiões Sul e Sudeste...

Os medicamentos farmacêuticos são inacessíveis às camadas menos favorecidas pelo alto preço, e os procedimentos utilizados por culturas antepassadas de religiões, e ritos, aliam a medicina tradicional com métodos científicos no SUS pelas práticas integrativas e complementares.

As desigualdades históricas na Bahia

Historicamente a origem das desigualdades sociais na Bahia tem origem desde a chegada dos portugueses as terras da Coroa Vermelha. As diferenças entre o status social de diferentes grupos populacionais, estão identificados desde que Salvador, como primeira capital do Brasil, refletiu os estereótipos dados aos nativos miscigenados entre africanos e ameríndios.

Com relação à tradição e a modernidade, as permanências culturais e ressignificações usam de procedimentos distintos, superstições e enigmas que chegam a beirar a interpretação primitiva e ingênua do mundo e de sua origem, em resistência para manutenção de hábitos e costumes culturais, impulsionados pela forma de manter a origem identitária de habitantes nativos como índios e descendentes de africanos.

No plano econômico, o Brasil é produto da implantação e da interação de quatro ordens de ação empresarial, com distintas funções, variadas formas de recrutamento da mão-de-obra e diferentes graus de rentabilidade. A principal delas, por sua alta eficácia operativa, foi a empresa escravista, dedicada seja à produção de açúcar, seja à mineração de ouro, ambas baseadas na força de trabalho importada da África. (RIBEIRO, 1995. p.176)

Com novecentos quilômetros de costa litorânea, os serviços que exigem equipamentos de proteção individual, e/ou de mergulho para compressão, embarcações adequadas, que suportem tempestades e outras circunstâncias, são realizados por empresas que terceirizam os serviços, mas, desvinculam as responsabilidades com os servidores e ignoram as exigências legais na mais extensa faixa de mar dos estados brasileiros. Ocupada por habitantes com desigualdades de qualificação para outras áreas sofrem com o desemprego que alcança marcas elevadas de desfavorecidos sociais, mas, a população resiliente,

busca na informalidade, superar os níveis de renda e emprego, provenientes dos baixos níveis de escolaridade, direitos trabalhistas ignorados, e a distribuição econômica desigual.

Não obstante todas as dificuldades existentes, as discriminações com base em gênero, etnia e racial, religião, e outras identidades de grupos, a proximidade de povos diferentes costumes, e crenças, os conflitos e rejeições são recorrentes. Os preconceitos, discriminações, e manifestações racistas e coercitivas provocam a resistência dos indivíduos que lutam para manter suas identidades. Os indivíduos e grupos mistificam e criam estereótipos sobre as formas de viver, as formas de falar, de estabelecer relações e normas de comportamento e traçam identidades reacionárias que desenvolvem violências e desobediências aos direitos básicos e humanos.

Os entraves e obstáculos criam reação contrária e esgotam a possibilidade de diálogo sobre as desigualdades étnico-raciais, de gênero, e separam os indivíduos, grupos e o Estado. Sem conhecer a diversidade cultural, a educação não pode desempenhar o seu papel de ensinoaprendizagem da vida em conjunto e em sociedade.

Outra questão a ser observada são as disparidades espaciais, e ambientais específicas, de comunidades que residem em locais insalubres, enfrentam desastres climáticos, ambientais e humanos, centros e periferias, áreas urbanas e rurais, cujos recursos municipais mais ou menos diversificados, tem dificuldades para conter os prejuízos à população durante a seca, ou quaisquer fenômenos que atinjam os trabalhadores.

Para além da faixa nordestina das terras frescas e férteis do massapé, com rica cobertura florestal, onde se implantaram os engenhos de açúcar, desdobram-se as terras de uma outra área ecológica. Começam pela orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões

semiáridas das caatingas. Mais além, penetrando já o Brasil Central, se elevam em planalto como campos cerrados que se estendem por milhares de léguas quadradas... (RIBEIRO, 1995)

As prospecções climáticas apontam o semiárido no Estado da Bahia, (o polígono da seca, região geográfica definida e delimitada pela legislação brasileira marcada pela ocorrência do fenômeno da seca, está localizado na região Nordeste e Sudeste do Brasil, abrange áreas de nove estados, e compõem a lei brasileira, de incentivos a cada estado)

Previsões para o Nordeste no Relatório de Pesquisa CEDEPLAR/UFMG (2008), para 2050, calcula o nível de risco de 70% da área do estado da Bahia na Região Nordeste se tornar desértica, posto que aumentará a supressão de empregos e rendas e compreenderá uma das mais vulneráveis mudanças climáticas no Brasil. A diminuição da frequência de chuvas, solos pobres, vegetação com menor diversidade biológica impõem o ajustamento dos sujeitos a espaços inabitáveis pela seca, falta de água potável, saneamento e necessidades básicas à sobrevivência.

No momento atual as consequências da pandemia intensificam o desgaste financeiro das famílias, poder de compra da cesta básica, a estagnação do salário-mínimo, e a diminuição dos proventos dos aposentados e pensionistas da previdência social que diminui a renda em proporção ao custo de vida. Cerca de 30% dos idosos com salário-mínimo sustenta seus familiares desempregados, crianças e adolescentes menores de 15 anos, população economicamente dependente. O crescimento da quantidade de idosos representa cerca de 30% da população economicamente ativa no país.

Os modos de vida, as interferências externas e ambientais, indicam que as questões educacionais direcionam para a falta de acesso à escola, falta de acesso a contribuição das fontes de

conhecimento e aprendizado, e despreparo para o combate ao analfabetismo, cultural, e, por consequência incidem nos elevados níveis de evasão escolar e impedem as oportunidades para o mercado de trabalho e inclusão social.

A utilização dos meios de comunicação como o rádio e as tecnologias da informação são formas para a disseminação de dados atualizados, em localidades remotas. Os desiguais ligados ao universo de compreensões diferentes, e enfrentam a ordem social vigente, buscam nos valores subjetivos e/ou opostos da sociedade, valorizar os ensinamentos dos antepassados.

O aprendizado escolar urgente na pandemia exigiu recursos tecnológicos para continuidade nas escolas, e universidades, mas a falta de possibilidade de famílias em situação de vulnerabilidade e condição financeira insuficiente, privou os alunos de acompanhar as aulas remotas.

O sistema padronizado de critérios na educação, cujos protocolos e programas formatados deveriam focar em situações específicas de localização, foram empecilhos que favoreceram a evasão escolar, e a ausência de fixação do aluno ao ensino-aprendizado, principalmente estudantes de instituições públicas, que eram alimentados durante o período letivo pelas instituições, e a falta do benefício ampliou a fome em muitos lares carentes.

As desigualdades econômicas, sociais, e culturais e a falta de conhecimento são apontados como fatores de resistências que enfrentam o preconceito, e, a discriminação, por não fazerem parte da caracterização esquemática de pessoas da sociedade, cujo comportamento está longe de ser adaptado às expectativas e julgamentos sociais de rotina.

A constituição de pilares na participação dos processos políticos com participação popular, indicam que pessoas, grupos e sociedade em geral, incluam nas responsabilidades dos

políticos, a perspectiva de os representantes da sociedade elaborar projetos que diminuam as necessidades coletivas, ampliem as possibilidades sociais de acordo com as desigualdades existentes nas regiões brasileiras e respeitem dos direitos dos cidadãos.

As diferenças entre pessoas e grupos por consequência, não tem influência nos processos políticos de tomada de decisões e ações políticas que porventura venham a ser realizadas. De acordo a atuação humanística e social apoiadas pelo desenvolvimento das capacidades individuais e grupais, a elaboração de agendas e debates políticos nacionais deveriam responder questões atuais e vigentes que incluíssem as populações menos favorecidas.

O combate ao autoritarismo coloca em risco a efetivação de políticas públicas, ampliam a exclusão social, mácula do mundo atual, e após a tragédia humana do Coronavírus, trouxe a gama de agravamentos associados aos fatores psicológicos, instabilidades e inseguranças

As ambiguidades e fragilidades provocaram na pandemia um momento conturbado e reações adversas às expectativas das políticas públicas no ensino, pesquisa e extensão, retrocedendo os planos e programas configurados pela uniformização de conteúdo, que não mais correspondem às perspectivas e condições do ensino remoto.

Conclusão

Segundo Durkheim, (1893), “A lógica da sociedade é diferente da soma dos indivíduos”, reforçando que o entendimento pelo outro, representa o estereótipo criado simbolicamente sobre o movimento das formas de viver, das

formas de falar e as formas de estabelecer relações e normas de comportamento tracejadas por identidades em movimento.

Portanto, os estudos etnológicos que tratam sobre a divisão da humanidade em raças, origem, distribuição, relações, e peculiaridades que caracterizam os sujeitos sociais, se partilhadas ao método etnográfico se dedicam a descrever as múltiplas etnias, características específicas antropológicas, capacidades e habilidades que valorizam a atuação do homem em sociedade.

Os fenômenos de precariedade e instabilidade laboral que intensificaram as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos e grupos, e a falta de participação e inserção nas estruturas sociais e econômicas durante a pandemia do coronavírus, têm gerado a zona instável entre a integração e exclusão social, provenientes das fragilidades institucionais, vulnerabilidades de riscos sociais e sanitários, desigualdades culturais, econômicas e políticas.

Os avanços tecnológicos e informacionais da pandemia, se aliados as infraestruturas educacionais, sistemas de saúde, sociais, culturais e políticos podem transformar dificuldades em desafios, desde quando, a educação seja priorizada no combate a falta de acesso aos direitos básicos humanos, ao conhecimento científico, acesso a saúde, que possa ampliar o espectro de observação nas experiências individuais e grupais que vivenciam e sofrem os resquícios da tragédia humana do Coronavírus.

As parcerias com instituições públicas e privadas tem contribuído para diminuição dos problemas nas regiões brasileiras, e a realização de fóruns de debates, jornadas cursos, e palestras, ampliados pelos Webnários, e a internet, divulgaram dados atualizados, ao tempo que interrelacionaram problemas e soluções pertinentes às localidades, sugeridas por pesquisadores, e comunidades.

Dessa forma, ratificamos o convite às comunidades acadêmicas brasileiras, e a sociedade em geral, a se engajarem na participação de amostras, discussões e debates que expressem pensamentos plurais e identidades locais, regionais e nacionais, de experiências que contribuem com a criação de proposições e inovações, que contemplem a elaboração de projetos criativos em rede, e possam de alguma forma, transformar a vida dos brasileiros.

Pesquisas nas áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais têm promovido perspectivas no aprimoramento aos estudos epidemiológicos, utilizam a antropologia da saúde e doença como base, trazem significação aos estudos sobre o “outro” como ser biopsicossocial, cultural, e religioso, sugerem diagnoses com base no conhecimento das desigualdades humanas, sejam étnicas, espaciais, ambientais, e de sustentabilidade, para constituir a natureza universal, integral e equânime na formação do ser humano no Brasil.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A Miséria do mundo. Direção de| Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo... Et. al. 7. ed. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.p.11, p.346.

_____. O poder simbólico. Tradução de Fernando Thomaz. Lisboa: Difel- Difusao editorial Ltda, 1989. 313p.

CEDEPLAR/UFMG/FIOCRUZ. Relatório de Pesquisa CEDEPLAR/UFMG/FIOCRUZ, prospecções para 2050. 2018.

Durkheim, E. Da divisão do trabalho social (1893). In: Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras, 1995. UNESCO- Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Programa de Gestão de Transformações Sociais (MOST). <https://en.unesco.org/themes/social-transformations/most>.

Latinidade

ELIAS, Norbert; SCOTTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders.
Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Recebido em: Julho de 2021

Aprovado para publicar em: Agosto de 2021.

Léxico da Língua Yorùbá para Libras: Estudos em Tempos Pandêmicos

Wermerson Meira Silva⁵⁹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

João Diogenes Ferreira dos Santos⁶⁰

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo

Na perspectiva de implantação da educação bilíngue para o/as surdo/as, sabe-se que, desde já, é importante pensar a implementação da Lei nº 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do componente curricular Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas do país. Considerando este contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre as ações do Projeto de Pesquisa e Extensão: Construindo o Saber Èdè Làmì, realizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campo dos componentes curriculares Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em tempo pandêmico. O nosso referencial teórico foi embasado com Hall (2003), Quadros (2004, 2006) e Sacks (1998). Destacamos que a ampliação do léxico para a Libras, através da criação de novos sinais-termos para a

⁵⁹ Doutorando em Memória: Linguagens e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Professor do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL/UESB). Email:wermerson@uesb.edu.br

⁶⁰ Doutor em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Pós-doutor, pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: jdiogenes69@gmail.com

tradução da língua falada em terreiros, pode ser também utilizada como suporte para a elaboração de materiais pedagógicos midiáticos.

Palavras-chave: Libras. Educação das Relações Étnico-Raciais. Pandemia.

Resúmen

Desde la perspectiva de implementar la educación bilingüe para sordos, se sabe que, a partir de ahora, es importante pensar en la implementación de la Ley No. 10.639 / 03, que estableció el componente curricular obligatorio Enseñanza de la Historia y Cultura Afrobrasileña. y africanos en las escuelas de todo el país. En este contexto, este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las acciones del Proyecto de Investigación y Extensión: Construyendo Conocimiento Èdè Lãmì, realizado por la Universidad Estatal del Suroeste de Bahía, en el campo de los componentes curriculares Educación de Relaciones Étnico-Raciales y Enseñanza de Afro. -Historia y cultura brasileña y africana en tiempos de pandemia. Nuestro marco teórico se basó en Hall (2003), Quadros (2004, 2006) y Sacks (1998). Destacamos que la expansión del léxico de Libras, a través de la creación de nuevos signos de término para la traducción de la lengua hablada en terreiros, también se puede utilizar como soporte para el desarrollo de materiales pedagógicos mediáticos.

Palabras clave: Libras. Enseñando Historia y Cultura Afrobrasileña y Africana. Pandemia.

Abstract

From the perspective of implementing bilingual education for the deaf, it is known that, from now on, It is important to think about the implementation of Law No. 10.639/03, which established the mandatory curricular component Teaching of Afro-Brazilian History and Culture and African in schools across the country. Considering this context, this article aims to reflect on the actions of the Research and Extension Project: Building Knowledge Èdè Lãmì, carried out by the State University of Southwest Bahia, in the field of curricular components Education of Ethnic-Racial Relations and Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in a pandemic time. Our theoretical framework was based on Hall (2003), Quadros (2004, 2006) and Sacks (1998). We emphasize that the expansion of the lexicon for Libras, through the creation of new term signs for the translation of the language spoken in terreiros, can also be used as support for the development of media pedagogical materials.

Keywords: Pounds. Teaching Afro-Brazilian and African History and Culture. Pandemic.

Primeiros passos

A caminhada nessa construção iniciou empiricamente a respeito da associação das implantações da Lei 10.436/2002, que oficializa a Língua de Sinais Brasileira (LSB), e da Lei nº 10.639/2003, a qual direciona o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica e no Ensino superior. Sempre nos deparávamos com situações limitantes no trabalho de tradução e interpretação para surdo/as de conteúdos referentes à cultura Africana e Afro-brasileira e não

encontrávamos sinais-termos em LSB para efetivar o processo de tradução e interpretação.

Durante a realização da “Conferência Estadual de Cultura”, em 2011 sediada no município de Vitória da Conquista - BA cujos termos *afro-brasileiros* que eram ditos em Língua Portuguesa, fazíamos a soletração do termo, utilizando a datilologia da Libras, pois não possuíamos sinais-termos da LSB para fazermos a interpretação do termo afro. Diante dessa situação, resolvemos submeter o projeto de pesquisa e extensão “*Construindo o Saber Edè Lamí*”, sem ônus, à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no ano de 2013 no intuito de fortalecer as atividades e dedicar à criação de sinais-termo da cultura *yorubá*.

Intensificamos os estudos na cultura yorubá e decidimos buscar os elementos tradicionais preservados nos terreiros de Candomblé de Nação Kétù os quais preservam estes saberes ancestrais. O termo “yorubá” é aplicado ao grupo linguístico constituído por falares regionais concentrados no sudoeste da Nigéria e no antigo Reino Kétù, Castro (2001). O yorubá ou “*èdèe yorubá*” é um idioma vivo, preservado nos terreiros de Candomblé de tradição Ketu/Nagô no Brasil.

Com a criação do léxico trilingue dos sinais- termos, fomos motivados a colocar em prática ações que permeavam as discussões sempre que nos deparávamos com situações semelhantes e como forma de trabalhar os conteúdos estabelecidos pela Lei 10.639/2003. Sendo assim, propomos construir pontes através de diálogos entre profissionais da Educação, pesquisadore/as e pessoas da comunidade surdas e não surdas discussões e fomentos que permitiam pensar e refletir no processo de transmissão e registro das Histórias, Culturas e Identidades aos discentes surdos/as e nos seus desenvolvimentos, relacionados às atividades do componente Curricular História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Dessa forma, convidamos adeptos das religiões de matrizes africanas, pesquisadore/as ouvintes e surdos/as interessados/as no objeto a fim de construir novos debates acerca da História, Identidade da Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como discutir os sinais-termo em LSB, dos estudos referidos, ainda pouco difundidos. Sabemos que a LSB é uma língua essencial para o fortalecimento das comunidades surdas e a valorização e suas identidades, daí destacar sua importância nesse contexto.

O “Projeto *Èdè Làmi*” surgiu no ano de 2013 aprovado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como projeto de pesquisa e extensão, sendo realizado através de parceria entre a UESB, o terreiro de Candomblé *Ilê Alaketu Asè Omi T’Ogun*⁶¹; instituições de apoio a pessoas surdas; Tradutores e Intérpretes de Libras/Português/Libras (TILS) e pesquisadores surdos/as e não surdos/as. Recebe este nome grafado em língua *Yorubá*, cujo significado é “Língua de Sinais”, inspirados na mitologia do *Orixá Ewá* que traz referências a comunicação e tradução.

Neste período iniciamos ações com o objetivo de registrar os estudos relacionados à cultura de legado africano e suas implicações na construção dos sinais-terminos e o desenvolvimento de estratégias que contribuem para a difusão e ampliação lexical da LSB. Momento em que o grupo passou a desenvolver os sinais-terminos a parti da mitologia e dos conhecimentos presentes nos terreiros de Candomblé de nação *Kétù*.

Estes sinais passaram a ser utilizados pela comunidade surda e essa aceitação nos impulsionou a continuar. Os sinais-terminos recém criados eram gravados individualmente e depois

⁶¹ Templo religioso de Matriz africana – Candomblé de Nação Kétù, localizado em Vitória da Conquista-Bahia.

utilizados em interpretações, disponibilizados a comunidade escolar e comunidade em geral através das redes sociais.

Considerando este contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre as ações do Projeto de Pesquisa e Extensão: Construindo o Saber Èdè Lãmì, realizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campo dos componentes curriculares

Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em tempo pandêmico. O nosso referencial teórico foi embasado com Hall (2003), Quadros (2004, 2006) e Sacks (1998); como estratégia metodológica, utilizamos o registro de materiais produzidos no período pandêmico do canal midiático no YouTube Axé Libras que será apresentado no corpo deste trabalho.

Segundo Sacks (1998, p. 21) “a existência de uma língua visual demonstra que o cérebro é rico em potências” que nunca teríamos imaginado e também revela a quase ilimitada flexibilidade e capacidade do sistema nervoso, do organismo humano, quando se depara com o novo e precisa adaptar-se.

Dentre estas várias línguas, estão as Línguas de Sinais, uma língua visual-espacial utilizada pelas comunidades surdas dentro do território brasileiro. Quadros enfatiza que:

[...] as línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela linguística. As línguas de sinais são visuais-espaciais, captando as experiências visuais das pessoas surdas. (QUADROS, 2014, p. 8).

Ressaltamos que o espaço educacional presencial e remoto, o uso do léxico trilíngue revelou conquistas no processo tradutório entre duas modalidades linguísticas: oral/escrita e visual/espacial e as decisões tomadas diante das dificuldades enfrentadas quando não se tinha um termo correspondente para a LSB, sendo subsidiada por teorias dos

estudos da tradução bem como suporte para a elaboração de materiais pedagógicos midiáticos.

Léxico trilíngue

Com o processo de compreender de que forma a Língua Yorubá representada em LSB pode contribuir no processo de transmissão e registro das Histórias, Culturas e Identidades aos discentes surdos/as e no seu desenvolvimento nas atividades do componente Curricular História e Cultura Afro-brasileira, na EB, no contexto inclusivo, fizemos uma busca nos acervos midiáticos com o intuito de buscar materiais acessíveis para a Libras. No entanto, após a busca realizada, não obtivemos nenhum material que contribuíssem para os estudos das temáticas citadas na pesquisa.

Com isso, foi elaborado uma ficha terminológica para copilar e descrever os sinaistermo cultura Ketu/Nagô que dialogasse com o componente curricular Cultura Afrobrasileira, criamos sinais-termo da língua Yorubá da Nação Ketu/Nagô com os participantes do projeto de intervenção, sendo eles/elas docentes da rede municipal de ensino e tradutores intérpretes de LSB, no curso de extensão pela UESB.

Uma ficha bilíngue significa que somente trabalharia com duas línguas, no caso da área de LSB, será somente a Língua Portuguesa e a LSB, ponto que difere da nossa ficha terminológica trilíngue, pois além de trazer os termos em Língua Portuguesa, também é inserido na língua Yorubá e nos sinais-termo em LSB, então a nossa ficha precisa constar o termo yorubá, por isso que a pesquisa chama-se léxico trilíngue, pois estamos dialogando com as três línguas, e o resgate da nossa pesquisa vem da fonte de uma língua Yorubá, fonte de uma outra Nação.

Dessa forma, a ficha terminológica trilingue discutimos o termo Yorubá e o seu conceito na Língua Portuguesa, que é fundamentado na mitologia. Buscamos as variantes dos sinais-termo no acervo midiático e partimos pela procura do léxico da língua Yorubá para a LSB, mas não encontramos outras propostas.

Por estar relacionada às três línguas: LSB, LP e Yorubá, ela foi criada pelos participantes para atender o léxico trilingue, observando a existia de outra variante, ou seja, outro sinal-termo com o mesmo significado. A descrição das colunas se dá através da seguinte forma:

- a) A coluna com o nome Numeral se destina ao número da categoria;
- b) A coluna com o nome Termo em Português é representado na escrita da Língua Portuguesa pelos nativos;
- c) A coluna com o nome Termo em Yorubá é representado na escrita da língua yorubá como se diz na África.
- d) A coluna com o nome Sinal-Termo é a sinalização do termo para a LSB;
- e) A coluna com o nome Conceito tem como objetivo conceituar o termo na Língua portuguesa escrita;
- f) A coluna com o nome Variante é apresentada caso tenha disponíveis nos acervos midiáticos alguma variante do sinal-termo;
- g) A coluna com o nome Parâmetro Fonológico do sinal-termo é descrever quais os parâmetros fonológicos da LSB se aplicam aos sinais-termo.

Registramos os sinais-termo construídos com as comunidades usuárias da LSB no referido curso de extensão através do *site Axé Libras*, que permite o acesso a todos os vídeos criados, podendo estes participar de chats, fóruns e sugestões para ampliação do léxico trilíngue da cultura Ketu/Nagô.

O canal

O Canal Axé Libras é objetivou mostrar que a língua *Yorubá*, representada em Língua de Sinais Brasileira (LSB), pode contribuir no processo de transmissão e registro das Histórias, Culturas e Identidades aos discentes surdos/as e no desenvolvimento de sua aprendizagem, relacionado às atividades do componente Curricular História e Cultura AfroBrasileira na Educação.

O canal Axé Libras disponibiliza vídeos, que trazem os sinais-termo e entrevistas com pesquisadores da área, com espaço aberto para comentários e discussões entre as pessoas participantes e/ou visitantes no canal. Ele está organizado em um canal no YouTube Axé Libras, <https://www.youtube.com/channel/UCtePs7yTyXIqOESspMJ P30A>.

O “Axé Libras” começou a ser produzido no ano de 2013, sendo alimentado a partir de 2015, com atividades que pretendemos manter, sendo atualizados e alimentados periodicamente. Sua estrutura oferece a/os usuário/s e visitantes o acesso aos sinais-terms, além de ser um veículo de consulta para pesquisadore/as da temática, como também socializar conteúdos e materiais desses pesquisadore/as que tiverem interesse. Dessa forma, o site segue uma estrutura para entrevistas, sinais-termo, traduções de músicas com sinais-

termo relacionados à cultura afro e afro-brasileira, uso de sinais já existentes e vídeos com propostas de sinais novos.

Esses materiais produzidos atendem a demanda que o/as educadore/as sentem com a carência no que se refere aos materiais pedagógicos para trabalhar com o/as discentes surdo/as a respeito da Cultura Afro-brasileira e Africana. Por outro lado, também, contribui para pessoas surdas que são de religiões de matrizes africanas ou de grupo de tradições africanas para conhecerem e interagir melhor com os seus pares, através dos sinais construídos.

Durante as discussões para a construção do canal, outros pontos entraram na reflexão, pois estávamos propondo a produção de materiais pedagógicos para a educação de surdos/as, tendo em vista uma educação inclusiva. Então, começamos a pensar nas barreiras para as publicações, sendo importante refletir também como se dá o acesso à internet, mesmo disponibilizando ferramentas gratuitas. Sendo um espaço que requer recursos financeiros para navegar, decidimos pela plataforma YouTube, que é gratuita, mas que requer recurso para a produção dos vídeos.

A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne o indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la. Do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa aplicar as tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da autoestima dos seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida.

Percebemos o quanto a escola pode ser nociva quando chega ao ponto de excluir a cultura do outro, privilegiando somente uma cultura que se pretende ser hegemônica. Para Hall (2003), quando as culturas se conflitam, podem ser

consideradas multiculturais, sem sobrepor uma da outra. Ser multicultural é um traço de todas as culturas, destacando assim que nenhuma cultura é pura, hierarquizada e etnocêntrica, mas a importância de ocorrer trocas culturais.

Dessa forma, a inclusão digital passa pelo desenvolvimento econômico, mais especificamente sobre a distribuição de renda, que precisa ser repensada, pois os índices socioeconômicos do Brasil apresentam dados de desigualdades sociais; dessa forma, o número expressivo de pessoas não tem acesso à tecnologia.

Covid -19 uma realidade pandêmica

Todos nós fomos assolados por esta doença avassaladora que começou matando milhares de pessoas na Ásia, se espalhou pela Europa, chegando aos Estados Unidos e se instalando no Brasil. No mundo, estima-se mais de seis milhões de infectados, no Brasil, temos mais de 540 mil mortes pela COVID-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de janeiro de 2020, declarou a infecção de COVID-19 como emergência global, devido à gravidade desta doença.

O impacto mundialmente aos sistemas de saúde nos trouxe impactos sociais, educacionais, espirituais, econômicos, políticos e culturais e políticos pelo mundo. Devido à doença ser transmissível, foi necessário ocorrer o isolamento social, quarentena, lockdowns, encerramentos das aulas presenciais, hotelaria, turismo, aeroportos, rodoviárias, comércios com exceção de farmácias e supermercados, tendo horário específico para a abertura de outros espaços de alimentação e centrais de interpretação de Libras dentre outros.

A pandemia causada pelo Covid-19 caracterizou-se como situação emergencial e o fechamento das escolas de forma imediata, no qual ocorreu a partir do decreto da Portaria nº

343, de 17 de março de 2020, (BRASIL, 2020), determinando a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto por meios tecnológicos digitais, devido ao contexto pandêmico.

Diante de tais modificações, e devido à necessidade de continuação do projeto de pesquisa e extensão, decidimos continuar com os encontros através da modalidade remota, por meio da plataforma Google Meet. Então, debruçamos a respeito dessa interface digital online e como deveria ocorrer para não termos dificuldades no horário e data marcada com os participantes, nesse caso, além de contarmos com uma boa internet, também nos preocupamos com o tempo de cada participante do projeto, bem como o seu acesso à Internet.

Foi um momento crítico, por pensarmos que não conseguiríamos ir avante com as atividades do projeto, devido à preocupação com a reação dos/as participantes com relação à gravação da sua imagem e da sua voz, dos participantes ouvintes e surdos/as. Com isso, o projeto passou a contar com reforços através de pesquisas e discussões realizadas pelos integrantes do projeto nos mais diversos espaços, fortalecendo os encontros online.

O canal funciona também como um meio de aprendizagem e referência para Tradutores e Intérpretes de Libras, percebemos agora neste momento em que vivemos sob a ameaça da pandemia da COVID-19 e que precisamos cumprir as orientações e regras de distanciamento e isolamento social, que a procura pelo canal aumentou. A procura é feita, principalmente por parte dos/as Tradutores e Intérpretes de Libras que buscam apoio e também, por parte de promotores de *live streaming* - conteúdos ao vivo, com conteúdos e temas voltados a cultura negra, especialmente. Neste contexto pandêmico, as plataformas digitais se transformaram em lugares interativos, educacionais e informativos.

No caso da Língua de Sinais Brasileira, devido ao seu recente reconhecimento legal, ocorrido no ano de 2002, e considerando ainda que pesquisas na área da linguística e dos Estudos da Tradução que envolvem esta língua ainda serem recentes, os impactos dessas propostas e ações produzidas pelo *Èdè Lamí* merecem ser registrados para futuras pesquisas na área.

As lives que foram apresentadas no período pandêmico, o período de março de 2020 até o presente momento, foram temáticas relacionados a “Relações Étnico-Raciais na Educação Básica”, “Musicalidade Afro-Libras: Instrumentos, Ritmos e Dança”, “Experiências Afro-Libras: Terminologias, Tradução e Vivências”, Terminologias Negro-africanas e a Literatura Negra Surda” e “Díaspóra Africana: A língua Yorùbá no Contexto das comunidades Surdas”. Essas lives produzidas pelo Axé Libras são possíveis encontrar no canal, tendo mais de duas mil pessoas inscritas, pautando discussões a respeito das diferenças, singularidades e língua.

Conclusão

Refletir sobre as ações do Projeto de Pesquisa e Extensão: Construindo o Saber *Èdè Lámì*, realizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campo dos componentes curriculares Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em tempo pandêmico contendo apresentação do léxico trilingue no espaço educacional revelou uma conquista para o projeto.

Conseguimos mostrar os aspectos do processo tradutório entre duas modalidades linguísticas: oral/escrita e visual/espacial e as decisões tomadas diante das dificuldades enfrentadas quando não se tem um termo correspondente para a LSB, sendo subsidiada por teorias dos estudos da

tradução que, conseqüentemente, contribuindo para o problema em questão.

Observamos que durante esse processo um olhar diferenciado das professoras e dos tradutores e intérpretes que participaram do projeto consideram a importância das três línguas na sala de aula, sendo a LSB, Yorubá e LP. Destacamos que a ampliação do léxico para a Libras, através da criação de novos sinais-termos para a tradução da língua falada em terreiros, pode ser também utilizada como suporte para a elaboração de materiais pedagógicos midiáticos.

Referências

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso: 20 out. 2021.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso: 20 out. 2021.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. Institui

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso: 20 out. 2021.

CASTRO, Y. P. de. Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. 2ª ed. Ed. TopBooks, 2001.

SACKS, Oliver. Vendo vozes. Companhia das Letras, 1998.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

VERGER, Pierre Fatumbi. Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos na África. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2 ed^o. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

Recebido em: Julho de 2021

Aprovado para publicar em: Agosto de 2021.

Parte 2

Educação, Patrimônio, Memória e Cultura:
desafios e possibilidades em tempos de pandemia

Patrimônio cultural brasileiro e pandemia do coronavírus – desafios e soluções criativas

Fernanda de Fátima Fernandes Pereira

Resumo

Em tempos de isolamento social em função da pandemia do coronavírus, as atividades culturais tiveram que se adequar e reinventar para que continuassem a existir. Em um país como o Brasil, assim como também nos outros países da América Latina, onde, até meados de 2020, ainda não se tinha uma cultura digital mais ativa por parte da maioria da população para acesso a tais atividades, os empreendedores destas, em especial os músicos, atores e artistas plásticos independentes, precisaram usar sua criatividade para encontrarem soluções que permitissem que tais atividades não deixassem de ser realizadas. Esforço pessoal, investimento em tecnologia, criatividade e necessidade foram elementos cruciais que determinaram a continuação desse nicho de empreendimentos. Aliados a esses fatores, temos no Brasil a presença do poder público que fez interferências com a modificação de alguns itens da Lei Rouanet e também a Lei Aldir Blanc, ambas com intenções de facilitar meios e fomentar ações que auxiliem os artistas que a elas têm direito. Neste artigo fazemos uma reflexão sobre este tema, tão importante para o cenário da cultura em nosso país, em tempos de pandemia, e para tal fizemos uso de metodologia bibliográfica e documental para realizá-lo.

Palavras-chave: COVID-19; Cultura; Realidade brasileira.

Resumen

En tiempos de aislamiento social por la pandemia del coronavirus, las actividades culturales tuvieron que adaptarse y reinventarse para que siguieran existiendo. En un país como Brasil, así como en otros países latinoamericanos, donde, hasta mediados de 2020, todavía no había una cultura digital más activa por parte de la mayoría de la población para acceder a tales actividades, sus empresarios, en músicos, los actores y los artistas visuales independientes, en particular, necesitaban usar su creatividad para encontrar soluciones que permitieran que tales actividades continuaran realizándose. El esfuerzo personal, la inversión en tecnología, la creatividad y la necesidad fueron elementos cruciales que determinaron la continuidad de este nicho de emprendimientos. Aliado a estos factores, tenemos en Brasil la presencia del poder público que interfirió en la modificación de algunos artículos de la Ley Rouanet y también de la Ley Aldir Blanc, ambas con la intención de facilitar medios y promover acciones que ayuden a los artistas que tienen derecho a ellos. . En este artículo reflexionamos sobre este tema, tan importante para el escenario cultural de nuestro país, en tiempos de pandemia, y para ello hicimos uso de metodología bibliográfica y documental para llevarlo a cabo.

Palabras clave: COVID-19; Cultura; realidad brasileña.

Abstract

In times of social isolation due to the coronavirus pandemic, educational and cultural activities had to adapt and reinvent themselves so that they continued to exist. In a country like Brazil, as well as in other Latin American countries, where, until the mid-2020s, there was still no more active digital culture on the part of the majority of the population to

access such activities, the entrepreneurs of these, especially independent musicians, actors and plastic artists, needed to use their creativity to find solutions that would allow such activities to be carried out. Personal effort, investment in technology, creativity and need were crucial elements that determined the continuation of this niche of enterprises. Besides these factors, we also have in Brazil the presence of the public power that interfered with the modification of some items of the Rouanet Law and also the Aldir Blanc Law, both with the intention of facilitating means and fostering actions that help artists who have them. In this article, we briefly reflect on this topic, which is so important for the cultural scenario in our country, in times of pandemic, and for this we used bibliographic and documentary methodology to accomplish it.

Keywords: COVID-19; Culture; Brazilian reality.

Introdução

A pandemia do SARS-CoV-2, vírus responsável pela doença Covid-19, trouxe prejuízos incomensuráveis, especialmente para os países mais pobres, notadamente os da América Latina e do continente africano. Todos, invariavelmente sentiram, e ainda sentem, os efeitos devastadores provenientes da referida pandemia, prejuízos estes sentidos principalmente nos setores econômico, de saúde, cultural e educacional. Tal situação fez com que todos tivessem que se reinventar para conseguirem sobreviver em período tão desafiador.

Neste artigo faremos uma reflexão sobre como os profissionais da cultura, em especial os trabalhadores da cultura do Rio de Janeiro, tentaram e ainda tentam se manter economicamente em meio a um tempo tão adverso. Iniciativas da sociedade civil, realizadas através de ONGs e outras

iniciativas voluntárias, e também do poder público tentaram minimizar as dificuldades sentidas por tais pessoas que, de forma direta, dependem da cultura, para seu próprio sustento.

A preocupação com a manutenção de nossa cultura em tempos tão difíceis não faz referência somente ao sustento material das pessoas que com ela se ocupam, mas também reflete o cuidado devido para que instituições importantes responsáveis pela mostra de cultura continuassem a existir e fizessem com que seu trabalho continuasse a acontecer, apesar de toda a problemática imposta pela necessidade de se manter isolamento social, o qual limitou a circulação de pessoas para se evitar um maior contágio pelo coronavírus entre elas. Como imaginar, por exemplo, a abertura de museus, casas de cultura e espaços para mostras e shows presenciais em um tempo no qual as pessoas precisavam se manter em suas casas? Como pensar em ter os artistas de rua mostrando sua arte nos logradouros se poucas pessoas podiam por eles circular? E como imaginar um circo ou um teatro sem plateia? Tais manifestações de cultura dependem, necessariamente, de reunião de pessoas e geralmente, ocorrem em espaços fechados. Estava então lançado um desafio enorme para todas essas pessoas que vivem de sua arte, assim como também de todas as outras pessoas que dela também dependem para ter uma vida mais saudável. Afinal, todos precisamos respirar, ver e ouvir arte, em algum momento de nossas vidas, para podermos preservar nosso estado mental sadio, uma vez que a arte é panaceia, pois ameniza dificuldades por nós enfrentadas, e por isso é também fundamental para nossa sanidade.

Cultura, identidade e patrimônio

Achamos relevante ressaltar nossa preocupação com o setor cultural e sua manutenção em tempos de pandemia, uma vez que a cultura é parte do patrimônio e identidade de nossa gente. Estamos aqui falando sobre o que vem a ser patrimônio cultural, que, de acordo com o que nos mostra o *site Educa +Brasil*, em publicação feita em 20 de fevereiro de 2020,

é tudo aquilo que possui importância histórica e cultural para um país ou uma pequena comunidade, como a arquitetura, festas, danças, música, manifestações populares, artes, culinária, entre outros.

Conhecer e preservar o patrimônio cultural de um povo é respeitar e compreender a riqueza herdada de nossos antepassados, riqueza esta que traz consigo aspectos que mostram a própria identidade da sociedade, e que, por esta razão, precisa ser resguardada, a fim de que as gerações presente e futuras tenham sempre em sua memória quem são e de onde vêm. Seu conceito inclui o conjunto de conhecimentos, costumes, hábitos e a arte de uma sociedade. Se tal patrimônio não for preservado, o conhecimento sobre a identidade de uma sociedade acaba por se perder no tempo, e isso não é algo que desejamos que aconteça.

Cultura brasileira e seu reconhecimento

Há uma grande parte da população brasileira que, de fato, reconhece o valor de sua cultura, e por esse fato, prestigia os artistas e as instituições que a ela se dedicam. No entanto, parece-nos que esse reconhecimento se dá de forma diferente por parte do poder público brasileiro, o qual, tem tido ações que muito têm comprometido essa valorização e reconhecimento. Já vimos percebendo essa desvalorização

muito antes da pandemia do coronavírus, o que nos faz refletir sobre a real causa de tão pouco incentivo às ações culturais em nosso país.

Desde a extinção do antigo Ministério da Educação e Cultura - MEC, em 1985, quando no dia 15 de março de 1985, foi fundado o Ministério da Cultura, pelo então presidente José Sarney, e que tinha como subsidiária o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tem-se observado uma verdadeira não valorização de projetos culturais, refletindo-se nos constantes cortes de verbas destinados ao setor cultural, assim como também nas escolhas de pessoas que parecem não ter grande comprometimento com o referido setor, o que demonstra uma certa falta de preparo para lidar, compreender e estimular o desenvolvimento do mundo das artes no Brasil.

Quando da posse do atual presidente do país, Jair Bolsonaro, foi feita uma reforma administrativa, a qual tornou extinto o então Ministério da Cultura, no dia 2 de janeiro de 2019, ato este realizado através da Medida Provisória nº 870, publicada em edição especial do Diário Oficial da União. Foi então criada a Secretaria Estadual de Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania, secretaria esta que logo foi substituída pelo Ministério do Turismo, através de um decreto baixado no dia sete de novembro de 2019, Decreto nº 10.108, que fez alterações no Decretonº 9.660, de primeiro de janeiro de 2019.

Tal mudança delegou a tal ministério as responsabilidades pela política nacional de cultura, a regulação dos direitos autorais, a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, o desenvolvimento de políticas de acessibilidade cultural e do setor de museus, além de também vincular o Ministério da Agricultura para delegar sobre a preservação da identidade cultural de comunidades quilombolas.

As instituições ligadas diretamente à cultura e que passaram a ser vinculadas ao Ministério do Turismo, de acordo com o exposto no Decreto nº 10.108/2019, são a Agência Nacional do Cinema (ANCINE); o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); a Fundação Biblioteca Nacional (FBN); a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); a Fundação Cultural de Palmares (FCP), e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE).

Acreditamos que essa vinculação de tantas instituições culturais e educacionais, antes de atribuição de um ministério exclusivo para a cultura e educação no Brasil, ao Ministério do Turismo, que por si só, já se ocupa com tantas atribuições, venha a caracterizar uma desvalorização real das pessoas ligadas diretamente ao setor cultural. Além disso, as pessoas designadas para ocuparem os cargos criados para essas pastas dentro do Ministério do Turismo não representam, de fato, os verdadeiros interesses e anseios da classe artística, o que só vem a corroborar nossa sensação de que o setor artístico vem sendo relegado a um segundo plano por parte das autoridades de nosso país. Algumas medidas governamentais são lançadas, e não se pode negar sua importância, mas os entraves envolvidos para suas realizações muito dificultam a sua real efetividade.

Crise do setor cultural brasileiro anterior à pandemia do coronavírus

Mesmo antes de termos declarada de forma oficial a pandemia do coronavírus no Brasil, o setor cultural brasileiro já vinha sentindo um baque em suas atividades, causado por cortes significativos de verbas para esse setor, aliado à falta de políticas públicas que estimulem o trabalho desses trabalhadores da arte no Brasil, em especial aqueles

trabalhadores que trabalham na informalidade. É preciso reconhecer que o governo precisa garantir que o apoio público dedicado a esse setor chegue a todos os profissionais nele envolvidos, inclusive os trabalhadores informais, que parecem ter sido esquecidos. Um dos grandes desafios da política pública no Brasil é o de apoiar artistas e produtores culturais independentes, que foram demasiadamente afetados pela pandemia.

De acordo com matéria publicada pela Agência Brasil, em 05 de dezembro de 2019, por Cristina Índio do Brasil - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro, o SIIC – Sistema de Informações e Indicadores Culturais – 2007-2018

[...] apontou aumento de ocupação informal no setor cultural em relação a outros setores. Em 2014, os empregados com carteira assinada neste segmento representavam 45% dos trabalhadores, enquanto em 2018 esse contingente caiu para 34,6%. A parcela de pessoas que trabalham por conta própria passou de 32,5% para 44%. “Teve uma evolução desvantajosa. Algumas áreas foram mais afetadas. A gente teve diminuição no comércio de equipamentos eletrônicos e de áudio e vídeo. A edição também perdeu trabalhos formais. Ocupações que tiveram nível de formalidade maior tiveram impacto, alguns tipos de artesãos e de marceneiros que perderam o status de formalidade.

Aliado a esse problema de cortes orçamentários destinados ao setor do trabalho cultural no Brasil, tem-se também observado o fato de que grande número de pessoas está sendo atraída a “frequentar” espaços culturais através da tecnologia disponibilizada na Internet, o que vem a afetar de forma significativa a presença de pessoas nesses lugares físicos destinados à promoção de cultura. Foi registrado pelo SIIC –

2007-2018, visitado no site da biblioteca do IBGE, na página 150, que

[...]Equipamentos tradicionais como bibliotecas, museus, teatros, rádios e cinemas cresceram em presença nos municípios até 2014, com decréscimo em 2018. Apesar desse decréscimo, os valores encontrados, em 2018, estavam, de forma geral, similares ou maiores que o início da série. A evolução tecnológica (barateamento de equipamentos eletrônicos, domésticos e profissionais, mudanças nas mídias etc.) e dos modos de fruição também parecem influenciar na popularidade de alguns equipamentos. Houve, nos últimos anos, aumento no acesso domiciliar à Internet, na oferta de streaming de áudio e vídeo, no crescimento do comércio pela Internet, na diminuição da importância das mídias físicas etc.[...]

Os fatos anteriormente apontados nos mostram como o setor de trabalhadores culturais vem sendo impactado de forma negativa nestes últimos anos. A tecnologia é algo bastante interessante e que em muito auxilia na promoção da cultura, mas, nem todos têm acesso a ela, e nesse caso falamos, não somente do público em geral, mas também em relação aos próprios artistas, em especial os independentes, os quais trabalham na informalidade, que muito sacrifício fazem para se manterem em suas necessidades mais básicas. Em assim sendo, estes trabalhadores têm sido prejudicados em demasia, por não poderem usufruir dos benefícios que a tecnologia pode lhes oferecer.

Segundo o SIIC 2007-2018, os trabalhadores do setor cultural representam 5,7% do total de ocupados no país, e dentre estes, 44% são autônomos, não possuem renda fixa e, por essa razão, não podem arcar com despesas extraordinárias relacionadas a investimentos feitos em tecnologia. A renda habitual por eles percebida nem sempre é suficiente para prover

as despesas regulares de seu dia a dia, logo, torna-se inviável pensar que eles tenham alguma condição de arcar com gastos não previstos em seus orçamentos habituais.

Pandemia da covid-19 e cultura

De acordo com o que pode ser lido na matéria publicada no jornal *El País*, de 30 de maio de 2020, o setor da cultura emprega cinco milhões de pessoas e movimenta 170 bilhões de reais por ano, segundo o extinto Ministério da Cultura. Em momento anterior à pandemia do coronavírus, havia já um número expressivo de pessoas desse setor que estavam sendo demitidas, quadro que se agravou ainda mais depois que o início da pandemia foi declarado.

Aqueles profissionais de arte que puderam fazer investimentos em tecnologia, através de eventos veiculados nas redes sociais e na TV, ainda tiveram a oportunidade de conseguirem continuar mostrando seu trabalho para seu público, mas aqueles que não têm a mesma oportunidade foram simplesmente excluídos desse universo de *streaming* promovido pelos meios tecnológicos. Sabemos que a maioria desses profissionais independentes já têm dificuldades para se manterem financeiramente em tempos ditos normais, e por isso, não podem fazer uma reserva de dinheiro para se manterem em momentos de crise como a que foi observada em tempos da pandemia.

O especialista em economia da cultura da UFRGS e da *Queen Mary University*, de Londres, Leandro Valiati, afirmou em entrevista concedida ao jornal *El País* (edição publicada no dia 30 de maio de 2020), que “a pandemia gerou um cataclisma para os trabalhadores da cultura.” Foram mais de cem pessoas demitidas de redes de museus e teatros dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, tais como o SESI-SP, o Centro Cultural

Banco do Brasil e o Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, isso somente nos dias 21 e 22 de maio de 2020.

É importante lembrarmos que a cadeia produtiva do setor cultural não envolve somente os artistas que mostram seus trabalhos para o público, mas também estão nele inseridos outros profissionais que são diretamente afetados pela falta de espetáculos, tais como técnicos de som, camareiras, maquiadores, técnicos em iluminação, costureiras, bilheteiros e até mesmo os indiretamente ligados ao setor, tais como os pipoqueiros, baleiros e profissionais que trabalham nas lanchonetes próximas aos locais onde se realizam os espetáculos artísticos.

A crise da cadeia produtiva cultural tem no artista sua ponta mais reconhecida, mas ela atinge principalmente os profissionais que atuam por trás das câmeras ou dos palcos. Com as paralisações, foi preciso se reinventar em outros ofícios para pagar as contas. Esse trabalhador da cultura muitas vezes precisa fazer jornadas duplas ou triplas para conseguir honrar seus compromissos, mas com o isolamento social, tal rotina de trabalho se tornou inviável. Alguns artistas conseguiram fazer adaptações em seus projetos, possibilitando sua realização em formato digital, mas isso não foi uma regra geral. O que se observou foram muitas demissões, que geraram perda salarial ou redução de jornada, o que muito impactou negativamente o trabalho desses profissionais.

A tecnologia a favor do artista brasileiro – aspectos positivos e negativos

É inegável reconhecer que a tecnologia em muito auxiliou os artistas que a ela têm acesso. A quantidade de *lives* realizadas nas redes sociais e na TV, por grandes artistas deixa esse fato bem evidente. Mas é preciso lembrar que nem todos os artistas

têm essa possibilidade e acesso a tal tecnologia, e isso acaba por excluir uma parcela considerável de artistas e produtores culturais independentes, que não possuem renda fixa, e que, por isso, não têm reserva financeira para casos de emergência.

De acordo com matéria publicada no jornal *El País*, em 30 de maio de 2020, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “44% dos trabalhadores da cultura atuam de forma autônoma e sem renda fixa”, o que indica que grande parcela dos trabalhadores que atuam no setor cultural não têm condições financeiras de arcar com despesas referentes a um investimento em tecnologia que os insira em tal onda de “streaming” que se espalhou pelo país e pelo mundo. Apesar de ser um meio bastante interessante de divulgação de trabalhos artísticos, muitos artistas não tiveram essa facilidade e, por isso, tiveram momentos bem difíceis para conseguirem continuar com suas vidas e despesas naturais que todos temos com alimentação, transporte, educação e manutenção de suas casas.

Algumas iniciativas privadas para auxiliar o artista brasileiro

Algumas iniciativas importantes foram realizadas pela sociedade civil para ajudar a população e os artistas que se encontravam em situação mais vulnerável, do ponto de vista financeiro.

Vários estados no Brasil seguiram o exemplo do que fora feito em São Paulo, por alguns cantores de sucesso, tais como Chitãozinho e Xororó e Tony Garrido, os quais, de acordo com matéria consultada no site <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/04/artistas-fazem-festival-para-apoiar-ongs-e-campanha-pro-musicos-sem-renda.shtml>, e publicada em 8 de abril de 2020, auxiliaram na promoção do festival de música virtual *So+mos*,

que tinha como objetivo arrecadar fundos para as instituições Central Única de Favelas e Gerando Falcões, que apoiam o trabalho de organizações situadas em periferias de todo o país, com pedidos de doações sugeridas no valor de R\$ 10,00 a R\$15,00.

Um outro projeto beneficente foi idealizado pela *Associação Procure Saber*, em que cantores como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia e Nando Reis fariam uma *live* com o intuito de criar um fundo destinado a profissionais da cadeia produtiva da música. Com a produção de Paula Lavigne, que ressaltou o fato de que o músico não tem salário, mas vive de cachê, tal iniciativa tinha como intuito o de ajudar um setor de trabalho que estava totalmente parado. Já a *Associação Procure Saber* arrecadou doações para comprar alimentos e produtos de limpeza para distribuir entre músicos e técnicos que estavam sem renda alguma.

No Rio de Janeiro, damos destaque a uma outra campanha realizada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro, no mês de outubro de 2021. Já tendo feito outras ações de auxílio à classe artística atingida pela pandemia, tal sindicato lançou a campanha SATED-RJ *Alimenta a Arte*, a qual, de acordo com matéria publicada no site da entidade (<http://www.satedrj.org.br/>), e publicada no dia 1 de outubro de 2021 na página do Jornal O Dia, tem como objetivo arrecadar mantimentos e minimizar os efeitos da pandemia sobre os artistas e técnicos que estão em situação de vulnerabilidade e passam por dificuldades. Essa campanha também engloba os 50 residentes do Retiro dos Artistas. Com o dinheiro e mantimentos arrecadados com as doações, são feitas cestas básicas que são distribuídas para os profissionais da classe artística que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Uma outra iniciativa importante para ajuda aos artistas prejudicados pela pandemia do coronavírus é a realizada pela UBC – União Brasileira de Compositores – em parceria com a Spotify. Na matéria postada no endereço <http://www.ubc.org.br/publicacoes/noticia/15182/ubc-e-spotify-lancam-fundo-para-compositores-e-artistas-afetados-pelos-efeitos-da-covid-19-no-brasil> e publicada no dia 17 de abril de 2020, vemos que, dentro da iniciativa de um projeto denominado *Juntos Pela Música*, a UBC e a *Spotify* lançaram um fundo de ajuda aos seus associados para minimizar as perdas observadas pelos músicos durante a pandemia. De acordo com o site, “essa iniciativa no Brasil faz parte de um projeto global que recomenda instituições que oferecem alívio financeiro para as pessoas da comunidade musical mais necessitadas do mundo.” A UBC disponibilizou R\$ 500 mil e a Spotify aportou o mesmo valor. A soma dessas quantias foi distribuída a centenas de associados que foram afetados pela crise.

Para ter direito a pleitear esse auxílio o associado precisava comprovar, dentre outros dados, que era associado à UBC por pelo menos um ano, e que estava passando por dificuldades financeiras em decorrência da pandemia. A solicitação era analisada pela UBC, e, caso o associado tivesse o direito a receber este auxílio, este lhe seria dado da seguinte forma: quatro parcelas mensais de R\$ 400,00. Esse auxílio podia ser solicitado tanto por pessoas físicas, como também microempreendedores individuais.

Tal iniciativa também foi aberta para que outras empresas e organizações, além de pessoas físicas, pudessem fazer suas doações para os artistas através de uma plataforma de financiamento coletivo.

Uma outra entidade que também trabalhou, e ainda está trabalhando, para ajudar artistas em situação de vulnerabilidade em decorrência da pandemia do coronavírus é a *Instituição Solar dos Abacaxis*, no Rio de Janeiro.

De acordo com o site da ArtRio 2021, em sua publicação feita no dia 17 de maio de 2021, no endereço eletrônico <https://artrio.com/noticias/solar-dos-abacaxis-prepara-novo-fundo-colaborativo-e-procura-novo-espaco-no-centro>, em abril de 2020 foi criado o Fundo Colaborativo Emergencial para Artistas e Criadorxs, ou FunColab, como uma frente de ação diante da pandemia que, segundo seus diretores Bernardo Mosqueira e Adriano Carneiro de Mendonça, surgiu como “uma rede solidária com o objetivo de apoiar artistas em situações de vulnerabilidade, tendo realizado 4 grandes ações de distribuição de recursos, beneficiando 31 artistas, 3 coletivos, e 8 instituições, com um total de R\$ 280 mil arrecadados.

Iniciativas públicas para auxiliar o artista brasileiro no Rio de Janeiro

Além do auxílio emergencial cultural provido pelo governo federal, o poder público também realizou alguns outros exemplos pontuais de campanhas e ações sociais que visavam auxiliar os artistas em dificuldades no estado do Rio de Janeiro.

A Campanha “Cultura Contra A Fome”, da Prefeitura de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, teve como objetivo pedir às pessoas da sociedade em geral que doassem um quilo de alimento não perecível, doativo este que deveria ser entregue na Casa da Cultura Gabriel Joaquim dos Santos, e que teve o intuito de arrecadar esses alimentos para serem doados aos artistas e agentes culturais que se encontravam em situação

de vulnerabilidade, de acordo com o que observamos na matéria publicada no dia 17 de maio de 2021, publicação feita por Raíra Morena, e que pode ser encontrada no site da Prefeitura de São Pedro da Aldeia, no endereço <https://pmspa.rj.gov.br/secretaria-de-cultura-lanca-campanha-para-arrecadar-alimentos-em-prol-de-artistas-prejudicados-pela-pandemia/>.

Essa campanha solidária é direcionada não somente para os cidadãos aldeenses, mas também se estende a parceiros da iniciativa privada que desejem colaborar. Segundo as autoridades locais, as pessoas que trabalham no setor cultural e que vivem da renda proveniente de sua arte foram impactados pela pandemia de forma crucial, pois deixaram de trabalhar devido ao isolamento social que foi necessário para que o contágio de pessoas pelo coronavírus fosse minimizado.

Outra iniciativa importante para a ajuda aos trabalhadores da classe artística, notadamente os profissionais que trabalham com audiovisual no Rio de Janeiro, foi realizada pela Câmara dos Deputados, que aprovou apoio financeiro para esse setor. Segundo matéria publicada no site da Câmara, no dia 14 de abril de 2021, foi aprovado o Projeto de Lei nº2143/20, de autoria do deputado Paulo Teixeira, e tendo como relatora a deputada Benedita da Silva, que recomendou a aprovação de tal projeto de lei. Segundo a mesma, “em períodos de quase paralisação do setor audiovisual, é meritório lançar mão dos recursos existentes e destiná-los a beneficiar os profissionais que estão na ponta, muitas vezes batalhando pela própria subsistência.”

O objetivo de tal Projeto de Lei é preservar a renda desses profissionais, e ele permite que recursos do Fundo Setorial do Audiovisual sejam utilizados para apoio financeiro e bolsas de trabalho, na forma de aplicação de valores não reembolsáveis.

A situação provocada pela pandemia, e a decorrente falta de trabalho para os profissionais desse setor fizeram com que a saúde e a segurança alimentar desses profissionais viessem a ser afetadas, estando em grave ameaça, e por essa razão, devem eles ser ajudados.

Lei Aldir Blanc – Decreto Legislativo nº 10.464 /2020

Com o objetivo de proporcionar uma renda emergencial da cultura, tal lei foi criada em homenagem ao grande músico Aldir Blanc, um dos primeiros artistas brasileiros falecido em decorrência do coronavírus. O Projeto de Lei nº1.075/2020, que deu origem a essa lei, foi uma iniciativa da deputada Benedita da Silva, a qual sugeria que a União fizesse o repasse de três bilhões de reais para os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para aplicação em ações emergenciais que apoiassem o setor cultural, inclusive sugerindo o custeio de uma renda emergencial mensal a ser dada aos trabalhadores da cultura. Foi através do Decreto Legislativo nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que a Lei Aldir Blanc – LAB – foi regulamentada no plano federal. Ficou instituído por essa lei que um bilhão e meio de reais fossem destinados para os estados e o mesmo montante fosse distribuído para os municípios, valores esses que foram disponibilizados para a Secretaria de Cultura através da *Plataforma +Brasil*, e de acordo com critérios estabelecidos pelo FPE – Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal, e FPM– Fundo de Participação dos Municípios, proporcionalmente ao número de habitantes.

A Lei Aldir Blanc prevê três ações fundamentais. No inciso primeiro foi instituída a renda emergencial, a ser provida pelos estados; no inciso segundo foi instituído o subsídio para espaços culturais, a ser provido pelos municípios; e também o inciso terceiro, que se destina a editais, prêmios e chamadas

públicas, recursos estes providos pelos estados e municípios, devendo absorver, no mínimo, 20% dos recursos.

Dois são os tipos de beneficiários para receber esse tipo de auxílio emergencial. O primeiro tipo é composto por pessoas físicas, que englobam profissionais do setor artístico e cultural, e o segundo tipo compreende entidades culturais que tenham sido afetadas pela pandemia.

No caso das pessoas físicas que podem ser beneficiadas, tal auxílio foi primeiramente prestado através do recebimento de três parcelas no valor de seiscentos reais cada. A pessoa que fosse se inscrever para receber tal auxílio não poderia ter recebido outro tipo de auxílio, exceto o Bolsa Família, e também não poder ter tido uma renda superior a R\$ 28.559,70, no ano de 2018, além de não pode ter emprego formal ativo. Em cada família só poderia haver, no máximo, dois beneficiários, mas nos casos de famílias chefiadas por mulheres, estas poderiam receber o dobro do benefício. Essas pessoas precisavam comprovar o exercício de trabalho artístico nos dois últimos anos precedentes à pandemia, e a renda mensal da família não podia exceder três salários mínimos.

Já no tipo de beneficiários que compreende entidades culturais, estão nelas incluídos, segundo a Lei Aldir Blanc, “pontos e pontões de cultura, teatros independentes, escolas de música, dança e artes, circos, bibliotecas comunitárias, centros culturais, espaços de povos tradicionais, cineclubes, livrarias, estúdios de fotografia, ateliês de pintura e moda, feiras de arte e artesanato e espaços de literatura e poesia.” A única exigência feita a esses beneficiários é a de que, em contrapartida, deveriam realizar atividades culturais para alunos da rede pública de ensino ou para a comunidade, atividades estas oferecidas de forma gratuita.

Esse auxílio foi prestado através de concessão de três parcelas mensais, consecutivas de R\$ 600,00, e poderia ser prorrogado conforme disponibilidade orçamentária.

A Lei Aldir Blanc foi alterada, por meio do Decreto nº 10.751/21, e estende a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores da cultura, além de prorrogar o prazo de utilização dos recursos pelos Estados, Municípios e Distrito Federal. Todos os recursos recebidos devido à Lei Aldir Blanc foram empenhados em 2020 e pagos em sua totalidade pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro. Esta secretaria dilatou os prazos para apresentação do relatório de execução dos projetos da Lei Aldir Blanc, e a nova data, válida para as seis chamadas públicas, passa a ser 30 de novembro de 2021 para a execução dos projetos, e até o dia 31 de dezembro de 2021 para a comprovação da execução financeira dos projetos. No caso de execução de projetos, o proponente tem a possibilidade de solicitar até três readequações orçamentárias dentro desse novo prazo.

Lei Rouanet

Também conhecida como Lei de Incentivo à Cultura, a Lei nº8.313, de 23 de dezembro de 1991, tem esse nome porque foi uma homenagem feita ao então Secretário Nacional da Cultura, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet. Trata-se de uma lei importante para o setor cultural brasileiro, pois instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC – e é conhecida por dar incentivos fiscais para projetos e ações culturais a cidadãos e empresas que queiram investir na cultura brasileira, e também deduzir o valor do pagamento de Imposto e Renda por elas devido. A pessoa física que faz esse investimento tem até 6% de abatimento do valor devido de

Imposto de Renda, e as pessoas jurídicas têm até 4 % de abatimento desse imposto.

No governo do presidente Jair Bolsonaro, esta lei sofreu algumas alterações, dispostas no Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021. Dentre as alterações instituídas por tal decreto está a escolha de uma nova logomarca para o programa, além de também apoiar, dentre tantas outras atividades, de acordo com o disposto no artigo 2º do referido Decreto, as atividades culturais de caráter sacro, clássico e de preservação e restauro de patrimônio histórico material, tombados ou não (inciso XII); apoiar e impulsionar festejos, eventos e expressões artístico-culturais tradicionais, além daquelas já tombadas como patrimônio cultural imaterial (inciso XIII) e também apoiar as atividades culturais relacionadas às Belas Artes (inciso XIV).

Há algumas divergências quanto à algumas modificações instituídas pelo novo Decreto, mas o que se pode observar é que, mesmo em tempo de pandemia, quando muitos artistas tiveram impactos econômicos bastante significativos, nenhuma ação para ajudar essas pessoas foi mencionada em tal documento.

Perspectivas para a cultura nacional

É sempre bom acreditar que o futuro será melhor, e que as coisas irão se realizar da melhor forma possível. No que se refere às perspectivas para o cenário cultural no Brasil, parece-nos que muitas coisas precisam ser feitas para que os artistas tenham seu trabalho reconhecido e valorizado. Talvez tenhamos que mostrar a todos a importância da cultura para o desenvolvimento do povo, desenvolvimento este que engloba aspectos culturais, emocionais e cognitivos. É preciso lembrar que auxílios emergenciais são temporários, e eles, por si só, não

dão conta de resolver os problemas financeiros dos artistas mais necessitados. O que estes precisam é de mais estímulos e valorização para continuarem seu trabalho.

Precisamos ter políticas públicas mais inclusivas, que não sejam algo hermético que beneficie somente aqueles mais afortunados. Temos iniciativas bastante interessantes por parte da própria população, mas o poder público também precisa se empenhar mais, no sentido de prover condições dignas de trabalho para todos, em especial para o setor de trabalhadores da cultura, pois têm a responsabilidade de nos trazer mais alegria e entretenimento.

Somente com um pensamento e uma ação que realmente contemplem a todos podemos ter melhores perspectivas para a cultura brasileira.

Considerações finais

Pode-se observar que a pandemia do coronavírus provocou um impacto bastante significativo no setor cultural, o que desencadeou uma grave desarticulação da cadeia produtiva no mesmo. Com um elevado número de pessoas que trabalham com arte e vivem dela de maneira informal, e com uma capacidade reduzida de se manterem sem a renda proveniente da cultura, essas pessoas passaram por um período bastante delicado para continuarem mantendo suas famílias e seus compromissos durante o período mais crítico da pandemia em nosso país.

Felizmente, pode ser observado que algumas instituições da iniciativa privada, juntamente com o auxílio provido pelo poder público, através da Lei Aldir Blanc, que pôde prover renda emergencial, subsídio a espaços culturais e promoção de prêmios e editais, minimizaram um pouco essa situação precária pela qual tais pessoas passaram, mas tais esforços

estão longe de resolverem o problema enfrentado por grande parte desses artistas.

Os trabalhadores da cultura que tiveram a oportunidade e a possibilidade de utilizar os meios tecnológicos para se adaptarem à nova realidade de tais tempos difíceis ainda puderam sentir um certo alento, uma vez que uma parcela considerável de pessoas que consome arte teve acesso a seus trabalhos através do *streaming* realizado. No entanto, grande parte dos trabalhadores do setor cultural, notadamente os que trabalham na informalidade, não tiveram a mesma condição, e assim sendo, experimentaram momentos difíceis, em que, somente com a ajuda de outras pessoas, puderam seguir a vida, ainda que de forma complicada.

A renda emergencial da cultura provida pela Lei Aldir Blanc, no estado do Rio de Janeiro, contemplou um número muito mais expressivo de trabalhadores da cultura que se encontram na cidade do Rio de Janeiro, em detrimento de uma pequena parcela desses trabalhadores que vivem na Baixada Fluminense, por exemplo. Tal fato corrobora o entendimento de que existe uma histórica desigualdade da política estadual de cultura no Rio de Janeiro. Há sempre um grande incentivo cultural na capital do estado, reforçando o entendimento de que há a tentativa de um apagamento da cultura que ocorre nos territórios situados na periferia do estado.

De acordo com estudo feito pelo professor Bruno Borja, da UFRRJ e do Observatório Baixada Cultural, apresentado no Encontro de Formação para Agentes Culturais – Fórum de Cultura Meritiense, a renda emergencial da cultura contemplou 866 pessoas no estado do Rio de Janeiro, enquanto na Baixada Fluminense somente 188 pessoas desse setor forma contempladas com tal auxílio, mostrando mais uma vez a histórica concentração de recursos para a cultura na capital do

estado. Tratamentos e oportunidades desiguais caracterizam essa realidade da cultura no Rio de Janeiro.

É preciso que as políticas públicas venham, de fato, cumprir seu papel de oferecer a todos, sem qualquer distinção, e a todo tempo, condições favoráveis para que a manutenção da vida seja efetivada. Os auxílios emergenciais são temporários, mas as necessidades dessas pessoas são permanentes.

Apesar de todas as dificuldades, os trabalhadores da cultura seguem trabalhando como lhes é possível. Seguem suas vidas contando com a solidariedade de outras pessoas, se reinventam a todo instante e fazem o que podem, e sabem, para sobreviverem. Todos anseiam pelo fim da pandemia para que a vida volte a seu status normal, e que, todos possam retomar seus projetos e trabalhos, mostrando a arte que tanto amam fazer, e que é tão necessária para todos nós.

Referências

ARTISTAS FAZEM FESTIVAL PARA APOIAR ONGS E CAMPANHA PRÓ_MÚSICOS SEM RENDA, Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/04/artistas-fazem-festival-para-apoiar-ongs-e-campanha-pro-musicos-sem-renda.shtml>. Acesso em: 02 out. 2021.

BORJA, Bruno. Economia da Cultura: Impactos da Pandemia e Lei Aldir Blanc. Encontro de Formação para Agentes Culturais – Fórum de Cultura Meritiense, 2021.

BRASIL, Cristina Índio do. IBGE: DIFERENÇA DE ACESSO À CULTURA ESTÁ RELACIONADA À COR E REGIÃO. Agência Brasil – Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/ibge->

diferenca-de-acesso-cultura-esta-relacionada-cor-e-regiao. Acesso em: 28, set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.108, de 07 de novembro de 2019. Anexo ao Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta. Brasília: Presidência da República do Brasil, 2019. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/778714385/decreto-10108-19>. Acesso em: 10out. 2021.

BRASIL. Decreto nº10.755, de 26 de julho de 2021. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, altera o Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.755-de-26-de-julho-de-2021-334556335>. Acesso em: 05 set. 2021.

BRASIL. Lei nº8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. Lei nº14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília: Diário Oficial da União, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064>. Acesso em: 03 out. 2021.

COMISSÃO APROVA APOIO FINANCEIRO A ARTISTA DO AUDIOVISUAL NA PANDEMIA, Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/746406->

comissao-aprova-apoio-financeiro-a-artista-do-audiovisual-na-pandemia/. Agência Câmara de Notícias. Acesso em: 1 set. 2021.

GOVERNO PUBLICA DECRETO QUE REGULAMENTA A LEI ROUANET, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/governo-publica-decreto-que-regulamenta-lei-rouanet>. Acesso em: 30 set. 2021.

MORENA, Raíra. CULTURA LANÇA CAMPANHA PARA ARRECADAR ALIMENTOS EM PROL DE ARTISTAS PREJUDICADOS PELA PANDEMIA. Governo Municipal São Pedro da Aldeia, 2021. Disponível em: <https://pmspa.rj.gov.br/secretaria-de-cultura-lanca-campanha-para-arrecadar-alimentos-em-prol-de-artistas-prejudicados-pela-pandemia/>. Acesso em: 2set. 2021.

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL, Educa+Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patrimonio-cultural>. Acesso em: 24 set. 2021.

OLIVEIRA, Joana. PANDEMIA GERA “CATACLISMA” NA CULTURA, E ARTISTAS PASSAM FOME EM MEIO À FALTA DE POLÍTICAS DO GOVERNO. El País – Edição Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-05-30/pandemia-gera-cataclisma-na-cultura-e-artistas-passam-fome-em-meio-a-falta-de-politicas-do-governo.html>. Acesso em: 8 out. 2021.

SINDICATO DOS ARTISTAS PROMOVE AÇÃO SOCIAL PARA AJUDAR A CATEGORIA. SATED-RJ, 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas%2Ffabia-oliveira%2F2021%2F10%2F6246531-sindicato-dos-artistas-promove-acao-social-para-ajudar-a-categoria.html>. Acesso em: 27set. 2021.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS: 2007-2018 /IBGE. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº 42. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101687.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

SOLAR DOS ABACAXIS PREPARA NOVO FUNDO COLABORATIVO E PROCURA NOVO ESPAÇO NO CENTRO. ArtRio, 2021. Disponível em: <https://artrio.com/noticias/solar-dos->

abacaxis-prepara-novo-fundo-colaborativo-e-procura-novo-espaco-no-centro. Acesso em: 5out. 2021.

SORANO, Vitor. BOLSONARO TRANSFERE SECRETARIA DE CULTURA PARA MINISTÉRIO DE TURISMO. Globo.com – G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2021.

STROPASOLAS, Pedro. PRIMEIROS A PARAR NA PANDEMIA, PROFISSIONAIS DA CULTURA RELATAM ABANDONO DO GOVERNO. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/30/primeiros-a-parar-na-pandemia-profissionais-da-cultura-relatam-abandono-do-governo>. Acesso em: 29 set. 2021.

UBC E SPOTIFY LANÇAM FUNDO PARA COMPOSITORES E ARTISTAS AFETADOS PELOS EFEITOS DA COVID-19 NO BRASIL. SITE, 2020. DISPONÍVEL EM: <http://www.ubc.org.br/publicacoes/noticia/15182/ubc-e-spotify-lancam-fundo-para-compositores-e-artistas-afetados-pelos-efeitos-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 5 out. 2021.

Recebido em: Julho de 2021

Aprovado para publicar em: Agosto de 2021.

A “pedagogia do vírus”: Reflexões a partir de Boaventura de Sousa Santos

Jaqueline Maria Freitas Prioli Novaes¹
UNESA

Resumo

O presente trabalho parte das reflexões de Boaventura de Sousa Santos no ensaio *A Cruel Pedagogia do Vírus* para, em diálogo com Ailton Krenak, analisar os impactos da pandemia no Brasil e as lições que crise atual já teria nos ensinado, para de refletir sobre possíveis caminhos no pós-pandemia. As considerações de Santos (2020) sobre o colapso mundial causado pela pandemia de Covid-19 que, a seu ver, foi o prolongamento de uma crise que já nos acompanha há tempos, causada por fatores muito menos biológicos que o SARS-CoV-2 - que vão desde as especulações do mercado financeiro, dos cortes nas políticas públicas e sociais, da legitimação da concentração de riquezas por pequenos grupos, da cultura de consumo que compromete a ecologia e o meio ambiente, à propagação de *fake news* - nos trazem sua visão sobre o problema. Além disso, a pandemia desvelou duras realidades, agravadas por outra “virulência”: a das desigualdades, tornando ainda mais vulneráveis os trabalhadores precarizados, as populações desfavorecidas (pessoas em situação de rua, refugiados, indígenas), os idosos, as mulheres e crianças pobres, para quem o isolamento social foi ainda mais sacrificante, seja pela fome, pela violência doméstica ou pela falta de renda e de acesso à educação. Nossa análise também pretende tratar de um “outro normal”, em que as alternativas para seguirmos

¹ Doutoranda em Educação PPGE - UNESA - ORCID 0000-0003-4893-9060

adiante nos tragam esperança e um mundo mais justo, não uma sucessão que quarentenas.

Palavras-chave: Boaventura Santos; Pandemia; Pedagogia do vírus; isolamento social.

Resumen

El presente trabajo parte de las reflexiones de Boaventura de Sousa Santos en el ensayo *A Cruel Pedagogia do Vírus* para, en diálogo con Ailton Krenak, analizar los impactos de la pandemia en Brasil y las lecciones que ya nos habría enseñado la crisis actual, se detiene reflexionando sobre posibles caminos en la pospandemia. Consideraciones de Santos (2020) sobre el colapso global provocado por la pandemia del Covid-19, que, a su juicio, fue la prolongación de una crisis que nos acompaña desde hace mucho tiempo, provocada por factores mucho menos biológicos que el SARS-CoV -2- que van desde la especulación en los mercados financieros, los recortes en las políticas públicas y sociales, la legitimación de la concentración de la riqueza por parte de pequeños grupos, la cultura consumista que compromete la ecología y el medio ambiente, hasta la difusión de fake news, nos acercan su visión del problema. . Además, la pandemia reveló duras realidades, exacerbadas por otra “virulencia”: la de las desigualdades, haciendo aún más vulnerables a los trabajadores precarios, las poblaciones desfavorecidas (personas sin hogar, refugiados, indígenas), los ancianos, las mujeres y los niños pobres, para quienes el aislamiento social era aún más sacrificante, ya fuera por el hambre, la violencia doméstica o la falta de ingresos y acceso a la educación. Nuestro análisis también pretende abordar una “otra normalidad”, en la que las alternativas para avanzar nos traigan esperanza y un mundo más justo, no una sucesión que ponga en cuarentena.

Palabras clave: Boaventura Santos; Pandemia; Pedagogía del virus; aislamiento social.

Abstract

The present work starts from the reflections of Boaventura de Sousa Santos in the essay *A Cruel Pedagogia do Vírus* to, in dialogue with Ailton Krenak, analyze the impacts of the pandemic in Brazil and the lessons that the current crisis would have already taught us, stops reflecting on possible paths in the post-pandemic. Santos' considerations (2020) on the global collapse caused by the Covid-19 pandemic, which, in his view, was the extension of a crisis that has been with us for a long time, caused by much less biological factors than SARS-CoV-2 - ranging from financial market speculation, cuts in public and social policies, the legitimization of the concentration of wealth by small groups, consumer culture that compromises ecology and the environment, to the spread of fake news - bring us their view of the problem. In addition, the pandemic revealed harsh realities, exacerbated by another “virulence”: that of inequalities, making precarious workers, disadvantaged populations (homeless people, refugees, indigenous people), the elderly, women and children even more vulnerable. poor, for whom social isolation was even more sacrificing, whether due to hunger, domestic violence or lack of income and access to education. Our analysis also intends to deal with a “normal other”, in which the alternatives for moving forward bring us hope and a fairer world, not a succession that quarantines.

Keywords: Boaventura Santos; Pandemic; Pedagogy of the virus; social isolation.

Introdução:

As antigas dúvidas humanas sobre o futuro, nunca precisaram tanto de respostas. Em 2020, a pandemia de Covid-19 expôs alguns dilemas dos quais quase sempre nos esquivamos de pensar: lidar com o imponderável, com as nossas fragilidades, estar atento à saúde individual e coletiva, agir pensando no outro, refletir sobre a dimensão e consequências da política e o que ela representa em nossa vida prática, principalmente se pensarmos em assistência e saúde pública.

Santos (2020) pondera que em momentos de normalidade ou crise podemos avaliar a qualidade das instituições e, a depender do momento, essa análise pode nos permitir “conhecer” ou ver “coisas diferentes”. Assim, o autor considera que o coronavírus nos “mostrou” não uma questão de hoje, mas sim, um “processo de crise”, essencialmente paradoxal, pois o entendimento de crise refere-se a situações extremas e temporárias, que se iniciou nos anos 1980, com a imposição do modelo econômico neoliberal no mundo, que tornou o que era exceção na regra:

[...]quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica todo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim obsta a que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise. O objetivo da crise permanente é não ser resolvida [...] (SANTOS, p. 3)

A crise econômica desde então foi se retroalimentando e favorecendo a grupos que fortalecem o entendimento de que só há uma forma de manter a existência no planeta: a predatória, da qual eles se aproveitam. Essa manutenção do caos pode se dar de duas formas: “na legitimação da concentração de

riquezas e no boicote às medidas eficazes para impedir uma iminente catástrofe ecológica” (SANTOS, 2020, p.3) sempre em prol do hiper capitalismo.

Ailton Krenak (2020) também credita ao *modus vivendi* insustentável que levamos, as consequências da pandemia: “estamos devastando o planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e sociedades. De modo que há uma subumanidade que vive numa grande miséria, sem chance de sair dela — e isso também foi naturalizado” (KRENAK, 2020, p.5).

E a questão que fica é: depois de toda a dor causada pela pandemia, a humanidade será capaz de apreender algum aprendizado para superar o modelo em crise e romper com esse paradigma? Santos (2020) reflete sobre o assunto e sobre o que chamou de “a cruel pedagogia do vírus”. Afinal, o que SARS-CoV-2 pode ter nos ensinado?

Possíveis Lições

Em poucos meses, o mundo foi forçado a compreender que não somente há outras formas de viver, trabalhar, aprender e ensinar viáveis, como algumas delas podem até ser melhores do que pensávamos. As alternativas que antes pareciam ter sido “expulsas” do debate democrático (propositalmente, na opinião de Santos 2020), mostraram-se com toda a força na pandemia.

O ser humano nem sempre compreende a própria fragilidade. Se colocado diante dessa condição, pode agir em negação a ela, de forma defensiva e violenta, capaz de fazer exatamente o contrário do que é racional e se colocar em risco, só para não ter de enfrentar a própria possibilidade de finitude.

Sujeitos a tantos seres imprevisíveis e todo-poderosos, o ser humano e toda a vida não-humana de que depende não podem deixar de ser iminentemente frágeis. Se todos estes seres invisíveis continuarem ativos, a vida humana será em breve (se o não é já) uma espécie em extinção (SANTOS, 2020, p.11)

Outro ponto: o consumo excessivo não faz sentido. Quantos de nós concluiu que não usa metade das coisas que tem? O passivo ambiental desse estilo de vida não vale a pena:

Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos (KRENAK, 2020, p. 6)

Descobrimos entre outras coisas que uma pandemia é pauta política. Colocar em um país a responsabilidade pela “criação” do vírus é uma maneira de desqualificá-lo para manter o *status quo*. A politização do vírus se espalhou para o campo do uso de máscaras, para a não-aglomeração e para as vacinas. Propagar notícias falsas caminharam em paralelo à pandemia a ponto de tornarem-se uma outra, a “infodemia” (PAHO, 2020).

Vimos também que o vírus não foi tão indistinto quanto pensamos. Algumas populações foram muito mais atingidas que outras e isso se liga diretamente à capacidade de proteção social a esses cidadãos.

Governos [...] acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância. Dizer que a economia é mais importante é como dizer que o navio importa mais que a tripulação. Coisa de quem acha que a vida é baseada em meritocracia e luta por poder. Não

podemos pagar o preço que estamos pagando e seguir insistindo nos erros (KRENAK, 2020, p. 8).

Para alguns grupos a quarentena foi particularmente difícil. Esses coletivos foram elencados por Santos (2020) em uma lista que, segundo ele, está longe de ser exaustiva:

- Mulheres: que estão em maior número nas profissões de saúde e cuidado e que, devido ao maior tempo em casa na quarentena, vítimas de um patriarcado enraizado, ficaram mais vulneráveis à violência doméstica;
- Os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos: colocados frente a difícil escolha entre garantir o sustento e proteger sua vida;
- Os trabalhadores da rua: os trabalhadores uberizados, entregadores, que se arriscaram para manter a quarentena de muitos;
- Os sem-abrigo ou populações de rua: para quem a frase “fique em casa” não faz sentido e reforça sua fragilidade;
- Os moradores nas periferias pobres das cidades: para os que moram em “bairros informais” sem saneamento básico, “os que habitam a cidade sem direito à cidade”;
- Os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente: populações que já vivem em condição de confinamento;
- Os deficientes: para quem as condições de acessibilidade ainda não são plenamente satisfeitas, a quarentena aprofundou algumas dificuldades;

- Os idosos: a depender da faixa etária, a quarentena foi dura para os idosos que precisam de cuidados. Isolá-los, em alguns casos, significou protegê-los.

Ailton Krenak (2020) neste trabalho, representa o olhar dos povos indígenas para a questão. Este autor defende que a crise pandêmica trouxe a necessidade de uma reconexão da humanidade com a terra. E tal como Santos, também alerta para o “normal” que vivíamos:

Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro. Depois disso tudo, as pessoas não vão querer disputar de novo o seu oxigênio com dezenas de colegas num espaço pequeno de trabalho. As mudanças já estão em gestação. Não faz sentido que, para trabalhar, uma mulher tenha de deixar os seus filhos com outra pessoa. Não podemos voltar àquele ritmo, ligar todos os carros, todas as máquinas ao mesmo tempo (KRENAK, 2020, p. 11).

Isto posto, e considerando o pensamento de Santos (2020), as lições do vírus são intensas: 1) A mídia influencia a política e a percepção dos riscos que corremos; 2) a pandemia não mata indistintamente; 3) o capitalismo não tem futuro; 4) a extremadireita está desacreditada; 5) o colonialismo e o patriarcado reforçam-se nas crises; 6) o Estado e a Comunidade tendem a “regressar” após esse período de priorização do mercado. Para o autor, nem todas as lições do vírus serão aprendidas, mas, em sua análise, o vírus poderá continuar nos ensinando por um certo tempo.

Caminhos Pós-Pandemia

Pensar em possíveis caminhos para um pós-pandemia, nos mostra que apesar de combalidos pela crise, o futuro da humanidade vai depender da postura frente aos desafios:

Só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível começar a pensar numa sociedade em que humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita. Uma humanidade que se habitue a duas ideias básicas: há muito mais vida no planeta do que a vida humana [...]; a defesa da vida do planeta no seu conjunto é a condição para a continuação da vida da humanidade (SANTOS, 2020, p 31). 4

Na mesma direção, Krenak (2020, p.9) pondera que a humanidade tenha mais cuidado com o presente se deseja ter um futuro:

O mundo está agora numa suspensão. E não sei se vamos sair dessa experiência da mesma maneira que entramos. É como um anzol nos puxando para a consciência. Um tranco para olharmos para o que realmente importa [...]

[...] É hora de contar histórias às nossas crianças, de explicar a elas que não devem ter medo. Não sou um pregador do apocalipse, o que tento é compartilhar a mensagem de um outro mundo possível. Para combater esse vírus, temos de ter primeiro cuidado e depois coragem (KRENAK, 2020, p.7).

Outras dimensões da vida participam desse diálogo, mas o caminho para a mudança, segundo os autores, passa pelo reconhecimento de que, se da maneira que caminhávamos, chegamos ao ponto em que estamos, será necessário “virar a chave”, buscar a mudança da própria forma de estar no mundo. Do contrário: “o futuro desta quarentena será um curto intervalo antes das quarentenas futuras (SANTOS, 2020, p 31)”.

Referências Bibliográficas

KRENAK, Ailton. *O Amanhã Não Está à Venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em:

<https://ds.saudeindigena.iciict.fiocruz.br/bitstream/bvs/1969/1/Krenak%2C%20Ailton%20%202020%20%20O%20amanh%C3%A3%20n%C3%A3o%20est%C3%A1%20a%20venda.pdf> Acesso em: 07 set. 2021

SANTOS, Boaventura Silva. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em:

https://www.abennacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf Acesso: 10 jun. 2021

Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19
Disponível em:

https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/FactsheetInfodemic_por.pdf?sequence=14. Acesso em: 04 jun. 2021

Recebido em: Maio de 2021.

Aprovado para publicar em: Junho de 2021.

Nas veias da Latinidade: A arte de moldar em Mestre Vitalino

José Severino da Silva⁶³

Maria Teresa Toríbio Lemos⁶⁴

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as veias da Latinidade presente nas obras de Vitalino Pereira dos Santos – mais conhecido como Mestre Vitalino, artesão ceramista que difundiu a sua arte através da argila para todo o Brasil, em especial na Região Nordeste a partir da vila do Alto do Moura, Caruaru – PE. O bairro Auto do Moura, do Município de Caruaru-PE, se destaca na atualidade como o maior Centro Ceramista da América Latina, o que nos permite analisar o artesão ceramista enquanto produtor cultural e representante da cultura popular nordestina. A metodologia utilizada possibilitará a compreensão das noções de lugar, de pertença, de geograficidade, de território e de região, dialogando com a produção e com a diversidade cultural existente no Auto do Moura, lugar múltiplo na arte, seja na arte plástica, na arte ceramista, na xilogravura, na escultura, na música ou na literatura de cordel. Esta pesquisa apresenta o debate da questão da identidade e do lugar a partir da arte em barro, numa perspectiva cidadã reforçando

⁶³ Pós-Doutor em História Política e Cultural PPGH-UERJ;
cap.prof_jose@yahoo.com.br

⁶⁴ Professora Titular em História da América. Pesquisadora-Visitante do Programa de Pós-Graduação em História Política da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Estudos das Américas/ NUCLEAS.

a importância do papel social representado pelo poeta da arte ceramista Mestre Vitalino.

Palavras-chave: Arte em cerâmica; cultura popular; Arte popular.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las venas de latinidad presentes en la obra de Vitalino Pereira dos Santos, más conocido como Mestre Vitalino, un artesano ceramista que difundió su arte a través de la arcilla en todo Brasil, especialmente en la región Nordeste del pueblo de Alto do Moura, Caruaru - PE. El barrio Auto do Moura, en el municipio de Caruaru-PE, se destaca hoy como el Centro Ceramista más grande de América Latina, lo que nos permite analizar al artesano ceramista como productor cultural y representante de la cultura popular nororiental. La metodología utilizada permitirá comprender las nociones de lugar, pertenencia, geografía, territorio y región, dialogando con la producción y con la diversidad cultural existente en Auto do Moura, lugar múltiple en el arte, ya sea en la plástica o en el arte ceramista, xilografía, escultura, música o literatura de cuerdas. Esta investigación presenta el debate sobre el tema de la identidad y el lugar a partir del arte de la arcilla, desde una perspectiva ciudadana, reforzando la importancia del rol social jugado por el poeta del arte ceramista Mestre Vitalino.

Keywords: Arte cerámico; cultura popular; Arte popular.

Introdução

Os artistas e artesãos nordestinos desenvolvem um papel fundamental para ressignificação do lugar, do lugar de pertença, função de destaque dentro de suas comunidades e de seus grupos, ora representante da arte, ora produtor da sua própria arte. Vitalino foi um dos precursores e deixou uma grande contribuição para o comércio local, sobretudo para o desenvolvimento econômico, abrindo espaços para o turismo interno e externo suprindo a população local permeada de valores e tradições com suas obras temáticas, e expressionistas, que mapeia o cotidiano de seu povo, tratando-nos mais simples e corriqueiro dos acontecimentos aos mais complexos como, por exemplo, a seca, a fome, a migração, a violência e tantos outros, alimentando a devoção dos fiéis através de suas obras.

Nessa perspectiva, a transformação do barro em obras de arte tem uma forte ligação com a transformação social, pois constituem alternativas de sobrevivência em tempos de seca, de crise e de desemprego. Conforme Jolles: “O artesão percorre o mundo como aprendiz, depois se instala onde termina o campo, onde muda a ordem de todas as coisas, onde estas são subtraídas à natureza, onde se alteram os processos naturais da vida, [...]”. (JOLLES, 1976, p.24). Os acontecimentos diários é o que termina inspiração os artesãos em suas atividades do seu cotidiano, seus sonhos, suas experiências corroboram na hora de produzir suas artes, passa pelo processo criativo, lúdico, inovador resultante de suas experiências e sensibilidades aguçadas moldando seu imaginário no barro extraído do solo quente.

Enquanto recurso e produção a arte é capaz de transformar vidas de aquecer economia, de mobilizar espaços, ambientes, feiras e comércios além de garantir emprego e renda. O sertanejo ao se apropriar dessa arte enquanto campo dos

saberes, dos fazeres, das expressões e dos lugares se permite entrar no mundo da cultura popular e no fazer enquanto ato de construção contempla as competências cognitivas, motoras, afetivas e psíquicas dos enquanto recurso natural. Neste sentido a realização de atividades criativas, lúdicas no campo da educação inclusiva possibilita a inserção no mercado de trabalho por novos atores sociais.

Aspectos identitários do ceramista

A identidade do ceramista, forjada na arte de moldar será construída dentro e fora de seus limites geográficos regionais e fronteiriços, no sentimento de pertença e no apego a produção cultural, sobretudo, no conjunto de elementos que a envolve. Assim de acordo com Laraia: “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam.” (LARAIA, 2013, p.45)

Ao tratar da questão identitária do ceramista, utilizam-se aqui reflexões sobre o tema advindos de autores como, Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Renato Ortiz, dentre outros. Destaca-se a importância de se refletir sobre as identidades, dentro da diversidade e da produção cultural. Abordam-se os *aspectos identitários* trazendo à luz, discussões sobre a geografia, no lugar, as tradições até mesmo a liquidez das coisas na atualidade. A identidade aqui apresentada está calçada na tradição, embora as temáticas utilizadas pelo artista ceramista em suas produções dizem mais sobre o seu tempo do que do passado remoto. Entretanto o artista viveu as transformações constantes do seu tempo, período em que o Brasil passava pelas mesmas questões em que a América Latina passava. Constantes crises econômicas e conflitos políticos caracterizaram este

período. Logo entender as questões do tempo vivido por Vitalino é também compreender os mecanismos que mobilizam essas mudanças instantâneas resultantes de variados contextos.

Há juntamente com o impacto ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’. [...] Assim, ao invés de pensar no global como ‘substituindo o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre ‘o global’ e ‘o local’”. (HALL, 2003a, p.77)

Na tentativa de explicar a própria existência, o homem utilizou vários argumentos que foram construídos ao longo de sua história. A identidade, no mundo contemporâneo, é mediada pela alteridade, o resultado de um processo de construção identitária depende muito da produção simbólica, iconográfica, narrativa e discursiva, e de relações e inter-relações sociais e culturais. As relações de força e de poder, que não se dão num espaço harmonioso, mas são disputadas pelos grupos sociais em seu tempo conforme suas necessidades

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. (SILVA, 2000, p.81).

O debate sobre a identidade vem contribuindo para um melhor entendimento a respeito do perfil do indivíduo que a todo instante está sendo posto em evidência. Embora haja um grau muito elevado de dificuldades a respeito do entendimento das várias nuances que envolvem a *identidade*, no século XX, o sentimento de pertença é muito forte e presente no nordestino. Stuart Hall teoriza no campo dos estudos culturais, mapeando as causas e consequências do processo de globalização em face das identidades nacionais. Segundo ele, as identidades estão se

desintegrando devido à homogeneização das culturas na contemporaneidade e que as identidades locais estão sendo reforçadas pela resistência à globalização.

Trazendo à discussão a questão da identidade desse sertanejo, músico e ceramista, parafraseando Stuart Hall, a transformação que vem ocorrendo no mundo promove uma fragmentação das identidades culturais, raça, etnia, cor, sexo e gênero, dentre outros, justamente devido à perda de um sentido de si próprio. Essas mudanças sociais colocam à prova o sujeito e a própria identidade, trazendo à tona incertezas e dúvidas a uma estrutura que sempre se apresentou de forma absoluta, única e imutável. Tais transformações vêm mudando a forma de ver o mundo diante dos efeitos desastrosos da globalização. Essas transformações têm preocupado os artistas populares que muitas das vezes não se sentem representados e apoiados pelo poder público que pouco tem observado e financiado as produções culturais em especial no campo da arte popular. As identidades sofrem modificações na medida em que as tradições passam a sofrer interferências do mundo globalizado, ou por falta de políticas públicas que colaboram com suas permanências.

Segundo Bauman, *tornamos consciente de que o “pertencimento” não tem a solidez de uma rocha, não bastante negociáveis e revogáveis[...].* (Bauman, 2005, p.17). Bauman trata a questão do sujeito moderno e pós-moderno ao ressaltar o deslocamento e a descentração desse sujeito, o que causa certo mal-estar social. Nessa perspectiva, tanto o sujeito quanto a identidade sofrem uma instabilidade, resultado das constantes transformações ao longo da sua história.

A falta de respeito, de apoio, de segurança e a descrença nas produções culturais populares podem comprometer a permanências de hábitos e tradições de um grupo social. No caso em tela a arte ceramista precisa de políticas públicas por

parte do poder local, pois além de contribuir para a continuidade das práticas culturais, também contribui para desenvolvimento do comércio local e regional, atraindo o turismo e visitantes do entorno. A falta de investimento do poder público termina por contribuir para a perda identitária de determinados grupos sociais. De acordo com Stuart Hall, como:

Esta perda de um sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos constitui uma crise de identidade. (2003, p.9)

È a partir do nascimento que a identidade é construída e ao longo desse caminho percorrido sujeito começa a partir do seu nascimento. Com o decorrer dos anos essa identidade solidifica-se e depois sofre alterações. A desregulação ou descentração da identidade ao longo das últimas décadas tem contribuído para a perda de algumas práticas culturais e tradições que muito representam o local, a região e até o território. Trazendo a discussão a questão da identidade é importante afirmar que para Stuart Hall, a transformação que vem ocorrendo no mundo promove uma fragmentação das identidades culturais, raça, etnia, cor, sexo e gênero, dentre outros, justamente devido à perda de um sentido de si próprio. Essas mudanças sociais colocam à prova o sujeito e a própria identidade, trazendo a tona incertezas e dúvidas a uma estrutura que sempre se apresentou de forma absoluta, única e imutável. Tais transformações vêm mudando nossa forma de ver o mundo diante dos efeitos planetários da globalização.

O conceito de identidade tem se tornado cada vez mais complexo nas últimas décadas 'não faz mais sentido conceber

o trabalho dos antropólogos como o resgate de identidades ou a defesa de sua pretensa pureza'. O que é identidade? Existem identidades puras? Os deslocamentos culturais tornam as fronteiras frágeis e tal fragilidade exige dos Estados um convívio pacífico, a paz entre os povos, por meio da compreensão e da aceitação das diferenças culturais. Nessa perspectiva busca-se entender a multiculturalidade como algo muito discutido na atualidade. O ceramista na atualidade não seria visto como um artista plural e singular em suas práticas? Sua identidade moldada nos fios da cultura e do imaginário o torna uma espécie de poeta ceramista, na medida em que ao produzir sua escultura em barro sua subjetividade se expressa em seus fios esculpidos, seus traços, curvas e manejo.

Ao conceituar identidade somos levados a uma série de elementos que implicam a igualdade, a desigualdade, a legitimidade e a ilegitimidade, além da noção de reconhecimento e de aceitação das manifestações culturais e intelectuais do outro. As diversidades das produções resultam de olhares, de angústias e de uma série de fatores dentre elas: ambientais, climática, econômica, geográfica e tantas outras. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. (SANTOS, 1998, p. 251).

Para Milton Santos (2002, p.10), “o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o *chão mais a identidade*. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. [...]”. Nesse sentido Milton Santos relaciona o sentimento de pertença ao processo de apropriação, seja do território ou lugar. A apropriação cultural resulta de laços afetivos na medida em que o domínio legal e domínio de significados são mediatizados sócio culturalmente fornecendo elementos de

apropriação de forma interativa entre o homem e o meio ambiente. Nessa perspectiva, o homem ao se apropriar de si mesmo, também se apropria do espaço e do lugar, resignificando em lugar afetivo e seguro e pátria.

As produções artísticas, enquanto bens culturais, vinculadas a cultura popular são passíveis de registro e de proteção, tornando-se um elemento fundamental para a construção da consciência coletiva de um grupo social, de um lugar, região e nação. A apropriação simbólica da arte figurativa remete a nordestinidade, permeada por construções que ultrapassam o que a historiografia relata no contexto das apropriações culturais. A arte enquanto apropriação imaterial é um dos modos pelas quais as identidades se materializam e assumem formas específicas. A arte de moldar representa histórias vividas, experiências, tempo e espaço, lugar e clima, e nos permite voltar ao passado mais remoto, mesmo vivendo no presente.

Assim, a arte de moldar é compreendida como um instrumento de transmissão de hábitos, valores e costumes na medida em que ela compõe e faz parte da composição imagética dos lugares e regiões. Vale ressaltar que a arte em cerâmica não se limita às características da região Nordeste, ela será preparada conforme a tradição, apesar de saber que os elementos não são os mesmos, a terra não é a mesma, o clima, o solo, a forma de preparar, o tempo e a temperatura do fogo interferem no resultado das obras.

Tradicionalmente, a produção da cerâmica entre os povos indígenas brasileiros é delegada às mulheres. Elas são as responsáveis por todo o processo de produção, inclusive a extração do barro. Essa extração normalmente acontece na época das secas. As índias extraem o barro das margens do rio, retirando as impurezas, amassando-o até obter um

grão fino e homogêneo como o da areia e, depois, recolhem-no em cestos ou em folhas de palmeiras para que não resseque. (LIMA, 2001, p. 56).

A produção de cerâmica tem alcançado todas as regiões do Brasil, os lugares, geralmente são representados de forma simbólica por meio das manifestações culturais, pois moldar é também representar lugar ao comportar um conjunto de sentidos, assumindo diferentes significados que orientam as práticas sociais do próprio sujeito. O barro tem uma função que vai além de assistir uma necessidade econômica, também representa identidade cultural, por isso, tem-se o entendimento de que é necessário preservar e manter vivo determinados costumes e hábitos populares. Assim, o modo de preparo do barro e a obra evocam da memória sentimentos de pertença ao lugar e afetividade a terminados grupos.

O que seriam os bens patrimoniais senão a materialidade das práticas culturais que se destacam nas manifestações populares, no tempo e no espaço trazendo traços culturais provenientes do passado possibilitando uma melhor contribuição no presente ressignificado. O que seria a tradição e a invenção? Como separar ambas? O patrimônio cultural precisa ser levado mais a sério, precisa de cuidados, de preservação na distinção entre bens materiais e imateriais veja o diz Oliven:

a distinção entre bens materiais e imateriais não é pacífica. (...) uma bandeira é um pedaço de tecido, ao qual os habitantes de uma nação atribuem um significado igualmente sagrado. A comida é material, mas a culinária é imaterial. Como separar ambas? (OLIVEN, 2003, *Ibid*, p.79)

As apropriações culturais terminam por incorporar novos sentidos e valores. Nessas idas e vindas as práticas do passado que chegam ao presente traz desdobramentos significativos

para a construção das identidades. Nesse sentido, o lugar reproduz os rituais das gerações passadas através das práticas culturais, traduzindo o aparato simbólico que as acompanha reforçando a ideia de que a tradição seria algo inventado pelo processo de ritualização fornecendo sentidos para as manifestações sociais ao longo da história.

A partir da apropriação de elementos culturais, a mediação entre os grupos culturais distintos regionalmente falando ganham uma nova roupagem em suas identidades simbolicamente estabelecidas, contribuindo para o surgimento de novas formações identitárias compondo também uma nova paisagem cultural para o migrante. As festas populares estão sempre conectadas às festas sacras de padroeiros, conectadas à produção de objetos em barro.

A arte figurativa nas veias da nordestinidade

A arte figurativa é marcada fortemente por fortes emoções, afetiva e cultural e nos ritos festivos que representa uma forte ligação entre o sujeito e o objeto produzido. A arte em sua construção ajuda a manter laços representativos e até mesmo dar continuidade às tradições ao longo do tempo e do espaço. Ela é um elemento de difusão e de identidade que ao mesmo tempo representa o lugar, a cultura e os aspectos identitários. O ato de produzir é simbólico, é cultural, é econômico, é sagrado e profano. É uma necessidade humana de continuidade, e nessa perspectiva, os festejos populares têm a finalidade de transmitir, de preservar e de reescrever estas manifestações culturais. As festas de padroeiros não se limitam ao mês de junho e julho, ocorrem ao longo do ano e são estas festas que mobilizam as atividades litúrgicas e não litúrgicas. Mobilizam a cidade e a própria economia local, por conta das visitas turísticas e deslocamento da população do entorno,

idades vizinhas. São as atrações musicais com bandas de forró e demais gêneros ao longo do período festivo, barracas de artesanatos, parques de diversões e tantas outras.

As práticas artesanais têm um papel fundamental na formação humana. O artesanato revela, traduz costumes, tradições e práticas locais dentro de cada região. Os indígenas e afros brasileiros deixaram suas colaborações como uso de pigmentos naturais na arte em cerâmica ao longo da história e formação da sociedade brasileira. A arte em barro pode ser compreendida como uma expressão singular de um grupo social específico, de uma cultura específica quando se trata de uma temática particular, como por exemplo, a “Arte figurativa” presente na produção cultural nordestina, especificamente a do “Alto do Moura” de Caruaru – PE, entretanto podemos perceber a produção da arte em cerâmica em todo território brasileiro a partir das práticas e culturas locais o que sua vez marca sua geograficidade e territorialidade.

O artesão é aquele que sabe fazer, o artista aquele que cria, inventa, concebe. Um depende do outro no momento em que a criação necessita de realização física, a presença de uma obra de arte de pintura, por exemplo, somente é possível se o artista utilizar o artesanato da pintura para dar à luz seus sentimentos. Em todo artista que trabalha com as mãos existe um artesão. Nas comunidades de artesãos como o Alto do Moura, em Caruaru, geralmente existem os “Mestres”, como foi Vitalino, Zé Caboclo, Manoel Eudócio e Galdino. Estes, porém, também são artistas pois Vitalino, Caboclo e Eudócio também criaram suas figuras, seus temas, que passaram a ser os protótipos de figuras ou grupos até hoje multiplicados pelos seus seguidores (CÓRDULA, 2013, p. 11).

A arte figurativa é uma atividade de produção artesanal em barro ou argila fácil de moldar quando bem preparada. Seu

preparo é fundamental para a produção de peças e ou instrumentos utilitários, pois se pode produzir brinquedos, vasilhames, panelas, urnas e tantos outros conforme a necessidade e procura local. Dessa forma, a produção da arte figurativa em barro se vincula à produção de peças ilustrativas com temas do cotidiano e das experiências vividas.

O trabalho com barro ou argila consiste em promover trabalho autoral de construção, de pertença, além de oferecer um território próprio, uma geograficidade de pertença, pois o cheiro do barro, da terra transporta o sujeito à sua infância, ao lugar vivido, ao lugar da saudade e a memória subterrânea. A arte figurativa, enquanto arte inclusiva promove a socialização dos alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual e física tornando-o um sujeito produtivo e colaborador da produção cultural local, regional e nacional. A inclusão social por meio da arte reflete em qualidade para o âmbito social e ambiental trazendo benefícios para o desenvolvimento econômico local. Conforme Marilda Moraes Garcia Bruno e Maria Glória Batista da Mota:

O processo de modelagem exige dos ceramistas sete técnicas que são imprescindíveis no processo de criação, são elas: bola, rolo, placa, torno, extrusão e fundição. Entretanto, vale ressaltar que as técnicas 'bola e rolo' são as mais utilizadas na arte figurativa. O processo de criação é muito particular, pois criar é uma tarefa singular, corresponde à forma, a dar forma, sentido e significado ao objeto criado. Assim compreende-se que a arte de criar e a própria arte abre possibilidades e percepções de mundo e mundos, lugares onde ninguém vai, apenas a imaginação no ato de criação que sua vez coloca o homem no lugar central da criação e de humanização.

Arte abre portas e possibilidades inclusivas, permite que o indivíduo veja mesmo sem enxergar, que o surdo ouça mesmo sem capacidade auditiva, que o deficiente físico acelere mesmo

sem a capacidade de se locomover. A plasticidade do barro/argila transporta sua flexibilidade para o próprio ceramista que no processo de feitura se molda conforme o barro, ganha forma, singularidade em suas criações alicerçando sua forma de expressar seus sentimentos, angustias, felicidades, medo e necessidade como forma de resistência, luta e visibilidade em suas produções.

Desde a Era primitiva o barro tem sido primordial para a produção de urnas, utensílios e ferramentas. Enquanto matéria prima utilizada por todas as civilizações ao longo da história da humanidade, ela também foi muito expressiva enquanto forma de linguagem figurativa e iconográfica, pois a arte figurativa enquanto forma de moldar sua própria essência se dissocia da arte utilitária, pois a subjetividade presente no processo de criação o torna parte de sua criação.

Vitalino Pereira dos Santos, homem simples, religioso e trabalhador, se tornaram um dos mais conceituados ceramistas do Brasil considerados o precursor da arte figurativa. A sua arte também vista por seus discípulos como generosa e pioneira terminou influenciando uma geração de artesão que atualmente só em Caruaru. Vitalino nasceu no dia 10 de julho de 1909, no sítio Campos, área rural de Caruaru, que fica no Agreste Pernambucano. Seus pais eram lavradores, pai agricultor e sua mãe eram ceramistas. Começou a modelar seus brinquedos de barro ainda criança, segundo o seu neto Elias Vitalino “seu avó, Mestre Vitalino teve uma infância simples e muito pobre começou a modelar seus brinquedos por necessidade, aproveitando o barro que sobrava das panelas produzidas por sua mãe. Os brinquedos que Vitalino inicialmente gostava de fazer bois, seu tema especial, cavalos e bodes. Em conversa com seu o seu filho no Museu Mestre Vitalino ‘Severino Vitalino’ em 2018, ele disse “meu pai começou a produzir seus brinquedos quando tia 6 anos de

idade e quando ele construiu a peça “Caçador de Gato Maracajá” começou sua jornada e ao total criou 118 temáticas estreitamente ligado ao imaginário nordestino.

Segundo Severino a partir do momento em que uma senha do Recife comprou a sua peça ele não parou mais. Quando rapaz começou a tomar pífano seu instrumento preferido. No final da década de 1940, Mestre Vitalino se muda para Alto do Moura, anda era lugarejo simples, o que facilitou o seu trabalho, pois ficava mais próximo da feira de Caruaru. Foi nesse povoado que ele foi consagrado Mestre Vitalino, sua singularidade e o tornou único, pois sua arte expressiva passo a impressionar seus pares e também artesãos.

Considerações finais

O poeta ceramista e músico era um artista expressionista do seu tempo, os traços fortes de suas obras, modelado e pintado se destacavam pela expressividade acentuada e figurativa. Sua praticidade ao modelar suas peças o tornava diferente e especial, sua leveza e autonomia elaborava temáticas do seu cotidiano de forma precisa e segura. Sua criatividade deixou como legado uma variedade de formas e conteúdos que revela sua sensibilidade e poder de criação do imaginário popular latino americano. Sua temática tratava de cenas da vida privada e pública sertaneja, seu repertório incluía questões corriqueiras do dia a dia das pessoas, bichos, religião, casos de polícia, crimes, leis, a seca, a migração, nascimento, casamento, morte casa de farinha, caça e tantas outras temáticas, registrando com o barro todo o seu imaginário.

Suas temáticas começaram a romper os limites territoriais, da feira de Caruaru, do agreste nordestino e do Nordeste e suas produções em cerâmica cumpriu um papel fundamental na divulgação do Nordeste em toda a América Latina. Prática esta

que apresenta e representa o que há de melhor no artesanato nordestino, revelando e traduzindo costumes, tradições e práticas das subáreas nordestinas, em especial do agreste do pernambucano.

Referências

ABREU, M. Cultura Popular, Um Conceito e várias Histórias. In: Abreu, Martha e Soihet, Rachel, Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003. Disponível em: <<http://www.museucasadopontal.com.br/pt-br/artigos>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ALMEIDA, Marluce Ribeiro. A obra realiza-se com a arte. In: Artesanato Brasileiro. Fundação Nacional de Arte. 2 ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980. p. 54 – 57.

BARBOSA, A. M. (org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2003.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a arte. 2ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1986.

CÓRDULA, Raul. Afinal, que é artesanato? Segunda pessoa: Revista de artes visuais. João Pessoa, ano 3, n. 1, p. 9-14, jun/ago. 2013.

DOCUMENTÁRIO DO MESTRE VITALINO. 21/07/2009, disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=FqW2ZTuP0rk> . Acesso em 23 de dezembro de 2019.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. 3 ed. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JACKS, N. Tendências latino-americanas nos estudos da recepção. Revista FAMECOS.

JOLLES, André. Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Cultrix, 1976.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

LIMA, Sandra Ferreira de. Tradição e invenção: a resistência inteligente e a construção de espaços próprios no núcleo artesanal do Alto do Moura (PE). [Editorial] RESGATE – Revista Interdisciplinar de Cultura (UNICAMP), n.10, p. 137-140, 2001.

MARTINS, Flávia; DUARTE, M.L; COIMBRA, S. R. O Reinado da Lua. Escultores Populares do Nordeste. 4ª Edição. Recife: Caleidoscópio, 2010. ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e identidade nacional. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MASCELANI, A. A Casa do Pontal: e suas coleções de arte popular brasileira. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Número 28. Rio de Janeiro, IPHAN, 1999. Disponível em: <http://www.museucasadopontal.com.br/pt-br/artigos>

MASCELANI, A. O Mundo da arte popular brasileira - Museu Casa do Pontal. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009.

MESTRE Vitalino e artistas pernambucanos. Rio de Janeiro : IPHAN: CNFCP, 2009. 47p. Catálogo da exposição realizada na sala Mestre Vitalino. Pesquisa Guacira Waldeck.

OLIVEN, R. G. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSSA, Aline. Cerâmica o olhar da criação: arte como tendência. 2009. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 2009.

Santos, Milton. O dinheiro e o território. In: Território-Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.

DOI : 10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. Território Globalização e Fragmentação. 4 ed. São Paulo: HUCITEC,

coedição com a ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

VIVES, Vera de. A beleza do cotidiano: In: RIBEIRO, Berta (Org.). O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983. p. 133 – 149.

Recebido em: Julho de 2021

Aceito para publicar em: Agosto de 2021.

Construção poética em tempos de pandemia: Reflexões sobre memória e identidade

Lucas Patric da Silva Bernardes

Resumo

O presente artigo pretende explorar os atributos que elucidam a produção literária pós-moderna, sobretudo os elementos que relacionam memória e identidade à construção poética latino-americana em tempos de pandemia. Tendo em vista que a poesia apresenta um grau de subjetividade complexo, deve-se ter consciência da amplitude que a investigação requer. É praticamente impossível buscar uma definição exata para uma arte que tende a dar vida às palavras, a ponto de sensibilizar, comover e até mesmo transformar o leitor. A pesquisa sobre sua evolução e os caminhos percorridos, neste caso, torna-se um processo abundante, repleto de contribuições e mudanças significativas. Dentre as principais características oriundas de tantas transformações, faz-se evidente a liberdade literária que, em diversos aspectos, conduz o artista pós-moderno e revoluciona sua escrita. Os conceitos que irão conduzir essas reflexões se sustentam nas teorias de Zygmunt Bauman — reconhecido por suas ponderações em torno da condição atual do mundo e da sociedade em geral —, assim como Linda Hutcheon, que expande o estudo sobre as características deste tempo através do livro *Poética do Pós-modernismo* (1991).

Palavras-chave: Literatura; Pós-modernidade; Memória; Identidade.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo explorar los atributos que dilucidan la producción literaria posmoderna, en especial los elementos que relacionan la memoria y la identidad con la construcción poética latinoamericana en tiempos de pandemia. Considerando que la poesía presenta un grado complejo de subjetividad, se debe ser consciente de la amplitud que requiere la investigación. Es prácticamente imposible buscar una definición exacta para un arte que tiende a dar vida a las palabras, hasta el punto de sensibilizar, emocionar e incluso transformar al lector. La investigación sobre su evolución y los caminos recorridos, en este caso, se convierte en un proceso abundante, lleno de aportes y cambios significativos. Entre las principales características resultantes de tantas transformaciones, es evidente la libertad literaria que, en varios aspectos, conduce al artista posmoderno y revoluciona su escritura. Los conceptos que guiarán estas reflexiones parten de las teorías de Zygmunt Bauman —reconocido por sus consideraciones en torno a la condición actual del mundo y de la sociedad en general— así como de Linda Hutcheon, quien amplía el estudio sobre las características de esta época a través de la libro *Poéticas de la posmodernidad* (1991).

Palabras llave: Literatura; posmodernidad; Memoria; Identidad.

Abstract

This article intends to explore the attributes that elucidate the postmodern literary production, especially the elements that relate memory and identity to the Latin American poetic construction in times of pandemic. Bearing in mind that poetry presents a complex degree of subjectivity, one must be aware of the breadth that the investigation requires. It is practically impossible to find an exact definition for an art that tends to bring words to life, to the point of sensitizing, moving and even transforming the reader. Researching its evolution and the paths taken, in this case, becomes an abundant process, full of contributions and significant changes. Among the main characteristics arising from so many transformations, the literary freedom that, in many aspects, drives the postmodern artist and revolutionizes his writing is evident. The concepts that will guide these reflections are based on the theories of Zygmunt Bauman — recognized for her reflections on the current condition of the world and society in general — as well as Linda Hutcheon, who expands the study of the characteristics of this time through the book *Poetics of Postmodernism* (1991).

Keywords: Literature; Post-modernity; Memory; Identity.

Introdução

"Poesia é poder. O que outro mais o poeta poderia ter?"
Olga Savary

O professor e crítico literário Alfredo Bosi alega que “a instância poética parece tirar do passado e da memória o direito à existência; não de um passado cronológico puro — o dos tempos já mortos —, mas de um passado presente cujas dimensões míticas se atualizam no modo de ser da infância e do inconsciente. (BOSI, 1977, p. 111). Sendo assim, o poeta é capaz de eternizar o que permanecia em vida apenas de forma imaterial, ou seja, em sua memória, através da literatura. Ao rememorar temas extremamente pessoais, pressupõe-se um convite a adentrar em um universo de sensações diversas. Transitando entre o passado e o futuro, a construção poética se dá através de imagens que surgem da memória.

Em *Poesia, memória excessiva*, um dos ensaios literários da pesquisadora portuguesa Silvina Rodrigues Lopes, aponta-se que o poeta possui “um poder superior, o de imortalizar ou condenar ao esquecimento, que lhe confere uma autoridade particular.” (LOPES, 1996, p. 155). A partir do instante em que a memória se restitui na palavra, atribui-lhe uma significação escritural, imensurável, capaz de ultrapassar os sentidos já estabelecidos a respeito de temporalidade e espacialidade.

A narratividade, assim como Lopes afirma, “ajusta-se a um movimento de recordação que visa o cotidiano e a linguagem partilhada que o constitui.” (LOPES, 1996, p. 160). Todos os sentimentos, sejam entendíveis ou indecifráveis, são conduzidos ao campo de interpretação. Acerca dessa questão, o crítico literário e escritor brasileiro

Affonso Romano de Sant'Anna (1980) sinaliza que:

O poeta sabe que a tentativa, frequente e intensa, de recapturar o próprio passado, a família, a nação ou a espécie humana, após tê-lo longamente discutido, pode parecer agora uma tentativa de recuperar a si mesmo, através da descoberta deste sentido de continuidade no ato de pertencer a algo que parece perdido para se sempre. (SANT'ANNA, 1980, p. 70- 71)

Considerando essa passagem, pode-se afirmar que o resgate de recordações é um meio de reinventar o futuro, uma vez que impede os limites à descrição da memória e anuncia, através dela, novas perspectivas. A poética, nesse caso, é o lugar onde o poeta encontra para sobreviver sua memória, estabelecendo, assim, uma relação entre a realidade e o tempo presente. Lopes aponta que essa relação se dá naturalmente durante a escrita:

“O escritor é aquele que encontra as palavras e os ritmos para dizer o seu tempo: o tempo como tempo de mudança - memória, metamorfose, abertura ao outro que não é o futuro como cálculo mas sim algo que é da ordem do improvável, do que não emerge de uma necessidade prévia mas que na liberdade funda a sua própria necessidade.” (LOPES, 2005, p. 37)

Embora a escrita seja um rastro irrefutável, é preciso compreender que a memória também oferece uma vastidão de possibilidades ilimitadas ao nível físico. Essa flexibilidade pode ser notoriamente sinalizada na capacidade do escritor em deslocar-se para diferentes períodos — seja por benefício próprio ou inconscientemente —, mas, sobretudo, "dizer o seu tempo", como Lopes menciona, através da expressão literária.

O célebre ensaísta alemão Walter Benjamin, em sua tese

indispensável sobre o anjo da história no ensaio *Sobre o Conceito de História* (1985), se posiciona contra os ideais progressistas que acreditam que as ruínas devem permanecer apenas no passado. Benjamin articula através de um desenho que adquiriu do pintor sueco Paul Klee:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se a suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1985, p. 226)

No texto, o anjo se depara com a catástrofe, mas tem consciência de que não pode fazer nada. Não há como impedi-la. É perceptível, assim, uma tentativa de “revivenciar” o passado através do futuro e, ao mesmo tempo, uma necessidade impreterível de habitar o tempo presente. Isso porque, segundo Benjamin, o progresso é apenas uma continuação e sua inserção na humanidade “é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha.” (BENJAMIN, 1985, p. 229).

Atualmente, a humanidade vivencia novamente o imaginário que permeia essa relação entre a catástrofe e o

progresso. Em tempos de pandemia e isolamento, seria insuficiente pensar em construção poética de uma forma genérica. Para além das novas possibilidades no que se diz respeito às narrativas poéticas, a poesia exerce também sua função social, intervindo diretamente na vida dos indivíduos. Durante longos meses sem nenhuma informação concreta sobre vacinação, deparamo-nos com o desespero e o pavor no mundo. A criação literária, à sua maneira, adequa-se ao tempo e é capaz de nos transportar. Outrossim, afirma a história para reinventar o mundo.

Sendo o continente com a maior concentração de vítimas da Covid-19, a América Latina escancara problemas antigos diante desse cenário assustador. A ilusão de progresso, assim, tende a retomar o seu espaço. Contudo, as urgências em pleno século XXI, um período com tantas ferramentas tecnológicas e acesso amplo à informação, não se anulam. Pelo contrário, o questionamento da sociedade contemporânea em relação às adversidades estruturais, como as consequências inestimáveis da desigualdade social que assola todo o território latino-americano, se intensifica.

Quando se libertam de pressuposições e outras implicações a respeito do significado central, as palavras transcendem a linguagem. Sejam sociais ou até mesmo linguísticos, toda a conjuntura se dá através de um determinado contexto. A poesia, mais que qualquer outro gênero, explora essa ressignificação através das imagens e dos múltiplos sentidos que surgem no decorrer da construção poética.

1. O Sujeito Lírico na Poesia Contemporânea

A complexidade que ronda a questão identitária do sujeito está integralmente relacionada ao contexto onde ele

se insere, assim como sua constituição. Para tratar desse tema, é importante citar Stuart Hall (2006), grande sociólogo jamaicano que buscou novas definições a respeito da identidade, especialmente na pós-modernidade.

Hall aponta a existência de três concepções de identidade, sendo elas: sujeito do Iluminismo, provido de racionalidade e convicto de que a individualidade era o fator primordial em sua formação; sujeito sociológico, que compreende a importância das relações exteriores como parte do seu núcleo interior; e, por fim, o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade concreta e apresenta inúmeras contradições. Dentre as concepções citadas, este artigo prioriza a investigação a respeito da identidade no sujeito pós-moderno.

Sabe-se que a nacionalidade foi por muito tempo um aspecto que definia a identidade do sujeito. A representação de seu território era como um reflexo da identidade nacional, vista como soberana. No entanto, desde a chegada do pós-modernismo, essa ideia de identificação através do pertencimento à uma nação foi se degradando. A fragmentação, a efemeridade e as múltiplas possibilidades da pós-modernidade suscitaram características que, embora indefinidas, elucidam um novo sujeito lírico. Todas essas transformações resultam no que Hall define como crise de identidade:

as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável

no mundo social. (HALL, 2006, p. 7)

Desse modo, é considerável situar o sujeito lírico na pós-modernidade como indeterminado, tendo em vista a falta de precisão em torno da temática — ainda recente e complexa. Isso não quer dizer que a abordagem seja desnecessária, ao contrário, torna-se fundamental na compreensão do lugar do sujeito no cenário pós-moderno, além, sem dúvidas, da busca por novas percepções de sua identidade.

Pode-se afirmar que o sujeito lírico pós-moderno é influenciado por inúmeras identidades, em inúmeros contextos. Os questionamentos são incontáveis, e as respostas, em sua maioria, não cessam as problemáticas suscitadas. Dessa maneira, a sociedade interfere através de suas transições, desencadeando um excesso de argumentos, mutações e referências. A inconstância tem um forte impacto nos posicionamentos que geram os conflitos da pós-modernidade. A respeito dessa questão, Bauman pontua que:

Hoje em dia, nada nos faz falar de modo mais solene ou prazeroso do que as “redes” de “conexão” ou “relacionamentos”, só porque a “coisa concreta” — as redes firmemente entretecidas, as conexões firmes e seguras, os relacionamentos plenamente maduros — praticamente caiu por terra. (BAUMAN, 2005, p. 100)

É crucial refletir sobre a maneira como a subjetividade e a fragmentação, características pós-modernas, interferem no sujeito lírico em seu exercício de escrita. O que Zygmunt Bauman trabalha em suas obras — *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), *Modernidade líquida* (2001) e *Identidade* (2005) — está intrinsecamente relacionado ao indivíduo contemporâneo, assim como fatores que o levam a romper paradigmas e aspectos de outros tempos.

“Modernidade líquida”, metáfora utilizada pelo sociólogo para definir a pós-modernidade, representa apropriadamente a sociedade em que vivemos: fluída, descontínua e imprecisa. Na obra, ele exemplifica essa questão através da ideia do consumo, laços entre pessoas, conflitos, entre outros aspectos que elucidam a liquidez desse período. Nas palavras de Bauman:

Se desde a época do "desencaixe" e ao longo da era moderna, dos "projetos de vida", o "problema da identidade" era a questão de como construir a própria identidade, como construí-la coerentemente e como dotá-la de uma forma universalmente reconhecível - atualmente, o problema da identidade resulta principalmente da dificuldade de se manter fiel a qualquer identidade por muito tempo, da virtual impossibilidade de achar uma forma de expressão da identidade que tenha boa probabilidade de reconhecimento vitalício, e a resultante necessidade de não adotar nenhuma identidade com excessiva firmeza, a fim de poder abandoná-la de uma hora para outra, se for preciso. (BAUMAN, 1998, p. 155)

O indivíduo imerso nessa liquidez da contemporaneidade, a qual Bauman propõe tantas reflexões, está fadado a lidar com quaisquer circunstâncias provocadas pela efemeridade. Por conseguinte, a identidade do sujeito contemporâneo se constrói diante dessas condições e se modifica constantemente.

2. A Influência Histórica na Construção Poética

Os avanços e os novos caminhos que a poesia conquista estão sempre ligados às pesquisas históricas, considerando o contexto em que se inserem e as influências adquiridas ao longo do tempo, ainda que não haja uma compreensão precisa sobre elas. A crítica literária canadense Linda Hutcheon define que "o pós-modernismo é um fenômeno contraditório, que usa e abusa, instala e depois subverte, os próprios conceitos que desafia" (HUTCHEON, 1991, p. 19).

Sabe-se que o pós-modernismo é eclético, fruto da junção de inúmeras tendências. Logo, é possível notar uma caracterização do período através do tempo, da espontaneidade, da oposição às tradições literárias e, sobretudo, da contradição.

Qualquer poética do pós-modernismo deve antes se adaptar ao imenso volume de material que já foi escrito sobre o assunto do pós-modernismo em todos os setores. Invariavelmente, o debate começa pelo significado do prefixo "pós" - um enorme palavrão de três letras. (...) "Posição Pós" (Culler 1982a, 81) assinala sua dependência e sua independência contraditórias em relação àquilo que a precedeu no tempo e que, literalmente, possibilitou sua existência. Portanto, a relação do pós-modernismo com o modernismo é tipicamente contraditória. Ele não caracteriza um rompimento simples e radical nem uma continuação direta em relação ao modernismo; ele tem esses dois aspectos e, ao mesmo tempo, não tem nenhum dos dois. (HUTCHEON, 1991, p. 36)

Na obra *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), o sociólogo polonês Zygmunt Bauman evidencia essa dificuldade em desvincular a arte pós-moderna daquela produzida na modernidade:

O mundo pós-moderno é qualquer coisa, menos imóvel - tudo, nesse mundo, está em movimento. Mas os movimentos parecem aleatórios, dispersos e destituídos de direção bem delineada (primeiramente, e antes de tudo, uma direção cumulativa). É difícil, talvez impossível, julgar sua natureza "avançada" ou "retrógrada", uma vez que o interajustamento entre as dimensões espacial e temporal do passado quase se desintegrou, enquanto os próprios espaço e tempo exibem repetidamente a ausência de uma estrutura diferenciada ordeira e intrinsecamente. Não sabemos, com toda certeza (e não sabemos como estar certos de o saber), onde é "para a frente" e onde "para trás", e desse modo não podemos dizer com absoluta convicção que movimento é "progressivo" e qual é "regressivo". (BAUMAN, 1998, p. 121)

Esta relação temporal também é abordada pelo filósofo francês Jean-François Lyotard (1993, p. 26): "O pós-moderno precisa ser compreendido através do paradoxo do tempo futuro (pós) anterior (modo)". Isto é, antes mesmo de representar a modernidade, qualquer obra já visava o tempo posterior, uma vez que o próprio termo serve de base para suscitar o novo.

Deste modo, exemplifica-se a importância de estabelecer uma ligação entre a poesia e o conjunto de circunstâncias que a permeia, além, é claro, de cogitar as inúmeras possibilidades relativas ao tempo e espaço. No que se diz respeito à essa questão, o crítico literário e professor brasileiro Antonio Candido afirma que:

Nas obras de expressão lírica e timbre emocional elevado, só se manifesta despido da sua natureza específica e reformulado em função dos valores estéticos da civilização. Certas manifestações da emoção e da elaboração estética podem ser melhor compreendidas, portanto, se forem referidas ao contexto social (CANDIDO, 2006, p.78).

À vista disso, ao analisar uma obra, deve-se pensar além da interpretação e investigação de sentidos. Situá-la em relação ao contexto histórico e social permite que o estudo seja ainda mais amplo, considerando elementos fundamentais durante o processo criativo do autor.

No caso da poesia latino-americana, levando-se em conta a influência histórica em sua produção, não existe mais um padrão formal ou um modelo a ser seguido. O ato poético esvazia-se de caracterizações e ganha força através da liberdade adquirida nos últimos tempos. Os conceitos consagrados já não são tão precisos a ponto de abranger toda diversidade textual, mas isto não significa que exista negação a tudo que foi construído pelas gerações anteriores.

Muito marcada pela violência e repressão, a literatura produzida na América Latina, no geral, é reflexo de sua história. O escritor pós-moderno, todavia, propõe a desconstrução do senso comum e a instauração de novas perspectivas em torno da produção literária. Assim, questiona-se o passado através da restituição dos acontecimentos, a fim de instigar possíveis reconsiderações e explorar novas ideias.

Um dos maiores conflitos da contemporaneidade está relacionado ao conceito de liberdade. "Os mal-estares da pós-modernidade", segundo Zygmunt Bauman, surgem através dessa liberdade que cresce cada dia mais e, com isso, a segurança é reduzida. A civilização é sempre uma troca: você dá algo de um valor para receber outro valor. Conforme a escolha da sociedade, ganha-se algo e perde-se outra.

Dentro da estrutura de uma civilização concentrada na segurança, mais liberdade significa menos mal-estar. Dentro da estrutura de uma civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança, mais ordem significa mais mal-estar." (BAUMAN, 1998, p. 9)

À medida que a liberdade torna-se presente e ganha mais espaço, surge também a insegurança e a incerteza. Essa dicotomia gera muitos conflitos em relação ao futuro no que se diz respeito às expectativas e possibilidades. A ampla perspectiva do indivíduo sobre o amanhã tende a relacionar-se às idealizações utópicas, sendo que, na realidade, a liberdade sem precedentes põe em risco qualquer garantia ou estabilidade.

Por outro lado, a ampla perspectiva pode também gerar um excesso de possibilidades a ponto de dificultar, e até mesmo romper, o direcionamento do indivíduo. O medo rasura as possíveis idealizações e levanta questionamentos como: “Será que eu vou conseguir?”, “Será que vou poder mudar depois?”, “Será que é a decisão correta?”. Noutras palavras:

Qualquer valor só é um valor (como Georg Simmel, há muito, observou) graças à perda de outros valores, que se tem de sofrer a fim de obtê-lo. Entretanto, você precisa mais do que mais falta. Os esplendores da liberdade estão em seu ponto mais brilhante quando a liberdade é sacrificada no altar da segurança. Quando é a vez de a segurança ser sacrificada no templo da liberdade individual, ela furta muito do brilho da antiga vítima. Se obscuros e monótonos dias assombraram os que procuravam a segurança, noites insones são a desgraça dos livres. Em ambos os casos, a felicidade soçobra. (...) Liberdade sem segurança não assegura mais firmemente uma provisão de felicidade do que segurança sem liberdade. (BAUMAN, 1998, p. 10)

Conclui-se, portanto, que um tempo de liberdade pode ser considerado, simultaneamente, um tempo de indefinição. O pós-moderno está sempre retornando ao passado para refletir sua possível sobrevivência no presente, mesmo que para isso seja necessário retomar acontecimentos, deslocar o ciclo de tempo e, até mesmo,

questionar a história.

A fragmentação é, sem dúvidas, um dos traços mais típicos na escrita contemporânea, independente do gênero literário. Na poesia, esse traço auxilia na subjetividade, induzindo, assim, o leitor a acompanhar toda construção imagética que o sujeito lírico propõe ao resgatar sua memória. Ao reescrevê-la, a memória permanece viva através da literatura. Segundo Hutcheon, o período histórico influencia diretamente nessa questão: “A ficção pós-moderna sugere que reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história é - em ambos os casos - revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico.” (HUTCHEON, 1991, p. 147).

No decorrer dos anos, é possível notar um crescimento expressivo que a pós-modernidade proporciona às produções literárias autobiográficas. Entre a realidade e a ficção, o eu lírico se molda através de um reflexo, sem ignorar a complexidade que permeia a relação entre o fictício e o biográfico. Dessa maneira, o sujeito ganha forma com todas as informações que a memória lhe proporciona, tornando a linguagem um espaço de identificação com si mesmo e com o outro.

Em *Poética do pós-modernismo*, Linda Hutcheon introduz a intertextualidade pós-moderna como “uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto” (1991, p. 157). Segundo ela, não se trata apenas de regressar ciclos temporários para organizar o presente, mas confrontar o passado da literatura através desse processo.

Tendo como suporte teórico os estudos de Mikhail Bakhtin a respeito de dialogismo e polifonia, a filósofa francesa Julia Kristeva desenvolve o conceito de

intertextualidade em sua introdução à *semanálise*, defendendo que "todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de outro texto" (KRISTEVA, 2005, p. 68). Essas relações extratextuais começam a ser investigadas, de fato, na década de 60. Embora não tenha sido concebida por Bakhtin, a intertextualidade é, por conseguinte, fruto de sua intensa pesquisa em torno dos diálogos textuais.

Avultando a conceituação elaborada por Kristeva, o pensador francês Roland Barthes aponta que:

O texto redistribui a língua. Uma das vias desta desconstrução é permutar textos, farrapos de textos que existiram ou existem em volta do texto considerado e finalmente dentro dele; todo o texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis". (BARTHES, 1974, p. 6)

Assim, o teórico afirma a importância da intertextualidade como um elemento crucial para tornar autêntico um texto, sendo literário ou não. Deste modo, o eu lírico deve ser visado de uma forma ampla, sem limitações na busca de sentidos ou restrições em torno de suas significações.

Considerações Finais

Este artigo estabelece uma relação entre a poesia e os aspectos pós-modernos, investigando, assim, os elementos oriundos de um processo histórico extenso e extremamente diverso. Como foi possível observar, a escrita contemporânea não segue um padrão já consagrado, ao contrário, exploram elementos revolucionários que rompem com o tradicionalismo e apresentam um distanciamento das

formas clássicas. As temáticas suscitam novas concepções para o meio literário, pois são influenciadas pelo contexto histórico em que se inserem, neste caso, a pós-modernidade.

Ciente de que, como afirma Alfredo Bosi (1977, p. 145), a poesia “resiste aferrando-se à memória viva do passado; e resiste imaginando uma nova ordem que se recorta no horizonte da utopia”, averigua-se que a memória é capaz de assumir o papel central nas obras poéticas e, através dela, apresentar muitas possibilidades.

Em meio a tantas contingências, enfatiza-se, sobretudo, a transição do poeta entre períodos distintos para assim expressar melhor o seu tempo através da literatura e a vasta discussão em torno do conceito de identidade.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BARTHES, Roland. *Théorie du texte*. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1974.

BENJAMIN, Walter: Sobre o Conceito de História. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 9ª edição, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro:

DP&A Editora, 11^o edição, 2006.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1991.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 2^a edição, 2005.

LOPES, Silvina Rodrigues. *A poesia, memória excessiva*. Lisboa: Colibri, 1996.

_____. *A anomalia poética*. Lisboa: Vendaval, 2005.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno explicado às crianças*. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Editora Dom Quixote, 2^a edição, 1993.

SAVARY, Olga. *Ara*. Bahia: MAC, 2016.

Recebido em: Julho de 2021.

Aprovado para publicar em: Agosto de 2021

Múltiplos Desafios da Mulher: Da Cozinha para o Mundo

Mônica Campos Santos Mendes⁶⁵

Resumo

As mulheres vêm assumindo cada vez mais lugares de destaque em muitos e diferentes segmentos. Em muitas manifestações artísticas; na política recebendo expressivos números de votos, bem como atuando de forma produtiva e responsável. O artigo discute sobre as questões sociais que envolvem a mulher e traz um breve levantamento histórico da discriminação a que foram, ou são submetidas, e algumas de suas conquistas ao longo dos séculos. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, onde busca-se conhecer o longo trajeto percorrido, e como têm vencido incontáveis desafios, tais como preconceitos, e veem se impondo, mudando o seu papel resultante das importantes conquistas já alcançadas. São muitos os desafios, e as possibilidades existentes para uma relação, entre homens e mulheres, e estes se apresentam em casa e na rua, no mundo. Diante do cenário atual e das conquistas já reconhecidas ainda se identifica a discriminação de gênero tolhendo iniciativas promissoras, bem como os mais simples avanços, e, esta é a razão deste artigo, continuar e ampliar o debate como contribuição para a conscientização da existência e dos danos causados

⁶⁵ monica.campos@outlook.com.br

colaborando para a eliminação de preconceitos entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; preconceito; desafios; conquistas; direitos.

Resumen

Las mujeres están asumiendo lugares cada vez más destacados en muchos segmentos diferentes. En muchas manifestaciones artísticas; en política, recibiendo importantes números de votos, así como actuando de manera productiva y responsable. El artículo aborda los problemas sociales que involucran a las mujeres y trae un breve recorrido histórico de la discriminación a la que fueron o son sometidas y algunos de sus logros a lo largo de los siglos. La metodología utilizada es la investigación bibliográfica, donde buscamos conocer el largo camino recorrido, y cómo han superado innumerables desafíos, como los prejuicios, y se ven imponiéndose, cambiando su rol producto de los importantes logros ya alcanzados. Hay muchos desafíos y posibilidades para una relación entre hombres y mujeres, y estos están presentes en el hogar y en la calle, en el mundo. Ante el escenario actual y los logros ya reconocidos, aún se identifica la discriminación de género, obstaculizando iniciativas promisorias, así como los avances más sencillos, y, por ello, este artículo, continuar y ampliar el debate como aporte a la conciencia de la existencia y el daño causado por ayudar a eliminar los prejuicios entre hombres y mujeres.

Palabras llave: Mujeres; preconcepción; desafíos; conquistas; derechos.

Abstract

Women are increasingly taking prominent places in many different segments. In many artistic manifestations; in politics receiving expressive numbers of votes, as well as acting in a productive and responsible way. The article discusses the social issues that involve women and brings a brief historical survey of the discrimination to which they were or is submitted and some of their achievements over the centuries. The methodology used is bibliographical research, which seeks to know the long distance traveled, and how they have overcome countless challenges, such as prejudices, and see themselves imposing themselves, changing their role resulting from important achievements already achieved. There are many challenges and possibilities for a relationship between men and women, and these present themselves at home and on the street in the world. In the face of the current scenario and the achievements already recognized, gender discrimination is still identified, with no promising initiatives, as well as the simplest advances, and this is the reason for this article, to continue and broaden the debate as a contribution to the awareness of the existence and caused by collaborating to eliminate prejudice between men and women.

Keywords: Women; preconception; challenges; achievements; rights.

Introdução

A mulher vista por muitos como o sexo frágil, aquela que é incapaz de fazer escolhas, de tomar as decisões que definirão o seu caminhar pela vida. Esta mulher não existe, pois desde a dona de casa ou mesmo a ex-presidente da nação brasileira, todas têm muita coisa em comum. São mulheres fortes, guerreiras, destemidas e sabem melhor que ninguém, decidir o que lhes é adequado ou não. O que pode ocorrer é que, tão acostumadas a serem subjugadas, algumas mulheres ainda não descobriram o seu potencial, a sua real capacidade, e seguem submissas, frustradas por não realizarem seus ‘sonhos’, vivendo longe do que realmente gostariam, e poderiam realizar.

A história apresenta os diversos desafios vencidos pelas mulheres ao longo dos séculos. Suas vidas eram decididas pelo pai e depois pelo marido. O primeiro era quem escolhia o segundo e, assim, com uma vida repleta de limitações e total ausência de direitos, a mulher foi ao longo dos anos conquistando seu espaço. Hoje a história apresenta ao mundo, algumas daquelas que, foram pioneiras em seus feitos, abrindo espaço para que outras possam ter direito a escolher com quem desejam casarem-se, se assim o quiser, ou inclusive, continuar solteira, indo ao encontro de seus ideais. Direito de votar e a ser votada, a vestir-se como lhe apraz, ir e vir para onde desejar, ou seja: hoje grande parte das mulheres é dona do seu destino. Grande parte porque ainda há aquelas que vivem subjugadas ao desmando de homens, seja o pai, marido, companheiro ou qualquer outra natureza desta relação.

Outro aspecto da vida das mulheres é a múltipla jornada, uma realidade ainda presente na vida de muitas. Cuidar da casa, dos filhos, ser esposa, e ainda participar do mercado de trabalho, acumulando uma enorme, e desgastante carga

horária. Algumas conseguem estudar, outras, alimentam, e adiam este sonho por anos.

A mulher vive dois espaços delimitados, a casa e a rua. No primeiro ela tem inúmeras atividades que lhes são atribuídas como exclusivas e obrigatórias e, no segundo ela tem a possibilidade de ser ela mesma. Trabalhar, estudar, divertir-se, enfim, realizar o que de fato está de acordo com suas escolhas, uma vida onde pode ser ela mesma. Será? Há aí a necessidade de uma análise minuciosa.

Da Matta, antropólogo e autor do livro *A Casa e a Rua*, também as autoras Mary Del Priore, historiadora e Heleith Saffioti, socióloga, apresentam importantes contribuições para esta reflexão.

É importante iniciar com uma reflexão sobre o que afirma Da Matta [...] sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido (DA MATTA, 20, n.p). Disso decorre a importância do contexto histórico que irá permitir compreender determinados fatos que marcaram a vida das mulheres ao longo dos séculos.

Ao pensar o papel da mulher entre a casa e a rua – o universo do lar e as possibilidades que o mundo oferece - é interessante considerar o que afirma Saffioti (1987), para a autora faz-se crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre da sua capacidade em ser mãe (SAFFIOTI, 1987, p. 9). E a maternidade é algo também imposto à mulher mesmo que não deseje desempenhar este papel. Há ainda constrangimento para aquela que por motivos diversos não consegue, ou não quer engravidar, surgindo inúmeros “conselhos mágicos” como alternativa de solução.

Um outro aspecto que se dá no âmbito da casa é que as “mulheres continuam a educar seus filhos e tratar os maridos reforçando a ideia de superioridade do sexo masculino (DEL

PRIORE, 2013, n.p) e esta postura preconceituosa e machista vai para as ruas, pois os filhos aprendem com a mãe e tratam as mulheres com as quais convivem, fruto de hábito construído durante sua educação familiar. Para haver uma transformação, geralmente são necessárias várias gerações. Portanto, cabe também às mulheres contribuir para esta transformação a partir de suas relações familiares. Educar seus filhos, e conduzir a relação com seus maridos de forma a não permitir comportamentos preconceituosos e machistas. É indiscutível, que é responsabilidade de todos contribuir para mudar este cenário, para derrubar as barreiras que impedem as mulheres de viver intensa e naturalmente seus mais íntimos anseios e desejos, próprios de sua natureza feminina.

Este trabalho foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e, alguns aspectos e experiências de sua autora. Sua estrutura está assim, organizada: no primeiro tópico, após a Introdução, tem-se uma breve revisão histórica onde são apresentados marcos relevantes sobre as conquistas femininas e os avanços obtidos.

Merece destaque o tópico 02, que traz exemplos de mulheres publicamente reconhecidas pelos seus feitos, e algumas desconhecidas do mundo, que, porém, enriqueceram o universo das pessoas que com elas tiveram o privilégio de conviver.

Em seguida, no tópico 03 é apresentada uma análise contextualizando perspectivas futuras e/ou presentes, cujo objetivo é evidenciar que, na contemporaneidade a mulher, apesar de ainda ser alvo de discriminação, vem lutando bravamente pelos seus direitos e avançando em suas conquistas. Já não é mais o sexo frágil e submissa.

Por fim, são tecidas algumas considerações finais onde é evidenciada a importância e necessidade de ampliar debates e

ações com o propósito de conceder à mulher o seu espaço de direito.

Para encerrar esta introdução uma reflexão de Saffioti (1987), a autora afirmou que se o homem viesse a entender que ele também é prejudicado pela discriminação praticada contra a mulher, a supremacia masculina estará enfraquecida, contudo as relações serão fortalecidas, tornando-se mais saudáveis e prazerosas.(SAFFIOTI, 1987, p.7). Neste aspecto, a autora apresenta argumentos consistentes que evidenciam prejuízos à sociedade e ao homem, além das evidentes perdas impostas às mulheres.

Este artigo se propõe a apresentar histórias de mulheres conhecidas e anônimas, que no passado conseguiram, bem como outras que estão conseguindo melhorar suas próprias vidas e, naturalmente as vidas dos que com elas têm o privilégio de conviver, e com isso evidenciar que as mulheres podem e devem ir além do ambiente doméstico e sim ganhar a rua, o mundo.

1 – Contextualização Histórica

Os portugueses viam o Brasil apenas como um paraíso de terra férteis, de riquezas minerais, havia à época, em terras brasileiras, uma forma de “organização social” bem peculiar, brancos, negros e índios uniam-se em concubinato, ou sob qualquer outra expressão da vida em comum. Sem o casamento formal, as mulheres muitas vezes abandonadas, tinham a incumbência de criar os filhos advindos, muitas vezes, não só de uma relação. Vemos então, que à mulher desprovida do amparo legal, cabia a criação dos filhos, sob condições bastante difíceis. Daí resultando uma forma solidária entre as mulheres para cuidar dos seus filhos bem como dos filhos do seu marido, com outras mulheres.

A partir do meado do século XVI, os portugueses resolveram de fato colonizar as terras brasileiras, só então, o casamento passou a ser uma prática, da sociedade de então. Isso se deu graças à influência da igreja que preconizava o casamento como base da família. Nesse contexto cabia ao homem ser o provedor, enquanto que a mulher deveria ocupar-se dos cuidados com a casa, e a prole.

Conforme relata Alves (2016) o casamento convencional ocorria exclusivamente entre as classes mais abastadas, com isso mantendo intacto o patrimônio da família e assegurando a proteção das filhas ao deixarem a casa paterna (ALVES, 2016, n.p), a autora apresenta ainda os índices de concubinatos existentes à época: alcançava 80% dos casais na Bahia, mais de 70% no Rio de Janeiro e em torno de 50% em São Paulo (ALVES, 2016, n.p).

Observando a sociedade contemporânea, percebe-se que ainda persistem muitos hábitos, maneiras de viver, típicos do século XVII. Embora muitos avanços, deve-se admitir que essa tal realidade ainda persiste.

Alves (2016) ainda relata que segundo “a historiadora Mary Del Priore, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Estudiosa dos assuntos femininos do presente, Mary mostrou que a mulher brasileira tem nada menos de 300 anos — ou seja, os seus hábitos atuais e maneira de ser foram moldados, na verdade, a partir do século XVI”

A vida rural foi predominante, no Brasil até o final do período imperial. Grande parte das mulheres da época vivia sob o domínio, muitas vezes violento do homem, tanto pais como maridos. Eram comuns os casos de agressões mais diversas, incluindo clausura. Entretanto

Segundo recentes pesquisas realizadas pela historiadora brasileira Mary Del Priore, uma farta documentação do

século XVIII indica que o número de mulheres envolvidas no comércio era bastante significativo. No ano de 1776, o comércio de Vila Rica tinha setenta por cento de seus estabelecimentos administrados por mulheres (SOUZA, 2018, n.p).

Isso deixa claro a determinação da mulher, já naquela época, na busca pelos seus caminhos, mesmo nas condições mais adversas.

A partir do século XIX, ocorreram muitas transformações sociais, que incluíram mudanças na vida familiar, consequentemente no papel da mulher, nas suas atribuições. A influência de valores europeus, contribuiu para tais mudanças.

Assim, a possibilidade de usufruir dos benefícios da Educação formal vai tornando-se uma possibilidade real, a exemplo, a educadora Nísia Floresta (1809-1885) criou e dirigiu diversas escolas femininas no Brasil, pois considerava a educação, o primeiro passo rumo à emancipação da mulher. Essa é uma questão que vem se arrastando ao longo do tempo, havendo alguns avanços sempre bem-vindos.

Só em 1827, as mulheres adquiriram o direito de se matricular em estabelecimentos de ensino, e apenas 50 anos depois puderam cursar uma faculdade, sendo segregadas, as primeiras que seguiram esse caminho. Em 1887 formou-se a primeira médica brasileira.

Mesmo diante de conquistas tão significativas, ainda haveria um longo caminho a ser percorrido, pela mulher, na busca pelos seus ideais de cidadã.

Cabe uma breve análise do primeiro Código Civil brasileiro (1916) que manteve discriminações execráveis conforme escreveu a professora Maria Lygia Quartim de Moraes: “Com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena. Cabia ao marido a autorização para que ela pudesse trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência”

(BUONICORE, 2018, n.p). Portanto, representa uma completa opressão aos direitos individuais da mulher. Outro aspecto, também apontado pela autora, “o Código Civil punia severamente a mulher vista como ‘desonesta’, considerava a não virgindade da mulher como motivo de anulação do casamento”, e assim continua uma indiscutível e explícita opressão, agora sobre o corpo da mulher, numa violenta anulação de autonomia por decidir sobre o que lhe é mais íntimo, seu corpo. O mesmo Código Civil “permitia que a filha suspeita de ‘desonestidade’, isto é, manter relações sexuais fora do casamento, fosse deserdada”. E assim segue a barbárie, permitir que pais acusem suas filhas de desonestas e as deserde pelo simples fato de decidirem exercer o direito sobre o seu corpo. Além de tudo, o absurdo segue agora considerando “As mulheres casadas – ou sob o pátrio poder – eram consideradas incapazes juridicamente, como as crianças, os portadores de deficiência mental, os mendigos e os índios” (BUONICORE, 2018, n.p).

Bertha Lutz, filha do cientista brasileiro Adolfo Lutz, estudou na Sorbonne, França, e em 1918, e voltando ao Brasil, abraçou a luta pelo voto feminino. Indicada pelo governo brasileiro, em 1919, participou da reunião do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho, quando foi aprovado o princípio de salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo.

Assim também foi árdua a conquista pelo direito de votar e ser votada. Esse foi um dos temas durante a elaboração da primeira Constituição Republicana (1891), entretanto o texto ambíguo excluiu as mulheres do processo político-eleitoral durante décadas. As alegações mais diversas e absurdas, diziam tratar-se de “cérebros infantis”, portadoras de “inferioridade mental”, bem como “retardo evolutivo”.

Finalmente, em 1932 a Constituição Federal assegurou à mulher, o direito ao voto. Hoje, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o voto feminino atinge 146.470.880, sendo quase 53% dos eleitores do Brasil.

Em 1934 o Brasil elegeu Carlota Pereira Queiroz, como a primeira deputada. Hoje a presença feminina na política é altamente expressiva, chegamos a eger, e reeleger a senhora Dilma Rouseff para presidência da República. A primeira eleição se deu em 2010, e a segunda, em 2014.

Vale ressaltar também, que de acordo com o estudo Estatísticas de Gênero 2014 – uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, 12,5% das mulheres com 25 anos ou mais completaram o ensino superior em 2010. A participação masculina, no período, era de 9,9% (BRASIL, 2017).

Outro marco significativo para o universo feminino, aconteceu com o avanço dos contraceptivos, na década de 1960. Isso possibilitou à mulher o direito de planejar o nascimento, ou não, dos seus filhos.

Apesar de todas estas conquistas a mulher ainda vem sendo alvo de uma violência que atinge altos índices, apesar da Lei Maria da Penha, que trata especificamente disto, e a Lei do Feminicídio, sancionada em 2015, que colocou no rol dos crimes hediondos, a morte de mulheres.

Podemos assim constatar que a mulher vem conseguindo avanços significativos, para a conquista de seus direitos, sua cidadania, apesar de ainda haver um longo caminho a percorrer. A grande mídia nos relata agressões, mortes, de meninas e mulheres, cujos motivos são exclusivamente sua condição feminina. Podemos também citar salários mais baixos do que os dos homens, o que caracteriza uma discriminação inconcebível. Enfim, muito já foi conseguido e muito está por vir, e a Educação é indiscutivelmente o caminho para chegar-se à desejada e justa igualdade.

Para Saffioti (1987), os que argumentam a inferioridade feminina nos diversos aspectos, incluindo-se a inteligência, esquecem-se de identificar as oportunidades que foram negadas as mulheres (SAFFIOTI, 1987, p. 14). Para a autora, a “ajuda” do homem nas tarefas identificadas como obrigação da mulher ou desta para o homem, especialmente quando a mulher aceita receber menores salários, pois seu objetivo é ajudar o marido no sustento da família, são comportamentos que proporcionam o “processo de *naturalização* de uma discriminação exclusivamente sociocultural” (SAFFIOTI, 1987, p. 15). Que novas conquistas surjam, que os preconceitos caiam por terra e que o futuro que se constrói hoje seja significativamente melhor para todas as mulheres brasileiras ou não.

2 – Exemplos de Todos os Tempos

Ao longo da vida foi possível conhecer mulheres determinadas, guerreiras e acima de tudo, que sabem enfrentar as intempéries da vida com otimismo e sempre acreditando no seu potencial, em sua capacidade de fazer mais e melhor por si mesma e pelos seus.

A história apresenta mulheres singulares em suas ações, algumas já mencionadas acima, que abriram portas para tantas outras. Lota de Macedo Soares (1910-1967) que em 1960 destacou-se como uma das mais importantes arquitetas, apesar de nunca ter frequentado uma faculdade. Leolinda Daltro (1859-1935) professora que lutou pela causa indígena e pela autonomia das mulheres no século XIX. Nísia Floresta (1810-1885) também precursora do feminismo no Brasil, autora de livros em defesa do feminismo, dos índios e da abolição da escravidão. Celina Guimarães Viana (1890-1972) primeira eleitora do Brasil, que fez seu primeiro voto em 5 de abril de

1982. Carlota Pereira de Queirós (1892-1982) foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal em 1934. Bertha Lutz (1894-1976) teve importante participação política que resultou em leis que conferiram à mulher o direito ao voto e igualdade de direitos políticos. Laudelina de Campos Melo (1904-1991) fundou o primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil, suas ações são consideradas essenciais para o reconhecimento dos direitos da categoria. Maria Filipa (n/c-1873) reconhecida como heroína negra em 1982 por destacar-se na liderança contra o domínio português. Mãe Menininha do Gantois (1894-1986) reconhecida como uma das grandes defensoras dos cultos Afro-brasileiros. Nise da Silveira (1905-1999), psiquiatra que chegou a ser presa por conta das suas pesquisas. Dentre suas ações destacam-se a Casa das Palmeiras e o Museu de Imagens do Inconsciente. Georgina de Albuquerque (1885-1962) primeira mulher a dirigir a Escola Nacional de Belas Artes (IBRAM, 2018). Pode-se constatar que a mulher tem competências para atuar em qualquer área que desejar. Ou seja, libertar-se do espaço limitado da casa, deixar de “pilotar o fogão” para conquistar as ruas. Hoje há mulheres que desempenham atividades, até então, ditas exclusivamente masculinas, dirigem ônibus, aviões, estão presentes nas Forças Armadas, ocupam cargos executivos, estão presentes na administração pública, atuam como vereadoras, deputadas e ministras. Chegaram à procuradoria-geral da república do Brasil, estão à frente do Supremo Tribunal Federal, e irão ainda mais longe. Além da já mencionada, Presidência da República.

É importante ressaltar que muitos outros nomes deveriam figurar nesta lista, contudo, não é o propósito deste artigo. Entanto é importante listar algumas e seus feitos, sejam as já conhecidas e outras anônimas, pois há a compreensão de que, a despeito de toda a carga de preconceitos e limitações, estas mulheres merecem ser lembradas e reverenciadas. Além de

despertar o interesse pela história das que vivem no anonimato e caminham solitárias em busca do seu justo espaço.

No caminhar da docência algumas alunas relataram suas experiências e os desafios para terem o seu direito ao estudo. Depois dos filhos criados, a vida de todos já encaminhada, agora era a sua vez. Poder estudar, abrir horizontes e sentir-se viva, pertencente àquele mundo e com seus direitos validados.

Ana Lícia (nome fictício), em um e-mail relatou sua dificuldade com os estudos:

Professora tenho 57 anos, estou fazendo faculdade tarde, apesar de saber que nunca é tarde para estudar. Acontece que quando eu era nova, tinha a cabeça fresca, não tive condições financeiras pra pagar a faculdade. Aí o tempo foi passando, eu me casei, dei preferência para meus filhos estudarem. Aí finalmente tive agora a minha chance de realizar meu sonho, que é o de me formar. Só que não sou mais novinha, não tenho mais a cabeça fresca, ainda trabalho, ralo muito durante o dia e ainda tenho que ter forças para ir à faculdade à noite. Sendo que como acordo muito cedo, às 5:30 da manhã, de noite estou um caco, mas procuro não faltar às aulas (19/11/2017).

Existe por este imenso Brasil inúmeras Ana Lícia que, tudo o que desejam é a oportunidade de estudar, de trabalhar, de ser dona da própria vontade. Direito este garantido pela Constituição Federal que em seu Art. 5º afirma: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] e no I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Há também aquelas que ainda estão no “banco de reservas”, primeiro os filhos e o marido, “quando todos concluírem será a minha vez”, relatou a síndica de um condomínio localizado na capital carioca. Ao trocar a casa pela rua, ou seja, dividir-se entre os afazeres domésticos e a administração do condomínio, com duzentos e oitenta e oito

unidades, divididas em três prédios, percebeu a importância de entender sobre os diversos aspectos que envolvem esta atividade que, a princípio, parecia tomar conta de uma grande casa. Percebeu então, seu potencial, bem como a necessidade de cursar uma faculdade.

Percebe-se que, em dado momento da vida estas mulheres tinham uma realidade dentro de casa e, na rua outra. Seus anseios ficam calados dentro de casa e ganham asas na rua. Em seus lares podem ser a rainha, mas também a serviçal à disposição de todos. Fora de casa é mais uma mulher na multidão que, traz no seu íntimo anseios, desejos, expectativas etc.

3 – Perspectivas para o Futuro Presente

Todas as conquistas já alcançadas representam um importante avanço para as mulheres, contudo ainda há muito por conquistar, o que torna o momento presente uma oportunidade valiosa para a realização de projetos idealizados, sonhados e acalentados às vezes por anos. Que abram as portas de suas casas, mirem no universo que a rua lhes apresenta e ganhem o mundo, sendo, como muitas já foram, exemplos para as gerações futuras.

A estudiosa Del Priori (2013) entende que as mulheres do século XXI se constituem de rupturas e permanências. Onde as rupturas representam o despertar por seguir em frente, abrindo-se à novas possibilidades, fortalecendo-se obtendo, portanto, conquistas. Em contrapartida a permanência evidencia suas fragilidades.

Que possam ser mais rupturas e menos permanência, extinguir definitivamente este rótulo de sexo frágil que não cabe mais, melhor, nunca coube. Que a permanência seja das virtudes, das competências, das habilidades que cada uma e

todas as mulheres possuem. Sejam as que já ultrapassaram as paredes da casa às que ainda estão em estado latente de libertação.

Para Saffioti quando a relação entre homens e mulheres for compreendida como uma parceria de igualdade, onde ambos entendam que não há uma relação de ajuda e sim de compartilhamento, o caráter natural das discriminações contra as mulheres será vencido (SAFFIOTI, 1987, p. 14). Que a compreensão ocorra para que homens e mulheres possam conviver harmoniosamente em casa e na rua, nos afazeres do lar e nos desafios que a vida na rua oferece. Afinal, esta é uma realidade que afeta a ambos, como afirma Saffioti (1987) a luta das mulheres diz respeito também aos homens, pois compreende ser impossível mudar comportamentos femininos sem uma redefinição do papel masculino (SAFFIOTI, 1987, p. 27). Para que as mulheres logrem êxito é importante que os homens também se permitam mudar, tornar-se flexíveis diante das inúmeras mudanças decorrentes das conquistas femininas. Afinal estas mudanças irão afetar o ambiente doméstico, a casa e, os diversos ambientes empresariais, educacionais, etc. ou seja, a rua. O contexto social será outro, pois “a *inferioridade feminina* é exclusivamente social” (SAFFIOTI, 1987, p. 14). Então que se mude esta realidade social urgentemente. Afinal a realidade social é construída pelas pessoas ao longo do tempo, mas é chegado o tempo desta atender aos anseios e aos direitos femininos. Afinal, seguramente, a construção social da igualdade social entre homens e mulheres conduziria à felicidade das mulheres e dos homens (SAFFIOTI, 1987, p. 32), e assim caminha-se para um mundo melhor.

Elas almejam educação e trabalho, são unidas por um desejo incontido de vencer obstáculos que lhes são impostos e objetivam um caminho que as conduza a um mundo com igualdade entre homens e mulheres.

Considerações Finais

É importante acreditar que, todas as conquistas até aqui alcançadas cheguem a todas as mulheres deste imenso Brasil.

Que possam decidir sobre suas escolhas mais simples e mais relevantes. Buscar romper com a desigualdade de gênero significa buscar reduzir a defasagem salarial entre homens e mulheres, entender que as obrigações com a família, casa e filhos é do casal e não exclusividade da mulher.

Há muito por fazer na busca do fortalecimento do protagonismo da mulher e reduzir a desigualdade que ainda vemos em nosso país. Elas almejam educação e trabalho, são unidas por um desejo incontido de vencer obstáculos que lhes são impostos e objetivam um caminho que as conduza a um mundo com igualdade entre homens e mulheres.

Ser mulher é um desafio a ser vencido a cada dia. E, que possamos contar sempre com o protagonismo de cada uma em prol de si e de todas. Afinal a conquista de uma, representa a conquista de muitas. São as portas da casa que se abrem para uma rua repleta de desafios e possibilidades. O mundo é pequeno para a grandeza da alma feminina.

As mulheres merecem muito mais que o 8 de maio como marco da sua busca pela igualdade, até porque, nesta data, alguns homens fazem distribuição de flores e bombons como se de fato estes representassem o valor que este dia significa.

Referências

ALVES, Januária C. O lado feminino do Brasil colonial: a vida das mulheres no século XVI. Super interessante. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/o-lado-feminino-do-brasil-colonial-a-vida-das-mulheres-no-seculo-xvi/>>. Acesso em: 28 jun 2018.

BUONICORE, Augusto C. A história das mulheres brasileiras que foram à luta por seus direitos. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/historia-mulheres-brasileiras-luta-direitos.html>>. Acesso em: 30 jun 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 jun 2018.

BRASIL. Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>>. Acesso em: 30 jun 2018.

DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. 2ª Ed eletrônica.

IBRAM. Museus mostram trajetória da mulher na arte brasileira. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/museus-mostram-trajetoria-da-mulher-na-arte-brasileira/>>. Acesso em: 16 jun 2018.

JORNAL DO BRASIL. Nise da Silveira: biografia mostra trajetória da psiquiatra que mudou paradigmas. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2014/12/15/nise-da-silveira-biografia-mostra-trajetoria-de-psiquiatra-que-mudou-paradigmas/>>. Acesso: 26 jun 2018.

PORTAL EBC. Conheça 8 mulheres que influenciam a luta pelos direitos femininos no Brasil. Portal EBC. Publicado em 08 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil>>. Acesso: 26 jun 2018.

PRIORE, Mary Lucy Del. Histórias e Conversas de Mulher. São Paulo: Editora Planeta, 2013.

SOUZA, Rainer Gonçalves. A mulher no mundo colonial. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/a-mulher-no-mundo-colonial.htm>>. Acesso em: 28 jun 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

WARKEN, Júlia. 20 Mulheres brasileiras que fizeram história. Portal M de Mulher. Abril. Publicado 8 de março de 2017. Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/20-mulheres-brasileiras-que-fizeram-historia/>>. Acesso: 26 jun 2018.

Recebido em: Julho de 2021

Aprovado para publicar em: Agosto de 2021.

Uma Cidade na América Latina: Duque de Caxias e Suas Múltiplas Representações por Francisco Barboza Leite.

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida⁶⁶

Resumo

Este estudo tem como objetivo principal pensar, a partir de fontes literárias sobre a região da Baixada Fluminense, especificamente o município de Duque de Caxias, as representações de cidade esboçadas por Francisco Barboza Leite, que escreveu na e sobre a cidade, em sua própria contemporaneidade. A Baixada é lugar de escritores, cordelistas e poetas que fizeram de suas obras um meio de divulgação da trajetória político-social da região, explorando as suas várias **identidades**. **A história da Baixada Fluminense** incorpora-se significativamente ao contexto de construção do nosso país, inserido na América Latina, desde a época da ocupação europeia, tendo papel preponderante nos aspectos tanto econômicos, políticos, quanto culturais. Seu crescimento demográfico acentuado foi resultado de processos migratórios de diversas áreas do Brasil e de

⁶⁶ Pós-doutoranda em História (UFRRJ). Doutora em Humanidades, Culturas e Artes (Unigranrio). Mestre em Letras e Ciências Humanas (Unigranrio). Graduada em História e Pós-graduada em História das Relações Internacionais (UERJ). Professora da rede estadual de ensino. Diretora do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. E-mail: taniaamaroalmeida@gmail.com

tantas outras nações do mundo. A população tão diversamente heterogênea é composta por povos de diversas origens e identidades culturais, formando um mosaico riquíssimo de tendências que se manifestam nos comportamentos sociais, nas artes, na política, na economia e nos mais diversos campos da vida em sociedade. Com os escritos de Barboza Leite, inserido no contexto da latinidade, percebemos a complexidade de uma cidade que busca construir suas próprias interpretações produzidas por fontes literárias locais, revelando suas sensibilidades na apreensão e representação da realidade.

Palavras-chave: Duque de Caxias; Representações; Memória; Cultura; Identidade.

Resumen

El objetivo principal de este estudio es pensar, a partir de fuentes literarias sobre la comarca de la Baixada Fluminense, concretamente el municipio de Duque de Caxias, las representaciones de la ciudad esbozadas por Francisco Barboza Leite, quien escribió en y sobre la ciudad, en su propia contemporaneidad. . Baixada es un lugar para escritores, cordelistas y poetas que han hecho de sus obras un medio de difusión de la trayectoria política y social de la región, explorando sus diversas identidades. La historia de la Baixada Fluminense se incorpora significativamente al contexto de la construcción de nuestro país, inserto en América Latina, desde la época de la ocupación europea, jugando un papel preponderante tanto en los aspectos económicos, políticos y culturales. Su acentuado

crecimiento demográfico fue el resultado de procesos migratorios de diferentes áreas de Brasil y de muchas otras naciones del mundo. La población diversamente heterogénea está formada por pueblos de diversos orígenes e identidades culturales, formando un muy rico mosaico de tendencias que se manifiestan en el comportamiento social, las artes, la política, la economía y en los más diversos campos de la vida en sociedad. Con los escritos de Barboza Leite, insertados en el contexto de la latinidad, percibimos la complejidad de una ciudad que busca construir sus propias interpretaciones producidas por fuentes literarias locales, revelando sus sensibilidades en la aprehensión y representación de la realidad.

Palabras llave: Duque de Caxias; Representaciones; Memoria; Cultura; Identidad.

Abstract

The main objective of this study is to think, from literary sources about the Baixada Fluminense region, specifically the municipality of Duque de Caxias, the representations of the city sketched by Francisco Barboza Leite, who wrote in and about the city, in his own contemporaneity. Baixada is a place for writers, cordelistas and poets who have made their works a means of disseminating the region's political and social trajectory, exploring its various identities. The history of Baixada Fluminense is significantly incorporated into the context of construction of our country, inserted in Latin America, since the time of the European occupation, playing a preponderant role in

both economic, political and cultural aspects. Its accentuated demographic growth was the result of migratory processes from different areas of Brazil and from many other nations in the world. The diversely heterogeneous population is made up of peoples of diverse origins and cultural identities, forming a very rich mosaic of trends that manifest themselves in social behavior, in the arts, in politics, in economics and in the most diverse fields of life in society. With the writings of Barboza Leite, inserted in the context of Latinity, we perceive the complexity of a city that seeks to build its own interpretations produced by local literary sources, revealing its sensibilities in the apprehension and representation of reality.

Keywords: Duque de Caxias; Representations; Memory; Culture; Identity.

Apresentando a Cidade Construída

O objetivo principal deste artigo é refletir sobre a percepção que Francisco Barboza Leite tem acerca da historicidade do município de Duque de Caxias e como estabeleceu, nos seus escritos, a relação dos sujeitos com a cidade, no seu próprio tempo, vivendo como um cidadão comum no cenário urbano.

Barboza Leite viveu em Duque de Caxias entre as décadas de 1950 e 1990 e suas obras são relevantes para esta abordagem, pois nos trazem a possibilidade de percepção do cotidiano da cidade. A partir das reflexões de Sandra Jatahy Pesavento, entendemos a literatura desse escritor como um convite para a reflexão sobre a historicidade do município, como

representações da cidade que nos possibilitam identificar e discutir as questões em jogo numa determinada temporalidade, pois suas obras revelam representações da cidade, com destaque para o tipo de imagem que criou e/ou reforçou, sendo possível reconstruir interpretações que se colocam entre os sujeitos e os cenários no quais estão inseridos. Ao expressar formas diversas de pensar, sentir, imaginar, representar (PESAVENTO, 2006, pp. 22-23), as obras de Francisco Barboza Leite são fontes literárias relevantes, produtoras de sentidos para a história local e regional, como testemunhos de nosso legado histórico.

O município de Duque de Caxias, situado na região periférica do Rio de Janeiro que se convencionou denominar de Baixada Fluminense, junto com esta região teve durante muitos anos, sua história colocada em plano secundário. Fazendo parte de uma densa região metropolitana no entorno do polo central, essa periferia, como tantas outras formadas ao redor das capitais e das grandes cidades brasileiras, partilhou com sua cidade principal uma associação visível. Problemas sociais e ambientais semelhantes e relações de trabalho, produção e consumo que se complementam, além de fronteiras físicas que se unem quase em uma continuidade urbana, resultando em precárias condições de vida da maioria de sua população, somadas a altos níveis de violência e graves problemas de saúde pública.

No entanto, a relação da cidade do Rio de Janeiro com o recôncavo guanabarrino, onde se insere a Baixada Fluminense, desde os primórdios da colonização, sempre foi muito estreita. Em 1565, Cristóvão Monteiro recebeu a sesmaria do Igoassú, dando início a Fazenda do mesmo nome. Com o tempo, os monges beneditinos do Rio de Janeiro compraram e também receberam como doação parte dessas terras, formando-se a partir daí, a mais antiga e importante fazenda localizada na

região que, atualmente, constitui o município de Duque de Caxias.

Ainda no século XVIII, a relação da urbe carioca com a região se estreitou ainda mais, através dos “caminhos” que ligavam a região das minas, quando o eixo econômico do Brasil em sua relação com Portugal, voltou-se para o ouro do planalto mineiro. Com a necessidade do escoamento do ouro e o abastecimento da província mineira, a região da Baixada da Guanabara teve sua importância estratégica ampliada, pois se transformou em área obrigatória de passagem, por conta de seus rios, bem como pelas estradas que foram abertas através das serras para que o trânsito de mercadorias se desenvolvesse melhor.

O “Caminho Novo” ou “do Pilar”, aberto entre 1699 e 1703 devido às necessidades originadas pela mineração, entre elas um caminho rápido, econômico e seguro que ligasse o Rio de Janeiro à região mineira, intensificou as relações daquela cidade com os portos da Estrela, Pilar e Iguaçu, promovendo a interação através da navegação no interior da baía. Durante o século XVIII, eram três os caminhos oficialmente reconhecidos entre o Rio de Janeiro e a região das Minas Gerais. O Caminho Novo do Pilar, o Caminho Novo de Inhomirim (1724) e o Caminho Novo do Tinguá (1728). Todos esses caminhos, depois de subir a serra do Mar, se encontravam em Santo Antônio da Encruzilhada, pouco antes de atingir a margem direita do rio Paraíba.

No século XIX, as freguesias da Baixada da Guanabara, região hoje conhecida como Baixada Fluminense, intensificaram ainda mais suas relações com o Rio de Janeiro, abastecendo a capital com alimentos e madeira e passando a armazenar e escoar a produção do café do Vale do Paraíba, sendo áreas de investimento do capital privado alocado na abertura de estradas e na construção da ferrovia Barão de Mauá

(1854), principais vias de circulação de mercadorias do eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro.

Portanto, podemos afirmar que a Baixada da Guanabara, ao longo dos séculos, constituiu-se como uma importante região de ligação entre o interior e o litoral, tendo esta posição estratégica contribuído decisivamente para transformações tanto na cidade do Rio de Janeiro como na própria região, revelando uma estreita interdependência econômica, social e cultural. É possível afirmar também que o crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do XX, afetou o recôncavo da Guanabara ao acentuar os contatos entre as duas regiões.

A história da Baixada Fluminense incorpora-se significativamente ao contexto de construção do Brasil, país esse que inserido na América Latina, desde a época da ocupação europeia, tendo papel preponderante nos aspectos tanto econômicos, políticos, quanto culturais. O crescimento demográfico acentuado dessa região denominada Baixada foi resultado de processos migratórios de diversas áreas do Brasil e de tantas outras nações do mundo. A população tão diversamente heterogênea é composta por povos de diversas origens e identidades culturais, formando um mosaico riquíssimo de tendências que se manifestam nos comportamentos sociais, nas artes, na política, na economia e nos mais diversos campos da vida em sociedade.

No ano de 1910, Merity, então 4º distrito de Nova Iguaçu, abrangendo a atual área do centro de Duque de Caxias, contava com uma população de pouco mais de 800 habitantes, número muito baixo se comparado aos 10.542 contabilizados no ano de 1872 pelo censo estadual. Essa queda populacional vertiginosa foi consequência direta de problemas que assolavam a região desde meados do século XIX, de crises econômica e ecológica que atingiram as terras baixas e

empobrecidas do recôncavo guanabarino. No entanto, vinte anos depois, em 1930, um novo censo registraria a presença de 28.756 habitantes em Merity. (BELOCH, 1986, p. 22; LUSTOSA, 1958, p. 84)

Esse crescimento reconfigurou socialmente Merity e a região como um todo. Ocorreram mudanças na estrutura fundiária e escravista e, a partir das novas relações de produção, novas redes de sociabilidade se estabeleceram, principalmente, às margens das ferrovias e de suas estações. Vizinho do polo central, o Rio de Janeiro capital, o município de Nova Iguaçu abrigaria em seus distritos, Merity particularmente, um contingente populacional deslocado da urbe carioca que para lá havia se dirigido, vindo do campo, em busca de oportunidades. A expansão da malha ferroviária carioca para a região da Baixada da Guanabara contribuiu para o deslocamento populacional e para o rápido povoamento ao redor das estações ferroviárias, além do declínio daquelas ligadas aos caminhos do ouro e aos portos. O impacto que a criação das estações ferroviárias provocou na região, contribuiu para o escoamento da produção agrícola e para a criação de núcleos de povoamento em seu entorno.

A partir de 1886, foi autorizado pelo Aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (nº 158, de 18 de novembro), o tráfego ferroviário do trecho da estação de São Francisco Xavier ao rio Meriti, numa extensão de 14 quilômetros (SIQUEIRA, 1938, p. 81). Esta linha, chamada inicialmente de Estrada de Ferro Norte, concessão do governo imperial a Alípio Luiz Pereira da Silva, foi transferida a *The Rio de Janeiro and Northern Railway Company Limited* no ano de 1888, sendo adquirida, em junho de 1890, pela Companhia de Estrada de Ferro Leopoldina e transferida com diversas outras estradas de ferro para a *The Leopoldina Railway Company, Limited*, pelo decreto 2.896, de 9 de maio de 1898.

A abertura desse trecho de tráfego ferroviário (entre São Francisco Xavier e o rio Meriti, 1886) e as ligações que se seguiram (mais 6,5 quilômetros de Meriti a Sarapuí, 1887; 28,192 quilômetros de Sarapuí a Freguesia do Pilar, 1887; e, entre Pilar e a Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará – Entroncamento, 1888), facilitaram a ligação entre a cidade do Rio de Janeiro e a linha que partia do porto de Mauá até Raiz da Serra, na subida para Petrópolis. Contudo, quando a ferrovia atingiu o vale do rio Meriti, a região hoje denominada Duque de Caxias, começou a sofrer os efeitos da expansão urbana do Rio de Janeiro. As estradas de ferro, obedecendo à lógica das transformações trazidas pelo desenvolvimento tecnológico, ditavam novos traçados nos caminhos, marcando, também, o princípio do processo de surgimento de vilas e povoados que se organizaram em torno das estações ferroviárias, origem de muitas das nossas atuais cidades.

Assim, no início do século XX, as terras da Baixada serviram para aliviar as pressões demográficas da cidade do Rio de Janeiro, já renunciadas no "Bota Abaixo" do Prefeito Pereira Passos. Como já colocado anteriormente, os dados estatísticos revelam que, em 1910, a população da área central de Merity era de 800 pessoas, passando em 1920, para 2.920, e para 28.756 habitantes, em 1930. O rápido crescimento populacional provocou o fracionamento e loteamento das antigas propriedades rurais, naquele momento, improdutivas.

A partir dos anos 1930, durante a Era Vargas, o território do atual município de Duque de Caxias experimentou intenso processo de remodelação de sua área, incorporando-se ao modelo urbano-industrial. O desenvolvimento pelo qual passava Merity levou o Deputado Federal Dr. Manoel Reis a propor a criação do "Distrito de Caxias". Dessa forma, através do Decreto Estadual nº 2.559, de 14 de março de 1931, o

Interventor Federal Plínio Casado elevou o local a 8º Distrito de Nova Iguaçu.

Os anos 1940 encontraram o Distrito com uma população que já atingia a casa dos 100.000 habitantes. Em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto Lei nº 1.055, foi criado o Município de Duque de Caxias, porém somente em 1947, foi eleito o primeiro Prefeito por voto popular, tendo a Câmara Municipal sido instalada no mesmo ano.

As transformações econômicas e espaciais contribuíram para que a área do então distrito de Merity se desenvolvesse cada vez mais. A abertura, em 1928, da antiga Estrada Rio-Petrópolis⁶⁷, contribuiu decididamente para as modificações na região. Passava pelo centro de Merity e de Saraphuí e causou um forte impacto imobiliário especulativo, na medida em que acelerava a valorização das terras dos diversos sítios e fazendas que atravessava. Terras essas que já vinham sendo valorizadas por conta dos resultados obtidos pelas obras de saneamento na região e que passaram a ser violentamente disputadas.

O aparecimento de novos loteamentos, estimulado pelo novo eixo de deslocamento para o centro de Caxias e para o Rio de Janeiro atraía uma contínua massa de migrantes, que disputava espaço de moradia e condições de sobrevivência, davam progressivamente à região uma nova dinâmica social. Tenório Cavalcanti, um desses migrantes, deixou registrado em suas memórias um retrato contundente desse quadro de violência e insegurança que se instalou.

Caxias naquele tempo era um lugarejo inexpressivo, onde uns poucos milhares de aventureiros tentavam fazer fortuna

⁶⁷ Atual Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, antiga Avenida Presidente Kennedy, que partindo do Rio Meriti na divisa do município com o bairro de Vigário Geral no Rio de Janeiro, corta o centro do atual município de Duque de Caxias até se encontrar após o bairro Pilar com a atual Rio-Juiz de Fora (BR-040) – Rodovia Washington Luís.

a qualquer custo. Muitos bandoleiros haviam sido importados das plagas sertanejas para ‘trabalhar’ para políticos e donos das terras. Matar era simples questão de acionar o gatilho do revólver ou do rifle, sem que os criminosos se preocupassem com as consequências... (SILVA, 1954, p. 20)

A partir da década de 1940, o crescimento populacional multiplicar-se-ia nos bairros periféricos e o crescimento econômico e social das décadas seguintes aumentaria, substancialmente, as diferenças dos bairros da periferia em relação ao centro do município.

É nesse contexto que, em 1943, os distritos de Caxias, São João de Meriti, Xerém e Estrela emanciparam-se, compondo o novo município de Duque de Caxias. Este passou a ser composto por três distritos: Duque de Caxias, São João de Meriti e Imbariê. Em 1947, São João de Meriti emancipou-se de Duque de Caxias e, em 1954, o distrito de Imbariê deu origem a outros dois distritos, o de Xerém e o de Campos Elíseos.

Enquanto os anos 1940 seriam os da instalação de nossas instituições políticas, os anos 1950 e 1960 caracterizar-se-iam por marcarem o início da ação administrativa dessas instituições. Nesse momento, vamos encontrar o município com uma população próxima à casa dos 100.000 habitantes e quase totalmente desprovida de infraestrutura para atendimento das necessidades mínimas dessa população. Entretanto, o desenvolvimento econômico seria marcado com a instalação de indústrias e um ativo comércio, sendo significativo ressaltar a instalação da Refinaria Duque de Caxias, entre 1957 e 1962.

É importante também acrescentar que a década de 1960 reservaria para Duque de Caxias uma nova e desagradável surpresa: o município passou a ser considerado “Área de Segurança Nacional” e, através da Lei Federal nº 5.449/68,

perdia sua autonomia política, passando a ter, conseqüentemente, seus governantes nomeados.

Entre as décadas de 1950 e 1980, Duque de Caxias cresceu muito, em nada lembrando o quarto distrito de Nova Iguaçu, a Merity do início do século XX. Hodiernamente, o município localiza-se estrategicamente junto às principais rodovias do país, Presidente Dutra (BR-116), Washington Luís (BR-040), Avenida Brasil (BR-101), Linha Vermelha (RJ-071) e, mais recentemente, é recortada pelo Arco Metropolitano (RJ-109/BR 493). Segundo dados do IBGE, a partir da estimativa relativa ao último censo de 2010, Duque de Caxias possui uma população de 929.449 habitantes, distribuídos nos seus 467,619 km², ocupando o segundo lugar no ranking de arrecadação de ICMS do estado do Rio de Janeiro, perdendo somente para a capital. A receita orçamentária bruta estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme a legislação tributária vigente é de R\$ 3.127.070.946,00 (três bilhões, cento e vinte e sete milhões, setenta mil e novecentos e quarenta e seis reais), sendo um dos cinco municípios com maiores participações no ranking do PIB no estado do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de refletir e aprofundar os estudos sobre a história do município de Duque de Caxias, pretende-se tomar como objeto de estudo a questão das representações sobre essa cidade no âmbito da poética e literatura de Francisco Barboza Leite, buscando também contemplar a aproximação entre História e Literatura, apropriando-nos da obra literária “...como um problema histórico a ser explorado e analisado” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7). Os escritos de Barboza Leite contam sobre a sua cidade, representam um tempo e um *lócus*, buscando registrar o cotidiano, selecionando o que deve ser lembrado ou esquecido, articulando as identidades e

memórias, armazenando no documento uma espécie de negociação com a realidade.

O Pintor-Poeta e seus Escritos

Ao analisar a trajetória de Francisco Barboza Leite, observamos que entre aqueles que o conheceram ou conviveram com ele, é uníssona a percepção de entendê-lo como um artista múltiplo. Esse artista, nascido em Uruoca, no Ceará, saiu de sua terra natal em 1936, indo para Fortaleza em busca de garantia do sustento e continuidade dos estudos. Retocador de fotografias, desenhista, pintor, poeta, escritor, ilustrador, técnico de recursos audiovisuais, compositor, cordelista, entre outras tantas experiências, como Rogério Torres o apresenta em sua obra *Caxias de Antigamente* (TORRES, 2015, p. 217-225), Barboza Leite chegou em 1952 a Duque de Caxias, onde faleceu em 22 de dezembro de 1996. Era amigo de outro Francisco - Solano Trindade -, com quem trabalhava no IBGE e que o trouxe para a cidade, na qual colaborou intensamente nos campos da cultura e educação. Além de todas as características citadas, revelou-se esse artista múltiplo, que atuou ainda como jornalista, ensaísta, cenógrafo e ator.

No ano de 1980, Barboza publicou, em parceria com Rogério Torres, “Duque de Caxias: Foto Poética” e, quatro anos depois, os cordéis “A Grande Feira de Duque de Caxias” e “A Verdadeira História da Cidade de Duque de Caxias”. Em “Duque de Caxias: Foto Poética”, o texto, em prosa lírica, apresenta-se entremeado de fotografias de personalidades locais, espaços públicos e prédios históricos, além de mapas e trechos de jornais com reportagens sobre a cidade. Sua narrativa procura relacionar o desenvolvimento da região às

ações das lideranças políticas e à colaboração das camadas populares.

Conforme descreve Torres, Barboza Leite percebia a cidade de Duque de Caxias como um microcosmo cultural miscigenado, criado em função da sua população emigrante (TORRES, 2015, p. 222). Ao confrontarmos esta descrição com as obras de Leite, podemos perceber a formação de um artista em uma cidade interculturalizada, que também percebe a cultura, em suas variadas vertentes, de forma integrada.

Pesquisas sobre a História Local e Regional que, no nosso caso, têm como foco o município de Duque de Caxias e a região da Baixada Fluminense, a despeito da clareza da sua função, talvez não tenham assim tão explícita sua importância, o que provoca reflexão a respeito. O foco da História Local e Regional nunca foi muito relevante no universo temático da História. Suas questões sempre foram identificadas por boa parte da academia como uma espécie de exercício do exotismo e de exaltação conservadora, fruto talvez da função legitimadora que esse tipo de estudo cumpria junto aos poderes locais sobre os quais se dedicava até bem pouco tempo.

No entanto, cabe ressaltar que as novas abordagens de investigação da História Local e Regional têm um potencial bastante revelador da realidade social sobre a qual se debruça. A pesquisa histórica em seu âmbito nacional não alcança as peculiaridades que a dimensão local e regional permite alcançar. A identificação dessas peculiaridades e a reflexão sobre elas cumprem uma dupla função: de um lado, promovem a revelação de uma realidade não alcançada pela abordagem mais geral, legitimando-a; e, ao mesmo tempo em que dialoga com ela, enriquece-a enormemente.

Outro tópico importante que cabe ressaltar é o papel de memória social que as pesquisas sobre *o local* exercem. Ao registrar nas produções, depoimentos e reflexões dos agentes

sociais e sobre os processos históricos, permite-se que diversas “vozes” importantes possam ser “ouvidas”, o que só contribui para a diversidade de opiniões e abordagens tão significativas para a investigação científica sobre a realidade social.

A Baixada Fluminense localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, é reconhecida por uma representação hegemônica de violência, miséria e descaso social. Sua história precisa ser reinterpretada para o reconhecimento de nossas raízes, a fim de que possamos entender a inserção da nossa história local no todo. Assim, buscamos o caminho interdisciplinar para conduzir nossas abordagens, possibilitando o diálogo da História com outras áreas da produção do conhecimento científico, principalmente, a Literatura, pois, assim como coloca Sandra Jatahy Pesavento:

Clío se aproxima de Calíope, sem com ela se confundir. História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música. (PESAVENTO, 2006 a, p. 3)

O autor aqui estudado teve uma participação singular nas áreas da cultura e educação na cidade e suas obras, até os dias atuais, são reflexos das vivências, conduzindo-nos à interpretações sobre as realidades e identidades de nosso lugar.

Militante da cultura sem posicionamento político-partidário, o que lhe rendeu a marca, dada por amigos, de humanista ou progressista, mantinha um ateliê de pintura na cidade do Rio de Janeiro, incentivando vários artistas locais a se apresentarem na capital e de onde arrebanhou vários outros para expor em Duque de Caxias.

Articulista nos periódicos locais, Barboza foi um dos idealizadores dos jornais *Grupo e Tópico*. Organizou salões de arte e pintura, criou jornais e revistas que tinham como eixo a cultura local, publicou vários livros e produziu filmes em super 8, implantando a Primeira Feira de Artes de Duque de Caxias e colaborando na criação do Conselho Municipal de Cultura, o qual presidiu por dois anos. Escreveu peças teatrais, dirigiu outras e atuou também como ator e contrarregista. Ocupou o Conselho Municipal de Cultura, mas se negava a participar da Academia Duquecaxiense de Letras e Artes. Recebeu o título de Cidadão Duquecaxiense e a Comenda do Mérito Duque de Caxias, entre outras distinções.

Nos anos 1980, Barboza Leite integrou o grupo *Arte e Comunicação* (ARCO) e, em 1991, participou da elaboração da proposta de criação da Secretaria de Cultura de Duque de Caxias, desenvolvendo diversos projetos culturais nessa nova secretaria, entre eles os Salões de Artes Plásticas, a Feira do Folclore Nordeste, a edição do livro *Viagem pela Poesia*, abrangendo a produção poética da cidade de Duque de Caxias no período de 1940 a 1990. Nesta obra, Barboza reuniu poemas de 103 poetas radicados na cidade. A culminância desse trabalho aconteceu em julho de 1992, quando foi criada, através da Lei Municipal nº 1.129, a Escola de Artes da Secretaria de Cultura de Duque de Caxias, que teve Barboza Leite como seu primeiro diretor.

Esse artista múltiplo escreveu diversos livros de poesias, contos e crônicas, entre eles *O Chão de Caminhos*, *Ânfora de Enigmas*, *Os Espaços Abertos*, *Entre o Sol e a Solidão*, *A Distância Infinita*. Além de cordéis como *A grande Feira de Duque de Caxias* e *A verdadeira História da Cidade de Duque de Caxias*, produziu livreto de contexto histórico livre em prosa lírica intitulado *Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Duque de Caxias*. Também, elaborou junto com Rogério Torres, *Duque de Caxias - Foto Poética*.

Nesta produção acerca do município, Barboza Leite demonstra claramente seu apreço pela cidade que o acolheu e onde será homenageado a partir de 14 de dezembro de 2005, através da Lei nº 1.926, quando a sua data natalícia – 20 de março –, tornou-se o Dia Municipal da Cultura.

História e Literatura, cada uma de acordo com suas abordagens, tem como seu produto uma narrativa. As duas narram, recontam, problematizam de acordo com quem escreve e, possivelmente, com as utilizações da memória. Ambas falam sobre acontecimentos e realidades sob o olhar de seu construtor, recheadas de personagens, tramas e enredo durante a sua produção. Essa construção ainda passa pelos posicionamentos de quem lê. Então, cada narrativa reflete uma visão de mundo diferenciada, marcada pela interlocução. Segundo Sandra Jatahy Pesavento,

por vezes, esta aproximação da história com a literatura tem um sabor de *dejà vu*, dando a impressão de que tudo o que se apreço como novo já foi dito e de que se está “reinventando a roda”. A sociologia da literatura desde há muitos anos circunscrevia o texto ficcional no seu tempo, compondo o quadro histórico no qual o autor vivera e escrevera sua obra. A história, por seu lado, enriquecia por vezes seu campo de análise com uma dimensão “cultural”, na qual a narrativa literária era ilustrativa de sua época. Neste caso, a literatura cumpria face à história um papel de descontração, de leveza, de evasão, “quase” na trilha da concepção beletrista de ser um *sorriso da sociedade...* (PESAVENTO, 2006 a, p. 2)

No cruzamento do literário com o histórico, encontramos novos desafios e indagações. Seria possível problematizar a História na Literatura que se escreve em um determinado tempo? Palavras, expressões ou estilos de escrita encontrados em um determinado documento só começam a adquirir sentido se não se quer cometer anacronismos, quando colocadas em seus contextos próprios de produção e circulação. Citando Roger Chartier:

Mas há uma [...] maneira talvez mais inesperada de considerar a relação entre literatura e história. [...] descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Semelhantes textos que

fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias fundamentais que caracterizam a “instituição literária”. Tanto na Antiguidade como na ordem moderna do discurso literário, três noções constituem tal instituição. Em primeiro lugar, a identificação do texto com um escrito fixado, estabilizado, manipulável graças à sua permanência. Por conseguinte, a ideia de que a obra é produzida para um leitor, e um leitor que lê em silêncio, para si mesmo e solitariamente, mesmo quando se encontrar em um espaço público. Por último, a caracterização da leitura como a atribuição do texto a um autor e como uma decifração do sentido. Mas é preciso ter distanciamento em relação a esses três supostos para compreender quais foram as razões da produção, as modalidades das realizações e as formas das apropriações das obras do passado. E também é preciso compreender em sua própria historicidade e instabilidade. (CHARTIER, 2000, p.197)

Ainda, ao se pensar as vias de aproximação entre a História e a Literatura, ao historiador é possível participar da averiguação daquilo que motivou o produtor da narrativa a fazê-la, quais memórias do tempo estão presentes ali. Assim, o historiador facilmente poderá entender a literatura como um convite para a reflexão sobre o passado. Ainda segundo Pesavento,

História e memória partilham uma mesma feição de ser: são ambas narrativas, formas de dizer o mundo, de olhar o real. São discursos, pois. Falas que discorrem, descrevem, explicam, interpretam, atribuem significados à realidade. Como narrativas sobre algo, são representações, ou seja, são discursos que se colocam no lugar da coisa acontecida. Correspondem a elaborações mentais que expressam o mundo do vivido e que mesmo se substituem a ele. Mais do que isto, história e memória são discursos portadores de

imagens, que dão a ver aquilo que dizem através da escrita ou da fala. Nesta medida, são, ambos, presentificação de uma ausência, atributo de toda a representação que, em essência, é um “estar no lugar de”. (PESAVENTO, 2006 c, p.2)

Este caminho interdisciplinar, que possibilita o diálogo da História com outras áreas da produção do conhecimento científico, principalmente a Literatura, tem como objetivo principal pensar as concepções de cidade esboçadas por um autor que escreveu sobre a sua própria contemporaneidade. Na sua obra *Trilhas, Roteiros e Legendas de uma cidade chamada Duque de Caxias*, livreto de contexto histórico livre, um texto híbrido em forma de poema, Francisco Barboza Leite descreve o processo de constituição, desenvolvimento e transformações da cidade. No primeiro poema da obra, intitulado *A Gênese*, Barboza assume o papel descritivo do processo de criação do território, revelando, através dos olhos surpresos do migrante, o meio físico, a geografia de uma terra exótica. No texto, pode-se perceber que o autor ressalta a beleza local como se, a cada frase, as montanhas, vales, morros e caminhos fossem sendo criados. Ao assumir sua *poiesis*, sua atividade de criar, o poeta relata, através da imagem criativa, sua visão do território, do surgimento da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias.

No verso “e eis que entre montanhas elevadas, o vale se abre numa expansão dominada por colinas que a planície acolhe em seu regaço” (LEITE, 1986, p. 1), contido no poema *A Gênese*, nota-se que o autor parece estar admirado ante a natureza que se impõe ao olhar do migrante, ele próprio um migrante submetido ao novo meio físico, como se visse surgir, ao escrever, o vale entre as montanhas.

Ao reconhecer o município de Duque de Caxias com seus “lugares de memória”, consideramos os saberes locais como essenciais para o entendimento da nossa própria história, proporcionando condições de reconhecimento da população

duquecaxiense como agente do seu fazer, construtora de memórias e identidades.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. (NORA, 1993, p. 13)

Ao estudar as relações da história e dos olhares da produção literária sobre a região, desdobrando de que forma Barboza Leite enxergou a sua cidade, imaginamos construir explicações que nos permitam ampliar o conhecimento sobre o passado, de forma que tenhamos novas concepções para as relações sociais de nosso presente.

Continuando a sua narrativa sobre a formação da terra que veio a ocupar, Barboza Leite parece descrever a sensação de felicidade da mesma ao receber seus moradores, mas também, relata de forma poética os perigos escondidos naquela nova terra, capazes de surgir, caso os forasteiros fizessem mau uso delas. Eram as águas paradas, a febre, a sentença de vida ou morte escondida. O paraíso testemunhado assim pelo poeta ofereceria a recompensa ou a punição aos seus novos moradores.

O sol repartia-se em brilhos na planície de rios soltos,
de várzeas úmidas, brejos extensos, águas paradas
onde as febres se aninhavam na aparência tentadora
dos remansos, no discurso das chalupas traçando itinerários,
conduzindo as vontades, removendo a vida ou a morte
entre suas tábuas. (LEITE, 1986, p. 2)

Para Barboza Leite, os novos filhos da terra recém-surgida estavam construindo seu futuro. Fincavam seus pés no lodo e abriam novos caminhos. Aterravam brejos, expandiam clareiras e cimentavam seus futuros. Os forasteiros, com a perspectiva de pertencimento, estavam criando uma nova identidade.

Portanto, a aproximação com os lugares de memória demanda uma operação crítica que permita construir, com os fragmentos que esses lugares representam, uma das leituras possíveis da totalidade do processo histórico que os selecionou e revestiu de um particular significado, para desvendar as marcas do tempo vivido.

Lembrando ainda Pierre Nora, a memória tornou-se objeto da história, sendo por esta filtrada, o que impede o estabelecimento de diferenças entre a memória coletiva e a memória histórica. Mais do que isso, fala-se muito em memória atualmente, mas porque a memória já não existe e tudo aquilo que se considera memória é, para Nora, história.

Maurice Halbwachs, na obra *A Memória Coletiva*, já procurava sublinhar a diferença entre história e memória. Suas reflexões podem ser colocadas da seguinte forma: a memória coletiva ou social não pode se confundir com a história. A história, de acordo com o autor, começa justamente onde a memória acaba e a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo. Assim, a memória é sempre vivida, física ou afetivamente. No instante em que o grupo desaparece, a única forma de salvar as lembranças, que para os grupos existentes são exteriores, “é fixá-las por escrito em uma narrativa uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 8).

No cordel *Estórias de Retirantes*, Barboza Leite escreve “Às vezes fico pensando / nos caminhos percorridos / por um homem sempre andando / desde que é nascido. / Do lugar em

que nasceu / traz o homem o sentido, / também dos que conheceu / igualmente vem nutrido.” (LEITE, 1984, p. 1).

Com o pressuposto da discussão central na obra de Halbwachs, que versa sobre a questão de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, visto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo, o lugar de onde vem, para Barboza Leite, é marcante. Assim, com Halbwachs afirmamos que a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. A origem de várias ideias, sentimentos e reflexões são, na verdade, inspiradas pelo grupo. Acerca da memória individual, o autor refere-se à existência de uma “intuição sensível” Assim, “haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 1990, p. 41).

Mas, as memórias individuais referem-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas, sendo assim, construídas a partir das referências e lembranças próprias do grupo, a partir das vivências desse grupo, sendo reconstruídas ou simuladas. Podemos, assim, criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança, de acordo com Halbwachs, “é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 1990, p. 76-78).

Nos escritos de Barboza Leite, a memória coletiva está bastante presente. Em outro cordel, intitulado *A Verdadeira História da Cidade de Duque de Caxias*, o poeta coloca:

Vou falar de uma cidade
da Baixada Fluminense
que ganhou notoriedade
que ao meu sentir não convence
- preciso é que se repense
- no que sobre ela foi dito
em tanto papel mal escrito
que a imprensa divulgava
e, de tal modo criava
a noção falsa de um mito

A cidade é muito nova
mas cresce muito depressa
digo e ofereço a prova
que é o que me interessa
para que o valor meça
de uma terra em expansão
formada sem previsão
guiada mas pelo senso
de um proveito assaz imenso
fruto espontâneo do chão. (LEITE, 1984, p. 1)

Ao buscarmos interpretar a obra de Barboza Leite, verificamos que na sua visão, os migrantes que chegaram e multiplicaram-se na cidade de Duque de Caxias deram origem a ruas, bairros, vilas e cidades. O poeta relata o processo de construção que vai das taipas à alvenaria e cimento que, aos poucos, vão dando vida, constituindo lugares, repartindo a terra e dando novos nomes. O migrante passa a ser o cidadão e do seu esforço sucedeu a visão de construtor de um novo mundo. Homens e mulheres acharam seu lugar, seu pedaço de chão na terra prometida e moldaram-na para ser chamada de lar, porém esse processo de instalação foi constituído de muitas

lutas no dia a dia desse povo. Evidencia-se a partir da interpretação da obra de Barboza Leite que o poeta tem consciência dos problemas a serem enfrentados pelos forasteiros na construção da identidade e história desse território, mas que como testemunha que se tornou através da gênese poética, percebe a nova terra com o olhar sensível.

A partir disso, lembramos que a memória individual não está isolada. Frequentemente, tem como referência pontos externos ao sujeito, não havendo memória que seja somente “imaginação pura e simples” ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo este processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito (HALBWACHS, 1990, p. 81). A memória apoia-se sobre o “passado vivido”, o que permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o passado apreendido pela história escrita. Segundo Halbwachs, o suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica.

Assim, o que pretendemos é considerar as obras de Francisco Barboza Leite como fontes literárias relevantes, produtoras de sentidos para a História Local e Regional. Nessa perspectiva, buscamos contribuir com a questão de como o discurso literário pode propiciar ao historiador uma investigação aprofundada através das memórias que se revelam nas narrativas desse autor, cuja voz transmitirá a visão e os valores da sociedade onde estava inserido, afirmando com Halbwachs que é no contexto das relações dentro do grupo que construímos as nossas lembranças. Através das lembranças de Barboza Leite, que se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que Halbwachs denomina “comunidade afetiva”, pretendemos recuperar as referências de

uma cidade, referências estas como narrativas sobre algo, representações que se colocam no lugar da coisa acontecida.

Para Continuar a Refletir

Para fundamentarmos este estudo, também nos apropriamos das observações de Roger Chartier sobre o conceito de representações. Segundo Chartier, no que se refere à História Cultural, esta toma como objeto de estudo “o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p.16).

Ao utilizar as fontes literárias produzidas sobre o município de Duque de Caxias, refletimos sobre a noção de que as representações espelham ideias e concepções que não se esgotam em si mesmas. Refletem, sim, relações e interesses através dos quais podemos esclarecer “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p.17).

Concluindo, gostaríamos de tecer consideração acerca de quando um historiador se ocupa da literatura, a literatura é especificamente documento do quê? Novamente, utilizando as afirmações de Sandra Jatahy Pesavento, nas quais afirma que as representações consistem nas formas integradoras do grupo social, ou seja, suas normas, discursos, imagens, ritos, etc, são essas normas que dão coesão e existência à determinada coletividade. São tais representações que fazem com que os homens percebam a realidade e “pautem a sua existência” (PESAVENTO, 2005. p.40). Em suma, é a explicação da realidade compartilhada por pessoas que vivem em um determinado grupo.

Caxias está dado (...) Assim, a cidade dos que apenas dormem nela, chamada por muitos de dormitório, atingiria a modernidade numa visão bem positivista, em que o progresso chegaria pela sua vocação: o trabalho. (SOUZA, 2014, p. 111)

Nessa perspectiva, pensamos que ao cruzar as leituras e interpretações das obras de Francisco Barboza Leite, poderemos perceber a complexidade de uma cidade que, inserida na região da Baixada, tenta construir suas próprias interpretações. Ao reconhecer o município de Duque de Caxias como espaço de múltiplas identidades, consideramos as mesmas essenciais para o entendimento da nossa própria história, proporcionando condições de reconhecimento do homem duquecaxiense como sujeito do seu fazer, ampliando o conhecimento sobre o passado e buscando a reconstrução da sociedade por meio da leitura crítica do mundo vivido e de uma participação cidadã.

Francisco Barboza Leite viveu grande parte de sua vida nessa cidade; apropriou-se dela; encantou-se e iludiu-se com ela. Suas obras são o reduto de suas sensibilidades e por meio das (re)significações que o pintor-poeta revela aos seus leitores, entendemos que essas marcas deixadas nas suas obras são as fontes necessárias que traduzem as vivências do cotidiano no tempo vivido por ele.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988.

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. *Olhares sobre uma Cidade Refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.

———. *Por “Trilhas, Roteiros e Legendas de uma Cidade Chamada Duque de Caxias”: memórias e representações de Francisco Barboza Leite (1950-1990)*. Duque de Caxias: ASAMIH, 2019.

BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BERNARDES, Lysia M. C. E SOARES, Maria Therezinha de S. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

———. *Debate: Literatura e História*. In: *Revista Topoi*. n° 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

COSTA LIMA, Luiz. *A Aguarrás do Tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Francisco Barboza. A Grande Feira de Duque de Caxias. [S.l.]: [s.n.], 1984.

_____. A verdadeira História da cidade de Duque de Caxias. [S.l.]: [s.n.], 1984.

_____. Estórias de Retirantes. [S.l.]: [s.n.], 1984.

_____. Exaltação à cidade de Duque de Caxias. [S.l.]: [s.n.], [1963?].

_____. *Trilhas, roteiros e legendas de uma cidade chamada Caxias*. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1986.

_____. ; TORRES, Rogério. Duque de Caxias. Foto poética. [S.l.]: [s.n.], 1980.

LEMOS, Silbert dos Santos. Sangue no 311. Rio de Janeiro: Reper, 1967.

_____. *O Negro Sabará*. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

_____. *Os Donos da Cidade*. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1958.

NORA, P. *Entre memória e história: o problema dos lugares*. Trad. Yara Khoury. In: *Projeto História* - Revista do PEPGH/PUC. São Paulo: PUC, 1981.

NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, June 2007a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

_____. *História e literatura: uma velha-nova história*. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). *História e literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 22-23.

_____. *Relação entre História e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX)*. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre, n° 4, dez. de 1995. pp.115 - 127.

PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Rio de Janeiro: Consócio de Edições, 1996.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2014.

TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense – A construção de uma história*. Rio de Janeiro: IPAHB, 2004.

TORRES, Rogério. *Caxias de antigamente*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2015.

Recebido em: Julho de 2021

Aprovado para publicar em: Agosto de 2021.

Parte 3

Direitos Humanos, Crise Pandêmica e Estado Democrático de Direito na América Latina.

Divisão sexual do trabalho e Covid-19: interfaces entre patriarcado e direitos humanos

Gilisa Helena Barcellos

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O trabalho é uma das principais expressões da base material que determina a vida de homens e mulheres. O lugar que eles/as ocupam na divisão social e sexual do trabalho constitui um importante mediador da sua relação com o mundo. Trabalhadoras, desde a Revolução Industrial, tiveram que gerir as tensões produzidas entre as atividades que exercem dentro e fora de casa. A recente crise sanitária produzida pelo coronavírus acrescentou-lhes novos e aprofundou velhos desafios: lidar com uma diversidade de questões relacionadas à subsistência familiar, exigindo-lhes uma reorganização do trabalho produtivo e reprodutivo. A pandemia da Covid-19 escancarou as contradições da sociedade burguesa potencializadas pelo patriarcado e racismo. Este artigo, produto de uma investigação bibliográfico-documental, discute violações de direitos humanos das mulheres no contexto pandêmico, apontando as suas conexões com as funções que exercem na divisão sexual do trabalho.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho. Trabalho doméstico. Pandemia da Covid-19.

Resumen

El trabajo es una de las principales expresiones de la base material que determina la vida de hombres y mujeres. El lugar que ocupan en la división social y sexual del trabajo

constituye un importante mediador de su relación con el mundo. Los trabajadores, desde la Revolución Industrial, han tenido que gestionar las tensiones que se producen entre las actividades que realizan dentro y fuera del hogar. La reciente crisis sanitaria producida por el coronavirus ha agregado nuevos y profundizado viejos desafíos: enfrentar una variedad de problemas relacionados con la subsistencia de las familias, que las obligan a reorganizar su trabajo productivo y reproductivo. La pandemia del Covid-19 ha abierto las contradicciones de la sociedad burguesa potenciadas por el patriarcado y el racismo. Este artículo, producto de una investigación bibliográfico-documental, aborda las violaciones a los derechos humanos de las mujeres en el contexto de la pandemia, señalando sus conexiones con los roles que desempeñan en la división sexual del trabajo.

Palabras clave: División sexual del trabajo. Trabajo doméstico. Pandemia de COVID-19.

Abstract

Labour is one of the main expressions of the material basis that defines life of men and women. The place that both men and women occupy in the social and sexual division of labour constitutes an important mediator of their relation with the world. Labourers, since the Industrial Revolution, had to administer the tensions produced by the activities they exercise inside and outside their homes. The recent sanitary crisis produced by the coronavirus added new and deepened old challenges: to deal with a diversity of issues to sustain their families, demanding a reorganisation in their productive and reproductive labour. The Covid-19 pandemic showed more clearly the contradictions of the bourgeois society, further boosted by patriarchy and racism. This article, a result of a bibliographic-documental investigation, discusses human rights violations that affect women in the

context of the pandemic, pointing out to connections with the functions they exercise in the sexual division of labour.

Keywords: Sexual Division of Labour. Domestic labour. Covid-19 pandemic.

Introdução

A crise sanitária do coronavírus escancarou as desigualdades produzidas pelo processo de mundialização do capital. No Brasil, a crise se generalizou e levou à morte 600 mil pessoas, marcando tragicamente a vida de milhares de famílias. Se no cenário mundial identificamos uma desigualdade no processo de contaminação e mortes entre países, quando nos debruçamos sobre a realidade brasileira, isso também se reproduz no interior dos Estados nacionais. Regiões que são mais afetadas do que outras. No caso brasileiro, quando reduzimos a escala geográfica, observamos que no interior dos municípios há territórios/comunidades que estão mais suscetíveis à doença. Mais ainda, a relação entre contaminação e letalidade são complexas e as causas são variadas: as disparidades econômicas e tecnológicas entre países, as vertentes político-ideológicas de governos nos vários níveis, o grau de desigualdade socioeconômica no interior de cada país, a amplitude das políticas públicas e o acesso aos serviços de saúde.

Na pandemia, as mulheres viram-se diante de uma realidade nunca imaginada: sem emprego, salário e renda, tendo que dar conta de uma infinidade de questões relacionadas às funções que exercem na chamada divisão sexual do trabalho e ainda tendo que garantir o cumprimento das medidas sanitárias pelos membros da família. Os dilemas

enfrentados pelas mulheres durante a pandemia não são novos, como analisado por Marx (2013), por Engels (1984 e por Kollontai (1920), no entanto, a novidade reside na escala em que se apresentaram a partir do final do ano de 2019. Este artigo busca, a partir dos importantes indícios produzidos e/ou sistematizados por autores/as marxianos e marxistas, discutir a relação entre a divisão sexual do trabalho e o patriarcado na pandemia da crise de 2019. Ele é resultado de uma revisão de literatura e pesquisa documental.

1 - Divisão Sexual do Trabalho

Engels, em “A origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada deu pistas importantes sobre a divisão sexual do trabalho, quando se debruçou sobre as sociedades gentílicas⁶⁹. Nas entrelinhas do seu texto, reconhecia que homens e mulheres exerciam papéis diferenciados na organização sociofamiliar, o que não significou relações de poder entre os sexos. Alguns trechos de sua obra fazem referência à forma de divisão sexual do trabalho: na “Família Sindiásmica”⁷⁰ – a forma intermediária entre a família gentílica (família Punaluana) e a família monogâmica –, era de responsabilidade masculina a procura de alimentos e a produção dos instrumentos necessários a essa atividade: “[...] era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação, levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos” (ENGELS, 1984, p. 58). Assevera que a divisão do trabalho entre os membros da família constituiu a gênese da distribuição da

⁶⁹ Engels não usou a expressão divisão sexual do trabalho, mas divisão do trabalho, em sua obra.

⁷⁰ Este termo foi tomado de empréstimo de Lewis Morgan, que o utiliza em sua obra *Ancient Society*. Tucson: University of Arizona Press, [1877] 1985.

propriedade entre o homem e a mulher. “Essa divisão do trabalho na família continuava sendo a mesma, mas agora transtornava as relações domésticas, pelo simples fato de ter mudado a divisão do trabalho fora da família” (ENGELS, 1984, p. 58). Conclui que a mesma razão que havia assegurado a importância da mulher no trato com os problemas domésticos, assegurava, agora, a preponderância masculina no lar: “o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição”. (ENGELS, 1984, p. 58).

Para Engels (1984), o desenvolvimento das forças produtivas, que levou ao processo de sedentarização e de produção de riquezas, forjou uma nova forma de organização familiar reconfigurando as relações entre homens e mulheres: “A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio” (ENGELS, 1984, p 18). Segundo ele, “[...] ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história” (ENGELS, 1984, p 18).

A sociedade antiga, baseada nas relações de parentesco, vai pelos ares em consequência do choque das classes sociais recém-formadas; e dá lugar a uma sociedade centralizada pelo Estado. Uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até os nossos dias” (ENGELS, 2012, p. 19).

Nas sociedades de classe, as relações monogâmicas impunham um novo lugar social às mulheres, segundo o autor. Por isso, Marx reconhece na família moderna todas as

características que gestaram a família monogâmica: “A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão [...]. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado (MARX *apud* ENGELS, 1984, p. 62).

Engels assinala que a primeira divisão de trabalho se deu entre o homem e a mulher. Recordar-se que, em 1846, juntamente com Marx, escreveu: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. (MARX; ENGELS *apud* ENGELS, 1984, p. 18); a segunda, entre pastores e agricultores; a terceira, entre camponeses (campo) e artesãos (cidades); depois, a divisão do trabalho nos ofícios desenvolvidos na cidade até a chegada do surgimento de uma classe que se dedicará exclusivamente ao comércio. Desde então, a divisão social do trabalho aprofunda-se e complexifica, sobretudo em sociedades mercantis desenvolvidas. Marx cita, por exemplo, o surgimento da indústria mecanizada que deu lugar à manufatura. Porém, segundo Marx (2013), se a divisão social do trabalho é condição das sociedades produtoras de mercadorias, nem toda sociedade que divide socialmente o trabalho será produtora de mercadoria: “Na antiga comunidade indiana, o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias”. (MARX, 2013, p. 101). Um outro aspecto importante e aqui ainda não mencionado diz respeito à separação do trabalho material do intelectual. Ao tratarem de uma das expressões alienação, Marx e Engels (2001, p. 27) inferem que a divisão do trabalho produziu a separação entre o desenvolvimento das atividades intelectual e material – “o gozo e o trabalho, a produção e o consumo” –, que ficam sob a responsabilidade de trabalhadores distintos. Esse fato engendra contradições, que só podem ser superadas, no ver dos autores, quando também extintas a divisão do trabalho.

Nesse processo de uma divisão cada vez mais especializada do trabalho nas sociedades mercantis avançadas, como ficam as mulheres?

2 - O trabalho feminino: da Revolução Industrial à pandemia da Covid-19

2.1 Apontamentos marxianos sobre o trabalho das mulheres no século XIX

Ao abordar as condições de vida e de trabalho do proletariado de países europeus no século XIX, Marx faz referência à exploração da força de trabalho das mulheres e das crianças. A partir das suas inferências é possível constatar que mulheres e crianças possuíam o mesmo *status* e recebiam tratamentos parecidos, fosse para limitar ou aprofundar o processo de exploração da sua força de trabalho: “A partir da situação das crianças, podemos ter uma idéia do que se passa como os adultos, principalmente moças e mulheres [...]” (MARX, 2013, p. 228). Referindo-se ao Relatório Final da *Children’s Employment Commission*, de 1866⁷¹, observa que a Lei fabril inglesa da época reconhecia a presença de 1.4 milhões de “incapazes”, sendo que a metade deles era explorada pela

⁷¹ Marx cita uma série de relatórios produzidos à época que ilustram as condições de trabalho de homens, mulheres e crianças. Este refere-se a situação das crianças produzido pela *Children’s Employment Commission*, “V. Report”, Londres, 1866, p. 81, n. 31. (Nota à quarta edição: A indústria da seda de Bethnal Green está agora praticamente aniquilada). Nota de fim de texto 124 do Livro O Capital. Vol. 1 da edição 2013, da Boitempo. p. 674). O relatório produzido por membros do parlamento inglês compunha um conjunto de “Livros Azuis” que tratavam das condições de vida e trabalho dos ingleses “Sobre esses fatos, encobertos pela economia política oficial, encontra-se um abundante material nos ‘Reports’ dos inspetores de fábrica e da Children’s Employment Commission, e, particularmente, nos ‘Reports on Public Health’” (MARX, 2013, p. 673).

pequena fábrica e pelo trabalho domiciliar. Denominando-as de forças de trabalho subsidiárias, Marx observa que a inserção de mulheres e crianças no processo produtivo ocorria proporcional à capacidade das fábricas de prescindir da força muscular: “Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria!”. (MARX, 2013, p. 371). No entanto, este fato não significou que as mulheres exercem trabalhos menos extenuantes. O referido relatório de 1866 (*Childrens’s Employment Commisso*) também registra o dispêndio de esforço feminino, por exemplo, no transporte de argila na cidade de Moseley, na Inglaterra, para a produção de tijolos: “Muitas dessas moças erguem 10 toneladas por dia” (MARX, 2013, p. 376). Em meio ao pleno desenvolvimento industrial conservavam-se formas medievais de trabalho, inclusive para mulheres. Nas palavras de Marx (2013, p. 316):

Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar etc os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo. Por essa razão, em nenhum lugar se encontra um desperdício mais desavergonhado de força humana para ocupações miseráveis do que justamente na Inglaterra, o país das máquinas.

Em outro relatório intitulado “Public Health, “Sixth Report”, de 1863⁷², Marx recorta um fragmento no qual está contida uma comparação entre as funções e o tempo de trabalho das mulheres na agricultura e nas minas de carvão. Segundo o relatório, na agricultura, às mulheres é reservada

⁷² Marx faz referências a várias publicações do Parlamento inglês, entre elas: “Public Health, “Sixth Report”, (Londres,1863); do Public Health, “Seventh Report” (Londres, 1865), Public Health, “Eighth Report” (Londres, 1866).

uma jornada diurna e limitada a duas estações, enquanto nas minas, sua jornada pode se estender para o período noturno e se mantém durante as quatro estações do ano. Nesse relatório, um dos autores argumenta favoravelmente ao trabalho das mulheres nos campos, por proporcionar-lhes recursos que auxiliam a aquisição de bens necessários à subsistência familiar. No entanto, Marx adverte que os arrendatários de terra descobriram que o trabalho feminino ordeiro só acontece sob o mando masculino, “[...], mas que mulheres e crianças, uma vez em movimento, como já o sabia Fourier, gastam sua energia vital de modo verdadeiramente impetuoso, ao passo que o trabalhador masculino adulto é tão malandro que a economiza o máximo que pode”. (MARX, 2013, p. 502).

Outro relato sobre a preferência de um proprietário textil em contratar mulheres na cidade de Londres aparece em uma publicação datada de 1844 intitulada *Ten Hours' Factory Bill. The Speech in the House of Commons, on Friday*⁷³. *Empregavam-se mulheres, mas, preferencialmente, as chefes de família, por serem tidas como mais dóceis e submissas à realização de trabalhos extenuantes, segundo Ashley* (apud MARX, 2013, p. 675). Constata-se que tanto as necessidades das mulheres quanto as suas características eram funcionais aos interesses capitalistas.

De acordo com Marx (2013), o desenvolvimento das forças produtivas do capital industrial permitiu que todos os membros da família fossem transformados em mercadoria: “O trabalho forçado para o capitalista usurpou não somente o lugar da recreação infantil, mas também o do trabalho livre no âmbito doméstico, dentro dos limites decentes e para a própria

⁷³ ASHLEY, [Anthony]. *Ten Hours' Factory Bill. The Speech in the House of Commons, on Friday, 15 Mar., 1844*. Londres, 1844, citado por Marx, em nota de fim de página nº. 142,

família” (MARX, 2013, p. 371). Quais seriam as implicações dessa inserção? O primeiro impacto seria a desvalorização da força de trabalho masculina, porque reparte o seu valor entre os membros da família. O segundo, é que toda a família ficou submetida a relações de trabalho degradantes no interior da fábrica. Terceiro, o homem assume o papel de vendedor não apenas da sua força de trabalho, mas de outrem: “Agora, o capital compra menores de idade, ou pessoas desprovidas de maioridade plena. Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoas formalmente livre. Agora, ele vende a mulher e filho. Torna-se mercador de escravos. [...]” (MARX, 2013, p. 371).

Mas, Saffioti chama atenção para um aspecto importante em seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade”, publicado em 1976, pela editora Vozes. A idéia de que os homens poderiam ver as mulheres como suas principais concorrentes não se confirma na experiência francesa no século XX : “ A hostilidade de tais trabalhadores [da indústria alimentícia] não se dirige , pois, contra a mulher trabalhadora, mas contra um sistema de exploração da força de trabalho alheia no qual a mulher, em virtude de seu sexo, se constitui no ser mais espoliado” Por isso, segundo ela, “A mulher não vigora como usurpadora do trabalho masculino, mas como uma vítima do modo de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1976, p. 43).

O relatório *Report from the Select Committee on Mines, together with etc* produzido pela Comissão de membros da Câmara dos Comuns de 1866 carregava uma riqueza de detalhes, já que os inquisidores deveriam registrar *ipsis litteris* as respostas dos inquiridos. Numa das passagens destacadas por Marx, o relatório faz referência ao trabalho feminino nas minas de carvão destacando o valor moral imprimido ao trabalho da mulher: “*que pensam os mineiros do emprego de*

mulheres nas minas? – Em geral, eles o condenam [...]”. E pergunta, mas ‘*Por quê?*– Consideram degradante para o sexo [...]’. Elas vestem uma roupa do tipo masculino” (MARX, 2013, p. 376). A degradação também se revela no fato de mulheres incorporarem comportamentos tidos como próprios dos homens, como fumar, por exemplo. Mas não somente isso: “Muitas delas são mulheres casadas, que não conseguem cumprir suas obrigações domésticas” (*Report from the Select Committee on Mines, together with etc apud* MARX, 2013, p. 376). Ao julgá-las moralmente, registra o relatório: “*Credes que as trabalhadoras ocupadas nas minas são mais impuras do que as ocupadas nas fábricas?* – A percentagem das depravadas é maior do que entre as moças das fábricas [...]” (*Report from the Select Committee on Mines, together with etc apud* MARX, 2013, p. 376). O relatório infere ainda: “A degradação social das moças é deplorável e extrema. Quando se tornam esposas dos mineiros, os homens padecem muito sob essa degradação e isso os leva a abandonar a casa e entregar-se à bebida” (*Report from the Select Committee on Mines, together with etc apud* MARX, 2013, p. 376). As mulheres, nessa nova condição, ameaçam o poder dos pais e maridos. Estes têm que se render ante a distribuição do seu poder com outros homens, seus patrões. Por isso, questiona um dos inquiridores a um dos inquiridos: “Não vos causaria um grande prazer abolir a ocupação feminina onde quer que ela seja degradante? – Sim [...] Os melhores sentimentos das crianças têm de vir da criação materna” (*Report from the Select Committee on Mines, together with etc apud* MARX, 2013, p. 376). Também uma investigação médica oficial de 1861 faz referência aos maus-tratos de crianças decorrentes do trabalho das trabalhadoras mineiras: “[...] estas se tornam, num grau assustador, desnaturadas em relação a seus rebentos – comumente não se incomodando muito com a morte deles e, às vezes, até mesmo

[...] tomando medidas diretas para provocá-la” (BLUE BOOKS 1861 apud MARX, 2013, p. 674). Escreve Marx (2013, p. 319):

Como evidenciou uma investigação médica oficial em 1861, desconsiderando-se as circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem preferencialmente à ocupação extradomiciliar das mães, que acarreta o descuido e os maus-tratos infligidos às crianças, aí incluindo, entre outras coisas, uma alimentação inadequada ou a falta dela, a administração de opiatos etc., além do inatural estranhamento da mãe em relação a seus filhos, que resulta em sua esfomeação e envenenamento intencionais

O relatório de 1866 infere ainda que “A melhor classe de mineiros, que procura se elevar e humanizar, em vez de encontrar algum apoio em suas mulheres, são empurradas por elas para baixo” (*Report from the Select Committee on Mines, together with etc apud MARX, 2013, p. 376*). Marx, ironicamente, exalta a postura burguesa diante desses eventos: “Depois de os burgueses terem continuado a inquirir em todas as direções, revela-se finalmente o segredo de sua compaixão pelas viúvas, pelas pobres famílias etc”, para tanto, destaca um outro trecho do relatório o nível de exploração sobre a força de trabalho dos mineiros, única fonte de energia para a indústria nascente: “[...] consiste em fazer tudo do modo mais econômico possível. As moças ocupadas recebem de 1 xelim a 1 xelim e 6 pence por dia, ao passo que um homem teria de receber 2 xelins e 6 pence” (*Report from the Select Committee on Mines, together with etc apud MARX, 2013, p 377*). Em 1863, a média de salário masculino pago pelas fábricas belgas era de 1,56 franco, enquanto para as mulheres o valor pago não ultrapassava os 89 cêntimos⁷⁴. Dr Smith infere que mesmo que

⁷⁴ Budgets économiques des classes ouvrières en Belgique, Bruxelles, 1855 (DUCPÉTIAUX apud MARX, 2013. p. 487)

o salário feminino elevasse a renda familiar, ele traria prejuízos de outra ordem: “Mas, ao atribuirmos um salário à mãe, privamos a administração doméstica de seu comando: *quem cuida da casa, quem cuidadas crianças pequenas? Quem deve cozinhar, lavar, remendar a roupa?* (SMITH *apud* MARX, 2013, p. 477)⁷⁵. Em outra passagem, Marx traz fragmentos que revelam como as famílias se organizam: “minha mulher também trabalha [...]. A filha mais velha, de 12 anos, cuida da casa. Ela é nossa cozinheira e única ajudante. É ela quem prepara os irmãos menores para ir à escola [...].⁷⁶”

Um outro aspecto observado por Marx diz respeito à alimentação desses trabalhadores: no cômputo geral, as mulheres sempre usufruíam de uma menor quantidade de alimentos quando comparada à ingerida por homens. Isso se revela tanto no campo quanto na cidade e, inclusive. A subnutrição e a deficiência em consumo de nitrogênio aumentavam a taxa de mortalidade de mulheres e crianças em Lancashire.⁷⁷ “A taxa média de mortalidade nos distritos produtores de seda é excepcionalmente alta, e entre a população feminina chega a ser maior do que nos distritos algodoeiros de Lancashire⁷⁸. As mulheres tinham menos acesso aos alimentos e lidavam com maior sobrecarga de trabalho, já que também se ocupavam do trabalho doméstico.

Marx não se debruçou sobre as funções que as mulheres continuaram a exercer no âmbito doméstico, no entanto, a

⁷⁵ Uma investigação ordenada pelo Privy Counsel sobre a situação de penúria da parte mais malnutrida da classe trabalhadora Inglesa.

⁷⁶ Reports from the Poor Law Inspectors on the wages of Agricultural Labourers in Ireland. Dublin, 1870. Cf também Agricultura Labourers (Ireland) Return etc., 8 March 1861.

⁷⁷ Reports etc. for 31st Oct. 1858”, p. 10. Cf. “Reports etc. for 30th Apr. 1860”, p. 30s (apud MARX, 2013).

⁷⁸ Reports etc. for 31st Oct. 1858”, p. 10. Cf. “Reports etc. for 30th Apr. 1860”, p. 30s (apud MARX, 2013).

riqueza de detalhes que cuidadosamente recortou autoriza a afirmação de que o dilema das mulheres desde o século XIX permanece o mesmo. Mais ainda, que o julgamento moral que incide sobre as trabalhadoras não é uma inovação de décadas recentes, tampouco a gestão da tensão entre o trabalho produtivo e reprodutivo, diferentemente do que Engels acreditava, foi partilhado pelo Estado e pelos seus companheiros. Ela continua a ser uma tarefa solitária e infundável das mulheres. O velho ditado popular “Quem pariu Mateus que o embale” constitui uma boa síntese do papel que a mulher deve exercer na divisão sexual do trabalho orientada pela lógica patriarcal.

Por outro lado, parece importante ressaltar que se há semelhanças, há também diferenças entre o momento retratado por Marx e a realidade atual. Essas diferenças ficam por conta do desenvolvimento das forças produtivas, do estágio atual em que se encontra o processo de acumulação capitalista, mas, também, e não menos importante, as lutas feministas e de outros sujeitos coletivos solidário às mulheres, que impuseram em muitos países avanços importantes, para que pudessem, por meio de acesso às políticas sociais, por exemplo, reduzir ou dividir a sua carga de trabalho. No entanto, isso ainda continua sendo um privilégio para poucas mulheres, já que a grande maioria delas, vide o que ocorre com as mulheres pobres e negras no Brasil, remonta à passagem do Livro I do Capital quando Marx fala que os cavalos dão lugar às mulheres, utilizadas para puxar os barcos nos canais ingleses.

2.2 – Tensões insuperáveis da divisão sexual do trabalho: a relação entre patriarcado e capitalismo

Alexandra Kollontai (1920, p. 3) observou que na passagem do século XIX para o século XX, “Ano a ano, dia a dia, foi crescendo o número de mulheres pertencentes à classe trabalhadora que abandonavam suas casas para engrossar as fileiras das fábricas, trabalhando como operárias, vendedoras, funcionárias, lavadeiras ou empregada”. Lembra-se que, nos países da Europa e Estados Unidos, no início do século XX, havia em torno de 60 milhões de mulheres trabalhando fora de casa. Com a Primeira Guerra Mundial, houve um aumento substancial desse número, particularmente das casadas. Saffioti é outra autora que observa o aumento da força de trabalho feminino em tempos de guerras mundiais. Registra que houve um aumento de 40% da força de trabalho feminina na Inglaterra na Segunda Guerra Mundial. Nos anos de 1943 e 1944, as mulheres chegaram a representar 50% da força de trabalho inglesa. Questiona Kollontai: “*Que vida familiar pode existir onde a esposa e mãe está fora de casa durante oito horas diárias, dez, melhor dizendo (contando a viagem de ida e volta)?*” (KOLLONTAI, 1920, p. 3). Para ela, o capitalismo converteu a mulher em operária, sem aliviá-la das suas responsabilidades de cuidados, esgotando-lhe a energia vital. Escreve: “Os cuidados e as preocupações sempre foram o destino da mulher; porém sua vida nunca foi mais desgraçada, mais desesperada que sob o sistema capitalista [...]” (KOLLONTAI, 1920, p. 3). Em síntese, a família contemporânea, particularmente a da classe trabalhadora, ao invés de conseguir resolver todas as suas demandas pela via do mercado, continua dependente do trabalho doméstico assumido, em grande parte, pelas mulheres.

2.3 O trabalho das mulheres no contexto da pandemia do coronavírus

Os impactos da crise sanitária da COVID-19 foram planetários e ceifou, segundo dados oficiais, quase 5 milhões de vida. Só o Brasil computa mais de 10% dessas mortes. Contudo, apesar de ser um evento que marca a vida de todos, alguns foram mais afetados do que outros. A UN Women (2021), em um documento síntese intitulado *Lessons from Covid-19: women's livelihoods have taken a major hit*⁷⁹, apresenta dados globais da Pandemia. De acordo com a UN Women (2021), em 2020, a queda na renda dos trabalhadores no mundo foi de US\$ 3.7 trilhões, enquanto o aumento da riqueza global dos bilionários atingiu quase US\$ 3.9 trilhões. Em setembro de 2020, o mundo já havia gasto um valor de US\$ 790 bilhões de dólares em medidas de proteção social, sendo que nos países de renda alta foram investidos US\$ 695 *per capita*, enquanto nos países de baixa renda apenas US\$4 *per capita*. Entre 2019 e 2020, 45 milhões de mulheres perderam os seus empregos no planeta. O emprego feminino reduziu em 4.2% enquanto a redução do emprego masculino foi 3.0%. No que tange à renda dos trabalhadores informais, em abril de 2020, as mulheres recebiam 19% do valor que recebiam no período pré-pandemia, enquanto para os homens esse percentual era de 25%. Entre 219 países e territórios pesquisados, a UN Women constatou que apenas 95 deles haviam adotado medidas específicas para fortalecer a segurança econômica das mulheres e somente 81 tomaram medidas para apoiar as mulheres no exercício do cuidado não pago. Outro dado que chama a atenção é que em 45 países pesquisados, 20% das mulheres relataram ter perdido o emprego durante a pandemia. Por fim, a projeção apresentada pelo documento em relação à recuperação do emprego pelas mulheres não é nada animadora para o ano de

⁷⁹ Tradução: Aprendizagens da Covid-19: o sustento das mulheres foi mais atingido

2021: 13 milhões de mulheres não conseguirão recuperar os seus empregos.

Reduzindo a escala da lente e focando na realidade brasileira, é possível afirmar, por exemplo, que as mulheres da classe trabalhadora, particularmente as pobres e negras lidaram com as expressões mais radicais dos impactos decorrentes da pandemia. Corroborando os dados globais, um dos dilemas enfrentados pelos trabalhadores de forma geral e, de forma particular, pelas mulheres, foi a manutenção do emprego ou de atividades no setor informal de geração de renda. No caso brasileiro, diante das incertezas que cercaram as ações governamentais e a demora de implementação de ações emergenciais, principalmente aquelas relacionadas à subsistência familiar, instalou-se a desesperança.

Uma realidade que já era crítica no período pré-pandemia, agravou-se ainda mais: “Entre 2019 e 2020, o Brasil registrou uma queda de 10% no número de mulheres empregadas. Em termos absolutos, isso significa uma queda de 4,2 milhões de mulheres ocupadas”. Os homens também foram afetados, mas em um percentual um pouco menor: 7,9%. (GOMES, 2021, p. 1)

Tais impactos revertem a lenta recuperação do emprego que se dava desde 2017 no Brasil, e trouxe o nível de ocupação feminino – o número de pessoas ocupadas dividido pelo número de pessoas em idade ativa (com 14 anos ou mais) – a apenas 38,1% no 3º trimestre de 2020. Esse foi o menor patamar para o nível de ocupação feminina da série histórica analisada, de acordo com a Pesquisa de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral 2012 a 2020, do IBGE. Até o último trimestre de 2020, quando temos os dados mais recentes, o nível de ocupação mostrou alguma recuperação, mas ainda sem atingir os patamares anteriores à crise. (GOMES, 2021, p. 1)

No final do ano de 2020, somavam-se às desempregadas de 2019 mais 1,1 milhão de mulheres. Como inferido pela autora, “[...] 26% das mulheres que não estão no mercado de trabalho ou não estão em busca de ocupação relatam como motivação os afazeres domésticos ou cuidados com outras pessoas” (GOMES, 2021, p. 1). Para homens, esse percentual é de apenas 2%. Os cuidados com a casa e com os filhos, devido às exigências de proteção sanitária, como o fechamento das creches, escolas exigiu que as mulheres permanecessem em casa: “Podemos observar a substancial diferença no nível de ocupação entre mulheres com ou sem filhos, e em especial para mulheres com filhos pequenos”. (GOMES, 2021, p. 1). Os homens com filhos, diferentemente das mulheres, “[...] chegam a ter o nível de ocupação ligeiramente mais alto que o de homens sem filhos”. (GOMES, 2021, p. 1).

Outro dado relevante é que entre abril e dezembro de 2020, aproximadamente 20 milhões de acordos foram realizados: 9,8 milhões de trabalhadores, vinculados a aproximadamente 1,5 milhões de empregadores foram beneficiados pelo BEm em todo País. Como observado pela autora,

Embora esse programa não tenha tido um foco em gênero, a maioria dos empregados beneficiados foram mulheres (52,2%). Elas foram a maioria entre os contratos de suspensão temporário do contrato trabalhista (55,3%) e nos acordos com redução de até 70% da jornada de trabalho (54,3%). Para a manutenção de renda dos trabalhadores informais, o Auxílio Emergencial funcionou com transferências de renda diretas aos indivíduos elegíveis. Neste programa, mulheres com crianças no domicílio e sem parceiros recebiam o dobro do benefício. (GOMES, 2021, p. 1)

Aqui, é possível identificar que os dilemas enfrentados pelas mulheres no contexto pandêmico estabelecem uma relação direta com as funções que exercem na divisão sexual do trabalho. Segundo a Oxfam (2021), “No Brasil, 90% do trabalho de cuidado é realizado informalmente pelas próprias famílias. Desses 90%, quase 85% é feito por mulheres”. Para dar conta de suas tarefas, mulheres precisaram reconfigurar as suas tarefas domésticas durante a pandemia, já que em muitos casos não tinham com quem partilhá-las– em um país onde as relações sociais de sexo são fortemente orientadas por valores patriarcalistas, homens (maridos e filhos), mesmo desempregados ou ociosos, resistem à divisão das tarefas domésticas por entendê-las como exclusivamente femininas. Houve um aumento da sua carga de trabalho pela maior presença diária de pessoas em casa; porque tiveram que exercer, em muitos casos, o papel de auxiliares das escolas no processo de ensino remoto de seus filhos; de enfermeiras na ausência dos serviços de saúde, que priorizaram o atendimento a pacientes da Covid-19. Mas, sobretudo, porque tiveram que gerir a falta ou a redução da renda familiar. Como apontado por Gomes (2021), mulheres acessaram mais os recursos governamentais, no entanto, os seus valores, na maioria dos casos, foram insuficientes, para dar conta da subsistência familiar.

Há outros aspectos que são particulares das mulheres e que também as sobrecarregaram no ambiente doméstico ou lhes produziram sofrimento e morte. Como reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (2021), a saúde reprodutiva das mulheres também foi afetada pela interrupção dos atendimentos médicos devido à crise sanitária do coronavírus: “De acordo com a indicação da ONU, até 20 milhões de mulheres nas Américas tiveram seu controle de natalidade interrompido durante a pandemia, seja porque os serviços não estão disponíveis ou porque as mulheres não

podem mais pagar pela contracepção” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021). Assim como no Brasil, a atenção à gravidez e os cuidados com recém-nascidos foram interrompidos em muitos países latino-americanos: “As mulheres grávidas são mais vulneráveis a infecções respiratórias como a COVID-19. Se ficarem doentes, tendem a desenvolver sintomas mais graves que exigem intubação, o que pode colocar em risco a mãe e bebê”. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

O outro lado da moeda é que as funções que as mulheres exercem no mundo do trabalho às colocam na linha de frente de enfrentamento da pandemia. Dados publicados pelo Parlamento Europeu, por exemplo, revelaram que as mulheres representam 76% dos 49 milhões de profissionais de saúde. Na Letônia, por exemplo, esse percentual chegou a 88%. Outro dado que chamou a atenção é que 95% dos empregados que atuam nas funções de limpeza são mulheres. As mulheres também representam 93% dos educadores de infância (realizam o acolhimento de crianças em abrigos ou centros) e dos professores, 86% dos auxiliares de ação médica e 82% de caixas de supermercados. Atividades consideradas essenciais. Outro dado que chama a atenção é que 32,7% das mulheres encontravam-se inativas para cuidar de terceiros; enquanto entre os homens, esse percentual não ultrapassou os 4,9%.

Apesar de geograficamente distantes e realidades econômicas distintas, os dados brasileiros se aproximam dos apresentados pelo Parlamento Europeu quando tratam da presença de mulheres na saúde: “de acordo com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), ‘65% dos seis milhões de profissionais do setor são do sexo feminino – em áreas como fonoaudiologia, nutrição e serviço social elas ultrapassam 90% de presença, e 80% em enfermagem e psicologia’” (OXFAM, 2021). No entanto, são 79% entre os

médicos, agentes comunitários, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *apud* OXFAM, 2020).

Considerações finais

A sistematização de dados acerca das condições de vida e de trabalho das mulheres no século XIX buscou explicitar que a presença da mulher no mundo do trabalho não é recente. A idéia de que as mulheres, por serem mais frágeis do que os homens, devem assumir atividades relacionados ao cuidado revela-se um funcional aos interesses capitalistas, que se utilizam das mulheres no mundo da reprodução para reduzir os custos com a manutenção da força de trabalho. No entanto, ele não prescinde da força de trabalho feminino para o seu processo produtivo.

A relação divisão sexual do trabalho no contexto da sociedade capitalista é por sua natureza violadora dos direitos humanos de forma geral e, de forma particular, das mulheres. Como inferido exaustivamente muitos/as autores/as, a pandemia escancara as desigualdades em todas as dimensões da vida social. No caso das mulheres, explicita as desigualdades no mundo do trabalho e radicaliza a sua condição no espaço doméstico. Aqui, não tratou-se especificamente da situação da trabalhadora negra, mas podemos afirmar, tanto pela observação empírica quanto pelos dados estatísticos (OXFAM, 2020; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2020) de que a articulação entre capitalismo, racismo e patriarcado torna-se mais nefasta a uma imenso segmento populacional: mulheres negras são as que mais sofrem com o desemprego, com relações precárias de trabalho, com baixos salários e com

jornadas mais extenuantes de trabalho no espaço doméstico. Repercutindo a Oxfam (2020, p. 1), O desemprego resultante da crise sanitária do coronavírus “[...] trouxe marcas mais profundas para a população negra e periférica, que historicamente sempre teve menos acesso aos postos de saúde, ao saneamento, às moradias dignas e às oportunidades de emprego. Com a chegada da Covid-19, essa desigualdade ficou mais acentuada”. Paradoxalmente, aquelas que conseguiram permanecer nos postos de trabalho tiveram que lidar com os dilemas impostos pelo *lockdown* dentro de suas casas (escolas fechadas, por exemplo). Também são elas que mais se expuseram durante a pandemia e, por isso, também estiveram mais suscetíveis à contaminação: “Muitas trabalhadoras e trabalhadores continuaram circulando pelas cidades [...]. Essa grande parcela da população é composta, sobretudo, por mulheres negras, que mesmo antes da pandemia já reunia os piores índices quando o assunto é direitos humanos” (OXFAM, 2020).

Ao falar das mulheres na pandemia não se pode desconsiderar que elas também se organizaram e resistiram: mulheres foram às redes sociais e às ruas lutar contra o fascismo, por políticas sanitárias, contra a violência doméstica, policial e social de forma geral. Mulheres lutaram contra o machismo, contra o racismo, pelos seus territórios tradicionais. Essas lutas constroem um caminho, mesmo que lento, em direção à sua emancipação política. Assim como Marx, Engels, Kollontai e Saffioti acreditavam, a luta das mulheres não deve ser solitária, mas coletiva, desenhando, no seu cotidiano, alianças cada vez mais fortes com os demais explorados e oprimidos, para enfrentar os inimigos que cada vez mais se avolumam para saciar seu desejo insaciável de riqueza.

Referências

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS/ DIEESE. *Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia*. Boletim Especial 10 nov. 2020. <<http://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>>. Acesso 10 out. 2021.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Prefácio à primeira edição/1884. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 17-20.

GOMES, Livia Gouvêa. *Mulheres e mercado de trabalho: a crise da COVID-19 no emprego feminino no Brasil*. Ideação: inovação em gestão pública. 04 maio 2021. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/mulheres-e-mercado-de-trabalho-a-crise-da-covid-19-no-emprego-feminino-no-brasil/>> Acesso em 13 out. 2021.

KOLLONTAI, Alexandra. *O Comunismo e a Família*. Trad. Carlos Henrique. The Marxists Internet Archive, 1920. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000016.pdf>>. Acesso em 10 out. 2021.

LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica* 2012. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/46e7eb_5615aee9d6384851844bc1d3fefe67ae.pdf>. Acesso em 10 out. 2021.

MARX, Karl. *O Capital: a crítica da economia política*. Livro 1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORGAN, Lewis. *Ancient Society*. Tucson: University of Arizona Press, [1877] 1985.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *COVID-19 tem impactos “devastadores” sobre as mulheres, afirma diretora da OPAS*. Brasília, 26 maio 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/26-5-2021-covid-19-tem-impactos-devastadores-sobre-mulheres-afirma-diretora-da-opas>>. Acesso em 11 out. 2021.

OXFAM. *Mulheres negras e pandemia: reflexões sobre raça e gênero*. 08 out. 2020. Disponível em: <<http://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pandemia/>>. Acesso em 16 out. 2021.

OXFAM. *O papel das mulheres na linha de frente do combate à pandemia*. São Paulo: 24 mar. 2021. Disponível em: <www.oxfam.org.br/blog/combate-a-pandemia/>. Acesso em 04. Out. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI* Copyright @ 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA 362p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade classes: mito ou realidade*. 4 ed. Coleção Sociologia Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1974.

UN WOMEM. *Beyond COVID-19: A feminist plan for sustainability and social justice. Lessons from Covid-19: women’s livelihoods have taken a major hit*. New York. 2021. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2021/09/feminist-plan-for-sustainability-and-social-justice>>. Acesso em 04 out. 2021.

Recebido em: Maio de 2021
Aceito para publicar em Junho de 2021

As soluções políticas “pelo alto”: uma reflexão sobre os Direitos Humanos e a democracia no Brasil e suas expressões no contexto de pandemia

José Amilton de Almeida

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Analisa as formas políticas da sociedade burguesa materializadas no Estado, sobretudo, os fenômenos do *bonapartismo* e do *fascismo*, e as soluções “pelo alto” que marcam não só o Brasil, mas a América Latina. O objetivo é reunir elementos para entender o atual fenômeno denominado *neofascismo*, que rechaça os Direitos Humanos e compromete a democracia no Brasil, realizada como uma espécie de “democracia blindada”. Com a pandemia da Covid-19 forma-se um cenário ainda mais perverso, sobressaindo os interesses plutocráticos envolvidos por trás do discurso anti-isolamento social, antimáscara, antivacina e cloroquinista, os quais expõem uma política genocida perpetuada historicamente no país, radicalizada no contexto pandêmico. As fontes teóricas e metodológicas são de base bibliográfica e documental, recorrendo a livros, revistas, periódicos, relatórios e a outras plataformas de entidades da sociedade civil latino-americana.

Palavras-chave: democracia, bonapartismo, fascismo

Resumen

Analiza las formas políticas de la sociedad burguesa materializadas en el Estado, sobre todo, los fenómenos del bonapartismo y el fascismo, y las soluciones “desde arriba” que marcan no sólo a Brasil, sino a América Latina. El objetivo es reunir elementos para comprender el fenómeno

actual llamado neofascismo: que rechaza los Derechos Humanos y compromete la democracia en Brasil, realizada como una especie de “democracia blindada”. Con la pandemia de la Covid-19 se configura un escenario aún más perverso, destacando los intereses plutocráticos involucrados detrás del discurso antiaislamiento social, antimascarilla, antivacunas y cloroquina, que exponen una política genocida históricamente perpetuada en el país, radicalizada en el contexto pandemia. Las fuentes teóricas y metodológicas son bibliográficas y documentales, utilizando libros, revistas, periódicos, informes y otras plataformas de entidades de la sociedad civil latinoamericana.

Palabras clave: democracia, bonapartismo, fascismo

Abstract

It analyzes the political forms of bourgeois society materialized in the State, above all, the phenomena of *Bonapartism* and *Fascism*, and the solutions “from above” that mark not only Brazil, but Latin America. The objective is to gather elements to understand the current phenomenon called *neo-fascism*: that rejects Human Rights and compromises democracy in Brazil, carried out as a kind of “armored democracy”. With the Covid-19 pandemic, an even more perverse scenario is formed, highlighting the plutocratic interests involved behind the anti-social isolation, anti-mask, anti-vaccine and chloroquinist discourse, which expose a genocidal policy perpetuated historically in the country, radicalized in the pandemic context. The theoretical and methodological sources are bibliographical and documental, using books, magazines, periodicals, reports and other platforms of Latin American civil society entities.

Keywords: democracy, Bonapartism, Fascism.

Introdução

O objeto sobre o qual discorre o nosso trabalho trata das formas de realização do poder político na sociedade burguesa de modo autoritário, autocrático e antidemocrático, sobre os quais repousam os processos de soluções “pelo alto” como métodos particulares de consolidação da revolução burguesa em diversos Estados Nacionais, dentre os quais, nações latino-americanas, e que contribuem para refletirmos sobre as formas contemporâneas do conservadorismo político e como este impacta as lutas de classes atualmente.

Logo, uma importante questão por qual nos parece apropriado iniciarmos esta discussão é a necessidade da recusa de um típico pensamento que compreende a democracia como se ela fosse uma regra do desenvolvimento capitalista, a naturalizando, portanto. Para o modo de produção capitalista basta que o Estado seja capitalista, o que não significa que ele deva ser necessariamente democrático e, portanto, as formas de governos ou regimes políticos do Estado burguês podem ser bastante relativas e variadas. Em se tratando de Brasil, não seria exagero admitir que os direitos políticos e democráticos se caracterizam mais como exceção do que como regra na história nacional, motivo porque Coutinho (2000) lê a realidade brasileira sob o escopo gramsciano da “*revolução passiva*”, ou da transformação “*pelo alto*”.

É bastante recente a consolidação democrática entre nós e, ainda assim, a mesma encontra-se ameaçada por uma tendência autocrática que vem de longa data e se movimenta contra os “de baixo” (FERNANDES, 1975), estendendo-se até aos acontecimentos recentes que culminaram no eufêmico *Impeachment*, em 2016, o qual converteu o cenário político num ambiente extremamente conservador e reacionário, aprofundando ainda mais o seu fosso nas eleições de 2018 e em

todos os escândalos que, desde lá, se desdobraram até os dias atuais e que, terrivelmente, têm a sua expressão recente no comportamento genocida do governo frente à pandemia da Covid-19.

As evidências estão registradas no minucioso “*Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil*”, relatório produzido pelo Centro de Estudo e Pesquisas em Direito Sanitário na Universidade de São Paulo (CEPEDISA-USP, 2021), que expõe esta tendência de extermínio no país a partir da demonstração de uma sistemática “estratégia de disseminação da Covid-19”. Assim é a natureza do governo eleito com *fake news*, que age propositalmente na contracorrente do combate à pandemia, contra a proteção à saúde, à vida e à dignidade humana; contra, pois, os Direitos Humanos.

Com isso, deixa transparecer, na ideologia e nas ações, sua faceta de caris fascista ou neofascista em detrimento dos negros/as, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, imigrantes e estrangeiros latino-americanos, como ocorrera no caso dos venezuelanos e cubanos contra os quais presenciamos as mais diversas manifestações de racismo e xenofobia, conforme tem sido justamente acusado de fascista o governo das milícias no Brasil.

Atitude de tal natureza não é novidade entre nós e, como há de se supor, comprometem uma agenda democrática, logo, progressista para os *Direitos Humanos* nestas latitudes, tal como obstaculiza a emancipação do “povo” latino-americano e caribenho. Por isso, nosso esforço consiste em trazer presente os fundamentos dessa teoria, isto é, dos processos de transformações conciliadas entre as frações da burguesia e mediante o Estado, de modo autoritário e antidemocrático, e que pairam sobre os anseios das massas e contra os interesses populares.

Esperamos que o mesmo nos ajude a lançar luz sobre a realidade atual, nesta em que a desigualdade e violência historicamente perpetuada deixa, mais uma vez, suas terríveis marcas, radicalizadas e agravadas em meio ao contexto da Pandemia da Covid-19.

1. As soluções pelo alto

Certamente um dos pioneiros a cunhar o conceito de “*revoluções vinda de cima*” foi Engels, no *Prefácio à Luta de Classes na França de 1848 a 1850*, quando da análise do golpe de Napoleão III, momento a partir do qual, derrotadas as revoluções proletárias de 1848, e com o bonapartismo deste Napoleão, em 1895 ele afirma, pois, que “*o período das revoluções vindas de baixo estava concluído; seguiu-se um período de revoluções vindas de cima*” (ENGELS, 2011, p. 16).

Já em Lenin, o nosso contato com a ideia da revolução “pelo alto” – cuja expressão estamos tomando de empréstimo de Carlos Nelson Coutinho (2000) – vem da sua análise das vias de desenvolvimento do capitalismo na Rússia e, ali, das possibilidades da revolução burguesa contra o feudalismo, presentes em seu livro: *O programa Agrário da socialdemocracia na primeira revolução Russa de 1905-1907*, no interior do qual, sistematicamente, ele expõe a coexistência do desenvolvimento de “*dois tipos de evolução agrário burguesa*” para o país, logo, de duas possibilidades para a seu desfecho: uma “*via de tipo norte-americana*”, clássica; outra, “*via de tipo prussiana*”, não clássica.

Já a ideia de “*revolução passiva*” é colhida do italiano Viscenzo Cuoco pelo filósofo marxista Antônio Gramsci (2012), que a amplia associando-a à interpretação das revoluções feitas “*por cima*”, como no *Resorgimento Italiano*,

e a quem recorre o intelectual brasileiro Carlos Nelson Coutinho para pensar a realidade nacional.

No Brasil, pois, de acordo com Coutinho (2011), embora Caio Prado Jr. seja pioneiro em contribuir para a construção de uma teoria da revolução burguesa não clássica, é Florestan Fernandes quem mais se aproxima dos termos lenineanos de uma revolução de *tipo prussiana*; ou dos termos gramscianos de uma revolução de tipo “*passiva*”. Trata-se, pois, conforme o sintético conceito cunhado por Coutinho de processos de transformações “pelo alto”, cuja ideia já se fazia presente em Fernandes (1975) em *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, em especial no que diz respeito a tese dos processos de dominação política heteronômicos e autocráticas: formas de realização da revolução burguesa e do poder político “por cima”, sobre os “*de baixo*” e especialmente contra estes. Coutinho (2011, grifos do autor, p. 3) explica: “trata-se [...] de um tipo específico de revolução exitosa, ainda que feita através de conciliações *pelo alto* e da exclusão do protagonismo popular, o que gera um processo de transformações político-sociais efetivas do qual resulta”, conforme salientou Gramsci, “numa ditadura sem hegemonia”. Acentua, ainda, o fato de Fernandes se colocar, “com plena consciência, o mesmo problema já enfrentado por Lenin e por Gramsci, ou seja, o da definição de *vias ‘não clássicas’* para o capitalismo”. Conforme explica:

O fator decisivo na geração de uma via “não clássica” para o capitalismo é um fator interno, residindo sobretudo no modo pelo qual o capitalismo resolve a “questão agrária”: a via clássica implica uma solução revolucionária, com a destruição da grande propriedade pré-capitalista e a criação de um campesinato livre, enquanto *o caminho não clássico tem lugar quando a grande propriedade e a velha classe latifundiária se conservam, introduzindo progressivamente e*

“*pelo alto*” *novas relações capitalistas* (COUTINHO, 2000, p. 3, grifos nossos)

Com tais premissas, ao nos remeter à realidade brasileira no que toca às obras de Caio Prado Jr. – em quem há uma preocupação central em torno da questão agrária – e a de Florestan Fernandes, o resultado certamente seria positivo para a teoria social. Pois, de acordo como Coutinho (2000, p. 3-4):

A percepção disso [da questão agrária] é um dos pontos fortes da ‘imagem do Brasil’ presente na obra de Caio Prado, que dedicou importantes estudos à análise de nossa “questão agrária”, nos quais mostra que o velho latifúndio se tornou capitalista sem perder muitas de suas velhas características, em particular o uso e o abuso de formas de ‘coerção extra-econômica’ sobre o trabalhador. Penso assim que a definição florestaniana da especificidade da ‘revolução burguesa’ no Brasil ganharia ainda mais em densidade se, além das determinações resultantes do caráter dependente e tardio do desenvolvimento capitalista entre nós, incorporasse também as determinações provenientes do modo de resolução (ou de não resolução) da nossa ‘questão agrária’, tão bem conceptualizada na obra de Caio Prado (COUTINHO, 2000, p. 3-4).

No que diz respeito ao nosso tema das *soluções pelo alto*, interessa notar que “Florestan disseca as lutas de classe que culminaram no golpe de 1964, a definindo como uma ‘contra-revolução preventiva” (COUTINHO, 2000, p. 4), além de conceituar “os principais traços político-institucionais do regime que resultou do golpe como o nome de ‘autocracia burguesa’. A abertura democrática, pós-ditadura civil-militar de 1964-1985, é considerada por Fernandes como uma democracia restrita, antecedendo em sentido, a nosso ver, o conceito de “democracia blindada” teorizada por Felipe Demier (2017). As saídas autocráticas vêm a conformar uma

característica sociopolítica e cultural das classes dominantes no país, a respeito da qual Coutinho (2000, p. 4) destaca que “Florestan sempre supôs que [...] a burguesia brasileira seria incapaz de renunciar a estruturas autocráticas de dominação, já que tal renúncia poria seriamente em risco não só o seu poder, mas a sua própria existência como classe”.

Sua conclusão sobre a transição democrática explicita a compreensão da revolução burguesa no Brasil “pelo alto”, ou “por cima”, sem desconsiderar o importante papel, mesmo para este arranjo político autoritário, das “pressões que provinham ‘de baixo’”. Por isso, “não é de modo algum casual que a Constituição de 1988, que recolheu em seu texto muitas dessas pressões, tenha se tornado um dos principais alvos da luta que a burguesia vem travando para consolidar entre nós uma nova forma de dominação de classe” (COUTINHO, 2000, p. 5).

2. As soluções “pelo alto” e o fenômeno do bonapartismo e o fascismo.

Para Felipe Demier (2016), o caminho para a compreensão do “fenômeno” e do “conceito” do bonapartismo diz respeito à relação do mesmo com “os distintos níveis das estruturas políticas (Estado, regime e governo) ” e, conseqüentemente, suas conexões com a chamada “crise de hegemonia” (DEMIER, 2016, p. 174), além da incapacidade de determinadas frações da burguesia em impor sua dominação política sobre as demais frações de classes mediante os aparelhos democrático-liberais, ou mesmo da incapacidade de toda a burguesia impor a sua hegemonia sobre a classe trabalhadora. Motivo porque ela abdica dos seus próprios direitos face a um corpo político que se põe de modo relativamente autônomo e acima dela, isto é, nos domínios do Estado burguês.

Demier explica que uma das formas reducionistas e imprecisas em relação ao conceito de bonapartismo e “um típico uso [...] no qual a adjetivação ‘bonapartista’ é imputada a qualquer governo ou regime mais ou menos ditatorial, cujo teor repressivo, ainda que elevado, não chega a justificar [...] a sua caracterização como ‘fascista’”. Este “reduccionismo”, conforme expõe, pode ser sintetizado nas seguintes equações: “pouca violência = democracia burguesa; muita violência = fascismo; média violência = Bonapartismo” (DEMIER, 2016, p.175).

Depois de mostrar as diversas formas de reducionismos que afetam o conceito de bonapartismo, o autor propõe uma nova síntese conceitual, ao que denomina de uma “teoria do bonapartismo”, cujas fontes e referenciais teórico-analíticos são Marx, Engels, Trotsky e Gramsci. Sua primeira incursão nesse caminho supõe que o bonapartismo “*se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos sociais em presença*”, uma tendência acentuada em momentos de “crise de hegemonia” (DEMIER, 2016, p. 177, grifos do autor). Diante da ausência “*de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica*, o aparelho de Estado se ingurgita, *eleva-se* por sobre os grupos conflitantes”, sobre a classe trabalhadora, mas também sobre a própria burguesia, e “apregando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a ‘paz social’ e salvaguarda a ordem capitalista em xeque” (DEMIER, 2016, p. 178-179, grifos do autor). Com efeito, haja vista a crise de hegemonia, “sob o bonapartismo, o Estado, relativamente autônomo frente às frações burguesas, coloca-se como representante dos interesses de conjunto da burguesia, e o faz mesmo a despeito desta última”. Em suma, trata-se de “um dialético processo pelo qual a burguesia ‘abdica’ das funções de domínio político da nação

para ver mantida sua dominação econômica no interior da mesma (DEMIER, 2016, p. 179).

Portanto, poderíamos resumir que o bonapartismo diz respeito a uma determinada forma, a um determinado tipo de regime político e de governo, cujo conteúdo é o Estado Burguês e, desse modo, o Estado é constante enquanto que os regimes políticos e as formas de governos são relativas. Com esta premissa, a relação entre democracia e sociedade burguesa não são necessariamente correspondentes e, longe disso, por vezes, se repelem, de tal modo que

nos regimes democrático-burgueses, podem ter lugar, entre tantas outras modalidades, governos liberais, conservadores (ambos mais ou menos reacionários), socialdemocratas e de frente popular (todos mais ou menos reformistas), assim como governos de aspirações aberta ou veladamente bonapartistas (os quais intentam, normalmente por intermédio de um golpe de Estado, promover uma mudança de regime). (DEMIER, 2016, p. 183).

Assim, produzindo a ‘dissolução do regime’ parlamentar’ [...], a ‘crise de hegemonia’ abre espaço ‘às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos’ (IDEM, p. 96, apud DEMIER, 2016, p. 187). Em seguida, nosso autor chama a atenção para a necessidade de evitar dois equívocos quando da adjetivação do bonapartismo. Um deles é o de classificar “como democráticas as antigas formas de dominação política altamente exclusivistas (regimes aristocráticos, oligárquicos, governo dos “notáveis”, voto censitário etc.), como era, por exemplo, o caso do Brasil durante a Primeira República; o outro, é atribuir a elas o adjetivo de “bonapartistas”. Este erro, conforme explica

consiste em adjetivar de ‘bonapartista’ os inúmeros regimes mais ou menos ditatoriais, mais ou menos militarizados, que

brotaram em sociedades eminentemente agrárias, nas quais as massas populares ainda não haviam despontado como um sujeito social determinante na trama política (repúblicas sul-americanas entre o período da Independência e a crise de 1929). (DEMIER, 2016, p. 189).

Isto se dando perante as crises de hegemonia, o bonapartismo apresentar-se-ia, então, como uma saída transitória para que a própria dominação burguesa não seja afetada em suas bases fundamentais. A discussão de Demier (2016), pois, do bonapartismo enquanto uma chave analítica, nos leva a um outro conceito bastante importante introduzido por ele para a leitura da realidade brasileira: o de “*democracia blindada*”.

3. A “democracia blindada” no Brasil

Em sua obra, *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*, Felipe Demier (2017, p. 15) parte do golpe institucional que levou a queda de Dilma Rousseff da presidência da República, em 2016, para expressar a natureza do que vem a ser a “democracia blindada” no país. Ao considerar o caráter do *Impeachment*, ele chama a atenção para o reconhecimento de que, “na história brasileira, repleta de conspirações, exitosas ou não, a queda do segundo governo Dilma constará exatamente com o que foi: um golpe”.

Contudo, há uma peculiaridade importante posta em destaque: o “fato de que o golpe no governo *não se fez acompanhado/não se fez por meio de* um golpe no regime. O regime democrático-liberal não foi solapado”, e, desse modo, também adverte que, “diferentemente da maior parte de Estados perpetrados ao longo da história contemporânea em nosso continente, o golpe brasileiro de 2016 se deu por meio

do próprio regime democrático-liberal” (DEMIER, 2017, p.15). Ele acrescenta também:

diferentemente das democracias liberais de outrora, que, na maioria das vezes foram destruídas quando das derrubadas de governos democráticos que se encontravam a sua frente, a democracia brasileira atual demonstrou dispor de mecanismos internos que lhe permitem eliminar um governo incômodo sem ter que conjuntamente eliminar a si mesma. Trata-se, portanto, não só de um novo tipo de golpe, como também de um novo regime democrático-liberal, no interior do qual é possível se processar um novo mecanismo golpista. É essa nova democracia liberal brasileira, por nós nomeada de *democracia blindada* (DEMIER, 2016, p. 16, grifos do autor).

O regime “democrático-blindado” seria preparado antecipadamente pelo “longo bonapartismo Brasileiro”, que demarca o regime autocrático e na qual a transição democrática se deu de modo controlado por este mesmo autoritarismo, restringindo os seus horizontes em face dos desdobramentos do neoliberalismo e do capital financeiro nas décadas subsequentes a 1980 e 1990. A chegada do PT ao governo, reservadas as nuances, se daria, de acordo com o autor, já dentro desses limites da democracia blindada entre nós, atingindo, contudo, seu ápice no golpe de Estado, pelas vias institucionais, de 2016.

Com a eleição de Bolsonaro, em 2018, aprofunda-se o quadro da “democracia blindada” no Brasil e acentua a tendência bonapartista ao risco iminente de um golpe antidemocrático e anticonstitucional, apoiado e dirigido por um movimento de extrema direita, de caráter *fascista* ou *neofascista*, que propiciou a eleições de tal governo. Algo que se sustenta não apenas na capacidade da burguesia em manipular e assumir o poder violentamente, mas também na

incapacidade das organizações de esquerda em fazer frente a esta violência e manipulação.

4. As soluções pelo alto e o rechaçamento dos Direitos Humanos no século XXI

Ainda no século XX, Ruy Mauro Marini traça as linhas convergentes do fascismo com as ditaduras na América Latina, sob influência dos E.U.A., e, portanto, combinadas aos processos latino-americanos de contrarrevoluções burguesas e contrainsurgências. Marini (1978, p. 3, grifos do autor) escreve que:

Normalmente, na sociedade burguesa, a luta política tem como propósito derrotar o oponente, mas este segue existindo como elemento derrotado e pode inclusive atuar como força de oposição. A contrainsurgência, em uma perspectiva similar à do fascismo, vê o oponente como um inimigo que *não somente deve ser derrotado como também aniquilado*, destruído, o que implica ver a luta de classes como guerra e, portanto, leva à adoção de táticas e métodos militares de luta.

Ao pensarmos no fascismo em meio ao século XXI no Brasil, Demian Melo (2020) parte da hipótese de que o

o bolsonarismo representa a tendência ao fascismo, e com a ocupação do governo federal e as explícitas manobras e mobilizações realizadas nesse um ano e meio de governo Bolsonaro, suas pretensões de implantação de uma ditadura de características fascistas são mais que evidentes” (p. 17).

O autor lembra que

Em seu discurso de posse, Bolsonaro prometeu ‘unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores’. A referência de Bolsonaro à suposta tradição

judaico-cristã do Brasil também foi um elemento comum dos seus discursos de campanha. Em setembro, durante um comício em Campina Grande (PB), Bolsonaro disse aos seus apoiadores: ‘*como somos um país cristão, Deus acima de tudo!*’. No mesmo discurso, completou: ‘*Não tem mais essa historinha de Estado laico não! É Estado cristão!*’. Por fim, o slogan de campanha de Bolsonaro era ‘*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!*’ – adicionando um tom religioso ao slogan nazista Deutschland über alles [Alemanha acima de tudo]. (PACHÁ, 2019 apud MELO, 2020, p. 27, grifos nossos).

Assim, “coroando o revisionismo, aparece a velha narrativa amenizadora do passado escravocrata e, por derivação, a desqualificação das lutas e conquistas do movimento negro, das comunidades quilombolas e dos povos indígenas” (MELO, 2020, p. 27). Tais tendências fascizantes tem suas bases de sustentação teórica na teoria da conspiração sobre o “marxismo cultural”, no fundamentalismo que acusa a “ideologia de gênero”, no “culto da violência”, sustentando-se no “partido armado bolsonarista”. São, pois, para o autor, elementares evidências da natureza fascista e fascizante do bolsonarismo.

Seu caráter *ultraconservador* possui tonalidades distintas em relação às tendências neoconservadora e conservadora moderna. Ao que tudo indica, este (ultra)conservadorismo, de tipo fascizante, diz respeito, mais uma vez, à reentronização do velho conservadorismo, de tipo clássico, que busca reatualizar-se, transparecer em novas roupagens, ao mesmo tempo em que veste com orgulhos antigas camisas, auto intitulado-se *liberais-conservadores*. São apóstolos dos “velhos” costumes: da tradição, da família, da religião, da submissão feminina, da moralização e despolitização dos problemas sociais e econômicos que permitem marginalizar e

criminalizar a pobreza que recai violentamente sobre a população preta, parda, indígena e mestiça. Tudo isso não deve passar de uma dissimulação para transfigurar sua essência liberal reacionária, despótica, antidemocrática e antinacional – ainda que se valha do discurso pseudonacionalista e patriótico.

Em artigo recente, intitulado: *As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade*, Maria Elizabeth S. Borges e Maurílio Castro de Matos (2021, p. 75), valendo-se dos estudos de Taber e Riddell, apontam que o surgimento do fascismo:

está imbricado com a crise do capitalismo e seu ataque à classe trabalhadora; emerge devido à incapacidade do proletariado em enfrentar essa crise e tomar o poder; tem um caráter de massa com especial apelo à pequena burguesia; a sua ideologia eleva a nação acima dos interesses e com tradições das classes; em defesa do nacionalismo, recorre às forças armadas com uso da violência, a ideologia do racismo é central e recebe apoio das classes dominantes, que veem no fascismo a possibilidade de frear a organização da classe trabalhadora.

Sem ignorar as evidentes particularidades e, com elas, os riscos da análise, que decorrem das diferentes manifestações do fascismo – ou do que entre nós tem sido chamado de neofascismo –, Borges e Mattos (2015, p. 76), destacam que, com Bolsonaro e com as circunstâncias que o sustentaram e o sustentam, “fez emergir a preocupação com a possível instalação do fascismo ao modo tupiniquim”, de maneira que:

Muitos são os fatos cotidianos que nos instigam a problematizar o conservadorismo da contemporaneidade: ainda não está traçado um plano das esquerdas, com consequente avanço político das forças de direita; o conservadorismo está nas ruas, no parlamento, na mídia, no governo, na sociedade e ganhou terreno. Manifesta-se nas

desregulações de direitos, a naturalização de maus tratos contra mulheres, LGBTQIA+, populações de rua, violências domésticas e públicas (BORGES; MATOS, 2021, p. 81).

Fatos mortalmente agravados com a pandemia da Covid-19 para a qual o presidente do “povo brasileiro” agiu do mesmo modo como agiu Nero quando Roma pegava fogo: cantou e dançou. Diante disso, vemos sendo agravada a realidade histórica de violência e desigualdade perpetuada no continente latino-americano e o aprofundamento do genocídio contra as populações pobres, pretas, pardas, mestiças e indígenas, executado como um *projeto* pelas classes dominantes na história, conforme demonstrado por Abdias do Nascimento (1978), relativizando, assim, os Direitos Humanos de acordo com a posição social, o lugar no mercado de trabalho, o território, a etnia, a sexo, o gênero e a cor da pele de cada um.

De acordo Dornellas e Jesus (2018, p. 211), em ensaio cujo título chama-se *O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no Rio de Janeiro*, argumentam que,

O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo [...] é uma realidade que pode ser verificada por meio dos dados oficiais sobre homicídios, principalmente se considerarmos a grande participação das forças policiais do Estado como causadoras diretas dessas mortes.

Elas defendem a posição de que “*o racismo foi essencial na própria construção da noção do inimigo como alguém que pode ser exterminado*”, acrescentado, ainda que, “sem a atuação de nenhum freio ético-moral, foi fundamental para a expansão europeia, a colonização e a acumulação primitiva necessária para o surgimento do capitalismo industrial” (DORNELLAS; JESUS, 2018, p. 211). Além disso, as soluções

“pelo alto” que marcam o Brasil e a sociedade latino-americana em geral adquirem destaque, na medida em que as autoras pretendem demonstra que

o controle social punitivo das sociedades latino-americanas é mais violento que o dos países centrais, e que se destaca pelo permanente estado de exceção e pela necropolítica, que permitem um controle extensivo das populações subalternas e a utilização de violência letal por parte do Estado sem maiores consequências. Isso se verifica por meio dos dados oficiais sobre homicídios no Brasil, de que os homens jovens negros são as principais vítimas, em uma política institucional oculta em suas intenções, mas evidente em seus resultados concretos (DORNELLAS; JESUS, 2018, p. 211).

Elas constataam que

A intervenção federal militar no Rio de Janeiro, sob o falso pretexto de garantir a ‘ordem pública’, na tentativa de aumentar a popularidade de um governo ilegítimo, agrava o *genocídio* da população negra no país, e permite que se manipule o conceito de inimigo, legitimando e fortalecendo discursos e práticas autoritárias e letais contra as populações negras (DORNELLAS; JESUS, 2018, p. 211, grifos nossos).

Ao situarem as imbricações do racismo no país com nosso passado escravista – o que para nós é fundamental para discutirmos direitos humanos –, o genocídio é evidenciado em suas múltiplas manifestações, tais quais as múltiplas determinações que sustentam a estrutura econômico-social, cultural e política racializada da sociedade brasileira com a qual está em harmonia o nosso sistema penal:

Os indicadores sociais revelam a grande disparidade que ainda existe entre brancos e negros no país, e que é particularmente expressiva quando tratamos da população submetida ao controle social punitivo, seja por meio do cárcere ou da execução pelas forças policiais. Sobre o tema,

Flauzina indica que as bases de atuação do sistema penal brasileiro nunca conseguiram se divorciar de seu passado colonial por completo, arrastando para a contemporaneidade vestígios de um direito penal de ordem privada, escravocrata, e que o sistema penal foi escolhido como a via que conduz a plataforma de caráter genocida do Estado (Flauzina, 2006, p. 42). Assim, *são diversas as formas em que se opera o genocídio da população negra, seja com o aniquilamento direto do seu corpo, seja com o cerceamento de suas possibilidades de sobrevivência, seja com a sua morte simbólica* (DORNELAS; JESUS, 2018, p. 215-216).

Não obstante, a luta de classes no país passa pela eleição de um inimigo a ser permanentemente vigiado e combatido, sendo, justamente por isso, criminalizado historicamente e denominado de “classes perigosas” (CHAHOUB, 1996, COIMBRA, 2001). Por isso:

Por meio do conceito de inimigo, podemos compreender como o poder punitivo permite que dentro do Estado de Direito algumas pessoas tenham negados os seus direitos individuais, possibilitando o uso irrestrito da violência contra elas, para destruí-las completamente ou reduzi-las à impotência total. A associação do conceito de inimigo com o racismo possibilitou a colonização europeia e as relações de dominação e exploração dela decorrentes, gerando a insensibilidade necessária para o uso sistemático da violência. Com o fim da escravidão, não houve políticas públicas para integrar os negros à sociedade brasileira, pelo contrário, essa parcela da população foi abandonada e discriminada, com respaldo no mito da ‘democracia racial’, associado ao apagamento de seus referenciais culturais e históricos. Em que pese a recente produção legislativa com o intuito de diminuir o abismo entre brancos e negros no Brasil, verificamos que a atuação do sistema penal é ainda fortemente ligada ao nosso passado colonial escravocrata, o

que legitima a *atuação genocida do Estado* contra a população negra (DORNELAS; JESUS, 2018, p. 216, grifos nosso).

Este trágico cenário tornou-se ainda mais trágico com a pandemia da Covid-19.

5. A pandemia da Covid-19 e os Direitos Humanos no Brasil

Conforme expõe o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), no estudo intitulado: “*A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19*”, os resultados obtidos comprovam a sua “*hipótese de que está em curso no Brasil uma estratégia de disseminação da Covid-19, promovida de forma sistemática em âmbito federal*” (CEPEDISA, 2021, p. 2, grifos nossos), as evidências coletadas foram classificadas em três tipos:

- *Atos normativos* adotados na esfera da União, incluindo vetos presidenciais;
- *Atos de governo*, que compreendem *ações de obstrução* de medidas de contenção da doença adotadas por governos estaduais e municipais, *omissões* relativas à gestão da pandemia no âmbito federal, e *outros elementos* que permitam compreender e contextualizar atos e omissões governamentais; e
- *Propaganda contra a saúde pública*, aqui definida como o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular a recomendações de saúde baseadas em evidências

científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19.

Como resultado, o estudo constatou que houve “a confluência entre esferas normativa, de gestão e discursiva da resposta federal à pandemia, *havendo coerência entre o que se diz e o que se faz*” e de que, sim, “procede, portanto, a hipótese da existência de estratégia de disseminação da doença, por meio, em suma, dos seguintes atos e omissões”:

Defesa da tese da *imunidade de rebanho (ou coletiva) por contágio (ou transmissão)* como forma de resposta à Covid-19, disseminando a crença de que a ‘imunidade natural’ decorrente da infecção pelo vírus protegeria os indivíduos e levaria ao controle da pandemia, além de estimativas infundadas do número de óbitos e da data de término da pandemia” (CEPEDISA, 2021, p. 4, grifos do original);

Incitação constante à exposição da população ao vírus e ao descumprimento de medidas sanitárias preventivas, baseada na negação da gravidade da doença, na apologia à coragem e na suposta existência de um ‘tratamento precoce’ para a Covid-19, convertido em política pública (CEPEDISA, 2021, p. 4, grifos do original);

Banalização das mortes e das sequelas causadas pela doença, omitindo-se em relação à proteção de familiares de vítimas e de sobreviventes, propalando a ideia de que faleceriam apenas pessoas idosas ou com comorbidades, ou pessoas que não tivessem acesso ao ‘tratamento precoce’ (CEPEDISA, 2021, p.3, grifos do original);

Obstrução sistemática às medidas de contenção promovidas por governadores e prefeitos, justificada pela suposta oposição entre a proteção da saúde e a proteção da economia, que inclui a difusão da ideia de que medidas quarentenárias causam mais danos do que o vírus, e que elas é que causariam

a fome e o desemprego, e não a pandemia (CDEPISA, 2021, p. 4, grifos do original);

E tem mais: “*foco em medidas de assistência e abstenção de medidas de prevenção* da doença, amiúde adotando medidas apenas quando provocadas por outras instituições, em especial o Congresso Nacional e o Poder Judiciário” (CDEPISA, 2021, p. 4); “*ataques a críticos da resposta federal, à imprensa e ao jornalismo profissional*, questionando sobretudo a dimensão da doença no país” (CDEPISA, 2021, p. 4); e “*consciência da irregularidade de determinadas condutas*” (CDPISA, 2021, p. 4).

Outros dois pontos de fundamental importância na observação do comportamento governamental diante da crise sanitária e social que se alastrou com a pandemia é ressaltado no mesmo relatório, um deles é que,

Embora *não exaustiva*, a linha do tempo é suficiente para oferecer uma *visão de conjunto* de um processo vivido de forma fragmentada. Os resultados afastam a persistente interpretação de que haveria incompetência e negligência da parte do governo federal na gestão da pandemia. Ao contrário, a sistematização de dados *revela o empenho e a eficiência em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional*, declaradamente como objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível, o que *segundo o Tribunal de Contas da União, configura a ‘opção política do Centro de Governo de priorizar a proteção econômica’* (CEPEDISA, 2021, p.4, Grifos do original).

O outro é o fato de que

chama a atenção a *persistência do comportamento de autoridades federais brasileiras diante da vasta disseminação da doença no território nacional e do aumento vertiginoso do número de óbitos*, embora instituições como o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União e o

Ministério Público Federal tenham apontado, inúmeras vezes, a inconformidade à ordem jurídica brasileira de condutas e de omissões conscientes e voluntárias de gestores federais, assim como o fizeram, incansavelmente, entidades científicas e do setor da saúde (CEPEDISA, 2021, p.4).

A conclusão a que chega o estudo é resumida em três incisos, pondo em evidência os interesses econômicos e plutocráticos que estavam por trás do discurso anti-isolamento social, antimáscara, antivacina e cloroquinista presenciados no país, cujas evidências estão vindo à tona nos escândalos de corrupção revelados na CPI na Covid-19 no Brasil. Vejamos as conclusões:

XXVIII. Em síntese, o presente estudo permite concluir, com vasto respaldo documental, que a partir de abril de 2020, o governo federal passou a promover a ‘imunidade de rebanho’ por contágio como meio de resposta à pandemia. Ou seja, optou por favorecer a livre circulação do novo Coronavírus, sob o pretexto de que a infecção naturalmente induziria à imunidade dos indivíduos, e a redução da atividade econômica causaria prejuízo maior do que as mortes e sequelas causadas pela doença. Tal opção concretiza-se, para além das declarações, nos atos normativos e de governo (CDPISA, 2021, p. 27);

XXIX. A incitação ao contágio tem como principais pilares a disseminação da falsa crença de que existe um tratamento precoce para a doença e o constante estímulo ao desrespeito massivo de medidas sanitárias básicas como o distanciamento físico e o uso de máscaras, agravadas pela também recorrente banalização do sofrimento e da morte, além da desqualificação dos indivíduos que, com razão, temem a doença (CDPISA, 2021, p. 27);

XXX. Neste sentido, o labor do Congresso Nacional, e particularmente da Comissão Parlamentar de Inquérito da

Covid-19, será decisivo para que em futuras emergências *jamais a imunidade de rebanho por contágio volte a ser promovida em nosso país*, e as políticas públicas de saúde voltem a ser orientadas, independentemente da natural alternância de poder, por evidências científicas, no estrito cumprimento do dever constitucional de proteção e defesa da saúde pública, conforme artigo 6, 24 XII e 196 da Constituição Federal (CEPEDISA, 2021, p. 27, grifos do original).

Face a tão cristalinas evidências, desnecessário continuar argumentando a respeito dos interesses empresariais e plutocráticos adjacentes à amálgama da alta burguesia, nacional e internacional, com os proprietários, latifundiários, militares, políticos de partidos conservadores, “neo”, “ultra” e “ultraneoliberalismos” envolvidos nessa trama.

Conclusão

Diante de tal cenário, a respeito do qual demos ênfase às formas políticas de dominação do Estado burguês cujas soluções políticas se dão “pelo alto”, isto é, de modo autoritário, antipopular, antidemocrático, fascistizante e comprometem a expansão dos Direitos Humanos e das reformas democráticas, deixamos, por ora, apenas uma e simples conclusão, já sabida por todos: Lutar é preciso!

Referências

BORGES, M. E. S; MATOS, M. Castro. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, M. I.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando, 2020. Disponível em: <https://56e818b2->

2c0c44d1835cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

CEPEDISA-USP. *A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19*. São Paulo: USP, 2021. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/06/CEPEDISA-USP-Linha-do-Tempo-Maio-2021_v2.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemia na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, C. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa, e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COUTINHO, C. N. Marxismo e imagem do Brasil em Florestan Fernandes. *Temas Brasil: Gramsci e o Brasil*, 2000. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>. Acesso em: 14 out. 2021.

DEMIER, F. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEMIER, F. “Bonapartismo: o fenômeno e o conceito”. *Revista Outubro*, nº 25, março de 2016.

ENGELS, F. Prefácio. In: MARX, K. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

DORNELAS, M. P.; JESUS, M. P. S. O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. *Confluente*, vol. X, No. 2, 2018, pp. 210-236. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6752390>. Acesso em: 14 out. 2021.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, A. Revolução passiva, transformismo, cesarismo. In: COUTINHO, C. N. (Org.). *O leitor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LENIN, V. *O programa agrário da Social-Democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo: LECH, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. “O Estado de Contra-Insurgência”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v.12, n.º 3, 2018.

MELO, Demian. “O bolsonarismo como fascismo do século XXI” in REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R. L. R.; e CHABALGOITY, D. *(Neo)fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 12-46.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Recebido em: Maio de 2021

Aceito para publicar em: Junho de 2021.

O impacto da Segurança Pública na Educação: um estudo no âmbito das escolas públicas do Complexo da Maré

Leonardo Fragoso da Luz

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

A história das favelas na cidade do Rio de Janeiro sempre foi marcada pela visão preconceituosa e de vigilância por parte do Estado e das classes dominantes, onde os seus moradores não são considerados sujeitos detentores de direitos, mas são vistos como “classes perigosas”. Compreende-se que a lógica de combate ao tráfico de drogas ilícitas e armas é tida como ineficaz, mas é muito eficiente na sua espetacularização midiática. Os impactos da violência nessa região coadunam com Estado penal e perpassam o Serviço Social. Nem mesmo a atual conjuntura de pandemia da Covid-19 foi motivo para que a noção de repressão a esses territórios fosse amenizada. Logo, é necessário que haja uma política de segurança pública que esteja comprometida com o Estado de Direito, possa se articular com outras políticas públicas e venha romper com essa lógica discriminatória e atrasada.

Palavras chaves: Segurança Pública, Escolas Públicas, Complexo da Maré.

Resumen

La historia de las favelas en la ciudad de Río de Janeiro siempre ha estado marcada por la visión prejuiciosa y la vigilancia por parte del Estado y las clases dominantes, donde sus habitantes no son considerados sujetos de derechos, sino vistos como “clases peligrosas”. Se entiende que la lógica de combate al tráfico de drogas y armas ilícitas se considera

ineficaz, pero es muy eficiente en su espectáculo mediático. Los impactos de la violencia en esta región son congruentes con el estado penal y permean el Servicio Social. Ni siquiera la situación actual de la pandemia de la Covid-19 fue motivo para suavizar la noción de represión de estos territorios. Por lo tanto, es necesario contar con una política de seguridad pública que esté comprometida con el estado de derecho, pueda articularse con otras políticas públicas y rompa con esta lógica discriminatoria y retrógrada.

Palabras clave: Seguridad Pública, Escuelas Públicas, Complexo da Maré.

Abstract

The history of favelas in the city of Rio de Janeiro has always been marked by a prejudiced view and surveillance on the part of the State and the ruling classes, where their residents are not considered subjects of rights, but are seen as “dangerous classes”. It is understood that the logic of combating the trafficking of illicit drugs and weapons is considered ineffective, but it is very efficient in its media spectacle. The impacts of violence in this region are consistent with the penal state and permeate the Social Service. Not even the current situation of the Covid-19 pandemic was the reason for the notion of repression of these territories to be alleviated. Therefore, it is necessary to have a public security policy that is committed to the rule of law, can be articulated with other public policies and come to break with this discriminatory and backward logic.

Keywords: Public Security, Public Schools, Complexo da Maré

Introdução

O presente estudo é resultado da dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ e tem como objetivo analisar os impactos gerados pela política de segurança pública no cotidiano das escolas públicas do Complexo de favelas da Maré durante o período de 2016-2020, assim como os efeitos na sociabilidade desses moradores. A metodologia usada foi pautada na análise de relatórios oficiais, documentos, reportagens e bibliografias em torno das políticas de segurança pública e de educação.

Inicia-se a análise sobre a história das favelas na cidade do Rio de Janeiro, assim como as suas transformações e as relações com o Estado e os meios de comunicação, onde os seus moradores são vistos como “*classes perigosas*”. O debate perpassa pelo contexto histórico entre segurança pública e as favelas, incluindo o Complexo da Maré e termina com os impactos da violência nas escolas públicas dessa região e como essa conjuntura perpassa o Serviço Social. O presente debate transcorre o atual cenário de pandemia da Covid-19, agravando o quadro de educação dos estudantes do Complexo da Maré.

Território e violência: a complexidade de uma relação

O surgimento da primeira favela no Rio de Janeiro ocorre no final do século XIX, em virtude de uma árvore, que se chama ‘*favela*’ e possui espinho denominados de ‘*favos*’. Porém, a influência do nome vem do Morro da favela, localizado no interior do estado da Bahia.

A vinda de ex combatentes da Guerra de Canudos para o complexo do morro da Providência influenciou no nome da primeira favela carioca, pois a característica íngreme do morro era muito parecida com o monte que existia no Arraial de Canudos. Antes da chegada dos militares, a localidade já era

habitada por ex escravizados, pessoas pobres e pelos antigos moradores dos cortiços da região central que estavam sendo destruídos. (CAMPOS, 2005).

Desde o final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro vem passando por profundas transformações na sua fisionomia. Porém o seu desenvolvimento aprofundou as desigualdades sociais protagonizada entre a classe dominante, que reside nos bairros mais luxuosos e, por outro lado, os morros e favelas habitados por trabalhadores, negros libertos entre outros indivíduos pobres.

Inicialmente, o crescimento das favelas cariocas acompanhou o desenvolvimento dos bairros ricos e após o processo de higienização da região central, promovido pelas autoridades públicas e com o apoio da mídia fluminense, começaram a se expandir para as áreas não nobres, fruto de políticas públicas de habitação que tinha como objetivo retirar os “*inconvenientes*” que estavam no centro e nos bairros elitizados do Rio de Janeiro por considerar que esses espaços pobres seriam foco de doenças contagiosas e redutos de pessoas perigosas.

Assim, diversos cortiços foram demolidos, o mais famoso era o “*cabeça de porco*”, pois essas moradias eram vistas como “*valhacouto de desordeiros*” e era preciso livrar a cidade da sujeira, da desordem, da imundice, das doenças contagiosas como tuberculose e que era necessário higienizar e purificar a cidade (CHALHOUB, 1996).

Para manter essa limpeza foram realizadas diversas modificações urbanas como a Reforma Urbana Pereira Passos⁸⁰. Nesse sentido, as favelas sempre passaram por

⁸⁰ SILVA, Mayara Grazielle. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217533692019000100263&script=sci_arttext_

profundos processos de contenção, de remoção, de melhoria e de integração à cidade (PERLMAN, 2012). Gonçalves (2012) aponta a política do “*bota abaixo*” a partir da década de 1950 e Amoroso (2012) menciona a “*era das remoções*” das favelas entre as décadas de 1960 e 1970 e a “*Batalha do Rio*” que defendia a erradicação desses espaços populares e que seus moradores fossem transferidos para regiões distantes da cidade do Rio de Janeiro.

Instrumentalidade do mito das classes perigosas: os “inimigos” da ordem e do desenvolvimento da cidade

Uma possível resposta que pudesse justificar a violência e discriminação podemos encontrar em Chalhoub (1996). O autor afirma que as pessoas que residiam nas regiões periféricas eram consideradas como “*classes perigosas*” e deveriam ser controladas, assim como ocorre nas favelas da cidade do Rio de Janeiro no contexto atual. Assim, os moradores desses territórios são considerados perigosos e devem ser isolados do resto da sociedade e com isso entende-se que a “*classe pobre*” é uma “*classe perigosa*”, onde só o fato da pessoa ser pobre, já é suficiente para ser classificada como um malfeitor em potencial.

Coimbra (2001) ao se debruçar sobre esse conceito relata que o termo foi utilizado pela primeira vez em 1849, por Mary Carpenter ao se referir as pessoas que tiveram alguma passagem pela prisão ou aquelas que não possuíam histórico de encarceramento, mas viviam em condições de “*pilhagens*” ou fora do mercado de trabalho. A autora aponta, ainda, que processo de industrialização das grandes cidades entre o final do século XIX e início do século XX desencadeou na formação

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217533692019000100263&script=sci_arttext

dos “*territórios da pobreza*”, que são espaços não valorizados pelo mercado imobiliário e que sempre amedrontam os setores “*mais ricos*” da sociedade. Nesse sentido, a cidade é marcada por espaços dicotômicos entre si: “*zonas nobres*” e “*territórios da pobreza*”, portanto ambas fazem parte da mesma cidade e de um conjunto articulado, onde um assegura a existência e a reprodução do outro.

Dialogando com essa desigualdade territorial, podemos apontar as análises de Sanchez (2001) ao abordar a atuação de um conjunto de agentes e de estratégias territoriais em diferentes escalas (local, nacional e internacional). Para a autora, a imagem da cidade está relacionada ao conceito de ‘*city marketing*’ que funciona como um instrumento das políticas urbanas, buscando vender a imagem publicitária de “*ciudades-modelos*”, onde os governos locais, os veículos de comunicação e as instituições supranacionais se encarreguem de realizar o “*novo modelo de gestão urbana*”, de maneira que possa ocultar os “*territórios de pobreza*”.

A (in)segurança pública em territórios pobres

Sapori et. al. (2018) ao analisar a segurança pública no Brasil após a Constituição Federal de 1988, afirma que ela pode ser compreendida como um bem socialmente valorizado que deve estar acessível a todos e ser promovida pelo Estado-nação para prevenção e repressão de comportamentos qualificados como criminosos e deve se diferenciar da lógica de segurança nacional. A Carta Magna não apresenta inovação em relação ao sistema policial, pois prevalece o arranjo institucional do aparato policial presente no período da ditadura militar e com isso não conseguiu superar com o “*entulho autoritário*” presente naquela época.

A forma de operacionalização das polícias faz com que muitos acreditem que esta instituição tenha herdado sua arquitetura militar arcaica do regime militar de 1964, porém Soares (2015) aponta que muito antes da ditadura militar, as medidas de tortura, de execuções extrajudiciais, a ideia de que se vive uma guerra contra inimigos internos e as práticas racistas e autoritárias já existiam desde o surgimento da própria instituição policiais e até mesmo antes da sua criação. O período ditatorial militar e civil da década de 1960 apenas reorganizou os aparatos policiais e intensificou a sua estratégia de violência, tornando-se o modelo vigente que é adotado pela polícia brasileira.

Para mensurar essa reflexão, Pedrinha (2018), fala sobre a “*gramática da guerra*” que consiste na representação da violência urbana. Os principais termos da “*gramática da guerra*” são: **Estado de polícia**, onde neste não se respeitam as garantias constitucionais, pois o que se presume é a submissão à lei como sinônimo de obediência absoluta ao governo e com ações curto prazo e de maneira imediatista. Não visa nenhuma medida de médio e longo prazo, de natureza preventiva, e que esteja conectado com as políticas públicas.

O segundo termo é a **metáfora da guerra e do inimigo**. O Rio de Janeiro seria “*uma cidade em guerra*” e o conjunto de ações violentas acaba gerando a sensação de insegurança. A lógica do inimigo impera sobre a categoria de traficante de droga e da favela, como se apenas nesse território é que se concentrasse todas as drogas e traficantes do país.

O terceiro termo é o **incremento do aparato bélico e o aumento do contingente efetivo de policiais** a partir crescimento do aparato bélico, destaca-se: as motocicletas blindadas, helicóptero blindado conhecido como “caveirão aéreo”, “caveirão tanque” e do carro blindado “caveirão”. Acompanha-se, também, a ampliação do quadro de policiais

através de concursos públicos e com a criação da Força Nacional.

O outro termo utilizado é a **militarização da vida social e a restrição da ordem normativa**. Constitui-se em práticas que se caracterizam pela restrição da ordem normativa, como: mandados de busca e apreensão genéricos expedidos pelo poder judiciário, dando plenos poderes aos policiais para adentrarem em qualquer residência sem que haja individualização e especificidade, decretação de prisões provisórias e mudanças no regime de cumprimento da pena para o regime diferenciado, além das restrições comportamentais impostas pelos policiais aos moradores.

O último termo é o **uso excessivo da força e os autos de resistência**. Com o passar dos anos, tornaram-se comuns os “*excessos*” e a “*força desmedida*” praticadas pelos policiais com o uso de carros blindados, de armas de alto potencial letal, aumento de incursões em favelas, elevando o número de mortes relacionadas às práticas policiais entre outras atividades. A polícia do Estado do Rio de Janeiro, no uso excessivo da força é a polícia que mais mata e a que mais tem morte de policiais no país, além de ser uma das mais violentas no mundo. Nesse sentido, os autos de resistências ocultam a elevada taxa de homicídios cometidos por policiais.

As consequências da (in)segurança pública

Para comprovar que, na verdade, as instituições de segurança pública no Brasil nunca tiveram como propósito abandonar as velhas medidas e que por sua vez não conseguiram estancar os altos índices de crimes letais, foram analisados os Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Nacional (FBSP), Atlas da Violência e do Boletim de Segurança Pública,

publicado pela instituição da sociedade civil Redes de Desenvolvimento da Maré, localizada no Complexo da Maré. Os documentos analisados correspondiam entre os anos de 2016 até 2020. Foram analisados os dados do Monitor da violência criado em parceria entre G1, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o FBSP. De maneira geral, ficou comprovado que os recursos financeiros destinados à Política de Segurança Pública estão direcionados às ações de policiamento, enquanto as ações de inteligência/informação praticamente não possuem recurso financeiros. A pesquisa mostrou os altos índices da taxa de homicídios em âmbito nacional, sendo que em todos os anos, a maioria das pessoas mortas em decorrência de ações policiais eram negras e pardas, pertenciam ao sexo masculino e estavam na faixa etária entre 12 a 29 anos. Chama a atenção, também, os altos índices de mortes de polícias, tanto em serviço, quanto nos seus momentos de folga.

Por fim, a conjuntura dos dois últimos anos é marcada por dois registros tristes, o primeiro foi o aumento no número de mortes violentas e o segundo, foram as pessoas mortas em decorrência de complicações de saúde causadas pela pandemia de COVID-19. Vale ressaltar que até a defesa da pesquisa, o Brasil somava 140 mil mortes e um ano depois, o Brasil contabiliza mais de 600 mil mortes em decorrência da pandemia.

Nem mesmo o cenário de pandemia foram suficientes para frear o número de mortes violentas no Brasil, mesmo com a redução da circulação das pessoas nas ruas. A conjuntura de 2020 é marcado por outro fator importante. Mesmo com a preocupação em relação à pandemia de COVID-19, algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro e da região metropolitana sofreram com as recorrentes operações policiais. Após essa série de incursões policiais, o ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF), Edson Fachin⁸¹, em uma decisão liminar provisória proibiu as realizações de operações policiais nas comunidades do Rio, enquanto permanecesse a pandemia do coronavírus. As operações só poderiam ser realizadas em “hipóteses absolutamente excepcionais”, desde que justificadas ao Ministério Público. Em agosto do mesmo ano, o STF manteve as proibições de operações policiais nas favelas cariocas e definiu novos critérios para a realização de operações policiais⁸².

A Segurança Pública no contexto do Complexo da Maré

O Complexo de favelas da Maré, diferentemente de outras favelas, não teve a implementação das Unidades De Polícia Pacificadoras (UPP), mas sim uma mudança na gestão da segurança pública que deixou de ser feita pelo governo estadual e passa para a intervenção militar sob o comando das forças armadas. Em 2014, o exército passou a ocupar a região. No entanto, essa lógica de segurança pública não conseguiu romper com a constante violência e logo se intensificaram os questionamentos sobre a eficiência dessa iniciativa, devido a reiteradas situações de conflito, tensão e morte de policiais e moradores. (SILVA, 2017).

Durante a pesquisa, apresentamos os dados alarmantes sobre os impactos da segurança pública no Complexo da Maré como: 140 operações policiais, 140 pessoas mortas, 142 ocorrências de confrontos armados entre os grupos civis armados (GCA). Os relatos de violações de direitos dos

⁸¹ Reportagem online:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghtml>.

⁸² Reportagem online:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-08/stf-define-novas-restricoes-para-operacoes-policiais-no-rio>

moradores como: invasão de domicílio (68 casos), automóveis danificados em via pública (5 casos), situação de cárcere privado (18 situações), mortes de parente/amigos (76), danos ao patrimônio (38), violência física/tortura (71 casos), ferimento por arma de fogo (125), subtração de pertences (23), violência verbal/psicológica/ameaça (47 situações), situações de desaparecidos (2), assédio sexual (3 casos), além de serviços público como postos de saúde que ficaram 76 dias sem funcionamento e escolas públicas que também tiveram que interromper suas atividades por 105 dias. Nem mesmo a Ação Civil Publica que exigia uma série de critérios para realizar operações policiais, como o uso de ambulância e a proibição do uso do helicóptero “*caveirão voador*” foi respeitada por parte do poder público.

O contexto de violência gerado pela (in)segurança pública no cotidiano das escolas das favelas

No caso específico da educação regular pública localizadas nas favelas, as questões que envolvem o acesso e a permanência dos estudantes sofrem uma profunda violação, pois os atos violentos e abusivos praticados por policiais vetam esses indivíduos de acessarem um direito fundamental. Ir para a escola é um desafio diário, pois quem deveria proteger e garantir que crianças e adolescentes pudessem estudar, na verdade, acaba não protegendo-os.

Os impactos da (in)segurança pública na educação tem como efeito a formação de sujeito muito mais fragilizado e limitado no que tange a sua cidadania, pois está alijando-o do seu processo formativo, ou seja, a violência deixa marcas profundas na vida dos sujeitos e afeta as suas relações de sociabilidades, entre elas a educação.

Assim como as favelas, as escolas localizadas nesses territórios também sofrem com os estereótipos e preconceitos. Nessa conjuntura, essas unidades escolares não são instituições alheias a esse processo segregacional, pois estão inseridas nas determinações produzidas nos territórios, reproduzem e possuem um valioso papel na construção dos indivíduos, pois se constituem como lócus de construção de ações desnaturalizadoras. Por outro lado, essas escolas podem ser a única possibilidade de ampliação do universo cultural, político e simbólico dos moradores. Elas possuem características que demandem outras compreensões sobre seu papel e intervenção na realidade social dos sujeitos que as compõem (Santos, 2012).

Nesse quadro de violência e de confrontos bélicos, as escolas são obrigadas a alterar suas rotinas com redução dos horários de aula, retiram o momento de recreação dos estudantes; interrompem dias letivos; modificam suas estruturas com grades e muros, são marcadas pela violência que se reproduz entre os membros da comunidade escolar e alguns casos são renegadas pelos profissionais da educação, que se negam a atuar nessas unidades escolares. Existem também a recusa de alguns responsáveis em matricular seus filhos nas escolas localizadas no Complexo da Maré, principalmente aquelas que estão localizadas em áreas de confronto armados.

A Maré adversa da educação: quando a Segurança Pública aumenta ainda mais a debilidade da formação de crianças e adolescentes

A estrutura da política de educação no território foi se ampliando com o passar dos anos, principalmente a partir das reivindicações dos moradores e das associações que os representam, por meio da reivindicação do aumento dos serviços educacionais públicos na região⁸³.

Em relação aos impactos da política de segurança pública no cotidiano das escolas da região, sinalizamos que as operações ocorrem no período da manhã e/ou tarde, justamente quando há uma enorme circulação de crianças, adolescente, seus respectivos familiares e jovens nas ruas da região que estão entrando ou saindo das escolas.

Como forma de mensurar essa realidade, os Boletins de Segurança Pública demonstram os seguintes dados: em 2016, ocorreram operações policiais na região em 33 dias do ano letivo, somando os dias em que as escolas públicas da Maré tiveram que interromper ou não iniciaram as suas atividades dá um total de 20 dias. No ano de 2017, as unidades escolares públicas não puderam funcionar durante 35 dias, ou seja, o equivalente a 17,5% dos dias letivos do total de 200 dias letivos obrigatórios, dos quais 8.466 mil estudantes ficaram sem aula. Naquele ano, em decorrência dessas incursões policiais, os estudantes da Maré tiveram 305 horas a menos de estudo regular. No ano seguinte, em 2018, as escolas foram forçadas a

⁸³ Segundo o Boletins elaborado pela Redes de Desenvolvimento da Maré em 2020, o Complexo da Maré possui 50 unidades escolas públicas, sendo: 7 creches, 13 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs), 25 unidades de pré escola ou ensino fundamental, 1 Centro de Educação de Jovens e Adultos e 4 escolas de ensino médio, a mais recente foi a E.M. Vereadora Marielle Franco, inaugurada em 2018. Somente nas unidades de rede municipal são quase 17 mil estudantes e mais de mil professores.

suspender as atividades letivas por motivos de segurança em pelo menos 10 dias. No ano de 2019, foram 24 dias de aulas suspensas nas escolas da Maré, ou seja, em média a cada 3 dias houve um tiroteio no Complexo da Maré. E no último ano da pesquisa, 2020, segundo o documento elaborado pela instituição Redes de Desenvolvimento da Maré (2020) foram registrados 3 dias sem aulas na Maré em decorrência das operações policiais até o fim da pesquisa.

No entanto, em 2020 o que chama a atenção não é necessariamente, o impacto na relação com a segurança pública, mas sim, o impacto que essas instituições sofreram no contexto da pandemia global da Covid-19. No atual cenário de pandemia da Covid-19, a proposta de atividade remotas esbarra em uma série de limites para os estudante e seus familiares, que tiveram que adaptar as rotinas e a organização das casas para que pudessem se adequar as novas tecnologias digitais, uma vez que a maioria das residências são pequenas e os estudantes não possuem espaços separados e adequado para o estudo. Outro desafio está nas famílias mais pobres, pois não possuem acesso à internet ou não têm intimidade com os equipamentos adequados, como é o caso da plataforma digital disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) que acaba dificultando o acompanhamento das aulas remotas. (REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ, 2020).

Além dos alunos, os professores encontram limites, pois muitos tiveram que aprender a usar os recursos tecnológicos e se reinventar no processo criativo que pudesse ser atraente para os estudantes. Devido a essas preocupações, uma professora do ensino fundamental que atua na Maré relata que:

Com essa história de pandemia todo mundo teve que se reinventar, as crianças, a direção, a equipe docente. Eu estou reaprendendo muitas coisas e aprendendo outras. Estou tendo que lidar com as minhas dificuldades e tentar superá-

las, principalmente nessa questão da tecnologia que pra mim é muito complicado, mas a gente não desanima. Eu tenho procurado atender o mais próximo possível os responsáveis, através da página da escola ou via redes sociais, mas é muito complicado, é muito difícil (REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ, 2020: 7).

Ao resgatarmos os dados de violência que impactam nas escolas públicas da Maré, entre 2016 e 2020, podemos sinalizar que essas unidades de ensino tiveram que interromper ou suspender as atividades letivas durante 105 dias, o que nos leva a crer que os estudantes afetados tiveram boa parte de um semestre desperdiçada por causa dos diversos casos de confrontos bélicos.

Tanto a situação da violência local, quanto a condição atual da pandemia da Covid-19 agravam a qualidade da educação ofertada no Complexo da Maré, uma vez que aumentam os dias sem aula, prejudicam a continuidade do calendário escolar adequado, contribuem para o aumento da evasão escolar e além disso, muitos estudantes não podem contar com a merenda escolar, que nesses casos seria a única refeição regular e balanceada do dia. No que tange o contexto pandêmico, essas dificuldades ficam ainda mais tênues, pois a suspensão da frequência escolar impacta não só na qualidade do ensino, quando muitos dos estudantes das escolas públicas não possuem condições mínimas de acesso às tecnologias digitais para acompanhar as aulas não presenciais, o que ocasiona em um prejuízo maior no seu processo de aprendizagem, como também ocorre uma deterioração da própria segurança alimentar das famílias mais pobres.

Limites e possibilidades do serviço social na conjunção dicotômica das políticas de educação e segurança pública

A relação entre o Serviço Social e o campo da educação foi construída desde a origem da profissão em que os profissionais eram requisitados para atuarem na formação técnica e moral da classe trabalhadora numa perspectiva de padronização da escolarização. Por outro lado, o exercício profissional do(a) assistente social no âmbito da educação e do projeto ético-político, pode caminhar na concepção da educação emancipadora. O seu potencial profissional pode se ampliar para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação escolarizada, envolvendo a formação intelectual, produção de valores e práticas sociais que coadunam com a diversidade humana e os direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, a ruptura com os cunhos sexistas, racistas, homo/lesbo/transmofóbicos e que seja fundamentada na autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e no processo de emancipação humana. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

O enfrentamento à *questão social* requer a necessidade da coletividade dos trabalhadores, indagar a responsabilidade do Estado e a consolidação das políticas sociais no caráter universal e condensar um processo histórico de lutar pela democratização da economia, da política e da cultura numa perspectiva pública (IAMAMOTO, 2008).

No caso específico do Complexo da Maré, pontuamos os/as profissionais fazem parte do projeto “Maré de Direitos” que pertence ao eixo de segurança pública e direito à justiça desenvolvido pela instituição Redes da Maré e que estão inseridos tanto na coordenação, quanto na equipe interdisciplinar formada também por psicólogos e advogado. A atuação da equipe junto aos moradores, foi importante para

estabelecer um espaço de confiança e de atendimento para acolher as denúncias de violações de direitos fundamentais. A equipe estabeleceu uma articulação com os órgãos de acesso à justiça e produzem dados sobre as dinâmicas de violências que ocorrem na região. (DINIZ et al, 2018).

Desse modo, a atuação profissional das/dos assistentes sociais no contexto do Complexo da Maré buscam dialogar e construir, de maneira coletiva, com demais categorias profissionais e com os moradores do Complexo da Maré estratégias/possibilidade que possam enfrentar com a lógica estigmatizadora e preconceituosa e ao mesmo tempo denunciar a visão policialesca perversa aplicada pelo próprio Estado a esse território e que cerceia os mais diversos direitos constitucionais da população. Portanto, é fundamental que haja mecanismos de articulação com outros sujeitos coletivos que se identifiquem com as reivindicações locais e possibilite a construção conjunta de uma agenda de luta contra hegemônica.

Conclusão

As análises sobre a segurança pública demonstram que ela possui forte impacto na sociedade, principalmente nas favelas e morros cariocas, além de intervir no funcionamento de outras políticas sociais. Porém, essa relação é formada por graves tensões, atuações preconceituosas, principalmente quando se trata da sua atuação nos territórios populares. Ao mesmo tempo, a lógica hegemônica da segurança pública não consegue atingir as estruturas dos grupos civis armados e muito menos atenuar as modalidades de crimes letais, na verdade ela tem forte contribuição para o aumento dessa letalidade.

Vale ressaltar que as incursões policiais nas favelas não cessaram durante o período de pandemia. A mais emblemática ocorreu no dia 6 de maio de 2021, durante a operação policial na favela do Jacarezinho, zona norte da cidade⁸⁴. Esta foi a maior chacina da sua história. A incursão que tinha como objetivo combater o tráfico de drogas deixou 28 mortos. Segundo a polícia civil as vítimas são: 27 pessoas que teriam algum envolvimento com o tráfico de drogas na localidade e um policial civil. Cinco meses depois, durante as investigações ainda em curso, o Ministério Público do estado do Rio de Janeiro denunciou os policiais envolvidos por fraude processual e homicídio doloso⁸⁵

A presente análise vai além de uma relação entre duas políticas públicas, a discussão não pode ser desconectada da temática do racismo e da soberania. Nesse sentido, Mbembe (2018) aborda o conceito da necropolítica que entre seus pilares está no uso da soberania como forma de exercer o controle sobre a mortalidade e ditar quem deve viver e quem deve morrer, motivo pelo qual matar ou deixar viver estabelecem os limites da soberania e seus atributos fundamentais, ou seja, ela tem a capacidade de definir quem deve ser descartado e quem não deve. Assim, a necropolítica está baseada no poder da morte. O autor utiliza os conceitos de

⁸⁴ JÚNIOR, Wilton. *Investigação de ação no Jacarezinho envolve STF, PGR MPRJ e Polícia Civil*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/09/jacarezinho-operacao-pericia-laudo-mp-rj-investigacao.htm>. Acesso em 09. out. 2021.

⁸⁵ COELHO, Henrique; SATTRIANO, Nicolás; ALVES, Raoni. *Policiais denunciados por morte no Jacarezinho tiveram ajuda de 'terceiros' para forjar provas, diz MPRJ*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/15/mp-diz-que-policiais-denunciados-por-morte-no-jacarezinho-tiveram-ajuda-de-terceiros-para-forjar-provas.ghtml>. Acesso em 09. out. 2021.

biopoder⁸⁶, estado de exceção e estado de sítio para defender que o estado de exceção e a relação de inimizade formam a base para o direito de matar.

Outro autor importante é Almeida (2018) que discute sobre o racismo estrutural. O autor compreende que o racismo estrutural não é algo anormal, fenômeno restrito ou exceção, mas ele é um processo político, histórico e social, que vai produzindo os indivíduos e constituiu as relações como um padrão de normalidade. O racismo se forma na racionalidade da estrutura social e no funcionamento da vida cotidiana e efetiva-se nas circunstâncias do privilégio de uns grupos sociais sobre outros e na discriminação racial estruturada.

Se considerarmos que 62,1% da população local é formada por pretos e pardos e que a maioria das mortes intencionais ocasionadas pela polícia está incluída nesse perfil racial, podemos considerar que a polícia é uma instituição racista, que tem como intenção exterminar essas pessoas seja dando um fim as suas vidas ou limitando a sua sociabilidade.

Ainda no debate da segurança pública, Muniz e Almeida (2018) questionam que a ausência de um planejamento sobre as ações policiais dá lugar a um modelo de segurança pública marcado pelo espetáculo, pela “*polícia ostentação*” e que solidifica o conceito de “*Esculachocracia*” que é regida por crenças e vontade de uns impostas aos demais. Essa crença pauta-se nas ordens justiceiras e punitivas que promovem a intolerância, ódio e a vingança como uma suposta “*defesa social*” e que vai distinguir os autodesignados “*cidadãos de bem*”, dos “*cidadãos do mal*”.

Dornelles (2003) afirma que a prestação de um serviço policial que faça parte do Estado democrático de direito

⁸⁶Foucault aponta que o biopoder funciona diante da divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer.

consiste que o serviço policial deve ter: um **caráter comunitário** e **preventivo** (articulação com outras políticas públicas), o serviço deve ser **eficaz** (entende-se a desburocratização e a transparência da sua atuação), **legal** (a atuação policial não pode infringir a lei de uma sociedade democrática, isso está relacionado à modernização da polícia através da atuação baseada nas técnicas científicas de investigação) e deve ser também **socializado** (romper com a tradição seletiva penal focada nas classes populares e dialogar com o exercício da cidadania para todos os cidadãos).

No caso das escolas públicas o panorama não é diferente, durante o período pesquisado as unidades escolares públicas deixaram de funcionar por 105 dias em decorrência dos confrontos armados. O desrespeito por parte de quem deveria promover a segurança de crianças, adolescentes e dos profissionais da educação também se materializa a partir do momento que os agentes do Estado utilizam as dependências das escolas como área de apoio, quando trocam tiros com os GCA no entorno das escolas, quando essas instituições ficam com marcas de projéteis de arma de fogo e nos episódios em que crianças e adolescentes uniformizadas tornam-se mais uma vítima letal dentro da própria escola ou a caminho dela.

De maneira conclusiva, podemos problematizar que se houvesse mais atenção nas medidas de inteligência em detrimento das ações de confronto não seria preciso realizar tantas operações policiais nas favelas e poderia concentrar esforços em controlar a entrada de armas e drogas nas fronteiras do país, monitorar quem são os verdadeiros traficantes de armas e drogas, que as repassam para os comércios varejistas de drogas locais. A população que geralmente já sofre com as opressões e desrespeitos por parte dos diversos grupo civis armados, acaba lidando com a mesma situação por parte dos agentes públicos, como foram

mencionados nos casos das violações de direitos. Defendemos uma concepção de segurança pública que possa romper com a velha, nefasta, isolada, autoritária, racista política de segurança pública baseada na “*Esculachocracia*” que prega o medo, o preconceito, a discriminação, a repressão dos territórios periféricos e seus moradores, ou seja, o massacre/extermínio da vida e da sociabilidade dessa população, que não são dignos nem mesmo à educação. Para as classes dominantes são considerados como “classes perigosas” que vivem no território gerador da violência/território de ninguém para que haja a legitimação da violência do Estado Penal e por outro lado, são considerados “*invisíveis*” residentes num “*território de pobreza*” que são abandonados pelo Estado que deveria ser o garantidor dos direitos constitucionais. Assim, defendemos a consolidação do Estado de direito rompendo com a lógica do Estado de polícia.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMOROSO, Mauro. *Duas faces da mesma fotografia: atraso versus progresso na cobertura fotojornalística de favelas do Correio da Manhã*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva [et al.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 174-190.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: O mito das classes perigosas: um estudo sobre violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro. Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação*. Brasília: CFESS, 2011.

DINIZ, Edson et al. *A reinvenção da luta pelo direito à segurança pública na Maré*. [Mimeo], 2018.

DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e segurança (entre pombos e falcões)*. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2003.

GONÇALVES, Rafael Soares. Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. In: MELLO, Marco Antônio da Silva (org.) [et al.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 232-254.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fêtiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2° ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. *Respondendo às balas: segurança pública sob intervenção das palavras* entrevista com Jacqueline Muniz. Revista Trabalhos em Linguística Aplicada. Volume 57. n°2. Campinas. Unicamp. maio/agosto, 2018.

PEDRINHA, Roberta Duboc. *Criminologia, segurança pública e direitos humanos: um estudo sociológico-criminal das violações e resistências: o caso alemão*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

PERLMAN, Janice Elaine. Favelas ontem e hoje (1969-2009) 1. In: MELLO, Marco Antônio da Silva (org.) [et al.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 193-213.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. *Boletim de olho no Corona!* 2020. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/06E08-BoletimDeOlho.pdf> Acesso em: 25 ago. 2020.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política*. Revista de Sociologia e Política. n.16, Curitiba, jun. 2001.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. *Serviço Social e Educação: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas*. 2012. Tese (doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SAPORI, Luis Flávio. [et al.] A segurança pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do (Org.). *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba: UFPR, 2018.

SILVA, Eliana Souza. *A ocupação da maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro, Redes da Maré, 2017.

SILVA, Luiz Antônio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: SILVA, Luiz Antônio Machado da. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 47-76.

Recebido em: Maio de 2021
Aprovado para publicar em Junho de 2021

Neoconservadorismo e o lugar das mulheres na reprodução social

Maíra Carvalho Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este estudo é parte da pesquisa em curso para dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Buscamos refletir sobre a categoria trabalho elaborada por Karl Marx, no que diz respeito à produção e reprodução social, pois trata-se da condição essencial para subsistência da classe trabalhadora. A partir disso, é construída uma análise relacionando a reprodução social, exercida majoritariamente por mulheres, e sua importância para o capitalismo como instrumento de aprofundamento das formas de exploração da classe trabalhadora. Na atualidade em que nos encontramos sob a égide do governo direitista de Bolsonaro, é possível observar o avanço do neoconservadorismo e seus dogmas para o recrudescimento de opressões objetivas e subjetivas das mulheres. A violência contra a mulher tem sido descrita como vergonhosa violação dos direitos humanos.

Palavra-chave: Reprodução social; neoconservadorismo; opressão do gênero feminino.

Resumen

Este estudio es parte de la investigación en curso para una disertación de maestría en el Programa de Posgrado en Trabajo Social de la Universidad del Estado de Río de Janeiro. Buscamos reflexionar sobre la categoría de trabajo desarrollada por Karl Marx, con respecto a la producción y reproducción social, en tanto que es una condición esencial para la subsistencia de la clase trabajadora. A partir de ello, se construye un análisis relacionando la reproducción social, ejercida mayoritariamente por las mujeres, y su importancia para el capitalismo como instrumento de profundización de las formas de explotación de la clase trabajadora. En la situación actual en la que nos encontramos bajo la égida del gobierno derechista de Bolsonaro, es posible observar el avance del neoconservadurismo y sus dogmas para el resurgimiento de la opresión objetiva y subjetiva de las mujeres. La violencia contra las mujeres ha sido descrita como una vergonzosa violación de los derechos humanos.

Palabras llave: Reproducción social; neoconservadurismo; opresión femenina.

Abstract

This study is part of the ongoing research for a master's thesis in the Graduate Program in Social Work at the State University of Rio de Janeiro. This essay seek to reflect on the category of work elaborated by Karl Marx, with regard to social production and reproduction, as it

is the essential condition for the subsistence of the working class. Starting from this, an analysis is built relating social reproduction, exercised mainly by women, and its importance for capitalism as an instrument for deepening the forms of exploitation of the working class. In the current situation in which we find ourselves under the aegis of the rightist government of Bolsonaro, it is possible to observe the advance of neoconservatism and its dogmas towards the resurgence of objective and subjective oppression of women. Violence against women has been described as a shameful violation of human rights.

Keywords: Social reproduction; neoconservatism; female oppression.

Introdução

Esta exposição tem por objetivo destacar a importância da relação entre a exploração da força de trabalho e a opressão das mulheres através da reprodução social. Embora Karl Marx não tenha discorrido em sua obra claramente sobre a relação entre homens e mulheres, seu método teórico-metodológico nos fornece aportes para compreender a realidade em sua dicotômica sociedade de classes. As teorias sobre a exploração da força de trabalho criada por Marx são apropriadas por seguimentos do feminismo que visam analisar a força de trabalho feminina no âmbito da produção e da reprodução social, direcionando as discussões da desigualdade de gênero para a luta anticapitalista. Assim, é a partir desta análise que buscamos nortear as reflexões presentes neste ensaio, bem como trazer para o centro de gravidade desta discussão a teoria

do valor desenvolvida por Karl Marx, sua crítica intransigente à acumulação capitalista e o aprofundamento da exploração da força de trabalho, principalmente no que diz respeito às mulheres.

Para tanto, o presente estudo busca refletir sobre como historicamente a mulher foi realocada ao âmbito da reprodução social e como a realidade vem aprimorando esta sociabilidade feminina através do neoconservadorismo e de seu aporte econômico neoliberal, ocasionando a deterioração das condições de vida de diversos estratos sociais, mas para efeito deste estudo, principalmente, sobre as condições de vida das mulheres. Busco dar visibilidade sobre como o atual governo possui características neoconservadoras que reforçam o papel social da mulher no âmbito da reprodução social. Diante disso, é importante buscar aportes que possam fomentar os direitos das mulheres, que a duras penas, construíram avanços pela igualdade de gênero e, ainda que necessite de um longo caminho a ser percorrido, é preciso romper com o neoconservadorismo a partir de uma perspectiva anticapitalista.

1. A teoria do valor e a reprodução social

A partir da importância de compreender a mudança histórica pela qual o homem é expropriado de seus meios de produção. Desde o século XVI a burguesia (não pertencente ao bloco de poder aristocrata e eclesiástico) caminhava para a mudança do *ethos* da sociedade com vistas a estabelecer uma produção de livre concorrência. A dissolução do feudalismo foi um dos pontos de partida para a mudança da sociedade e início do sistema capitalista de produção e, tendo em vista essa construção histórica, no século XVIII já se encontrava como sociedade burguesa madura e em ascensão. (MARX, 2008).

Assim, o processo da produção é executado por um ser social, longe de ser um processo particularista, é uma totalidade de atividades exercidas por um corpo social. Neste processo, cabe demonstrar algumas etapas pelas quais são engendradas a forma social do consumo, tanto da matéria para a produção, quanto o consumo do valor de uso do homem no processo de produção. As etapas, são: produção é a apropriação da natureza para criação de mercadorias que possui alguma necessidade para a sociedade; a distribuição, vai determinar a inserção do indivíduo na produção; a troca é a objetivação do produto a partir da conversão de seu valor; por fim, o consumo é a utilização do produto como objeto pessoal e apropriação individual. Importante relacionar a produção ao consumo, pois ambos são extremidades do processo de produção; ou melhor, a produção estabelece o consumo e o consumo faz movimentar a produção. Originalmente, a classe trabalhadora nasce sem capital e, ao longo de sua vida, se vê obrigada ao trabalho assalariado como forma de garantia de sua subsistência. Se antes o homem garantia suas necessidades a partir da interação de seu trabalho com a natureza, nesta forma de sociedade a subsistência é garantida pelo consumo, pois para manutenção de sua força vital, o indivíduo utiliza seu salário (resultante do trabalho assalariado) para consumir produtos. Portanto, é possível observar que a produção não cria somente um objeto para o consumo, mas cria também a necessidade do indivíduo consumir o objeto. (MARX, 2008).

O consumo é duplo, pois à medida que o trabalhador despense sua força de trabalho no ato da produção está consumindo sua força vital como uma reprodução natural e necessita do consumo de mercadorias para sua reprodução, sendo a produção consumidora; além disso, a produção em si é uma forma de consumo de matéria prima e meios de produção para a criação de um novo objeto, por isso, se o

consumo é imediatamente idêntico à produção, o autor o chama de consumo produtivo. A produção é um ato de consumo em todos os seus momentos, no entanto, a produção consumidora é tida como reprodução que repõe condições de manutenção da produção. A produção consumidora e o consumo produtivo são interdependentes e ambas fazem mediação entre si reciprocamente. A produção cria o objeto de consumo, bem como o consumo cria a composição da produção e a necessidade de se consumir como um valor societário. (MARX, 2008).

A partir disso, entende-se a mercadoria como um objeto que possui uma qualidade específica (trabalho útil concreto) que atende à necessidade social, e sendo um objeto ao qual atende a necessidade de um indivíduo, é valor de uso. A força de trabalho do trabalhador é valor de uso para o capitalista realizar a produção de mercadorias. Inicialmente, este trabalho era resultado entre a relação do homem com a natureza e se objetivava na apropriação de matéria útil para sua vida através de seus músculos, braços, pernas e cabeça e, assim, ao modificar a natureza, modificava a si mesmo. Para tanto, buscando ampliar a discussão dessa relação de trabalho, Marx (2017) demonstra as condições objetivas necessárias para a realização do processo de trabalho. “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”. (MARX, 2017, p. 256). Assim, o trabalho necessita de um objeto de trabalho ao qual requer a objetivação de algo idealizado e meios que irão mediar o efeito do trabalho sobre o objeto do trabalho.

Nesse ínterim, no processo de trabalho o produto é objetivado. O produto é valor de uso e sua produção se deu pela transformação do objeto de trabalho através dos meios de trabalho que já possuía um resultado idealizado. Marx (2017)

expõe que ao considerar o processo de trabalho a partir de um ponto de vista ampliado, tanto o meio quanto o objeto de trabalho são denominados como meio de produção, e o trabalho que resultou no produto é considerado trabalho produtivo. O processo de trabalho foi comprado pelo capitalista e, com isso, a mercadoria produzida o pertence. A mercadoria não pertence ao trabalhador apesar dele a ter produzido, ele não recebe nada além do valor de seu dia de trabalho, pois o vendeu ao capitalista mediante a permuta por sua força de trabalho. Diante do exposto, o capitalista produz mercadoria com valor de uso e esta produção só possui materialidade por ser a base do valor de troca. Para tanto, este processo de produção é objetivado pelo capitalista por duas razões: em primeiro lugar, o capitalista só produz valor de uso por também possuir um valor de troca, ou seja, uma mercadoria que só foi produzida para ser vendida; em segundo lugar, esta produção se dá por meios em que possa alcançar maior valor do que investiu inicialmente em meios de produção e força de trabalho, ou melhor, o capitalista almeja valor, e não só, almeja produzir mercadoria com um valor incrementado, a mais-valia. (MARX, 2017).

Diante disso, é percebido que o trabalhador gera valor, pois é capaz de produzir mercadoria com valor maior que o investido inicialmente. No entanto, apesar do trabalhador gerar valor, esta riqueza não o pertence, pois vendeu sua força de trabalho ao capitalista. Em troca do dispêndio de sua força de trabalho, o valor pago ao trabalhador pela jornada diária é referente ao valor necessário para sua subsistência, ou reposição de sua energia vital estritamente relacionado à reprodução da força de trabalho. Para compreendermos como o capitalista insere um valor adicional à mercadoria, é necessário observar mais de perto esta relação entre capitalista e trabalhador no processo de trabalho. De modo geral,

demonstramos o exemplo dado por Marx (2017), em que 3 xelins é o valor de meia jornada de trabalho. Esses mesmos 3 xelins é o valor diário da subsistência do trabalhador. Ora, se em meia jornada de trabalho o trabalhador objetiva os 3 xelins do valor de sua diária, a quem se destina o valor referente a outra meia jornada de trabalho à qual ele a cumpre? Para melhor elucidação dessa questão, o autor demonstra que os custos diários para a subsistência do trabalhador e o seu dispêndio de trabalho diário, são duas grandezas distintas. A primeira parte que o trabalhador executa é destinada à meia jornada de trabalho, referente à sua subsistência, o valor de troca permutado pela sua mercadoria força de trabalho comprada pelo capitalista; a outra grandeza se refere ao valor de uso utilizado pelo capitalista. Portanto, a força de trabalho agrega ainda maior valor do que é pago como salário no processo de produção. (MARX, 2017).

Portanto, o processo de valorização do valor de uma mercadoria ocorre na esfera da produção, em que é consumido o valor de uso da força de trabalho de uma jornada diária pelo capitalista e seu valor de troca é de somente meia jornada. Ao investir no processo de trabalho, o capitalista obtém o processo de valorização. O valor adicional que o capitalista recebe através da mais-valia adquirida pelo excedente quantitativo de trabalho, ele investe novamente no processo de produção e repete todo o processo de valorização. Assim, o capitalista produz e reproduz o capital à custa do trabalho excedente da classe trabalhadora. (MARX, 2017)

Ao ter em consideração que o objetivo do capitalista é a valorização de seu capital investido inicialmente através da apropriação de mais-valia proveniente da exploração da força de trabalho, a suposta relação igualitária da troca de força de trabalho por salário obscurece a extração diária de trabalho excedente não pago, executado pelo trabalhador. Esta relação

mistificada da forma salário encobre a maneira pela qual a jornada de trabalho é dividida em trabalho necessário e trabalho excedente (pago e não pago), fazendo parecer que toda a força de trabalho despendida pelo trabalhador foi paga. Esta relação só é possível a partir do encontro de dois indivíduos em relação de igualdade no mercado: o capitalista, possuidor de dinheiro disposto a comprar a mercadoria força de trabalho para sua produção; o trabalhador, em que expropriado de seus meios de produção só restou a venda da sua própria força de trabalho em troca de dinheiro, sendo expressão dos seus meios de subsistência. (IAMAMOTO, 2014).

Convém destacar que, segundo Iamamoto (2014), o processo capitalista de produção é historicamente a forma pela qual os indivíduos produzem e reproduzem suas necessidades de existência. Tendo isto em vista, e para a importância desta argumentação, o capital se apresenta como mercadoria em duas formas: meios de produção e os meios de vida necessários para a reprodução da força de trabalho. Segundo a autora:

Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade – a classe capitalista – não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, expressos através da forma salário. A condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria. (IAMAMOTO, 2014, p. 45).

Ainda segundo a autora, a partir do entendimento em Marx, o valor da força de trabalho é determinado pelo trabalho socialmente necessário para a sua produção e, tendo em vista que a força de trabalho não se separa do indivíduo, sua produção corresponde de maneira indissociável à sua reprodução social. Para isso, o valor da força de trabalho é equivalente ao mínimo necessário para satisfação das necessidades básicas do trabalhador e sua família; afinal, o capital é valorizado a partir da força de trabalho, e a reprodução da prole na renovação da força de trabalho é necessário para a perpetuação da produção capitalista. O que torna importante ser destacado é o processo de produção e da sua continuidade, ou seja, sua reprodução, a partir das relações sociais que resultam do antagonismo da classe capitalista e da classe trabalhadora, pois é expressão da correlação de forças entre o capital e o trabalho. Assim, quando o trabalhador assalariado é inserido no processo produtivo, ele sai da mesma maneira que ingressou, com sua mercadoria força de trabalho disponível para venda, pois a riqueza produzida por ele pertence ao capitalista. O resultado da venda da força de trabalho, o salário, expressão de valor da subsistência, é consumido na reprodução da vida do trabalhador e sua família. “Não lhe resta, portanto, outra alternativa senão a de retornar ao mercado novamente, vender parte de si mesmo como condição de sua sobrevivência, já que seus meios de vida estão monopolizados, também, pela classe capitalista.” (IAMAMOTO, 2014, p. 53).

O trabalhador assalariado emprega sua renda aos seus meios de vida e de sua família e, por isso, se coloca disponível no mercado para a venda da sua força de trabalho novamente. Diante disso, o consumo individual do trabalhador - como resultado do trabalho - é improdutivo, pois não faz nada além de reproduzir a si mesmo para retornar à produção; em contrapartida, é produtivo ao capitalista, visto que é força

produtora de riqueza para os outros. O capital e o trabalho assalariado são faces de um mesmo processo: processo de relações sociais entre classes. Portanto, o trabalhador produz e reproduz o capital. E, involuntariamente, cria e recria as condições objetivas e subjetivas de sua própria dominação. (IAMAMOTO, 2014).

Cabe destacar, buscamos dar visibilidade ao processo de produção e reprodução das relações sociais, pois, grosso modo, a reprodução do capital engendra diversas dimensões da sociedade. A lei geral da acumulação demonstra a acumulação de capital pela classe capitalista em razão proporcional do crescimento da miséria e do pauperismo da classe trabalhadora que é fonte criadora de toda a riqueza. Em conformidade com a progressiva acumulação, a reprodução ampliada do capital foi mais uma estratégia adotada pela classe capitalista para intensificar e aumentar de forma progressiva a exploração da força de trabalho, em que reproduz a mais-valia adquirida em novos processos de produção. Entretanto, não se trata apenas de novos métodos de exploração da força de trabalho, mas sim, a criação e materialização de nova forma de organização da sociedade. O sistema capitalista se generalizou no desenvolvimento da sociedade, o que propiciou a expansão em larga escala das forças produtivas do trabalho social. Não podemos perder de vista que isto não se deu sem correlação de forças e antagonismo entre as classes, com o pauperismo crescente e a insuficiência do assalariamento na garantia de melhores condições de vida, houve confrontos da classe trabalhadora com o capital a fim de amenizar o processo de exploração.

A evolução das forças produtivas e a ânsia do capitalista na obtenção de mais-valia, precariza ainda mais as condições de vida, inserindo as crianças precocemente na produção e mulheres se tornam trabalhadoras produtivas, crescem os

acidentes de trabalho, caracterizando o cotidiano de sofrimento da classe trabalhadora. No entanto, a organização da classe trabalhadora ocasionou vitórias que, apesar de parciais, garantiram a redução da exploração como a diminuição da jornada de trabalho e legislação trabalhista; porém, sem que estas conquistas pudessem alterar ou ameaçar a progressiva acumulação capitalista. (IAMAMOTO, 2014).

A partir da análise da produção e as formas de exploração da força de trabalho para obtenção da mais-valia, foi percebido que somente o trabalhador pode gerar valor e esta valorização se dá no processo de produção. No que diz respeito ao lugar da mulher e sua inserção no processo produtivo, é necessário a avaliação em seu âmbito material ou econômico. Mesmo que as construções ideológicas e subjetivas tenham grande influência na opressão das mulheres ao longo das gerações, a perspectiva teórica sobre a apropriação de mais-valia na sociedade capitalista em sua totalidade demonstra a forma pela qual as mulheres são colocadas no âmbito da reprodução social para a efetividade da continuidade da exploração da força de trabalho. Segundo Federici (2021), Marx identifica que a força de trabalho, a capacidade para o trabalho, não é algo garantido e necessita ser renovado diariamente.

Os trabalhadores e as trabalhadoras – imagina Marx – compram com seus salários os itens necessários à vida e, ao consumi-los, reproduzem a própria existência. O que ele escreve, então, é literalmente a (re)produção de mão de obra assalariada por meio de mercadorias produzidas pela própria mão de obra assalariada. Assim, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de quem os possui”, determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias que a mão de obra consome. (FEDERICI, 2021, p. 69).

Outro aspecto importante a ser destacado, é sobre a evolução da exploração da força de trabalho pelo capitalismo e a forma pela qual exaure a energia vital da classe trabalhadora em busca de acumulação de capital cada vez maior. Em meados do século XIX, o sistema capitalista de produção possuía maquinários que permitia o emprego não somente de homens, mas de mulheres e crianças devido à não necessidade de força, e com isso ampliava o máximo possível da jornada de trabalho visando maior extração de trabalho não pago. A exploração da força de trabalho estava em níveis tão alarmantes, que surgiu o temor de que não fosse possível a reposição de trabalhadores ao longo do tempo, pois a vida da classe trabalhadora findava para a produção e seu salário não era suficiente para sua recuperação. Diante disso, surgiram legislações que regulamentavam o trabalho de mulheres e crianças no processo produtivo, reduzindo expressivamente a contratação do gênero feminino em fábricas, bem como aumentou o salário do gênero masculino em até 40% buscando realizar uma compensação. Assim, as mulheres foram realocadas para o âmbito da reprodução social, em que sua função está em torno da preservação da família, surgindo a dona de casa proletária. Mais tarde, esta estratégia foi reforçada e estimulada através do fordismo⁸⁷, com vistas a tornar a classe trabalhadora mais disciplinada e produtiva. (FEDERICI, 2021).

Em suma, isto demonstra o quanto o trabalho no âmbito da reprodução social é primordial para a manutenção da

⁸⁷ Para Harvey (1996, p. 121), o fordismo era um sistema organizacional entre produção em massa e consumo. Criada por Ford, instaurou o dia de 8 horas de trabalho à cinco dólares visando condicionar o trabalhador a uma disciplina corporativa com o objetivo de propiciar uma operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade, criando uma nova configuração de trabalho. Portanto, o fordismo criou um sistema que objetivava que o trabalhador fosse consumidor, fornecendo condições para a reprodução social.

produção executada pelo proletariado, sendo percebido que a mulher foi realocada para um trabalho não pago e invisibilizado propositalmente como estratégia de manutenção capitalista. O processo de trabalho é intrinsecamente relacionado à reprodução social do trabalho, pois sendo o trabalhador humano é necessária a reposição de sua energia vital através da alimentação, higiene e descanso, majoritariamente, organizado e elaborado por mulheres; e a partir disso, o trabalhador se dispõe a cumprir mais uma jornada de trabalho e assim sucessivamente. De maneira geral, esta reposição da energia vital ou reprodução social do trabalhador ocorre no âmbito da família, sendo esta uma organização de manutenção da reposição da força de trabalho. Outra função importante da família para funcionalidade do capitalismo é a renovação geracional, em que crianças são geradas e criadas por mulheres e, posteriormente, inseridas no mercado de trabalho como força de trabalho explorável.

Com a evolução do sistema capitalista de produção, a expansão da acumulação cria novos ramos que, ao longo do tempo, vai modificando o processo técnico do trabalho e nas relações sociais de produção, o que reforça a subsunção do trabalho ao capital. A divisão sexual do trabalho existiu em diversos tipos de sociedade ao longo da história, mas isso não quer dizer que essa distribuição de atividades laborativas tenham sido desiguais. Sendo o foco deste ensaio a sociedade capitalista, foi percebido que apesar do capitalismo não ter inventado o sexismo, soube aproveitá-lo além de aprimorá-lo como base de sustentação. Segundo Arruza, Bhattacharya, Fraser (2019):

O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente “modernos”, de sexismo sustentados pelas novas estruturas institucionais. Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção

de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 51).

A invisibilidade do trabalho de “produção de pessoas” (forma como as autoras denominam o cuidado da família) é uma maneira perversa de exploração das mulheres, pois esta função não cabe somente à procriação, mas também de manter a capacidade humana para o trabalho, sendo um trabalho intenso e de tempo integral. E é neste sentido que ao longo das gerações de subjugação de mulheres neste trabalho invisibilizado e não pago, que foi naturalizado e tido como aptidão natural do gênero feminino, objetivando encobrir propositalmente a sua não remuneração. Em suma, a defesa do capitalismo ao núcleo familiar se dá pela lucratividade que advém desta formação, pois o trabalho de “produção de pessoas” supre necessidades (materiais, sociais e culturais) que resultam na permanência da renovação geracional de trabalhadores e progressiva exploração da classe trabalhadora.

Ao voltarmos nossa atenção para a atualidade, percebemos que o capitalismo aperfeiçoou sua forma de exploração ao mesmo tempo em que promove a manutenção do que é útil e lucrativo. A partir da vigência do neoliberalismo como estratégia econômica, é exigido horas e intensidade de trabalho por mais de uma membro na família, e, conseqüentemente, a produção de pessoas é um trabalho adicional na carga de trabalho feminino. Para a garantia da subsistência da família, mulheres enfrentam mais de uma jornada de trabalho (trabalho pago e não pago), enquanto homens, majoritariamente, executam somente uma jornada (trabalho pago). Segundo Arruza, Bhattacharya, Fraser (2019), o neoliberalismo pressupõe menor assistência do Estado às

famílias, levando à família ao seu limite de força laborativa, e em sua maioria, exaure a energia vital de mulheres que acumulam jornadas de trabalho. Ainda segundo as autoras, as quatro décadas de hegemonia Neoliberal enfraqueceram os direitos trabalhistas, diminuíram os salários, tendo como resultado ampliação da exploração.

Em próximo tópico, será exposta brevemente, uma análise ainda em desenvolvimento, da relação entre neoliberalismo e a opressão das mulheres a partir da mediação do neoconservadorismo. No entanto, vale destacar a imprescindibilidade da disputa pela hegemonia da política, pois com serviços públicos disponíveis, programas sociais e recursos financeiros suficientes para a reprodução social (ou “produção de pessoas”) é possível equiparar, ao menos, o tempo de trabalho (pago e não pago) de mulheres com as de homens, o que pode amenizar a exploração da força de trabalho do gênero feminino.

2. Neoconservadorismo e a opressão das mulheres

Atualmente, estamos sob a égide do governo de Bolsonaro com características neoconservadoras, ocasionando um maior aprofundamento e precarização da vida da classe trabalhadora para aumento progressivo das taxas de lucro do grande capital. Por isso, para melhor compreensão da realidade, cabe realizar algumas análises teóricas que possam nos trazer elementos para refletir as repercussões sociais provenientes do avanço do neoconservadorismo na sociedade brasileira. Além disso, para efeito deste objeto de estudo, Bolsonaro desconstrói o Ministério dos Direitos Humanos, criando o Ministério da “Mulher, da família e dos direitos humanos” e nomeia a Pastora Damares Alves, que se apresenta como grande defensora da “moral e dos bons costumes” e que busca a

retomada da virtude da família tradicional cristã, supostamente “destituída pelos anos de governo PT”. A ministra Damares Alves dá declarações⁸⁸ controversas e conturbadas acerca do lugar da mulher na sociedade, por vezes, relata sobre a importância da mulher no serviço doméstico e na criação dos filhos; e ainda, já deu declarações sobre a submissão da mulher no casamento e expressa grande contrariedade ao aborto, correlacionando essas temáticas com conceitos conservadores, tradicionais e religiosos. Portanto, acredita-se que pautas progressistas com relação ao direito da mulher e igualdade de gênero podem vir a sofrer grande retrocesso na atual forma de governo conservadora.

A partir da percepção de que o neoconservadorismo é a combinação das características morais conservadoras e características econômicas do neoliberalismo, é possível refletir sobre a posição do “bolsonarismo” na opressão das mulheres. Segundo Freire (2018), o conservadorismo brasileiro possui uma matriz conservadora proveniente dos Estados Unidos da América (EUA), em que é denominado neoconservadorismo devido à congregação da dimensão moral e tradicional ao neoliberalismo. A autora demonstra que o neoconservadorismo ganha força no Brasil no ano de 1987 a partir do movimento de redemocratização, como uma reação contrária às reformas em prol da classe trabalhadora que vinham sendo discutidas na constituinte. Sendo assim, demonstra que é necessária atenção ao desenvolvimento do neoconservadorismo no Brasil, pois não basta garantir bases e a constituir uma instrumentalidade para o avanço do

⁸⁸REDAÇÃO ISTO É. “*Damares Alves afirma na Câmara que mulher submissa no casamento é 'questão de fé'*”. Disponível em: <https://istoe.com.br/na-minha-concepcao-crista-mulher-no-casamento-e-submissa-ao-homem-diz-damares/> Acesso em: 20. set. 2021.

neoliberalismo, pois além da privatização, flexibilização e livre iniciativa, também há o fator moralizante perpetrado pelo Estado advindos de características do conservadorismo clássico. Fator moralizante este, identificado pelo fortalecimento de princípios tradicionais, morais e religiosos como norteadores do plano de governo. Portanto, compreende-se que o conservadorismo vem se expressando na atualidade brasileira, principalmente em sua dimensão neoconservadora, forte aliada do aprofundamento do neoliberalismo para hegemonia do grande capital.

Buscando compreender características do conservadorismo clássico - apreço a tradição e aos costumes, respeito aos ordenamentos e hierarquias, e a preservação de estruturas de poder naturalizadas - foi percebido semelhanças com a realidade em que vivemos, principalmente no que diz respeito à submissão e a exploração de uma classe sobre a outra e a imposição da tradição, moral e religião como princípios a serem seguidos. Trazendo esta discussão para a atualidade, há uma nova roupagem para o conservadorismo com características distintas, porém com maior correlação com o *ethos* burguês de exploração. Segundo Barroco (2011), a sociedade burguesa é consolidada pela propriedade privada e monopólio dos meios de produção, por isso traz consigo valores de competição, individualismo e consumismo. Ainda segundo a autora, diferentemente do conservadorismo de Edmund Burke que prezava pela hierarquia, hereditariedade e era contrarrevolucionário, o neoconservadorismo abarca os setores do grande capital. O neoconservadorismo mantém características como a naturalização da desigualdade, moralidade e religiosidade, porém nesta forma contemporânea incorpora o *ethos* burguês de competitividade, individualismo e valorização do consumismo. Para isso, o neoconservadorismo se expressa e busca se legitimar através da repressão aos estratos

sociais empobrecidos, trabalhadores e criminalizando movimentos sociais, a violência é justificada a partir da moralidade e discriminação ao diferente.

Assim, é possível notar que o pensamento neoconservador construiu raízes na atualidade brasileira. O governo Bolsonaro, com suas medidas autoritárias, busca realizar reformas em prol da elite em detrimento de estratos mais empobrecidos cada vez mais explorados para obtenção de lucro. É a partir dessa conjuntura que há o incentivo ao avanço do neoconservadorismo na sociedade, sendo possível analisar que o governo Bolsonaro consubstanciado ao neoliberalismo constrói a narrativa de que o avanço das conquistas das mulheres (e minorias) ameaçam sua moral, tradição e provocam a destruição da família. Não é raro que o presidente Bolsonaro e sua equipe de governo realizem demonstrações de misoginia, racismo, homofobia e várias outras formas de negação ao diferente, segundo seus conceitos tradicionais e morais. Bolsonaro vem dando voz e amplitude aos setores neoconservadores, construindo sua narrativa a partir da justificação de que a violência é necessária para a garantia da moralidade e preservação dos costumes. Ao proferir declarações misóginas e violentas, como a de que o Brasil é uma "virgem que todo tarado de fora quer"⁸⁹ estimula com que seus apoiadores exerçam misoginia livremente.

Nos dias de hoje nos defrontamos com a Pandemia do COVID-19 e uma das principais formas de evitar o contágio é o isolamento social. Podemos inferir que a crise econômica e social resultante da pandemia pode ter vindo a acarretar maior sobreposição de trabalho não pago – reprodução social –

⁸⁹ G1 SP. *Justiça Condena governo Bolsonaro por ofensas contra as mulheres.* Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/25/justica-condena-governo-bolsonaro-por-ofensas-contras-mulheres.ghtml>. Acesso em: 21. set. 2021.

realizado por mulheres e, além disso, devido ao isolamento social, maior exposição à situação de violência no lar. Os dados de violência contra a mulher no ano de 2020, em que grande parte das pessoas se mantiveram em isolamento devido a pandemia do COVID-19, demonstram índices de violência contra a mulher inferiores ao ano de 2019, no entanto, há estimativas de que esses dados foram subnotificados devido a situação pandêmica. A partir dos dados coletados do Fórum de Segurança (2021), os registros de lesão corporal contra a mulher em decorrência de violência doméstica, o índice de violência sexual e registro de ameaça reduziram se comparados ao ano de 2019. Porém, ainda segundo o Fórum de Segurança (2021), isto pode ser em decorrência das dificuldades pandêmicas de atendimento ao público, no que os órgãos de acolhimento e denúncia perpassaram por adaptação para realizar atendimento não presencial ou de forma reduzida.

Sobre feminicídio durante a pandemia do COVID-19, os índices acompanharam a redução de violência do ano de 2019, e mais uma vez, é possível pressupor que houveram dados subnotificados, basta analisar que os índices de homicídio de mulheres são maiores que os índices de feminicídio. O feminicídio é tipificado quando o homicídio envolve violência doméstica, menosprezo, discriminação pelo gênero feminino, por isso, é possível haver subnotificação desses índices, pois depende da qualificação e tipificação da investigação da polícia de cada estado. Exemplo evidente da hipótese levantada de subnotificação desses dados é de que 14,7% de homicídios de mulheres foram perpetrados por seus parceiros ou parentes próximos, sendo resultantes de violência doméstica. Conforme explícito na Lei de Feminicídio de 2015, casos de violência letal contra mulheres provenientes de violência doméstica devem ser tipificados automaticamente como feminicídio, por isso os 14,7% foram alocados erroneamente como homicídio e não

tipificados como feminicídio. Portanto, ainda não se sabe as repercussões da pandemia do COVID-19 na vida das mulheres, mas podemos perceber o quanto a misoginia e o machismo vêm sendo arraigado pelo bolsonarismo na sociedade brasileira.

Dado ao exposto, é percebido que o governo Bolsonaro é composto por uma equipe ministerial atuante e influente na opinião pública no que diz respeito à retórica neoconservadora e vem sendo construídas políticas voltadas neste sentido. Na atualidade brasileira, neoconservadorismo encontrou um terreno fértil de atuação sob a égide da moralidade, religiosidade, tradicionalismo e meritocracia. É evidente que há um entrelaçamento da pauta moral e a pauta econômica e isso vem ocasionando retrocessos no que tange às questões pela igualdade de gênero.

Conclusão

O neoconservadorismo visa a manutenção da opressão da mulher pelo homem, incentivando a sociabilidade em que há um homem provedor com salário principal e a mulher dependente que pode vir a realizar trabalho pago, mas mantém sua principal função no âmbito da reprodução social exercendo trabalho (não pago) de cuidado da família. No sentido em que a reprodução social exercida majoritariamente pelas mulheres é parte essencial para a execução do trabalho necessário exercido pelos homens, o neoconservadorismo reforça a moral tradicional, garantindo o papel social da mulher na reprodução social e, a partir disso, a opressão da mulher pelo homem com a justificativa de defesa da família.

Um aspecto importante a ser ressaltado, é que a partir das reformas de retirada de direitos realizadas pelo governo neoconservador de Bolsonaro, a família é o espaço de suporte

social e subsistência da classe trabalhadora, sem as devidas condições de apoio estatal há precarização das condições de vida e intensificação de aspectos da reprodução social exercidos por mulheres. Portanto, é obscura e perversa essa disputa ideológica em torno da defesa da família, pois é possível perceber que há permissividade em torno da erosão das políticas públicas em razão oposto à sobrecarga do âmbito da reprodução social. A ideia de que a família, diga-se mulher, é o suporte para as necessidades, pode vir a naturalizar excesso de trabalho não pago ao gênero feminino, além de legitimar a secundarização do trabalho doméstico e validar possíveis situações de violência e restrições de direitos.

Em suma, há diversos desafios pela igualdade de gênero em que a precarização da vida proveniente da direção econômica do neoconservadorismo e a alienação provocada pela religião são grandes barreiras a serem derrubadas. A vigência do neoconservadorismo através do governo Bolsonaro vem demandando à classe trabalhadora a precarização perversa e excludente das condições de vida. Em especial às mulheres, o fortalecimento do neoconservadorismo pode vir a ocasionar regressão nos direitos históricos conquistados pelas lutas feministas para equiparação da igualdade de gênero. Portanto, pode-se inferir que o governo de Bolsonaro, bem como sua equipe ministerial, vem consolidando o neoconservadorismo, sendo demonstrado por ações obcecadas em impor sua agenda classista, tradicional, moral e religiosa a todo o conjunto da sociedade, principalmente sobre o papel social da mulher, que irá refletir na ideologização e formatação das futuras políticas públicas.

Por isso, é de fundamental importância dar visibilidade à sobrecarga de trabalho do gênero feminino e buscar aportes políticos que possam impulsionar a garantia dos direitos das mulheres, ainda que haja um longo caminho pela frente, é

incontestável que a luta pela igualdade de gênero deva seguir em direção ao rompimento do neo

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n° 106, 2011.

BOHNENBERGER, Marina; BUENO, Samira; SOBRAL, Isabela. *Violência Contra Meninas e Mulheres no Ano Pandêmico*. In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/6-a-violencia-contra-meninas-e-mulheres-no-ano-pandemico.pdf>
Acesso em: 30. set. 2021.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário : notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1* / Silvia Federici ; tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

FREIRE, Silene de Moraes. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. *Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea Quadranti*, vol. VI, n° 2, p. 174-195. 2018. – ISSN 2282-4219.

IAMAMOTO, Marilda. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* / Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. – 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital* / Karl Marx ; tradução Rubens Enderle. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

Recebido em: Maio de 2021.

Aprovado para publicar em: Junho de 2021

A centralidade da família na Política de Assistência Social: breves reflexões

Natalia da Silva Figueiredo⁹⁰

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo tem como finalidade discutir a contraditória relação entre família e serviços sociais no contexto da política social brasileira, tomando como foco o serviço Família Acolhedora. No Brasil esse serviço está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e tem por objetivo fundamental a garantia da convivência familiar e comunitária. Este serviço têm sido implementado sem que haja um debate acerca de suas ambigüidades e contradições no campo de defesa dos direitos sociais. Nesta direção este artigo demarca a tendência familista e o processo de responsabilização por encargos sociais que fundamenta o serviço de Família Acolhedora e historicamente a política social brasileira.

Palavras-chave: Família, política social, proteção social.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la relación contradictoria entre la familia y los servicios sociales en el contexto de la política social brasileña, centrándose en el servicio de la Familia Acolhedora. En Brasil, este servicio está previsto en el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y en la Política Nacional de Asistencia Social (PNAS) y tiene como objetivo fundamental garantizar la convivencia familiar y comunitaria. Este servicio se ha implementado sin que exista

⁹⁰ Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)
Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC)

un debate sobre sus ambigüedades y contradicciones en el campo de la defensa de los derechos sociales. En esa dirección, este artículo esboza la tendencia familista y el proceso de rendición de cuentas por las cargas sociales que subyacen al servicio Familia Acogedora e históricamente a la política social brasileña.

Palabras clave: Familia, política social, protección social.

Abstract

This article aims to discuss the contradictory relationship between family and social services in the context of Brazilian social policy, focusing on the Welcoming Family service. In Brazil, this service is provided for in the Statute of Children and Adolescents (ECA) and in the National Social Assistance Policy (PNAS) and its fundamental objective is to guarantee family and community coexistence. This service has been implemented without a debate about its ambiguities and contradictions in the field of social rights defense. In this direction, this article demarcates the familist tendency and the process of accountability for social charges that underlies the Welcoming Family service and historically the Brazilian social policy.

Keywords: Family, social policy, social protection.

Introdução:

No presente artigo, pretendemos contribuir, mesmo que de forma breve, sobre a centralidade que a família vem alcançando na agenda social do Brasil, especificamente a matricialidade sociofamiliar, uma das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

De acordo com Teixeira (2015) a família tem “ressurgido” no contexto das políticas sociais como agente de proteção

social informal dos seus membros, podendo dizer que a tendência atual na configuração das políticas sociais e econômicas nacionais e internacionais é a de ressaltar a centralidade da família “como objeto, sujeito e instrumento das políticas públicas” (TEIXEIRA, 2015, p. 211).

Podemos ressaltar que o contexto dessa centralidade se dá em um contexto de crise do Estado de Bem-Estar Social e o avanço das reformas neoliberais em curso, juntamente com seus princípios de Estado reduzido nos gastos sociais, e o retorno e incentivo a ideologia do “ideário liberal de que a questão social e as saídas das crises são responsabilidades de todos” (TEIXEIRA, 2015, p. 211).

Foram os liberais que inicialmente defenderam as potencialidades da família para assumir algumas intervenções mais burocráticas e custosas do estado, como forma de lhe reduzir demandas e custos e valorizar outros provedores de bem-estar social, como a comunidade, as organizações não governamentais e o próprio Estado, mas com ações focalizadas nos mais pobres (TEIXEIRA, 2015, p. 212).

Em contrapartida, destacam-se as lutas nacionais e internacionais pela desinstitucionalização dos usuários da política de assistência social, ao passo que o modelo asilar são criticados pelas práticas de confinamento, segregação social e violência institucional, prejudiciais ao desenvolvimento humano, além de serem onerosos aos cofres públicos. O modelo antagônico à institucionalização valoriza o retorno à família e a comunidade, indicando o direito à convivência familiar e comunitária, a autonomia e cidadania dos sujeitos usuários das políticas sociais.

De acordo com Rizzini (2006) os anos de 1990 foram marcados pela posição internacional oposta a institucionalização de crianças e adolescentes, bem como pela adesão de vários países, sendo expresso a excepcionalidade e provisoriade da institucionalização e a importância dos

cuidados alternativos na Convenção das Nações Unidas pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na esfera institucional, normativa e na implementação das políticas públicas, a “re-abordagem” da família é defendida como estratégia mais adequada para o desenvolvimento de políticas e programas sociais para o enfrentamento à pobreza. E desta forma, “a relação custo/benefício sobressai-se porque se pode contar com recursos dessas instituições de proteção informais e com ações mais próximas ao ambiente natural das pessoas e do seu território de vivência” (TEIXEIRA, 2015, p. 213).

No entanto, embora os movimentos pela desinstitucionalização de crianças e adolescentes incentivem os cuidados alternativos e corroborem para a valorização extra-instituição e vivência comunitária, as propostas neoliberais se apropriam desses princípios humanitários, valorizando as famílias, ressaltando competência, papéis e funções clássicas, principalmente no cuidado, educação e socialização de seus membros. Como afirma Miotto:

À medida que não se discute qual papel que a família desempenha no contexto da seguridade, certamente estamos deixando espaço aberto para a reiteração da ideologia, onde questões como a maternidade, a paternidade, as dependências e as vicissitudes da vida cotidiana são de natureza estritamente familiar e privada. Espaço maior ainda para o florescimento da crença em que, através da família, seja possível restaurar um projeto societário baseado na solidariedade, compactuando com uma política de desmantelamento da cidadania social calcada num sistema de garantia de direitos conquistados ao longo do século passado (MIOTTO, 2003, p.2).

Nesse cenário, é de suma importância problematizar a centralidade da família na política de Assistência Social, uma vez que requer considerar a sua própria complexidade inerente

às suas relações com a sociedade e com a própria gestão e execução da política pública, uma vez que a família se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana é marcada por conflitos, desigualdades e suas transformações estão condicionadas às transformações societárias, ao avanço da ciência e da tecnologia.

Uma vez que concordamos com Mioto (2003) quando a autora afirma: “a discussão sobre o lugar da família no âmbito das políticas sociais, particularmente na Assistência Social, é de importância fundamental se não quisermos correr o risco de pecar pela ingenuidade ou de ser vítimas de nossos próprios preconceitos” (2003, p. 1).

A centralidade da família na política de Assistência Social

O reconhecimento da importância da família está explícito no artigo 226 da Constituição Federal do Brasil, quando declara que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, e se reatualiza no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Estatuto do Idoso e na Lei Orgânica da Assistência Social. Contudo, embora as legislações reconheçam a importância da proteção do Estado às famílias, à realidade tem apresentado as contradições nos processos de desproteção e penalização das famílias.

Segundo Couto, Yasbeck e Raichelis (2010) a presença e a importância da família não é considerada uma característica nova das políticas sociais brasileiras. No entanto, nos últimos anos, o debate sobre família, sobretudo as famílias pobres, vem adquirindo centralidade no contexto das políticas públicas. Desta forma, crescem os serviços dirigidos ao atendimento de famílias e segundo as autoras, podem se constituir em,

ações protetivas que favoreçam a melhoria de suas condições sociais como em ações que acabem por sobrecarregar e pressionar ainda mais essas famílias, exigindo que assumam

novas responsabilidades diante do Estado e da Sociedade (COUTO, YASBECK e RACICHELIS, 2010, p. 54).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) adota a centralidade da família na sua formulação, condução e implementação e a matricialidade sociofamiliar constitui um de seus princípios fundamentais.

É importante ressaltar que a matricialidade sociofamiliar seria um verdadeiro avanço para a política de assistência social e de seus usuários se a sua perspectiva fosse privilegiada enquanto política pública, que necessita de investimentos, dando primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, correspondendo a uma estratégia contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos. Além de compreender os usuários em sua totalidade, como unidade de intervenção, partindo do seu caráter preventivo, de modo a romper com a atenção emergencial e no esgotamento das capacidades protetivas.

Todavia, embora represente um avanço para o público usuário, sua configuração aponta contradições na legislação e retrocessos conservadores em seus elementos conceituais. De um lado, a PNAS toma a família como central para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, reforçando a dimensão das famílias como sujeitos de direitos. Por outro lado, reconhece e potencializa os papéis familiares independente de sua organização ou arranjo, pois reconhece como suas funções básicas “prover a proteção e a socialização dos seus membros; converter-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; identidade grupal (...)” (BRASIL, 2004, p. 35).

Outra grande contradição está na assertiva de que “para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal” (PNAS, 2004, p.41), o que para Tavares (2015) demonstra um total descompasso entre a importância atribuída ao papel da família e a falta de condições

mínimas de vida e de suporte e serviços ofertados pelo poder público, o que demonstra que na prática ocorre mesmo é a responsabilização da família pela proteção social de seus membros.

Essa postulação se orienta pelo conhecimento da realidade que temos hoje através de estudos e análises das mais diferentes áreas e tendências. Pesquisas sobre população e condições de vida nos informam que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e a liberalização dos hábitos e dos costumes, assim como o fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. Dentre essas mudanças pode-se observar um enxugamento dos grupos familiares (famílias menores), uma variedade de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas), além dos processos de empobrecimento acelerado, da desterritorialização das famílias, gerados pelos movimentos migratórios, e pela perda gradativa da eficiência do setor público na prestação de serviços (MIOTO, 2003, p. 5).

A própria concepção de família que rege a política pública apresenta inúmeras ambiguidades. A PNAS assim define: “estamos diante de uma família, quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou de solidariedade” (PNAS, 2004, p.28), partindo de uma concepção ampliada de família. Destaca ainda que “não existe família enquanto modelo idealizado e sim família resultante de uma pluralidade de arranjos e re-arranjos estabelecidos pelos integrantes dessa família” (PNAS, 2004, p.28). Tal assertiva aponta um Estado que assume uma posição política que contribui para enfraquecer a perspectiva conservadora que gira em torno das famílias reconstituídas, sem vínculos formais ou consensuais,

famílias monoparentais, assumindo todos esses grupos como unidade familiar e sujeitos à proteção social da política de assistência social.

Contudo, as atribuições e obrigações atribuídas às famílias reproduzem funções naturalizadas socialmente, que penalizam as mulheres e são perpetuadas pelas políticas públicas, como no serviço de “Família Acolhedora”.

Embora a PNAS apresente um conceito ampliado e progressista de família, sua configuração reforça suas tradicionais funções, culpabiliza a família e em especial a mulher pela miséria, ausência do cuidado ou possíveis falhas na socialização de seus membros. Discipliniza e busca os padrões da família nuclear burguesa, mesmo quando se reconhece a variedade de modelos e arranjos familiares, mas espera-se dela o mesmo “padrão de funcionalidade e normalidade”. Psicologiza e individualiza as expressões da questão social, ocultando a realidade social e econômica e por fim, privatiza o cuidado como dever da família, em especial da mulher, ocultando e despolitizando uma política de caráter público.

A legislação aponta a adoção de um novo paradigma no trato com as famílias, destacando que a família deve ser apoiada e protegida para cuidar de seus membros, afirmando ainda que “não existe família enquanto modelo idealizado e sim famílias resultantes de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes destas famílias (Nob-Suas, 2004, p. 52).

No entanto, apesar da existência do consenso sobre as transformações da família quanto a sua estrutura e composição, as expectativas sobre suas tarefas e obrigações continuam preservadas. Ou seja, apesar das grandes transformações e seus impactos nos arranjos e composições familiares contemporâneas, podemos observar a permanência de velhos padrões e expectativas da família burguesa quanto ao

seu funcionamento e desempenho, independente do lugar social que ocupam na estrutura de classes (MIOTO, 2008).

Couto, Yasbeck e Raichelis (2010) nos chamam a atenção para esta questão em particular, na medida em que existe a possibilidade de reprodução do discurso conservador reforçando a culpabilização das famílias e de despolitização, reiterando retóricas acerca das “famílias desestruturadas e incapazes de aproveitar as oportunidades que lhes são oferecidas pela sociedade e (também pelo Estado) para resolverem seus problemas com seus próprios recursos” (2010, p. 56).

Desta forma, podemos observar um caráter paradoxal que marca a conflituosa relação existente entre Estado e Família. Apesar do reconhecimento da centralidade da família no âmbito da vida social, e nas normatizações, podemos observar uma prática e uma negação sistemática de tal reconhecimento, existindo a penalização da família por parte daquelas instituições que deveriam promovê-la.

Mioto (2008) defende que essa crença pode ser considerada, justamente, um dos pilares da construção dos processos de assistência e penalização das famílias, criando uma distinção entre famílias capazes e famílias incapazes.

De acordo com Mioto (2008) na categoria das famílias capazes podemos incluir aquelas que, via de mercado, trabalho e organização interna, conseguem desempenhar com êxito funções que lhes são atribuídas pela sociedade. Na categoria de famílias incapazes estariam aquelas que, não conseguindo atender às expectativas sociais relacionadas ao desempenho das funções atribuídas, requerem a interferência externa, a princípio do Estado, para a proteção de seus membros. São merecedoras da ajuda pública as famílias que falharam na responsabilidade do cuidado e proteção de seus membros. A categorização das famílias como capazes ou incapazes, normais ou anormais, se encontra fortemente arraigada tanto no senso comum como nas propostas dos políticos e dos técnicos

responsáveis pela formulação de políticas sociais e organização de serviços – e principalmente na configuração da matricialidade sociofamiliar.

Nessa perspectiva, ganha força a ideologia secular de que a família é um sociedade natural e sujeito econômico de mercado. As ações públicas devem acontecer sob forma de compensação por falirem no provimento de condições de sobrevivência, de suporte afetivo e de socialização de seus membros. Assim a falência é entendida como resultado da incapacidade das próprias famílias em gerenciarem e otimizarem seus recursos, de desenvolverem adequadas estratégias de sobrevivência e de convivência, de se articularem em redes de solidariedade. Mais ainda: incapacidade de não serem capazes de se capacitarem para cumprir com as obrigações familiares. Nessa direção está embutido um estereótipo de família, que ainda inclui um ideal de estrutura (pai-mãe-filhos) e uma concepção naturalizada de obrigações familiares. Ou seja, mais uma vez é a família a primeira e principal responsável pelo bem-estar de seus membros, independente das condições objetivas de sua realização (MIOTO, 2003, p. 4).

O que podemos observar em relação ao sistema de proteção social é a prevalência da perspectiva familista, uma vez que só ocorre a intervenção estatal, quando a família falha na provisão dos cuidados. Sua intervenção preventiva, se dá a nível de potencializar e valorizar as funções protetivas e socializadoras de cuidado na família, para que a assistência seja realizada pela própria.

“A noção de parceria com a família sobressai-se como parte da rede de proteção social, que também conta com outros provedores de bem-estar social, cabendo ao Estado a coordenação, o financiamento, a capacitação das famílias para o cuidado no domicílio e o oferecimento de serviços alternativos. Todavia, a noção de parceria não é uma novidade: mesmo em fase de maior intervenção do Estado, a família sempre permaneceu como parceira, e em muitos

países, com mercados pouco estruturados e inclusivos e de sistemas de proteção social subdesenvolvidos, ela se constituiu na principal fonte de proteção social” (TAVARES, 2015, p. 217).

A grande “novidade” é a legitimação e legalização da responsabilidade familiar, através de programas e serviços de caráter público, previstos em lei. O que ocorria na esfera informal, movida por laços de afeto e solidariedade, se tornaram uma obrigação formal, passível de ser judicializada e criminalizada. No entanto, a grande dificuldade de problematizar essa tendência se dá em razão do seu próprio desenho e configuração, ao passo que seus objetivos preconizam valores de cidadania, de autonomia e de garantia à convivência familiar e comunitária, o que camufla a sua tendência conservadora e representa a falta de investimentos, a precariedade do serviço, a redução do gasto com a equipes de trabalho e o recuo das responsabilidades do Estado.

Considerações Finais:

A discussão exposta configura a contraditoriedade existente em torno da questão da centralidade da família na política de assistência social, demonstrando que trabalhar com a lógica da matricialidade sociofamiliar não significa atender a lógica da cidadania e do direito, tal como afirma o texto da lei. Existem paradoxos e dubiedades que configuram essa contraditoriedade, uma vez que exigem contrapartidas para que as famílias cumpram suas funções de proteção social.

A centralidade da família no campo da política social abre espaço tanto para promover práticas que garantam a proteção e a participação cidadã das famílias atendidas, ou o seu inverso, que reforça o controle do Estado e seu caráter familista, presente nas políticas sociais. O que não apenas reforça as responsabilidades familiares, como a expectativa de que essa família cumpra funções tradicionais e ideais.

O Estado apresenta a família como central em sua política; mas apesar das mudanças não só normativas, bem como nos padrões de arranjos familiares, ainda exerce o controle desses usuários, permanecendo como agente disciplinador, alicerçado sobre concepções estereotipadas sobre as famílias, realizando distinções entre as capazes, incapazes, normais, patológicas, estruturadas ou desestruturadas. Portanto, deve-se recusar o familismo como perspectiva de responsabilização das famílias, para uma política de assistência social que ofereça serviços universais, continuados, que democratizem as relações familiares.

Considerando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS, estas questões ganham relevância, pois não basta constatar as transformações que as famílias passam, se continuarem persistindo abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional. Principalmente, na política de assistência social, uma vez que possui uma forte herança moralizadora no trato das famílias pobres e as inúmeras responsabilizações que elas devem assumir para fazer jus as ofertas e provisões públicas.

Referências:

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.
- BRASIL. *Caderno: SUAS: configurando os eixos de mudança*. Brasília, MDS/UNESCO, 2008.
- BRASIL. *Capacita SUAS*. Brasília. MDS/UNESCO, 2008.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1990.
- BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.
- BRASIL. *Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS*, Brasília, 2004.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

COUTO, Brenenice Rojas (ET AL). *O Sistema Único de assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate*. (mimeo), pp.1-10, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: *Política Social Família e Juventude: uma questão de direitos*. SALES, Mione Apolinário (et al). São Paulo. Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene (et. al). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo/Brasília: Cortez/Unicef, 2006.

TEIXEIRA, Solange Maria. *Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar*. Revista de Políticas Públicas, vol. 13, num.2, pp.255-264, julho-dezembro, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social Contemporânea: a família como referência para as Políticas Sociais e para o trabalho social. In: *Familismo, direito e cidadania: contradições da política social*. Regina Célia Tamasso Mioto, Marta Silva Campos, Cássia Maria Carloto (orgs). São Paulo : Cortez, 2015.

Recebido em: Maio de 2021

Aprovado para publicar em: Junho de 2021.

Pandemia, Direitos Humanos e Desigualdade Social no Chile

Oscar Santelices Moya⁹¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Vemos com especial preocupação que a crise da saúde pública causada pela pandemia está gerando uma grave ameaça aos direitos humanos no Chile. Em tempos de crise, é necessário reafirmar a obrigação do Estado de respeitar e garantir os direitos fundamentais de toda a população sem discriminação. Esta crise expôs as graves deficiências do sistema público de saúde chileno, insuficientes para garantir da mesma forma a todas as pessoas o direito à saúde. É preocupante ver como se instala o sentimento de que as decisões dos poderes públicos estão sendo motivadas, principalmente, por interesses econômicos e não necessariamente pelo maior bem-estar da população.

Palavras-chave: Pandemia, Desigualdade, Direitos Humanos

Resumen

Vemos con especial preocupación que la crisis de salud pública provocada por la pandemia está generando una grave amenaza a los derechos humanos en Chile. En tiempos de crisis es necesario reafirmar la obligación del Estado de respetar y garantizar los derechos fundamentales de toda la población sin discriminación. Esta crisis ha puesto en evidencia las graves deficiencias del sistema de salud pública chileno, las cuales son insuficientes para garantizar de igual

⁹¹ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UERJ

manera el derecho a la salud de todas las personas. Es preocupante ver la sensación de que las decisiones de los poderes públicos están siendo motivadas principalmente por intereses económicos y no necesariamente por el mayor bienestar de la población.

Palabras clave: Pandemia, Desigualdad, Derechos Humanos

Abstract

We see with special concern that the public health crisis caused by the pandemic is generating a serious threat to human rights in Chile. In times of crisis, it is necessary to reaffirm the obligation of the state to respect and guarantee the fundamental rights of the entire population without discrimination. This crisis has exposed the serious deficiencies of the Chilean public health system, insufficient to guarantee equally to all people the right to health. It is worrisome to see how the feeling is taking root that the decisions of the public powers are being motivated primarily by economic interests and not necessarily by the greater wellbeing of the population.

Keywords: Pandemic. Inequality. Human Rights.

Introdução

Depois da revolta popular de outubro de 2019 no Chile, muitos de nós nos perguntamos se esse iria ser o começo do fim para o modelo capitalista na sua expressão neoliberal nesse país. Vamos dizer com clareza que, quando muitos especialistas afirmaram que "ninguém viu o mal se aproximar"

denominado "explosão" social⁹², ignoraram a lógica que as evidências acumuladas evidenciavam a respeito da segmentação educacional, segregação territorial, acumulação de riqueza e desigualdade permanente no Chile desde meados do século XX. Uma desigualdade que exalava por todos os poros do Chile, e que não se expressou apenas nas relações salariais da população.

Não temos dúvidas de que o Chile vinha se destacado nos últimos decênios entre seus pares latino-americanos como sendo uma notável economia emergente na região, com indicadores em matéria de renda, crescimento e superação da pobreza, que poderiam ser resumidos a partir dos níveis de desenvolvimento humano, chegando a se destacar entre os melhores da região. No entanto, nos dias atuais, subsistem ainda problemas que dizem respeito as desigualdades ocasionadas pelo modelo socioeconômico, que vem erodindo não apenas o dinamismo do crescimento, senão que tem colocado em risco os avanços realizados em matéria de coesão social. Um problema passível de análise e que se refere às consequências da situação econômica no campo social, que tem significado uma relativa estagnação, especialmente no que diz respeito à criação de empregos, as igualdades socioeconômicas e à capacidade de ação dos grupos e setores sociais mais vulneráveis que foram afetados pelo modelo de crescimento. Isso tem estado no âmago das discussões relativas à eventual correção ou mudança do desenho do modelo econômico vigente.

O anterior nos permite apontar, sem ambiguidade, que nós sabíamos que estava sendo incubado um ovo de serpente na sociedade chilena, e que o descontentamento da população iria

⁹² O denominado "Estallido social", movimento de revolta popular que ocorreu no Chile em outubro de 2019.

se manifestar cedo ou tarde. Foi assim que ocorreu, e não foi mais do que consequência dessa profunda assimetria na qual historicamente tem mergulhado o país, e cujo principal determinante histórico se acha contido na visão da oligarquia local que fundou esta nação pautada nos interesses do capital mercantil, sem se importar com o desenvolvimento da nação, passando a exercer o domínio quase absoluto do Estado através da classe política.

Foi em decorrência da estrutura dessa organização social que surgiu aquilo que o historiador chileno Gabriel Salazar chamou de povo mestiço⁹³, e que sempre permaneceu longe das decisões que diziam respeito à sua própria vida, sendo ainda afastado da construção da base social da nação. Dessa maneira que o Chile foi se constituindo enquanto nação, numa estratificação que desconsiderava esse povo, ou o fazia apenas quando alguns estamentos tinham interesse em integrar um cargo político "conspícuo". Dessa perspectiva, ficava assim configurada uma massa moldável permeada pelo peso da noite, fenômeno que ficou intensificado pela passividade endêmica do próprio povo subjogado pela oligarquia hegemônica.

Estado, classes e desigualdade social

A esse respeito, T.H. Marshal (1949), ao estudar a relação entre a cidadania e a classe social, questionou a possibilidade de a cidadania romper a estrutura de desigualdade. Destacou a compatibilidade entre cidadania e divisão de classes sociais, porém reconheceu que a universalização das políticas básicas conferia a classe trabalhadora o estatuto de cidadania, pela sua

⁹³ Para Salazar, o povo mestiço, aliás, era um povo sem território, porque o território pertencia originalmente aos Mapuche e mais tarde, por direito de propriedade e apropriação, aos espanhóis e aos crioulos.

participação no padrão civilizatório, que tornava os sujeitos semelhantes.

A ideia de cidadania, então, é uma construção não isenta de lutas e desafios, já que oferece um status simples e cria uma base de igualdade sobre a qual elevar a estrutura de desigualdade, mas ao mesmo tempo proclama uma igualdade ideal de oportunidades que guia o horizonte de expectativas e aspirações, gerando mecanismos pelos quais a desigualdade do sistema de classes se torna aceitável (MARSHALL, 1949).

Pensar a estratificação social é, portanto, pensar historicamente na distribuição de oportunidades para o acesso às diversas posições sociais, que dependem como mencionado não apenas de uma estrutura econômica, mas da posição da mesma no sistema mundo e de maneira particular dos recursos que o Estado destina ou deixa de destinar, ou define modos diferenciais, para resolver a questão social.

Dentro desses lineamentos, portanto, pensar os processos de estratificação, significa pensar os processos de conformação dinâmicos de classes sociais, os quais não são iguais em todos os lugares, nem em todos os tempos, senão que é produto de uma conjunção dialética entre a inserção do país no sistema mundo (Wallerstein, 1974; Frank, 1973), a conformação histórica da propriedade privada e da estratégia ou modelo de desenvolvimento estatal (ESPING, 1993). É, a partir desse marco histórico referencial, que muito vem sendo discutido na atualidade sobre a especificidade chilena sob a égide do neoliberalismo e sobre as mudanças acontecidas na região nas últimas décadas.

O breve mandato do médico Salvador Allende, presidente do Chile eleito democraticamente, de 1970 a 1973, conhecido como o governo da Unidade Popular, apresentou fortíssimos traços populistas. Foi uma fugaz tentativa de criar uma

sociedade democrática com maior equidade na América Latina, e que ainda encontra ressonância na atualidade⁹⁴.

Na política econômica, Allende realizou a reforma agrária, acelerando a expropriação e distribuição de terras aos camponeses, processo que já havia sido iniciado pelo governo anterior. O governo destinou os recursos de política agrária para conceder crédito aos novos proprietários rurais que se formavam.

Em relação à proteção das classes de menor renda, o governo executou uma política social que privilegiou especialmente a infância chilena, pois focou o gasto público na construção de creches e escolas de ensino básico, além de elaborar um programa destinado a distribuir regularmente leite às crianças a fim de combater a subnutrição. O governo da Unidade Popular viu seu traumático fim em 11 de setembro de 1973, quando os militares decidiram derrubar Salvador Allende.

Assim, a tomada do poder pelas Forças Armadas chilenas prosseguiu com a instalação de uma ditadura, o que encerrava com um dos regimes democráticos mais duradouros da América Latina. O golpe foi realizado com o simples intuito de devolver o país ao *status quo* que o Chile tinha antes de Allende, isto é, acabar com o “caos social” preconizada pelas greves e manifestações, e estabilizar a economia. As ideias neoliberais chegaram à América Latina ainda na década de 1970.

Foi nesse cenário, com o General Pinochet, que o Chile se constituiu no primeiro país no mundo, antes mesmo que a Inglaterra, a implantar o modelo neoliberal, com a centralidade

⁹⁴ Sem precedentes no mundo, o Chile acaba de dar uma prova extraordinária de desenvolvimento político, fazendo possível que um movimento anticapitalista assumo o poder pelo livre exercício dos direitos cidadãos (MODAK, 2008).

do mercado, cumprindo à risca o receituário propugnado por Milton Friedman, que se caracterizou pela liberalização da economia, alta taxa de desemprego, repressão sindical, concentração de renda em favor dos mais ricos, e privatização de bens públicos. A aplicação do projeto neoliberal no Chile se deu assim após a destruição do movimento operário e popular. Não houve resistência significativa diante do novo processo de “fascismo social de mercado”. Na relação entre o Estado e a sociedade chilena predominaram relações de cooptação e incorporação subordinada (populismo, clientelismo, “caudillismo”) ou a confrontação, seja por via de formas mais ou menos violentas ou por via dos movimentos sociais e de protesto organizado que realizam pressão por obter suas demandas, buscando impactar as políticas por fora da institucionalidade.

Isso tudo faz com que os atores sociais debilitados, se vejam obrigados a por como única tarefa de sua ação seus próprios problemas particulares, com o que diminui sua preocupação com as grandes questões nacionais e aumenta sua demanda puramente corporativa, o que é reforçado ao não contar como em outra época com um sistema partidário em que os setores sociais se sentiam ouvidos e representados sendo incorporados pela classe política, com exceção da direita que expressamente estava alinhada unicamente com os interesses empresariais e militares.

Direitos humanos, crise na saúde e mobilização social

A conjuntura de mobilização social, somada à atual crise da saúde produzida pela pandemia do COVID-19, mais uma vez levanta a discussão a respeito dos problemas originados pela profunda desigualdade social e material que historicamente caracterizou o sistema socioeconômico

chileno, e que constituem as demandas sociais da população civil, onde se ressentem e rejeitam a precariedade da vida nessas condições.

A principal reclamação dos cidadãos diz respeito à democracia, um lugar de fala onde há relatos de uma importante insatisfação social a respeito do atual sistema político. Principalmente, por não conseguir atender oportunamente e se adequar às suas demandas, por isso é necessário que esses direitos não estejam apenas no papel, mas que os cidadãos sintam realmente que houve uma mudança que implica em uma melhoria na sua qualidade de vida.

Foi assim que em 2019 os estudantes chilenos não quiseram seguir esperando, eles acordaram, evadiram as barreiras do metrô na capital do país, e deram origem ao maior movimento social ocorrido no Chile, com consequências políticas, morais e danos materiais. As primeiras seis semanas do surto deixaram 34 mortos, 3.000 feridos e quase 20.000 presos⁹⁵. Relatos de violações dos direitos humanos chocaram o mundo. Em termos de danos materiais, 25 estações de metrô foram incendiadas, 200 lojas foram saqueadas e ocorreram mais de 300 ataques a quartéis policiais. Que teve por origem a raiva acumulada por dois séculos de abusos no país⁹⁶.

Esses acontecimentos foram decantando abrindo caminho para um grupo de forças que nunca pensou no que estava por vir do Oriente, uma doença letal que nos fez como seres humanos repensarmos para perseverar num sistema para o qual somos meros números. No entanto, o mais grave de tudo é que o Coronavírus exacerbou o que a explosão social de

⁹⁵ Do ponto de vista dos governos, os distúrbios tendem a ser predominantemente conspiratórios (Snow 2007; Newburn 2018).

⁹⁶ Os distúrbios têm sido historicamente associados a várias causas. Existem teorias que explicam sua origem como resultado de desconfortos estruturais na sociedade (Wacquant e Howe 2007).

outubro mostrou, a enorme desigualdade social no Chile. Confrontados com a pandemia, a manutenção e reprodução da lógica do mercado e padrões obscenos de acumulação de capital, são uma expressão palpável de que o sistema neoliberal deve mudar⁹⁷.

Na esteira dessas assimetrias, no cenário de crise global na saúde devido a pandemia do Coronavírus (COVID-19), podemos afirmar que essa situação se vê acirrada no Chile, seja pelos altos níveis de desigualdade assinalados, bem como pela falta de informações transparentes⁹⁸, o que tem gerado preocupação legítima entre as pessoas sobre o impacto que a atual crise pode ter na saúde e na vida de a população, em particular, de setores especialmente vulneráveis como os idosos, os doentes crônicos, as pessoas com deficiência e os que se encontram sob custódia do Estado.

Da mesma forma, as pessoas que vivem na pobreza e indigência são especialmente vulneráveis nesta crise. É preocupante ver como se instala o sentimento de que as decisões dos poderes públicos estão sendo motivadas, principalmente, por interesses econômicos e pela proteção de determinados setores privilegiados da sociedade, e não necessariamente pelo maior bem-estar da população.

⁹⁷ A pobreza e a pobreza extrema atingiram níveis na América Latina em 2020 não observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, bem como um agravamento dos índices de desigualdade na região e nas taxas de emprego e de participação laboral, especialmente das mulheres, devido à pandemia COVID-19 e apesar das medidas emergenciais de proteção social que os países adotaram para combatê-la, afirma a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

⁹⁸ O instituto Milenio - centro científico chileno que investiga o uso e o impacto social dos dados - anunciou que congelaria a sua participação junto ao Ministério das Ciências devido à "ausência de uma política de acesso aberto aos dados da saúde, um insumo fundamental para a realização de pesquisas que contribuam para o enfrentamento desta pandemia".

Em junho do ano passado, um aumento acentuado nos casos de COVID-19 gerou fortes críticas à capacidade do governo de lidar com a pandemia, aumentando ainda mais os problemas para o governo. Em resposta, o presidente Piñera compreendeu que a única maneira de aumentar sua popularidade antes do fim de sua presidência, no final deste ano, seria garantindo o maior número possível de vacinas para seus cidadãos.

Embora outros governos também o tenham feito, o Chile adotou essa estratégia muito cedo. Ele rapidamente iniciou negociações com muitas empresas farmacêuticas, incluindo empresas pioneiras como AstraZeneca e Pfizer, mas também a Johnson & Johnson, que estava mais atrasada no desenvolvimento. Foi, sem dúvida, ajudado pela tradição de um modelo econômico altamente aberto ao comércio: os negociadores comerciais chilenos têm grande habilidade, uma ampla gama de contatos internacionais e estão acostumados a enfrentar ambientes incertos.

Por outro lado, vemos com especial preocupação que a crise de saúde pública causada pela pandemia está gerando uma grave ameaça aos direitos humanos no Chile⁹⁹. Em tempos de crise, é necessário reafirmar a obrigação do Estado de respeitar e garantir os direitos fundamentais de toda a população sem discriminação. Esta crise expôs as graves deficiências do sistema público de saúde chileno, insuficientes para garantir da mesma forma a todas as pessoas o direito à saúde, ou seja, o acesso a um sistema que cumpra os princípios

⁹⁹ A pandemia não afetou a todos igualmente. “A emergência revelou mais uma vez a forma como a desigualdade nos caracteriza, neste caso pela forma como os efeitos negativos da crise são tão amplamente distribuídos, de acordo com o Relatório Anual 2020 sobre Direitos Humanos e os efeitos da pandemia no Chile do Instituto Nacional de Direitos Humanos do Chile.

de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade para a população inteira¹⁰⁰.

A diferença entre planos de resgate para grandes empresários e planos de bem-estar esqualidos para os mais pobres deste país mostram as preferências claras de um Estado cúmplice com o descaso para a cidadania. No entanto, compartilhamos da ideia que afirma que o sistema capitalista está em crise planetária; a questão razoável é distinguir se é uma crise na direção do desaparecimento ou para sua preservação? Nossa hipótese é que, no Chile, dependerá da força que a emergência do “poder constituinte”¹⁰¹ possa adquirir sobre a soberania popular, sancionado através de um Plebiscito Nacional em que o país decidiu aprovar a opção de redigir uma Nova Constituição e o órgão para redigi-la será a Convenção Constituinte.

A oportunidade está: uma nova Constituição. O “povo” tem um poder que pode e deve exercer-se para determinar qual Estado parecerá mais adequado para garantir o bem-estar máximo de todos os cidadãos. Esse Estado, decidido pela soberania popular, deve corrigir o modelo. A Constituição é fundamental porque ordena a estrutura democrática de um país e estabelece a participação dos diferentes atores, individuais e coletivos, na tomada de decisões.

No caso, a Constituição chilena de 1980 tem um problema de legitimidade e origem¹⁰², não foi desenvolvida em uma

¹⁰⁰ No Chile, a saúde é tida como um serviço que, como tal, estaria sujeita a outras condições de existência, isto é, a dinâmica da oferta e da demanda, as expectativas dos consumidores, o fornecimento de serviços acorde com aquilo que se espera, e a ocultação do público e gratuito.

¹⁰¹ Inicialmente, Rousseau poderia ser apontado como o pai do conceito de “poder constituinte”, com base em sua teoria da vontade geral.

¹⁰² A Constituição de 1980 foi escrita em um mundo de Guerra Fria, entre quatro paredes em um regime de ditadura militar que aderiu à doutrina da segurança nacional e do inimigo interno.

democracia e não tem uma participação plena dos cidadãos. Ou seja, há críticas fortes, a respeito de como a Constituição foi elaborada, e daqueles que participaram nesse processo¹⁰³. E, em última análise, qual foi o grau de legitimidade que possui. Pelo mesmo motivo, se faz necessário modificar a Constituição, porque de fato nosso sistema político está mostrando que a crise de confiança, a crise de representação política e a tensão que existe entre os cidadãos e as elites, necessariamente exige o estabelecimento de novas regras do jogo, que nos permitam recuperar essa consciência institucional e dar garantias de estabilidade ao nosso sistema político democrático.

Uma simples reforma da Constituição não mudaria questões que hoje são fundamentais para os cidadãos e que se referem à extensão dos direitos sociais. Uma vez superado esse cenário, a cidadania espera da nova carta fundamental, em primeiro lugar, passar de um Estado subsidiário como o atual, que tem como propósito fundamental garantir as condições do mercado, para um Estado social, cujo dever fundamental seja fazer cumprir os direitos sociais, quais sejam, a educação, a saúde, a moradia e a seguridade social.

Passar de um modelo de desenvolvimento extrativista, nocivo ao meio ambiente, que concentra a renda em benefício de poucos, para um modelo comprometido com o meio ambiente, que possa criar valor. Dar mais poder ao Poder Legislativo e diminuir do Executivo, deixando atrás um Estado estruturado de acordo com a lógica de um modelo constitucional imposto por uma ditadura, que deve ser refundado, bem como adicionar mais mecanismos de

¹⁰³ Elaborada pela chamada Comissão Ortúzar de 1974 a 1978, sem legitimidade originária, sem órgão constituinte democrático, revisada em seu texto final pela Junta Militar e aprovada em plebiscito convocado pelo decreto-lei nº 3.465, de 1980, sem qualquer garantia democrática que pudesse validá-la, em que a opção Sim obteve 67,03% e a opção Não 30,19%.

descentralização e uma maior participação, de maneira a atender as demandas decorrentes do poder soberano dos cidadãos.

Hoje em dia, quando ainda continuam as mortes e contagiados, quando as lojas querem abrir, quando um número é mais importante do que uma vida, podemos então encontrar algumas respostas relacionadas com a histórica explosão de outubro no Chile. Não é de se surpreender que quando tudo isso acabar - porque de alguma forma vai passar - a massa descontente de cidadãos, esse povo mestiço que tanto foi tolhido, se levantará em uma verdadeira consigna revolucionária e acabará de uma vez por todas com o velho regime de abusos.

Considerações Finais

Sem dúvida, podemos inferir que a democratização política chilena foi exitosa na medida em que tirou de cena a ditadura militar, e da mesma maneira impediu uma eventual desestruturação da sociedade ao controlar as variáveis macroeconômicas, firmando no poder um governo formado pela coalizão democrática majoritária.

Muito embora, na época não fora possível falar de uma transição exemplar ou "exitosa" se considerarmos o resultado deste processo, bem como a qualidade que revestia esse regime democrático. Este se caracteriza pela precariedade institucional, a presença de poderes fáticos e pela pouca força representativa devido às tensões entre os atores políticos e a sociedade.

Da mesma maneira, pela fragilidade de suas bases culturais, devido à ausência de consensos básicos, e à falta de coesão, unidade e direção de um projeto societário, por causa do enfraquecimento do poder estatal.

A ausência de uma crise econômica inicial, que, em muitos outros casos de transições, alterou correlação de forças pro-democráticas abrindo espaços para a desestabilização ou a deslegitimação, por parte dos poderes fáticos ou pelo distanciamento dos setores médios e populares, não forçava os primeiros governos democráticos a políticas que tivessem efeitos antipopulares ou regressivos para resolver uma crise conjuntural herdada.

Concluimos que não se havia herdado uma crise senão um modelo, o que constitui um problema estrutural muito mais grave, que devia não ser apenas corrigido, mas substituído, entendemos que apenas dessa maneira, verdadeiras mudanças teriam lugar no cenário político do Chile na atualidade. Ao desestruturar a ação coletiva, se privilegia só a dimensão corporativa ligada ao poder econômico e se geram ações defensivas esporádicas. A isso devemos agregar a ausência de uma institucionalidade adequada tanto no sentido de normas e regulações como de organização do Estado para processar os conflitos e demandas.

Assim, o descompasso entre organizações sociais, especialmente dos setores mais vulneráveis, e os atores mais poderosos que atuam na economia, os poderes fáticos, não só parece não haver diminuído senão que piorou no atual cenário de pandemia.

Referências

ALTHUSSER, L. *Lenin and Philosophy and other essays*. New York: Monthly Review Press. 2001.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), Panorama Social de América Latina, 2008 (LC/G.2402-P), Santiago, 2009.

CEPAL (2010). *Heterogeneidad estructural y brechas de productividad*: de la fragmentación a la convergencia In: La Hora de la Igualdad, Santiago de Chile.

ESPING, A. GOSTA. *Los tres mundos del Estado del Bienestar*. Ediciones. Alfonsel Magnánim, Valencia, España, 1993.

FRANK, Andre Gunder. *Lumpen-Burguesía: Lumpen-Desarrollo*. Dependencia clase y política en Latinoamérica. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1973. 196 p.

GARCÍA, Cívico Jesús (2006). *A tensão entre mérito e igualdade*: mérito como fator de exclusão, Universitat de Valencia, Servei de Publicacions.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T da, Gentilli, Pablo (orgs). *Escola S.A.*: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE. 1996.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Volume 1. Introdução ao Estudo da Filosofia a filosofia de Benedetto Croce. Civilização Brasileira. 3ª Edição. Rio de Janeiro. 1971.

GRAMSCI, A. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

GUILLADAUT, P; MOUTERDE, P. *Los Movimiento Sociales en Chile 1973-1993*, Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1998.

MARSHALL, T. H. Ciudadanía y clase social. In: Marshall, T. H. y BOTTOMORE, T. 1998: *Ciudadanía y clase social*. Alianza Editorial, 1949.

MODAK, Frida (Org.). *Salvador Allende*: pensamiento y acción. Buenos Aires: Lumen; CLACSO, 2008.

NEWBURN, T. JONES, T. y BLAUSTEIN, J. *Framing the 2011 England Riots*: Understanding the Political and Policy Response. The Howard Journal of Crime and Justice 57(3): 339-62, 2018.

SNOW, D. RENS, V. y CORRIGALL-BROWN. C. 2007. *Framing the French Riots*: A Comparative Study of Frame Variation. Social Forces 86(2): 385-415.

WACQUANT, L, y HOWE, J. *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Oxford: Polity Press, 2007.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system. Capitalist agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Recebido em: Maio de 2021

Aprovado para publicar em: Junho de 2021

Erosão Democrática e Política Criminal de Violação aos Direitos Humanos no Brasil

Roberta Duboc Pedrinha
Universidade Federal Fluminense

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise crítica do cenário atual da maior democracia da América Latina, o Brasil, em que se assiste no ápice do modelo neoliberal, à escalada de práticas autoritárias, com ameaças às instituições públicas e aos poderes da República. O estudo desvela o acirramento da incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo, aponta para problemas como a concentração do poder econômico e político, ampliação da desigualdade estrutural e esgarçamento do tecido social. Demonstra que, se anteriormente, a democracia buscava regular o capitalismo, agora, o capitalismo, em sua etapa mais agressiva, é quem passa a regular a democracia, embora no Brasil, passe a desregulá-la, pela intensificação de práticas autoritárias, com ênfase nas políticas criminais repressoras de segurança pública, com violações de direitos humanos.

Palavras-Chave: Democracia, Neoliberalismo, Direitos Humanos

Resumen

El presente trabajo presenta un análisis crítico del escenario actual de la democracia más grande de América Latina, Brasil, que asiste al ápice del modelo neoliberal, la escalada de prácticas autoritarias, con amenazas a las instituciones públicas y los poderes de la República. El estudio revela el

recrudescimiento de la incompatibilidad entre democracia y neoliberalismo, apunta a problemas como la concentración del poder económico y político, la ampliación de la desigualdad estructural y el deshilachamiento del tejido social. Muestra que, si antes la democracia buscaba regular el capitalismo, ahora es el capitalismo, en su etapa más agresiva, quien pasa a regular la democracia, aunque en Brasil pasa a desregularla, a través de la intensificación de las prácticas autoritarias, con énfasis en las políticas criminales represivas de seguridad pública, con violaciones a los derechos humanos.

Palabras clave: Democracia, Neoliberalismo, Derechos Humanos

Abstract

This paper presents a critical analysis of the current scenario of the largest democracy in Latin America, Brazil, in which the neoliberal model is at its peak, with the rise of authoritarian practices, with threats to public institutions and the powers of the Republic. The study reveals the deepening incompatibility between democracy and neoliberalism, points to problems such as the concentration of economic and political power, expansion of structural inequality and the fraying of the social fabric. It demonstrates that, if previously, democracy sought to regulate capitalism, now, capitalism, in its most aggressive stage, is the one who starts to regulate democracy, although in Brazil, it starts to deregulate it, through the intensification of authoritarian practices, with emphasis in repressive criminal policies of public security, with human rights violations.

Keywords: Democracy, Neoliberalism, Human Rights.

1. Noções Introdutórias

O presente trabalho aborda o atual cenário brasileiro, no ápice do modelo neoliberal, em que a maior democracia da América Latina está em erosão, mediante uma escalada autoritária, com recorrentes ameaças às instituições públicas e aos poderes da república. Isso deu-se em razão da ascensão ao governo da ultradireita, apoiada por setores conservadores radicais, que imprime políticas criminais violadoras de direitos humanos, particularmente, frente às populações mais vulneráveis.

Nesse âmbito, o estudo em tela desvela o acirramento da incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo. A primeira concebida, segundo Boaventura de Sousa Santos (2018), enquanto soberania popular, com efetiva participação política, bem como redistribuição social. Já o segundo ancorado na livre acumulação do capital, particularmente, na fase do capitalismo financeiro, com concentração do poder econômico junto ao político, ampliando a desigualdade estrutural e esgarçando cada vez mais o tecido social. E constata as políticas criminais de segurança pública gestadas enquanto ferramentas de manutenção do status quo, posto que se trata de forma institucionalizada de controle social incidente na massa indesejável de indivíduos excluídos do mercado de trabalho.

A pesquisa em cotejo é de natureza exploratória, que apresenta uma metodologia qualitativa, centrada na questão do enfraquecimento da democracia conjugado ao fortalecimento do neoliberalismo, que tem como desdobramento, particularmente, no contexto pandêmico, o acirramento das desigualdades sociais e das práticas criminalizadoras e penalizadoras, produzidas pelo Estado.

O marco teórico do trabalho, bem como suas matrizes epistemológicas, abrangem autores como: Boaventura de Sousa Santos para desvendar a democracia; Pierre Dardot, Christian Laval e Rubens Casara, para em reatualização marxista, desconstruir o modelo neoliberal, em sua atual gestão, que ignora a divisão entre público e privado; Alessandro Baratta, Massimo Pavarini, Louk Hulsman, Lola Aniyar de Castro, Raúl Zaffaroni, Gabriel Ignacio Anitua, Roberto Bergalli, Juarez Cirino dos Santos, Nilo Batista, e

Vera Malaguti, integrantes da Criminologia Crítica; alcançando Silvio de Almeida, e Achille Mbembe, Frantz Fanon e Ana Flauzina, pensadores Antirracistas, para dismantelar as políticas criminais repressoras difundidas, propulsoras do encarceramento em massa e da letalidade extralegal.

Portanto, o supracitado artigo tem como objeto de estudo a democracia, o neoliberalismo e as políticas criminais repressoras. No que tange à democracia, dirige-se de seus fundamentos às ameaças que sofre, atentatórias às instituições e poderes públicos. Coloca em foco o modelo neoliberal, averigua de sua vertebração aos efeitos negativos ocasionados. Nesse escopo, revela as políticas criminais de segurança pública, que no âmbito oficial corroboram o super encarceramento e no extraoficial forjam as execuções sumárias e sumaríssimas, extralegais, articuladas na gestão da necropolítica, cuja dimensão racial e social é a mais afetada, impulsionada pelos discursos de lei e ordem, de construção do inimigo em modelo bélico desenhado, violador de direitos.

Nesse diapasão, no Brasil, constata-se o desaparecimento dos limites ao exercício dos poderes, afirma-se a aglutinação do poder político com o econômico, e o interesse na acumulação ilimitada de bens em detrimento dos direitos humanos, que se tornaram entraves ao neoliberalismo (CASARA, 2018). Por conseguinte, o significante democracia não desaparece, porém perde o seu conteúdo, na medida em que não há efetiva participação popular nas decisões políticas, mas rupturas nas relações sociais, uma vez que indivíduos passam a se relacionar melhor com coisas. Afinal, no neoliberalismo, todas as pessoas são tratadas como objetos negociáveis. Pois trata-se de uma sociedade individualista, voltada para o “Eu”, que se destaca pela procura por lucro, vantagens pessoais, satisfação de projetos individuais, onde se espriam as auto performances, os empresários de si mesmos, maximizando os egoísmos, com o desejo por autoritarismo, que fomenta suas práticas derivativas, na seara das políticas criminais, ampliando a erosão democrática (CASARA, 2020).

2. Neoliberalismo e Erosão Democrática

Em sua meticulosa análise crítica acerca da democracia, Boaventura de Sousa Santos a inscreve ancorada nos princípios fundamentais da autorização e da prestação de contas. Salieta que deve preconizar o sufrágio universal, logo, a supremacia do voto, a pluralidade de partidos, a liberdade de expressão, de eleger e ser eleito, a separação entre o político e o econômico, a separação entre o Estado e a sociedade civil, sem coerção de qualquer ordem, tendo a esfera pública como seara de deliberação, ao primar pela horizontalização das relações sociais (SANTOS, 2018a).

O autor entende que a democracia é exigente, mas que muitos países não cumprem as condições necessárias, materiais e simbólicas, à sua implantação e consolidação enquanto sistema político. Daí, a democracia significar toda a transformação de relações de poder desigual na sociedade estratificada. Então, provoca incômodos, pois produz possibilidades de mudanças sociais, que ameaçam o status quo.

Lembra que, anteriormente, a democracia regulava o capitalismo, e que agora, o capitalismo, em sua etapa mais agressiva, é quem passou a regular a democracia. Embora no Brasil, passe a desregulá-la, pela intensificação de ofensas às instituições públicas e recrudescimento de políticas criminais repressoras, que reproduzem transgressões aos segmentos mais pobres e racializados. Logo, ao invés das elites servirem à democracia, as elites passaram a se servir da democracia.

Nessa senda, o catedrático português adverte acerca das permanentes ameaças à democracia, que a colocam em posição de baixa intensidade, quando o indivíduo não consegue acessar o Estado, pois a estruturação vertical o impossibilita na confluência de aproximação no tecido social; o constitucionalismo global do neoliberalismo se fixa em sobreposição ao constitucionalismo nacional, o qual se fragiliza; a separação entre o mercado econômico e o poder político se esfacela, uma vez que se fundem; e a separação dos poderes, pelo sistema de freios e contrapesos encontra-se em franco declínio frente à hegemonia do executivo (SANTOS, 2018b).

Então, verifica-se o nítido ruir democrático, com o surgimento de modelos híbridos, nem ditadura e nem democracia, mas sim uma “*democradura*” ou “*ditacracia*”, que se afirmam no neoliberalismo.

Nesse mote, Edson Teles pontua estar em ascensão o que nomeia como democracia de efeito moral ou democracia de segurança nacional (TELES, 2018). Portanto, um modelo de democracia que traz em sua essência um eixo autoritário. Na mesma direção, Felipe Demier nomeia o que se desenha como uma democracia blindada no Brasil (DEMIER, 2017). Já Giorgio Agamben faz alusão ao estado de exceção, mostra o germe do autoritarismo e revela que este estado de exceção pulsa no interior do Estado de Direito (AGAMBEN, 2003). Rafael Valin critica o estado de exceção enquanto nova forma jurídica, em que se expressa o neoliberalismo (VALIN, 2018).

Sobre o neoliberalismo cumpre esclarecer que possui antecedentes de surgimento desde fins da década de 30, e que foi ganhando terreno na década de 80 e início de 90, agora em seu apogeu, irrefutavelmente, como fenômeno global, traveste-se de nova forma de racionalidade, como tratado por Pierre Dardot e Christian Laval. De acordo com os autores franceses, há latente incompatibilidade desta nova racionalidade com a democracia. O neoliberalismo, antes de se inscrever enquanto ideologia ou política econômica, é fundamentalmente uma forma de estruturar e organizar, não somente a plataforma dos governos, como também as ações dos governados. Configura-se como um novo colonialismo, uma outra forma de colonização dos corpos como mercadoria, em que há hegemonia da ordem econômica (DARDOT, e LAVAL, 2016).

Nessa senda, o neoliberalismo coloca-se como razão do capitalismo contemporâneo, fixa-se consoante um princípio universal de concorrência e eleva a empresa como referência de subjetivação, modela comportamentos, individualiza relações sociais. Eleva o capitalismo financeiro global através da desobrigação de regulação do Estado, em nome da eficiência dos mercados, viabiliza a extrema concentração de riquezas e o empobrecimento dos assalariados, agudizando a polarização entre os segmentos sociais. Reproduz a lógica empresarial, que passa a ser internalizada,

da ótica de atuação do Estado aos processos de subjetivação de cada pessoa, posto que passa a gerir uma lógica individualista em cada um, conforme a funcionalidade laboral, em que o sujeito se torna uma empresa de si, com *ethos* de autovalorização e competitividade (DARDOT, e LAVAL, 2016).

Diante do exposto, constata-se que Estado e indivíduo reproduzem a lógica empresarial, e mais do que isso, ambos se reinventam enquanto unidades de produção, sob a batuta do Estado gestor. Posto que, este faz desaparecer a separação entre a esfera privada e a pública. Entre os indivíduos, que introjetam padrão de empresa, não mais existe o cidadão, imbuído de direitos fundamentais e investido de responsabilidade coletiva. Agora renasce o empreendedor e se fabricam subcidadãos, pois se o desempenho no mercado é o critério da política, que importância adviria do respeito à consciência e à liberdade de expressão? Logo, verifica-se em curso a corrosão dos fundamentos da democracia liberal, que caminha para o seu próprio esgotamento.

Nessa direção, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt analisam o processo de declínio da democracia, de emergência do modelo autocrático, ao vislumbrarem como é gestada a morte da democracia. Eles asseguram que nenhuma constituição, por melhor e mais bem projetada que seja, consegue garantir por si mesma a democracia. Para que seja mantida viva muitos fatores precisam interagir, como uma sociedade civil vibrante, uma ampla classe média, um grau maior de conscientização da população e instituições atuantes. Para o funcionamento pleno de uma democracia, assinalam a imprescindibilidade de tolerância mútua e de reserva institucional, para que haja respeito entre os adversários políticos e limites impostos ao exercício dos poderes institucionais (LEVITSKY; e ZIBLATT, 2018, p. 100 – 103).

Segundo observa Manuel Castells está em curso um processo de ruptura da relação entre governantes e governados, há uma crise de legitimidade, resultado de um colapso gradual da democracia liberal enquanto campo político de representação e governança. O autor informa a rejeição ao quadro liberal de democracia, de onde surgem lideranças políticas que negam as formas partidárias existentes e

alteram de maneira profunda a ordem política nacional e mundial, de acordo com o modelo de globalização da economia e da comunicação (CASTELLS, 2018).

Consoante aponta Wendy Brown, vivencia-se uma fase na qual, paulatinamente, se assiste a uma saída progressiva da democracia, em um processo que nomeou de desdemocratização, que se desenha em face do modelo neoliberal. Este consubstancia-se como instrumento de política econômica do Estado, desregulamenta as órbitas sociais, ligadas à saúde, educação e meio ambiente, desmantela os planos de auxílio, conduz à precarização das relações trabalhistas, ao sucateamento dos serviços públicos e viabiliza a concentração de riquezas (BROWN, 2019).

Nesse cenário devastador, com elevação da desigualdade estrutural, erosão democrática e assunção das práticas autoritárias, o Estado gestor passa a exercer o controle dos indesejáveis, considerados os excludentes do mercado de trabalho, desempregados ou subempregados, racializados, inimigos políticos, através da necropolítica, constitutiva da vertebração do sistema penal, por execuções ou superencarceramento, em conformidade com a racionalidade neoliberal, em grave transgressão aos direitos humanos.

3. Política Criminal de Violação aos Direitos Humanos no Brasil

No Brasil, vivencia-se o auge do neoliberalismo, ancorado no mercado, que como adverte Rubens Casara impõe normas e arregimenta o Estado para gerenciar, nos moldes de uma empresa, por parcerias oligárquicas, formas abusivas com os estratos sociais mais baixos da população (CASARA, 2017). Em que, se assiste ao Estado gestor empresarial promover um esvaziamento social, o qual, no âmbito trabalhista articula-se por terceirizações e precarizações das relações profissionais, e no econômico por privatizações dos setores públicos, mesmo de empresas lucrativas (CASARA, 2018). O autor alerta para a ascensão de traços autoritários, no que intitula de sociedade sem lei, que assume a feição de um Estado Penal para, por

suas práticas de política criminal, controlar ou até eliminar parcela da população que não interessa ao mercado, os seus indesejáveis, exército de reserva, opositores políticos. Isso se dá ora pelo sistema penal oficial, através das agências policiais e judiciais, que exorbitam de suas funções, se excedem, e ora por letalidades, execuções sumárias e sumaríssimas, extrajudiciais, pelo sistema penal subterrâneo (CASTRO, 2005).

Não é sem razão que Edson Teles batiza de “abismos na história” as torturas e as mortes, produzidas na atualidade, que somadas à escravidão, ao patriarcado, e às ditaduras funcionam como rasgos dilaceradores, feridas ainda não cicatrizadas, que precisam ser remediadas, revistas e corrigidas, através da memória e do ressarcimento. Pois, ao longo da historiografia brasileira, pode-se dizer que há uma permanente violência produzida nas relações não apenas econômicas, quanto nas políticas, sociais, sexuais e raciais (TELES, 2018). Nesse sentido, vale conferir Lilia Schwarcz, em sua obra: “*Sobre o autoritarismo brasileiro*”, de onde infere as práticas autoritárias com violações de direitos humanos (SCHWARCZ, 2019). Em que se destaca que muitas são desenhadas nas políticas criminais de segurança pública.

Que pesem os esforços limitadores do arbítrio panpenalista, através das teorias do Minimalismo Penal, com Alessandro Baratta (BARATTA, 1991) e (BARATTA, 2008), e do Garantismo Penal, com Luigi Ferrajoli (FERRAJOLI, 2000), que floresceram na Itália, denunciando as mazelas do sistema penal, além da teoria do Abolicionismo Penal, com Louk Hulsman (HULSMAN, 1997), que cresceu na Holanda, Noruega e Dinamarca, de ruptura com o sistema penal, a sanha punitivista segue em expansão.

Nesse diapasão, Vera Regina Pereira de Andrade rechaça as atuais políticas criminais repressoras, assentadas no paradigma efficientista atuarialista do grande encarceramento, com fins neutralizadores, que segue a pleno vapor. E frisa que, definitivamente, “é no terreno da pura força e da morte que se encontra sepultada, na atual governabilidade, a possibilidade de construção de uma política criminal oficial com qualquer função limitadora e humanista” (ANDRADE, 2021, p. 23). Pois, é no bojo de

uma política criminal atuarial, de um direito penal efficientista, das diretrizes de segurança pública erigidas em consonância com o modelo bélico, evocado pelos discursos punitivistas, inspirados no movimento de lei e ordem e no direito penal do inimigo, que se situa a escalada autoritária, a qual engendra prisão ou morte.

Nesse cenário, o Brasil segue a aposta no rigor punitivista, na inflação legislativa, no viés de recorte retributivo do castigo, no agravamento das penalidades, na hipertrofia do encarceramento em massa, e na seletividade intrínseca aos sistemas penais (ZAFFARONI, BATISTA, ALAGIA; e SLOKAR, 2003). No que tange à esfera legislativa, vale conferir os projetos de lei, de reforma ao código penal, PLS no. 236/2015 (DUARTE; e PEDRINHA, 2015), e ainda o aprovado em 2019, intitulado “*Pacote Anticrime*”, elaborado monocraticamente pelo ex-ministro Sergio Moro, que afetou não apenas o Código Penal, como outros treze diplomas penais (BARANDIER, 2019). Nele, acirrou-se a seara punitiva, pela elevação das penas dos crimes em espécie, da pena mínima à máxima, pelas alterações na progressão de regime e no livramento condicional, retardando a saída do condenado, além da ampliação dos casos de aplicação de isolamento carcerário, pelo regime disciplinar diferenciado.

Nessa monta, Gabriel Ignacio Anitua, em sua memorável obra “*História dos pensamentos criminológicos*”, analisa e denuncia o recrudescimento do sistema penal, desconstrói as justificativas de repressão, ancoradas, desde fins do século XX, na política criminal de lei e ordem, no realismo penal duro, no direito penal simbólico, e no atuarialismo (ANITUA, 2008, p. 761 – 804). No mesmo sentido, Juarez Cirino dos Santos, em sua magistral obra “*Criminologia: contribuição para crítica da economia da punição*”, em seus três penúltimos capítulos rechaça os modelos repressores da criminologia atuarial, da teoria da tolerância zero e do direito penal do inimigo (CIRINO DOS SANTOS, 2021). Nessa direção, quanto a este último, Raúl Zaffaroni contesta o supracitado modelo elaborado na década de 80 por Gunther Jakobs, rebate com sua esplêndida obra “*O inimigo no direito penal*” (ZAFFARONI, 2007). E, ainda, no campo do direito penal, Cornelius Prittwitz também refuta as

tendências e influências punitivistas do direito penal do inimigo e do direito penal do risco (PRITTWITZ, 2004, p. 31 - 45).

As supracitadas teorias punitivistas que ascendem contemporaneamente, foram batizadas por João Ricardo Dornelles, Sérgio Graziano e Roberta Pedrinha, em obra que leva o título, de: *“Políticas criminais em tempos sombrios”* (DORNELLES, PEDRINHA, GRAZIANO, 2021), pois multiplicam as violações de direitos humanos, como ocorrido no período do nazifascismo, em que Bertold Brecht e Hannah Arendt assim o nomeavam. Nesses tempos, distinguem-se, com mais nitidez, as pessoas a serem pinçadas pelo sistema penal. Daí, constatar-se a seletividade intrínseca ao modelo de justiça criminal, acoimada pelos três primeiros autores mencionados. Pois, a seletividade, consubstancia-se enquanto categoria trazida pela criminologia crítica, que denota a incidência dos processos de criminalização e penalização nas pessoas mais vulneráveis, na distribuição dos rótulos, estigmas e estereótipos da prática dos crimes e de sua responsabilização, com concentração nos setores pobres e nas pessoas racializadas da sociedade (DORNELLES, PEDRINHA, GRAZIANO, 2018).

Afinal, em países escravocratas como o Brasil, denotam-se as permanências racistas, que reproduzem escalonamentos de humanidade, inscrevendo o negro no lugar da subalternidade (FANON, 2008). Daí, serem os corpos negros os que tombam (FLAUZINA, 2006), neles se encontra o signo da morte, na letalidade produzida pelas forças de segurança pública, do sistema penal extraoficial. Na mesma linha, os cárceres possuem quase 70% de população negra, portanto quase 15% superior à da população que assim se autodeclara. De onde se constata o racismo estrutural, que pontifica Silvio de Almeida, que está inscrito no plano econômico, social, político, jurídico e subjetivo, como uma racionalidade, espaiada, que constitui e constituída, que afeta e é afetado (ALMEIDA, 2019). Desse modo, constata-se que o racismo estrutura o sistema penal e confere vertebração às políticas criminais de segurança pública. De onde Achille Mbembe denuncia a tanatopolítica em curso, no termo que cunhou de necropolítica, pela

gestão da vida e da morte, no exercício do biopoder, que pinça os corpos negros (MBEMBE, 2018).

Contudo, Massimo Pavarini deixou alerta para os perigos que se incorre na ampliação dos alvos do panpenalismo. Desvelou o deslocamento do eixo da periculosidade social para a periculosidade política, em cruzada moralista contra o crime, incitada pela mídia, na legitimação do sistema de justiça criminal, com a criminalização da corrupção política e da criminalidade organizada, aceno à punição exacerbada, com espetacularização das prisões provisórias e das delações premiadas, em flagrantes desrespeitos ao devido processo legal, consoante onda eficientista (PAVARINI, 1996, p. 72). Nas palavras do saudoso mestre de Bolonha, “para cada mafioso a mais na prisão, mais cem drogaditos também eram presos, para cada político corrupto privado de liberdade, mais cem negros e imigrantes eram levados ao cárcere” (PAVARINI, 1996, p. 75). Afinal, a aparente inversão da seletividade produziu uma explosão de encarceramentos e arbitrariedades, alcançou os novos alvos e ainda reforçou os alvos já marcados tradicionalmente pelo sistema penal.

4 - Considerações finais

Acompanha-se a erosão do modelo democrático, o enfraquecimento das liberdades públicas, com concretas ameaças ao funcionamento autônomo das instituições e da independência harmônica dos poderes da república, com elevação dos discursos punitivistas e gestão repressora da segurança pública, que intensificam as violações de direitos humanos. Nessa monta, são imperativos esforços, para que se travem, de modo imediato, tais práticas autoritárias.

Como alerta Boaventura de Sousa Santos, a reação da sociedade passa, necessariamente, pela revisão democrática. Em que se deve optar por alternativas à democracia ou por uma democracia alternativa. O autor aposta na última, pela reinvenção democrática. Destarte, considera imprescindível a

passagem da democracia que intitula de baixa intensidade para a que nomeia de alta intensidade. Certifica que não há que se falar em democratização do Estado sem democratização da sociedade civil, das relações comunitárias, trabalhistas, educacionais e familiares. Alude que o que está em jogo não é precisamente a democracia, a qual coloca como um ideal a ser atingido, mas a democratização. Esta fomenta o desenvolvimento de mecanismos de participação, de horizontalização das relações, de ruptura com a hegemonia econômica e de cisão com o neoliberalismo, para conter os abusos (SANTOS, 2018b).

Informa o catedrático de Coimbra que a democracia está em permanente tensão com o capitalismo, daí que a verdadeira democracia de alta intensidade somente se consolidaria em uma sociedade pós-capitalista, uma vez que no capitalismo neoliberal não se democratiza o que está no cerne da conflitividade social, da relação entre o capital e o trabalho. Daí que, por mais que o capital anseie pela estabilidade assegurada pela democracia, inviabiliza as suas condições concretas de efetividade, na busca máxima de lucro, na negação à redistribuição social das riquezas, nisso reside a incompatibilidade democrática.

Portanto, o desafio persiste no empenho de democratização das relações horizontais entre as pessoas, no protagonismo dos movimentos sociais e das ONGs, na criação de pautas inclusivas nas agendas públicas, no alargamento da cidadania ao contemplar a pluralidade e ao levar em conta as diferenças culturais, quer seja, no exercício da demodiversidade proposta pelo autor. A demodiversidade oferece uma contribuição à democracia de alta intensidade, pois é essencialmente participativa, refuta a desigualdade, a monoculturalidade e os abusos, ao primar fortalecer as lutas

por justiça social e proteção aos direitos humanos (SANTOS, 2018a).

Já Dardot e Laval sugerem uma possível virada, na ruptura com o arbítrio, por prática revolucionária, ao refletirem que diferentemente do neoliberalismo que privatiza tudo e permite abusos em nome do mercado, a democracia se consubstancia na participação no bem público do cidadão, enquanto coletividade, e então, a ocupação do espaço público, o compartilhamento do bem comum, passará a significar o cisma com o modelo autoritário neoliberal (DARDOT; e LAVAL, 2017).

Assim, ambos autores evocam a reabilitação do “comum” para pavimentar uma nova alternativa política, a qual cingirá com a essência neoliberal e acenará para uma reinvenção democrática. Logo, compreendem que a prática social anticapitalista deve vincular-se ao princípio político do comum, imiscuir-se nele, através da disponibilidade de bens materiais e imateriais às pessoas, desde que necessários às suas atividades coletivas, e não como propriedade meramente privada ou estatal. Assim, este princípio, quando em curso, poderá radicalizar a democracia, pelo autogoverno das pessoas, pela autonomia e libertação em face da opressão do modelo econômico, na refundação do comum rumo à pluralidade social (DARDOT; e LAVAL, 2017).

Nessa ótica, passa-se a priorizar as relações de cooperação, no compartilhamento dos projetos, para que a subjetivação de prisma individual dê lugar à composição de uma subjetivação coletiva, rumo à multiplicidade de contracondutas. Nas palavras dos autores: “A genealogia do neoliberalismo ensina que a nova razão do mundo não é um destino necessário que subjuga a humanidade. Mas é necessária a ação, o governo de si, a comunização do saber, a cooperação no trabalho, a

assistência mútua coletiva, uma outra razão do mundo, uma razão do comum” (DARDOT; e LAVAL, 2016, p. 401).

Afinal, somente com o pleno funcionamento das instituições públicas, asseguradas as garantias constitucionais, a separação entre a esfera política e econômica, a distribuição entre os poderes, a ruptura com a concentração de riqueza, a humanização e horizontalização das relações sociais e raciais, é que verdadeiramente a democracia pode frutificar. Nesse rumo, viabilizará a solidariedade entre as pessoas, em detrimento da competição e concorrência, fomentando a reconstrução dos afetos, da capacidade de agir e de autodeterminação, digna de efetivos sujeitos de direitos.

Por derradeiro, cabe sublinhar que nesse novo modelo proposto, não há espaço para discursos de medo e ódio, políticas criminais de segurança pública pautadas no modelo bélico repressor, com violações raciais e sociais, que concebem o outro como inimigo, que enaltecem o movimento de lei e ordem, produzindo letalidade e super encarceramento. Uma vez que, nesse contexto, um cenário de respeito aos direitos humanos pode, finalmente, vir a florescer, para toda a sociedade, no apogeu da democracia.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: homo sacer II*. Trad.: Henrique Burigo. 2ª. Edição. São Paulo: Boitempo, AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. 2ª. Edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Polen, 2019.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Notas sobre política criminal: crise e deslegitimação do sistema penal. In: *Política criminal em*

tempos sombrios. Orgs.: João Ricardo Dornelles, Roberta Duboc Pedrinha e Sérgio Graziano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *História dos pensamentos criminológicos*. Trad.: Sérgio Lamarão. Vol.: 15. Coleção Pensamento Criminológico. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica ao direito penal: uma introdução à sociologia do direito penal*. Trad.: Juarez Cirino dos Santos. ICC. 3^a. Edição. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

BARATTA, Alessandro. Princípios del derecho penal mínimo: para una teoría de los derechos humanos como objeto y límite de la ley penal. In: *Anais da conferência internacional de direito penal*. Realização em out de 1988. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Jurídicos da Procuradora Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1991.

BARANDIER, Márcio. (Org.) *Lei anticrime? Estudos do Instituto dos Advogados Brasileiros sobre os projetos de Lei 38/2019, 881/2019 e 882/2019*. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019.

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Raúl; ALAGIA, Alejandro; e SLOKAR, Alejandro. *Direito penal brasileiro*. Vol.: I. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CASARA, Rubens R. R. *Bolsonaro o mito e o sintoma*. Rio de Janeiro: Contracorrente, 2020.

CASARA, Rubens R. R. *Estado pós-democrático, neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASARA, Rubens R. R. *Sociedade sem lei: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Trad.: Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia/Revan, 2005. CASTRO, Lola Aniyar de; e CODINO, Rodrigo. *Manual de Criminologia sociopolítica*. Coleção Pensamento Criminológico. Trad.: Amina Vergara. Vol.: 23. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

DARDOT, Pierre; e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; e LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad.: Mariana Echalar. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMIER, Felipe. *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. DEMIER, Felipe. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DUARTE, Sérgio Chastinet; e PEDRINHA, Roberta Duboc. (Orgs.) *Críticas à reforma ao código penal brasileiro (PLS 236/2015)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: a teoria do garantismo penal*. Trad.: Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Luiz Flávio Gomes, e Juarez Tavares. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *O corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2006.

HULSMAN, Louk; e CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. 2ª. Edição. Trad.: Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1997.

LEVITSKY, Steven; e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem?* Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Trad.: Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad.: Renata Santini. 2ª. Edição. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PAVARINI, Massimo. *O instrutivo caso italiano*. In: Revista Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Vol.: 2. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Instituto Carioca de Criminologia, 1996.

PEDRINHA, Roberta Duboc; DORNELLES, João Ricardo; e GRAZIANO, Sérgio. (Orgs.) *Seletividade no sistema de justiça criminal: o caso Rafael Braga*. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

PEDRINHA, Roberta Duboc; DORNELLES, João Ricardo; e GRAZIANO, Sérgio. (Orgs.) *Política criminal em tempos sombrios*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

PRITTWITZ, Cornelius. O direito penal entre direito penal do risco e direito penal do inimigo: tendências atuais em direito penal e política criminal. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Ano 12. No. 47, mar/abr. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. É possível democratizar os direitos humanos e a democracia? In: *Na Oficina do sociólogo artesão*. Seleção e Revisão: Maria Paula Meneses e Carolina Peixoto. São Paulo: Cortez, 2018b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; e MENDES, José Manuel (Orgs.). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a.

SANTOS, Juez Cirino. *Criminologia: contribuições para crítica da economia da punição*. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TELES, Edson. *O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade*. São Paulo: Alameda, 2018.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Contracorrentes, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. Trad.: Sergio Lamarão. Coleção Pensamento Criminológico. Vol.: 14. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Recebido em: Maio de 2021

Aprovado para publicar em: Junho de 2021

Segurança Pública e Aviltamentos dos Direitos Humanos: a ‘banalidade do mal’ no Brasil

Silene de Moraes Freire¹⁰⁴

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Thaís Lopes Cortes¹⁰⁵

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Brena da Silva Ferreira¹⁰⁶

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O trabalho é fruto das pesquisas do Observatório de Direitos Humanos da América Latina e objetiva apresentar aspectos capazes de contribuir para o entendimento dos rumos da Segurança Pública no Brasil, com base em reflexões que evidenciam a negação da proposta presente na Carta de 1988. Resultante de estudos desenvolvidos através de pesquisas docente e discentes busca-se contribuir para um conhecimento mais ampliado deste debate e a consequente garantia dos direitos humanos a partir da compreensão da barbarização promovida por essas políticas, nos territórios mais pobres de nossa sociedade. A crise pandêmica que o Brasil atravessa, revelou aviltamentos dos direitos humanos, por parte de agentes da segurança pública. Entendemos que as ações da segurança pública, em plena pandemia, revelam a ‘banalidade do mal’, estudada por Hannah Arendt, em nosso país.

¹⁰⁴ Professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

¹⁰⁵ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UERJ

¹⁰⁶ Bolsista PIBIC -CNPq/UERJ

Palavras-Chave: Política de Segurança Pública, Direitos Humanos, 'banalidade do mal'

Resumen

El trabajo es el resultado de una investigación del Observatorio de Derechos Humanos de América Latina y tiene como objetivo presentar aspectos capaces de contribuir a la comprensión de los rumbos de la Seguridad Pública en Brasil, a partir de reflexiones que muestran la negación de la propuesta presente en el 1988 Letter. Los estudios desarrollados a través de la investigación de profesores y estudiantes buscan contribuir a un conocimiento más amplio de este debate y la consecuente garantía de los derechos humanos desde la comprensión de la barbarie que estas políticas promueven, en los territorios más pobres de nuestra sociedad. La crisis pandémica que atraviesa Brasil ha puesto de manifiesto abusos a los derechos humanos por parte de agentes de seguridad pública. Entendemos que las acciones de seguridad pública, en plena pandemia, revelan la 'banalidad del mal', estudiada por Hannah Arendt, en nuestro país. Palabras clave: Política de Seguridad Pública, Derechos Humanos, 'banalidad del mal'

Abstract

The work is the result of research by the Latin American Human Rights Observatory and aims to present aspects capable of contributing to the understanding of the direction of Public Security in Brazil, based on reflections that evidence the denial of the proposal present in the 1988 Letter. Resulting from studies developed through research by professors and students, the aim is to contribute to a broader knowledge of this debate and the consequent guarantee of human rights based on the understanding of the barbarization promoted by these policies, in the poorest territories of our society. The pandemic crisis that Brazil is going through revealed debasement of human rights by

public security agents. We understand that public security actions, in the midst of a pandemic, reveal the 'banality of evil', studied by Hannah Arendt, in our country.

Keywords: Public Security Policy, Human Rights, 'banality of evil'

Introdução

O Brasil dos últimos anos atravessa uma crise pandêmica que associa diversos elementos da cultura política brasileira e nos possibilita problematizações, anteriormente negadas/descartadas/encobertas pelo mito do brasileiro bonzinho, do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, que nunca corresponderam ao país que historicamente fez a escravidão perdurar, conviveu com ditaduras e outras experiências cruéis com muita naturalização e/ou eliminação do lado nada “generoso e bondoso” que esses mitos fazem crer.

Não caberia nos limites acanhados de nossa exposição resgatar elementos anteriores desta história. Por isso, optamos por fazer um breve resgate de ocorrências atuais que nos ajudam a compreender de que modo as reflexões sobre a ‘banalidade do mal’, apresentada por Arendt (1999) nos ajudam a ampliar o universo das nossas compreensões no sentido de analisar as mesmas, para que possamos superá-las. Nesta direção, optamos por discutir uma política pública, como a de segurança, cujas expectativas estavam, a partir da Constituição de 1988, diretamente ligadas a possibilidade de construção de um Estado Democrático de Direito, em nossa sociedade.

As proposições aqui apresentadas foram construídas a partir das experiências de pesquisa desenvolvidas no Observatório de Direitos Humanos na América Latina (ODH), alocado no programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) vinculado ao Centro de Ciências Sociais da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CCS/UERJ). Partimos do entendimento de que, diante da complexificação da realidade própria do tardo-capitalismo (NETTO, 2013), faz-se mister aclararmos aspectos que revelam o que chamamos de barbarização das relações sociais, no sentido não apenas da denúncia, mas sobretudo da contribuição com um projeto capaz de ultrapassar essa perversa realidade.

1. Segurança Pública e Democracia: a derrota da construção do campo democrático

Desde a década de 1990 as chamadas operações da política de segurança pública, de maneira direta ou indireta, podem ser percebidas nas violentas incursões em territórios periféricos do Rio de Janeiro. Segundo Roberta Pedrinha (2018), como exemplo destas incursões nos chamados ‘territórios da pobreza’, basta lembrar como as megaoperações realizadas no Complexo do Alemão, comunidade localizada na Vila da Penha, foram tratadas como “experimentos de segurança pública gestados no Rio de Janeiro, ao longo de cinco anos no período de 2007 a 2012” (PEDRINHA, 2018, p. 21), intervalo temporal no qual se agravam as intervenções com ampla cobertura midiática e legitimidade social.

Conforme Freire mencionou em publicações anteriores, no final da década de 1980, após muitas lutas, chegamos a um marco legal da redemocratização no Brasil. Tal marco, que representou a possibilidade de uma nova ordem institucional, foi estabelecido com a elaboração da Constituição Federal de 1988, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã” por ter incorporado diversos direitos inéditos. Além de instaurar um regime democrático no país, após um longo período de regime militar ditatorial, a Carta de 1988, também introduziu consideráveis avanços no reconhecimento dos direitos humanos. Uma das maiores inflexões estabelecida pela Constituição se deu no campo da segurança pública, que

representou uma nova perspectiva de efetivação da construção do campo democrático (SAPORI, 2018).

Como observou Freire e Murad (2019a) a Constituição Federal de 1988 estabeleceu as normas básicas para a formulação e a implementação de políticas de segurança pública, sendo que a principal inovação trazida pela mesma - neste tema- foi a diferenciação entre as funções de segurança pública, atribuídas prioritariamente as forças policiais e guardas municipais, e as funções de defesa nacional, atribuídas de modo primaz às Forças Armadas.

Se o marco legal representado pela Carta de 1988 forneceu as normas básicas para ruptura com o passado ditatorial, a realidade não acompanhou essa possibilidade. As megaoperações realizadas em nome da Segurança Pública, já nos primeiros anos de 1990, recolocaram a noção de Segurança Nacional em cena em pleno período de vigência da Constituição Federal de 1988, a qual normatiza a promessa de democratização do país. Assim, já no final do século XX a possibilidade de falência da política de segurança pública é reconhecida institucionalmente. O alto custo deste tipo de operação para toda a sociedade, relacionada à ineficiência desta política, já era motivo de preocupação.

Hoje, na terceira década do século XXI, os rumos históricos de nosso país, nos permitem afirmar que todas as ações governamentais dos governos (neo)liberais pós Constituição de 1988, e ultraneoliberais no pós-2016, seguem aprofundando os limites para a efetivação da “universalização” dos direitos no Brasil. Nesta direção, os direitos humanos são aviltados pelas próprias instituições e políticas públicas. O governo que estamos atravessando, comprova nitidamente essa direção, embora não tenha inventado os massacres gerados por essas operações nos territórios mais pobres de nosso Estado.

Em 2015, a Anistia Internacional Brasil lançou o

relatório [“Você matou meu filho”](#), o documento apresenta:

uma profunda pesquisa com testemunhas, policiais, especialistas e autoridades públicas e documentou inúmeras violações aos direitos humanos praticadas durante operações da polícia, como abordagens ilegais, ameaças, uso desnecessário da força, invasões de domicílio, tortura, execuções extrajudiciais e desfazimento da cena do crime. Muitas vítimas são alvejadas nas costas, à curta distância e nos membros superiores, indicando que estavam fugindo ou rendidas no momento em que foram mortas. Não é raro que, durante essas operações, pessoas que não trabalham no tráfico de drogas também sejam mortas e provas sejam forjadas contra elas. (<https://www.geledes.org.br/nota-operacoes-policiais-durante-pandemia-da-covid-19/>)

Nos anos de 2020 e 2021, ou seja, durante a crise pandêmica, as operações não cessaram. No período, quase 85% de todas as operações obtiveram resultados pouco eficientes, ineficientes ou desastrosos. Apenas 1,7% de todas as operações foram consideradas eficientes. No ano de 2020. Segundo o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense (UFF), 31% dos crimes contra a vida ocorridos no Rio de Janeiro em 2020 foram mortes causadas por intervenção de agentes do Estado. No último ano, 1.087 pessoas foram mortas em operações policiais no Rio, resultando em uma média de três a cada 24 horas. Já em 2021, as operações não pararam e mantiveram a sua opção nos chamados territórios da pobreza.

Em maio deste ano, o Brasil pôde ver um exemplo da gravidade das operações policiais em territórios de favela, com a [operação no Jacarezinho](#), favela da Zona Norte do Rio de Janeiro, que deixou 28 mortos e ficou conhecida como a operação policial mais letal da história do estado.

É importante lembrar que em 5 de agosto de 2020, foi ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635 com o objetivo de que fossem reconhecidas e sanadas graves lesões a preceitos fundamentais constitucionais, decorrentes da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro que estava expressando *“excessiva e crescente letalidade da atuação policial”*. A ADF é uma ação de controle concentrado de constitucionalidade trazida pela Constituição Federal de 1988. A ação tem como finalidade o combate a atos desrespeitosos aos chamados preceitos fundamentais da Constituição. A ADPF de nº 635, conhecida como ADPF das Favelas Pela Vida, destaca que os agentes precisam comunicar ao Ministério Público (MP) sobre o motivo da operação, mas a operação no Jacarezinho só foi informada ao MP três horas após o início da ação da polícia.

Jacarezinho é o nome da favela mais negra da capital carioca, sendo reconhecida, historicamente, como quilombo urbano, e segundo o Censo IBGE 2010 é a sexta com maior população (36 mil habitantes; a associação de moradores local estima que haja 90 mil moradores), o Jacarezinho tem Índice de Progresso Social (IPS) entre os mais baixos da cidade. Localizada na Zona Norte da cidade, em janeiro de 2013 a comunidade recebeu uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), representando também a não eficácia da chamada UPP. Vale destacar que em 2014 dois milhões de pessoas residiam nas favelas do Rio de Janeiro de acordo com a pesquisa presente no livro ‘Um País Chamado Favela’, divulgada pelo Instituto Data Favela neste mesmo ano. Hoje o índice estimado é de um contingente muito maior.

Esse ‘país chamado favela’ e seus contingentes de pessoas pobres tem sido o campo privilegiado das operações de segurança pública, demonstrando que essas operações

privilegiam alguns espaços na sociedade, como favelas e morros cariocas, que com o tempo foram estigmatizados como “territórios da pobreza”. Tais territórios, por consequência, são considerados os responsáveis pela “*violência urbana*”, já os seus moradores são os indesejáveis membros das chamadas “*classes perigosas*”, como destacado por Cecília Coimbra (2001), e “*inimigos*” da ordem e do desenvolvimento. Logo, esse território tido como ‘hostil’ deve ser controlado ostensivamente pelo Estado de polícia para não intervir nos interesses da “*city marketing*”.

Esses estigmas não são novos, Chalhoub (1996) em seu livro “Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial” demonstrou que historicamente as pessoas que residiam nas regiões periféricas eram consideradas como “*classes perigosas*” e deveriam ser vigiadas, contidas e controladas. Como ocorre até os dias atuais nas favelas do Rio de Janeiro, mesmo que em contextos arbitrários, como o caso da operação policial no Jacarezinho, e outros ‘territórios da pobreza’. Segundo o autor:

(...) Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes consequências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros (...).” (pp. 22-23).

Marcadas por inúmeras “exclusões”¹⁰⁷ onde a população sobrevive sem as mínimas condições de saneamento básico,

¹⁰⁷ Como Martins observou, ao estudar o que se chama exclusão, em realidade a exclusão “constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal” (1997, p.26). Trata-se da forma de inclusão “daqueles que estão sendo alcançados pela desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há,

moradias, transportes e que segundo o discurso hegemônico são apenas lócus de geração de violência, banditismo e criminalidade. Os ‘territórios da pobreza’ são os lócus privilegiados das políticas de segurança pública. Não existem cidades homogêneas, no Rio de Janeiro essa afirmação pode ser comprovada através dos inúmeros espaços dicotômicos entre si: “zonas nobres” e “**territórios da pobreza**”, portanto ambas fazem parte da mesma cidade e de um conjunto articulado, onde um assegura a existência e a reprodução do outro.

Conforme destacou Zaccone (2016) a figura do inimigo está configurada no aspecto jurídico-político, onde a sua presença legitima o poder punitivo do Estado. O “*hostis juridicatus*” torna-se inimigo de Estado quando realiza alguma tipo de conduta que possa ser considerada ofensiva ao poder estabelecido. Nessa lógica constrói-se a imagem do inimigo estabelecido na sociedade moderna que diante da ideia de pacto social civilizatório encontra-se no criminoso e que muitas das vezes é conhecido como bárbaro ou estranho. “*Toda a identificação do inimigo se baseia num mito*”. Por fim, a vida do inimigo pode ser resumida como uma vida nua, ou seja, “*a vida nua é a vida matável*”. Existe uma banalização da morte institucionalizada e invisível que se apresenta nas subjetividades presentes no arcabouço jurídico-político.

De maneira conclusiva a essa discussão sobre território, Vera Malaguti Batista destaca alguns aspectos sobre a distinção do Estado de direito e o Estado de polícia, reflexão inspirada em Eugênio Raúl Zaffaroni e Nilo Batista, no livro Direito Penal Brasileiro I: “O Estado de direito é concebido como o que

senão, na sociedade, lugares residuais” (1997, p. 26). Para o autor, não existe exclusão, portanto, esse conceito é “inconceitual’, impróprio, e distorce o próprio problema que pretende explicar” (1997, p.27). O problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista, pois é esta que desenraiza e brutaliza a todos, excluí a todos. Para Martins, “(...) é próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão (1997, p. 32 -grifos do autor).

submete todos os habitantes à lei e opõe-se ao Estado de polícia, onde todos os habitantes estão subordinados ao poder daqueles que mandam” (MALAGUTI BATISTA, 2015, p. 94). Já o Estado de polícia é denominado por Malaguti Batista (2011) como a “*gestão policial da vida*”. Essa designação está ligada ao fato do Estado de polícia impor ao cotidiano dos moradores das favelas uma gestão penal da pobreza. Seria uma forma de controle penal total, tendo a tutela direta da polícia para vigiar todos os aspectos da favela. Não por acaso os territórios da pobreza, como a favela, parecem cotidianamente autorizar o extermínio de inocentes pobres e majoritariamente negros.

Como Roberta Pedrinha (2018) observou, a concepção de segurança pública que ultrapasse as medidas de confronto adotadas pelo Estado e que possibilite a participação da sociedade vem sofrendo duros golpes por parte dos setores conservadores, que defendem cada vez mais o monopólio das ações via forças repressivas do Estado e validando a discriminação a determinados segmentos da população brasileira. A chamada defesa de combate à violência e ao tráfico de armas e drogas é mantida a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário violar direitos fundamentais dos moradores que residem nas favelas e periferias, principais “territórios da pobreza” das cidades. A proposta de combater a violência com mais violência institucional é legitimada pelo Estado e por parte da sociedade cuja subjetividade conta uma série de elementos que criminalizam os pobres. (FREIRE e MURAD, 2019a)

Conforme mencionamos em publicações anteriores (FREIRE e MURAD, 2019b), ao exemplificar o regimento institucional da polícia, Roberta Pedrinha (2018) destacou a “*gramática da guerra*” que consiste na representação da violência urbana, que é vista como um fenômeno oriundo das favelas. Seus principais termos são: **Estado de polícia** – onde não se respeitam as garantias constitucionais, pois o que se presume é a submissão à lei como sinônimo de obediência

absoluta ao governo. As ações são de curto prazo e imediatistas. Não visa às medidas de médio e longo prazo, de natureza preventiva, e que estejam conectadas com as demais políticas públicas.

Outra metáfora destacada pela autora refere-se à **metáfora da guerra e do inimigo**. A cidade do Rio de Janeiro seria “*uma cidade em guerra*” e o conjunto de ações violentas acaba gerando a sensação de insegurança, fazendo com que a grande mídia não apenas legitime como passe a exigir das autoridades públicas medidas para contornar a situação. Como resposta, o Estado defende o discurso de restabelecer a ordem pública por meio de ações punitivas e fortalece a alusão direta à guerra voltada, especificamente, às favelas. Na “*guerra*” contra a criminalidade, o Estado de direito é substituído pelo Estado de Polícia. A lógica do inimigo impera sobre a categoria de traficante de droga e da favela, como se apenas nesse território é que se concentrassem todas as drogas e traficantes do país.

Como pontuou Roberta Pedrinha (2018), a partir do ano 2000 podemos assistir ao **incremento do aparato bélico** representado, por exemplo, pelas motocicletas blindadas, helicóptero blindado conhecido como “caveirão aéreo”, “caveirão tanque” e do carro blindado “caveirão”, que com o decorrer dos anos foi substituído por outro modelo menor, ágil e mais fácil de adentrar nos territórios pequenos. Além do **aumento do contingente efetivo de policiais**, que se dá através da ampliação do quadro de policiais por concursos públicos e da criação da Força Nacional.

Na gramática mencionada pela autora a **militarização da vida social e a restrição da ordem normativa** é outra metáfora importante, acompanhada do convívio com a “*guerra*”, e a militarização da vida que legitima que direitos fundamentais dos moradores sejam negligenciados. Assim, práticas restritivas, como: mandados de busca e apreensão genéricos expedidos pelo poder judiciário e com plenos poderes aos policiais para adentrarem em qualquer residência sem que haja

individualização e especificidade, decretação de prisões provisórias e mudanças no regime de cumprimento da pena para o regime diferenciado, além das restrições comportamentais impostas pelos policiais aos moradores são naturalizadas.

Pedrinha também destaca o **uso excessivo da força e os autos de resistência**¹⁰⁸ como metáfora que legitima as ações policiais repressivas através de carros blindados, o uso de armas de alto potencial letal, aumento de incursões em favelas, elevando o número de mortes relacionadas às práticas policiais entre outras atividades. As ações adotadas não podem ser consideradas com “*excessos*” eventuais e sim como “*força desmedida*” de uma espécie de padrão de política de segurança pública (PEDRINHA, 2018).

O repertório simbólico acionado pela representação do conflito em favela como uma guerra, segundo Márcia Leite (2012), é tomado de modo maniqueísta, banalizados. Logo, o dispositivo discursivo faz alusão a duas imagens dicotômicas, em razão da metáfora da guerra. Em um bloco, estão inseridos os cidadãos (trabalhadores formais, contribuintes, consumidores e eleitores). Em contraponto, em outro bloco, estão inscritos os favelados, cuja representação os tem como criminosos (trabalhadores informais, invasores de terreno, não pagadores de impostos, assaltantes e traficantes de drogas). Portanto, os opositores são tidos como inimigos, como membros das classes perigosas, eternos inimigos da ordem nacional (LUZ, 2020).

Todas as metáforas mencionadas constroem uma lógica de guerra tanto na institucionalidade da polícia, como no próprio Estado e por parte da sociedade, que historicamente foi envolvida nas criações de mitos que criminalizam os segmentos mais empobrecidos e seus territórios. Contudo, essa

¹⁰⁸ Hoje essas mortes são denominadas “mortes por recorrência de ação policial”, e continuam sendo uma prática comum da polícia.

institucionalidade que gera legitimidade, consensos manufaturados com auxílio de aparelhos privados de hegemonia, é percebida de modo isolado e clamam por punições fragmentadas que julgam o agente da segurança pública que alvejou o “alvo equivocado” da operação, por exemplo, de modo individual, como se não existisse uma lógica muito mais ampla que tivesse conduzido o “erro” do mesmo.

Nesta direção, entendemos que o debate realizado por Arendt (1999) na obra ‘Eichmman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal’, nos ajuda a ampliar o horizonte das nossas análises possibilitando a compreensão de que o ocaso da democracia prevista na Constituição de 1988 possui nexos violentos muito mais complexos do que as análises imediatistas apresentam.

2. A ‘banalidade do mal’ no Brasil: a política de Segurança Pública no contexto pandêmico

Para entendermos a utilização do conceito de banalidade do mal na compreensão da nossa realidade, inicialmente é necessário retomar um episódio marcante na vida da pensadora Hannah Arendt: o julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann. Diante deste réu, a autora confrontou-se com as sombras e as dificuldades de seu tempo. As reflexões construídas por Arendt trazem pistas, luzes incertas, para pensar nossas sombras; talvez possamos repensar com ela nossa sociedade, principalmente no que tange ao aprofundamento de valores morais neoconservadores que ampliaram subjetividades históricas da sociedade brasileira, no sentido de aprofundar discriminações e ódios destinados as camadas pobres e negras dos territórios da pobreza, bem como os nexos das políticas de segurança pública a elas destinadas, por exemplo. É nessa perspectiva que trataremos de analisar brevemente o conceito arendtiano, presente em Eichmann em

Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal (ARENDDT, 1999) resultado de um relato sobre o processo e o julgamento de Adolf Eichmann, realizado em Jerusalém em 1961.

Para Hannah Arendt (1999), a banalidade do mal é o fenômeno da recusa do caráter humano do homem, alicerçado na negativa da reflexão e na tendência em não assumir a iniciativa própria de seus atos. Para a autora a recusa se dá através da percepção de que o humano está limitado pelo movimento de alienação e banalização do mal. Ao perceber o comportamento do oficial nazista Adolf Eichmann em seu julgamento, Arendt percebe que o mais horrível do mal - erguido de uma moral consolidada - é que autênticas perversões se apresentam e são vividas muitas vezes como atos triviais, indiferentes, quase bons. Como se cumprir ordem, salvaguardar a ordem dos “perigosos”, na defesa da moralidade institucionalizada, fosse algo banal que desresponsabilizasse o sujeito que a executa. Quando se acredita que algo mal é um direito profissional (ou um dever), por exemplo, é muito mais fácil cometê-lo. Como Eichmann que só organizava transportes, que cumpriu seu dever, mesmo que isso custasse à vida de inocentes desamparados. Ou seja, o mal era parte de sua rotina como responsável por organização dos ‘transportes para a morte’, o seu “dever” fazia com que seus atos não fossem mais que uma atitude banalizada. Deste modo, condutas mesquinhas e imorais chegam a ser vividas como meros fenômenos naturais. Não se cometem crueldades, apenas “se defende” a ordem através do cumprimento de um dever.

A partir dos estudos de Assy e Correia, Marcelo Andrade (2010) menciona que é importante destacar os seguintes aspectos:

Primeiro, a expressão *banalidade do mal* não quer ser uma justificativa para as monstruosidades de Eichmann nem significa que Arendt negligencie a imputabilidade do réu

(Assy, 2001b). Hannah Arendt estava convencida de que Eichmann era responsável pelos seus crimes e deveria ser punido. Ao descrever Eichmann como banal, ela não visava torná-lo menos imputável, não estava buscando isentá-lo dos atos ilícitos que efetivamente cometeu, mas compreender o tipo de mentalidade que poderia contribuir para o surgimento de indivíduos como ele” (Correia, 2004, p. 95). O conceito de banalidade não quer abrir precedentes para uma suposta inocência do réu, mas tão somente entender um fenômeno.

Segundo, banalidade não quer significar algo sem importância, tampouco algo que possa ser assumido como normal. Em sua resposta a Sholem, Hannah Arendt afirma que banalidade não significa uma bagatela nem uma coisa que se produza frequentemente (Souki, 1998, p. 103). Arendt distingue *banal* de *lugar-comum* (Assy, 2001a, p. 143). Lugar-comum diz respeito a um fenômeno que é comum, trivial, cotidiano, que acontece com frequência, com constância, com regularidade. *Banal*, por sua vez, não pressupõe algo que seja comum, mas algo que esteja ocupando o espaço do que é comum. Um ato mau torna-se banal não por ser comum, mas por ser vivenciado *como se fosse* algo comum. A banalidade não é normalidade, mas passa-se por ela, ocupa indevidamente o lugar da normalidade. “O mal por si nunca é trivial, embora ele possa se manifestar de tal maneira que passe a ocupar o lugar daquilo que é comum” (Assy, 2001a, p. 144). (ANDRADE, 2010, p. 114)

Não podemos dizer que o conceito de banalidade do mal, seja algo fechado e muito menos universal. Embora seja um conceito oriundo das análises da autora, sobre o julgamento de Eichmann, parece não ter sido devidamente delimitado, apesar de todo o seu valor. Trata-se de um conceito polêmico não deixando, por isso, de ter valor filosófico. Como observou

Andrade (2010, p.111) o conceito por sua fertilidade e valor polêmico, “se mostra mais provocador de reflexão e definidor de questões fundamentais do que propriamente um conceito formalizado. A nosso ver, esta particularidade não diminui o valor do conceito, mas o ressalta na sua fecundidade”. É essa fecundidade que propicia reflexões do tipo: “como o mal pode tornar-se banal? Como a monstruosidade dos assassinatos em massa puderam tornar-se fatos corriqueiros, trivializados, como se fossem comuns? Como o mal pôde ocupar o lugar da normalidade e esconder o seu próprio horror?” (ANDRADE, 2010, p.111)

Para responder a essas questões, Andrade (2010) recorre a duas características que Arendt aponta para a sociedade de massas: a *superficialidade* e a *superfluidade*. De forma didática o autor lembra que, em Arendt, o mal se torna banal porque os seus agentes são superficiais e suas vítimas são consideradas supérfluas. Quanto mais superficial alguém for, mais provável será que ele ceda ao mal. Quanto à superfluidade da vida humana, Arendt observa que este tem sido um fenômeno decorrente do sentido extremamente utilitário das sociedades de massa:

Grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas se continuamos a pensar em nosso mundo em termos utilitários. [...] Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os instrumentos totalitários para tornar os homens supérfluos. (ANDRADE, 2010, p.112)

Nesta obra a filósofa defende que, um dos resultados da massificação da sociedade foi a criação de uma multidão incapaz de fazer julgamentos morais, razão porque aceitam e cumprem ordens sem questionar. A leitura da mencionada obra de Arendt (1999) ressalta a importância de se

compreender esses crimes dentro de uma lógica para além de um comportamento individual. Assim apreende que o mal é maior do que parece, precisamente porque pode “ser banalizado”, “um mal sem inspiração própria, porém não menos monstruoso em suas consequências. Esse abismo entre a gravidade dos atos e a superficialidade das motivações a leva a cunhar um novo significado para a banalidade” (ANDRADE, 2010, p.111). “A questão do mal não é, assim, uma questão ontológica, uma vez que não se apreende uma essência do mal, mas uma questão da ética e da política”. (ANDRADE, 2010, p.111) “O problema do mal sai, verdadeiramente, dos âmbitos teológico, sociológico e psicológico e passa a ser focado na sua dimensão política” (ANDRADE, 2010, p.112)

Não pretendemos (nem devemos) comparar de forma genérica as operações da segurança pública no contexto da pandemia ao evento histórico do Holocausto, mas são inegáveis as semelhanças de uma banalização do fenômeno das mortes que encontra espaço institucional, numa política de escolha de quem vive e de quem morre através da efetivação de uma gramática de guerra que ceifa vidas no desrespeito banalizado e ampliado pelo contexto pandêmico.

A pandemia colocou uma lente de aumento nas desigualdades, nos extermínios e genocídios banalizados em nossa sociedade. Em muitos casos recentes vivenciados no Brasil pandêmico, algumas crueldades foram justificadas como meros “investimentos” da área de saúde, algumas operações policiais acirraram o número de mortes, revelando o divórcio com as políticas democráticas engendradas na Constituição de 1988 e o desrespeito aos pobres e negros. Alguns dados ainda incompletos apontam o desempenho dos agentes de segurança pública envolvidos em operações policiais em nosso estado. Afinal, como se naturalizou, se banalizou a constante guerra contra essas camadas da população pelos agentes (que muitas vezes também são assassinados) que realizam as operações. Em

que momento o número de mortos inocentes passou a ser o sucesso das operações das corporações militares? São esses agentes pessoas más ou a banalidade do mal discutida por Arendt nos leva a perceber outras hipóteses?

O que não estamos vendo por detrás dos dados?

O presidente da ONG Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, comentou, nesta terça-feira, o caso do adolescente [Ray Pinto Faria, de 14 anos](#), morto na segunda-feira durante uma operação da Polícia Militar em Campinho, na Zona Norte do Rio. A família [acusa PMs de terem executado](#) o jovem. De acordo com Antônio Carlos, entre 2007 e 2021, o estado teve 81 crianças — de 0 a 14 anos — mortas por bala perdida:

— Ou, permita-me dizer, bala achada. Sempre que um menino e uma menina morrem de forma tão banal e hedionda pensamos que tudo vai mudar, mas nada muda. O motivo deve-se ao fato de que esses pequeninos moram em comunidades cujos moradores são considerados pelo poder público e grande parte da sociedades matáveis. (fonte: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/oitenta-uma-criancas-foram-mortas-por-balas-perdidas-no-rio-entre-2007-2021-diz-presidente-de-ong-rv1-1-24894529.html>)

Como mencionamos na seção anterior, em plena pandemia, o primeiro trimestre do ano de 2021 bateu recordes de mortes. Dados do Observatório de Segurança registraram 149 mortos em janeiro, 147 em fevereiro e 157 em março – ou seja, **média de mais de 5 mortes pela polícia a cada dia**. Esse foi o pior primeiro trimestre da história do Rio de Janeiro, onde as operações de segurança pública foram consideradas verdadeiras chacinas policiais.

Quando olhamos o número de operações e patrulhamentos monitorados pelo nosso Observatório, verificamos que **houve aumento das ações e aumento da letalidade**. Em janeiro, fevereiro e março, monitoramos 257 operações

policiais com 69 mortes. Em 12 destas operações foram registradas 3 ou mais mortes, ou seja, chacinas policiais. As chacinas policiais são a demonstração reiterada da adoção de uma estratégia policial. As mortes múltiplas comprovam que não são acidentais ou não intencionais e que o governo do Rio está em franca oposição à determinação deste Tribunal.

A lógica da PMERJ é racista, porque a violência atinge as favelas e 86% das vítimas de ação policial letal no Rio de Janeiro são negras, como mostrou a pesquisa A Cor da Violência, da Rede de Observatórios. Pablo disse que como um pesquisador negro escolheu dedicar a carreira a lutar contra a lógica de que a guerra às drogas vai vencer a violência e pediu à Corte: não vamos esperar a morte de mais uma criança para só depois concluirmos que o Supremo Tribunal Federal tem efetivamente um papel decisivo de **moderar e regular as ações policiais e impedir que letalidade seja adotada como método de ação policial.** (fonte:<http://observatorioseguranca.com.br/a-profecia-se-cumpra-rio-registra-media-de-mais-de-cinco-mortes-em-acoes-policiais-por-dia/>)

Como mencionamos, desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) [restringiu as operações em favelas](#) do Rio em meio à pandemia, ao menos 944 pessoas foram mortas por policiais.

É preciso dar o nome correto do que aconteceu no Jacarezinho: chacina. É absurdo naturalizar esse tipo de ação. As pessoas esperam do governo a vacina e a comida, é só recebem terror e morte. Não existe pena de morte no Brasil. A polícia não pode combater o crime cometendo crimes contra humanidade. “O Ministério Público precisa investigar com seriedade e compromisso com a população do Rio”, afirma a deputada, Renata Souza (PSOL), membro suplente da comissão.

A operação no Jacarezinho (realizada em plena pandemia), com 24 civis mortos e um policial, foi a ação com a **maior letalidade em toda a história do estado**.

Críticas da ONU

A ação foi **criticada pelo escritório de Direitos Humanos** da Organização das Nações Unidas (ONU), que cobrou investigação e alertou para o histórico uso desnecessário da força policial.

Moradores da comunidade denunciam que suspeitos foram **executados**. O Ministério Público recebeu, em sua ouvidoria, denúncias de abusos policiais, que estão sendo investigados. (fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/07/rj-teve-ao-menos-944-mortos-em-acao-policial-desde-que-stf-restringiu-operacoes-em-favelas.ghtml>)

Como registrou Lechte (2002, p. 206) a banalidade do mal se tornou uma das mais famosas conceituações arendtianas, porque conseguiu perceber que o ineditismo do mal efetivado pelo nazismo era, além de monstruoso, banal e burocrático e, ao mesmo tempo, sistemático e eficiente. É relevante, no entanto, notar essa indiferença quanto aos índices subindo, descendo e batendo recordes, assim como o silêncio quanto a episódios de descaso que deveriam nos chocar muito mais do que nos chocaram.

Conforme Freire e Sierra (2021) destacaram, para além do seu sentido e significado próprios, a luta pelos direitos humanos permitiu e possibilitou – e permite e possibilita – a unidade político-prática de correntes de pensamento e ação que, mesmo diferentes em muitos e decisivos aspectos, colocam seu empenho no valor máximo do humanismo. Em tempos de barbárie essa questão se tornou ainda mais importante. Apesar de sua inegável importância com base na reflexão apresentada é natural que neste contexto trágico a defesa dos direitos humanos tenha seguido a lógica da negação e criminalização.

Como Freire (2007) escreveu, a lógica com a qual nos deparamos nos revela um tempo de negação dos direitos e do que é humano. Contudo, lembram Freire e Sierra:

as críticas a possibilidade de efetivação dos Direitos Humanos não podem negar que as lutas pelos mesmos possibilitam afirmar a importância da resistência em face do avanço das diversas formas de desumanização que temos assistido, também são capazes de fortalecer ações de denúncia sobre violações e aviltamentos contra a dignidade humana e dar visibilidade a práticas voltadas para o reconhecimento social de muitos seguimentos oprimidos.(FREIRE e SIERRA, 2021,p.121)

Conclusão:

Uma das maiores possibilidades democráticas estabelecida pela Constituição de 1988 se deu no campo da segurança pública, enquanto elemento decisivo da construção de uma nova perspectiva democrática. A crise pandêmica que o Brasil atravessa, revelou inúmeras desigualdades, fragilidade de políticas públicas e graves aviltamentos dos direitos humanos, sobretudo por parte de agentes da segurança pública. Entendemos que as ações destes, revelam diferentes nexos, dentre eles a ‘banalidade do mal’ (em nosso país), conceituada por Hannah Arendt.

O repertório acionado pela representação do conflito nos territórios da pobreza precisa ser discutido com profundidade, resgatando as heranças de um passado insepulto que naturalizou e naturaliza o desrespeito e a violência contra os mais pobres e negros em nosso país. Contudo, vivenciamos novas naturalizações que parecem ter um comando institucionalizado, que impulsiona em agentes estatais a banalidade do mal, em nossa sociedade.

Com isso, o Estado de direito e a concepção de seguridade pública que vise à participação da sociedade, que possibilite o

planejamento de ações preventivas, dialogando com as demais políticas públicas e se distancie das ações repressoras e do seu histórico “*entulho autoritário*” vem perdendo espaço, desde a Constituição Federal de 1988 para a noção do Estado de polícia e todo o seu arsenal ultrajante da “*gramática da guerra*”. No contexto ultraneoliberal brasileiro, as ações violentas adquiriram dimensões ampliadas que se somaram aos discursos e ações extremamente autoritárias com lógicas apologéticas militares. As metáforas de guerra que são visíveis, sobretudo a partir de 2000, adquiriram maior destaque na campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro para presidência da República em 2018 e, sobretudo no Governo do mesmo iniciado em 2019. A banalidade do mal, o ódio dirigido aos seguimentos pobres e negros, sem constrangimento, por agentes do Estado, não é um fenômeno que possamos ignorar. Sua relação com os aviltamentos dos direitos humanos é um aspecto fundamental que precisamos enfrentar. Se não formos capazes de superar tais aspectos, estaremos condenando essas camadas da população a uma pena de morte social.

Temos clareza que o debate não se esgota aqui, ao contrário, nossas indagações se ampliam e se somam contra a barbarização das relações sociais em nosso país.

Referências

AB'SÁBER, Tales. Ordem e violência no Brasil. In: KUCINSKI, Bernardo [et al.]. Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 97-102.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010, pp.109-126

ARENDT, Hannah; Eichmman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: [Companhia das Letras](#), 1999

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Cecília. Operação Rio: O mito das classes perigosas: um estudo sobre violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro. Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

FREIRE, Silene de Moraes. O fetiche da pobreza no Brasil: nem direitos, nem humanos. In: Freire, Silene de moaraes.Direitos Humanos, Violência e Poreza na América latina Contemporânea. RJ, Letra e Imagem, 2001.

FREIRE, Silene de Moraes; MURAD, Larissa Costa. A comutação da Segurança Pública: Três décadas da Constituição Federal. In: 7º Encontro Internacional de Política Social e 14º Encontro Nacional de Política Social. Anais. Espírito Santo. 2019a.

FREIRE, Silene de Moraes; MURAD, L. C. e SILVA, L. T. S. E. Segurança Pública, Mídia e Neoconservadorismo: a naturalização da barbarização das relações sociais. Revista de Política Pública da UFMA, v.23, p.212 - 231, 2019b

FREIRE, Silene de Moraes;SIERRA, Vânia Morales. Direitos Humanos No Contexto das Regressões Ultraneoliberais no Brasil. IN; Barboza, D.: BOTELHO, J. Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora, Uberlândia/MG, Editora Navegando, 2021

LEITE, Márcia. “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. Revista Brasileira de Segurança Pública, Vol. 6, no 2, 2012, pp. 374-389

LECHTE, John. Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade. Trad. Fábio Fernandes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002

LUZ, Leonardo Frago. O impacto da Segurança Pública na Educação: um estudo no âmbito das escolas públicas do Complexo da Maré. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Estado de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo [et al.]. Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 91-96.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan 2011.

MARTINS, J. de S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

PEDRINHA, Roberta Duboc. Criminologia, segurança pública e direitos humanos: um estudo sociológico-criminal das violações e resistências: o caso alemão. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

SANCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de Sociologia e Política. n.16, Curitiba, jun. 2001.

SAPORI, Luis Flávio. [et al.] A segurança pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Oswaldo E. do (Org.). A Constituição de 88 trinta anos depois. Curitiba: UFPR, 2018.

ZACCONE, Orlando D'elia Filho. Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. 1^o ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015. 2^o reimpressão, 2016.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; BATISTA, Nilo. Direito penal brasileiro I. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

Recebido em: Maio de 2021

Aprovado para publicar em: Junho de 2021

A Política de Habitação no Brasil: a Covid-19 e o “*fique em casa*”, porém, que casa?

Thaís Lopes Cortes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Silene de Moraes Freire

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente estudo, de natureza teórico-interpretativa, busca elucidar os principais aspectos da política habitacional brasileira. Intenta-se esclarecer que historicamente o seu objetivo central foi favorecer a valorização imobiliária. Esses processos se deram sustentados na desgraça alheia de milhões de brasileiros expropriados das suas casas e de uma série de direitos. Na década de 1990, tais aviltamentos se intensificaram, com a adoção da administração urbana, pautada no seu empresariamento. E, neste início de século, em conformidade com a política ultraneoliberal em curso, a barbárie se expandiu, alcançando limites inimagináveis, que podem ser vislumbrados nas remoções e no desmantelamento da política de habitação, em meio a pandemia da Covid-19, que tem como medida preventiva o “*fique em casa*”, porém, que casa? É a partir deste questionamento e dos dados disponibilizados pelo Observatório de Direitos Humanos da América Latina, que construímos as nossas análises reflexivas.

Palavras-chave: Expropriação. Direitos Humanos. Empresariamento Urbano.

Resumen

El presente estudio, de carácter teórico-interpretativo, busca dilucidar los principales aspectos de la política de vivienda brasileña. Se pretende aclarar que históricamente su objetivo central fue promover la valorización inmobiliaria. Estos

procesos fueron sostenidos por la desgracia de millones de brasileños expropiados de sus casas y de una serie de derechos. En la década de 1990, tales degradaciones se intensificaron, con la adopción de la administración urbana, basada en su espíritu empresarial. Y, a principios de este siglo, de acuerdo con la actual política ultraneoliberal, la barbarie se ha expandido, llegando a límites inimaginables, que se vislumbran en los desalojos y desmantelamiento de la política habitacional, en medio de la pandemia del Covid-19, que tiene como medida preventiva el “quedarse en casa”, sin embargo, ¿cuál casa? Es a partir de este cuestionamiento y de los datos puestos a disposición por el Observatorio de Derechos Humanos de América Latina que construimos nuestros análisis reflexivos.

Palabras clave: Expropiación. Derechos humanos. Emprendimiento Urbano.

Abstract

The present study, of a theoretical-interpretative nature, seeks to elucidate the main aspects **brazilian's housing** policy. It is intended to clarify that historically its main objective were to favor real estate appreciation. These processes were sustained by the misfortune of millions of brazilians expropriated from their homes and from a series of rights. In the 1990s, such degradations were intensified, with the adoption of urban administration, based on its entrepreneurship. And, at the beginning of this century, in accordance with the current ultra-neoliberal policy, the barbarism have expanded, reaching unimaginable limits, which can be glimpsed in the removals and dismantling housing's policy, amidst the Covid-19 pandemic, which have as preventive measure the “stay at home”, but which house? It is from this questioning and the data provided by the Observatory Of Human Rights of American Latin, that we build our reflective analyses.

Keywords: Expropriation. Human Rights. Urban Entrepreneurship.

Introdução:

A pandemia da Covid-19, iniciada em fins do ano de 2019, tornou ainda mais explícita as desigualdades socioterritoriais em todo o mundo, haja vista que as medidas preventivas para a contenção do vírus são o isolamento social e a higienização das mãos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Contudo, no Brasil, há uma grande dificuldade para a efetivação dessas diretrizes, em função do expoente déficit habitacional e da precariedade das condições de moradia da maior parte da população.

No contexto da pandemia, inúmeros debates sobre a política de habitação de interesse social têm sido realizados, buscando evidenciar a negação dos direitos humanos, que decorre da não garantia do direito social à habitação digna, como preconizado na Constituição Federal de 1988. Diversas áreas do conhecimento têm se dedicado ao tema, dentre as quais o Serviço Social, que é uma das profissões que atua diretamente com o trato de todas as expressões que decorrem à problemática habitacional.

Nesse sentido, pretendemos contribuir com o debate. Portanto, o presente estudo tem como objetivo elucidar os principais aspectos da política habitacional brasileira. Trata-se de um estudo de natureza teórico-interpretativa, sem desmerecer os dados quanti-qualitativos, que serão utilizados para respaldar a nossa análise acerca do acesso e do direito à moradia, no contexto da crise pandêmica da Covid-19. Para tanto, trabalharemos com os dados disponibilizados no Observatório de Direitos Humanos da América Latina, do Programa de Estudos de América Latina e Caribe, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROEALC/UERJ).

Partimos do pressuposto que a política habitacional brasileira, trata-se também de uma política espacial, que vem

contribuindo para favorecer a especulação imobiliária e o empresariamento urbano, à medida que vem garantindo processos de expropriações das chamadas “*classes perigosas*”¹⁰⁹ de territórios valorizados do espaço urbano. Por conseguinte, territorializando-os em territórios que sobram ao ocaso da produção rentista de habitação.

Nessa direção, dividimos o estudo em três seções. Na primeira delas, apresentaremos as particularidades da política de habitação no Brasil. Na segunda seção, buscaremos evidenciar os retrocessos e os limites impostos à habitação de milhões de brasileiros no atual contexto de crise pandêmica e civilizatória. Por fim, na terceira e última seção, objetivamos enfatizar a centralidade assumida pela política de habitação, para a promoção do processo de empresariamento urbano.

1. As particularidades da Política de Habitação de Interesse Social no Brasil

Foi num cenário bastante similar ao que vivenciamos hoje, que a problemática urbana, especialmente ligada à habitação, começou a ser pensada no Brasil, em meados do século XIX, quando inúmeras pandemias assolavam o país, como a varíola, a tuberculose, a cólera, dentre tantas outras. Assim, era preciso intervir nos focos de proliferação das doenças, que eram os cortiços, nos quais se amontoavam inúmeros habitantes, em condições extremamente precárias.

Contudo, tal intervenção, tinha centralmente o objetivo de modernização do país, assim como ocorria nos países europeus. Para tanto, buscava-se a (re)organização do espaço

¹⁰⁹ Utilizamos o conceito de “*classes perigosas*” entre aspas, pois entendemos que essa expressão é carregada de estigma e é atravessada por um caráter conservador, que cria subjetividades, que unem a pobreza com a criminalidade, conforme observado por Coimbra (2001).

urbano, que foi legitimada pelo “risco” dos surtos endêmicos, fundamentadas em teorias eugênicas e higienistas, conforme nos elucida Chalhoub (1996) e Coimbra (2001). A atuação pautava-se numa perspectiva policialesca, a partir da qual os sujeitos eram expulsos dos cortiços, para a promoção da higienização, além da criação de legislações para determinar a regulação dos cortiços. Além disso, prioritariamente eram realizadas ações muito mais deletérias, por meio das quais inúmeros cortiços e vilas foram desocupados, demolidos e queimados, sobretudo quando localizados nas áreas centrais da cidade. Ao mesmo tempo, buscava-se a renovação das funções do espaço urbano brasileiro, por meio de obras de ampliação de ruas e avenidas, a fim de atrair o capital estrangeiro, como afirma Bonduki (2011).

No século seguinte, tais intervenções higienistas e segregatórias se impulsionaram ainda mais, no contexto da urbanização brasileira. A partir da década de 1930, com o tardio processo de industrialização, somado ao êxodo rural, a problemática habitacional se intensificou, pois as cidades passaram a crescer desordenadamente, sem quaisquer intervenções plausíveis que tocassem no cerne da questão, isto é, nos baixos salários, na condição de exploração e na pobreza, que em muito contribuía para houvesse a ampliação das favelas e das periferias brasileiras, em resposta aos cortiços que vinham sendo parcialmente eliminados.

Nesse sentido, a intervenção estatal era totalmente deletéria para o conjunto das camadas e das classes subalternizadas pelo capital, mas fortemente aclamada pela elite e pela imprensa, pois tais ações promoveram a maior valorização do espaço urbano, afinal, a pobreza havia sido “escondida”, nos morros, nas malhas e nas franjas das cidades brasileiras (CHALHOUB, 1996). Ademais, permitiu a abertura de novas frentes de valorização para o capital, em função da

necessidade crescente por moradia, que contribuiu para que os rentistas¹¹⁰ de imóveis, construíssem casas e cortiços para locação, a partir dos subsídios fiscais, como observado por Sidney Chalhoub (1996) e por Nabil Bonduki (2011).

Ainda na década de 1930, tivemos uma expressiva intervenção no trato da questão habitacional no país, por meio do artigo 2º do Decreto 19.469, que passou a atribuir aos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) a responsabilidade de reverter parte dos seus recursos para a construção de habitação popular. Conquanto, os avanços para as classes subalternizadas foram ínfimos, haja vista que os IAPs eram destinados apenas aos trabalhadores formais, excluindo grande parcela da população. Além do fato de que os juros cobrados eram imensamente altos e inacessíveis. Disso, podemos depreender que o objetivo principal era a capitalização dos recursos do IAPs e não o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro.

No período que compreende a ditadura militar, outras intervenções foram efetivadas, como a criação da Fundação da Casa Popular, do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Financeiro de Habitação. Contudo, tratavam-se de medidas bastante residuais, tendo em vista que o BNH utilizava recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ou seja, só os trabalhadores formais tinham acesso à moradia neste período.

Em suma, o BNH, apesar de um aparente avanço, representou muito mais a agudização da problemática habitacional no país, pois por meio de uma perspectiva modernizadora contribuiu para aumentar a especulação imobiliária. Assim, as classes subalternizadas pelo capital, que

¹¹⁰ Bonduki (2011) considerava a produção de imóveis como rentista, pois de acordo com ele a construção das casas tinha como objetivo garantir uma renda mensal em dinheiro, pelo uso do imóvel, ao seu proprietário.

não tinha emprego formal, muito menos qualquer salário pré-estabelecido, se espriava pela cidade, em busca de terrenos mais acessíveis, conseqüentemente sem a oferta de serviços públicos, nos quais foram construindo habitações improvisadas, com os seus poucos recursos, como mencionou Maricato (2011). Nesse sentido, Santos (2009, p. 124) identifica que o BNH contribuiu

para agravar a tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a especulação imobiliária. A construção de um conjunto residencial, e a consecutiva dotação de infra-estruturas, valoriza os terrenos ao redor, estimulando os proprietários a uma espera especulativa. Produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessitada de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização.

A maioria esmagadora da população brasileira buscava alternativas extraoficiais para acessar a habitação. Enquanto isso, a intervenção estatal era estritamente seletiva e buscava a financeirização dos recursos destinados à política habitacional, pois só tinha acesso quem poderia pagar pelos altos juros que eram cobrados.

Ademais, a perspectiva da promoção do empresariamento urbano, continuava centrada nas remoções, ou melhor dizendo, nas expropriações, assim como no século anterior. Convém enfatizar, a intervenção do governador Carlos de Lacerda, que criou o Conjunto Habitacional Vila Kennedy, na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, para reassentar mais de 5 mil famílias que haviam sido expropriadas de suas habitações, localizadas em áreas valorizadas da cidade do Rio de Janeiro, quais sejam, em Botafogo, na Vila do Pasmado; no Centro da Cidade; no Maracanã, a Comunidade do Esqueleto e na Zona Leopoldina, nas Praias de Ramos e de Maria Angu.

Durante a década de 1970, tivemos a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que compunha o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), além de inúmeros Planos Diretores, que tinham como objetivo solucionar o crescimento desenfreado das cidades, que provocavam o “caos urbano”. No entanto, essas intervenções continuavam sendo extremamente seletivas, o que contribuiu para que as cidades continuassem a crescer em direção as periferias (MARICATO, 2000).

Na conhecida “década perdida”, nos anos de 1980, a intervenção estatal continuava a se pautar na ordenação territorial e na segregação das camadas e das classes subalternizadas pelo capital. No contexto da crise estrutural do capital, cujas consequências foram a inflação, a recessão e o desemprego, a problemática habitacional se torna ainda mais deletéria, pois as condições de reprodução social em muito fora agravada. Assim, cada vez menos brasileiros se enquadravam nas condicionalidades exigidas para acesso à habitação, por meio dos recursos estatais.

À vista disso, a cidade “ilegal” ampliava-se cada vez mais, sendo tolerada, desde que não atrapalhasse os interesses do capital imobiliário. Caso contrário, as remoções e as expropriações eram efetivadas, buscando sempre a sustentação nas teorias sanitárias ou de “riscos” ambientais, com elucidado por Maricato (2000).

Ainda na década de 1980, com o fim da ditadura militar e com a ascensão dos movimentos sociais, que lutavam pelo direito à habitação e à cidade, emergiu no país uma nova política urbana, sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal. Tal avanço foi sistematizado na Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional nº: 26, de 2000, que no seu artigo 6º do capítulo II, passou a garantir o direito à

moradia, como sendo um dos direitos sociais básicos e elementares dos brasileiros.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, foram estabelecidas medidas concernentes a habitação, como o Programa Habitar Brasil (BID), o Projeto Moradia, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), o Programa Social de Habitação (PSH) e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2000). Contudo, tratavam-se também de intervenções excludentes, estritamente sustentadas na busca incessante pela acumulação de capital. Convém tornar explícito que no final do século XX e início do século XXI, o Brasil, em conformidade com as imposições do capital mundializado, impulsionou ainda mais a financeirização da moradia e do solo urbano.

Com Luiz Inácio Lula da Silva na presidência do país, tivemos a criação do Ministério das Cidades e do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social. Além da instituição do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, que pela primeira vez na história do país, construiu massivamente habitações para as camadas mais subalternizadas pelo capital.

Contudo, é importante ressaltarmos que o MCMV foi implementado a partir de um pacto com o setor financeiro, a partir do qual, buscava-se conter a crise imobiliária, a fim de não onerar as empresas de construção civil e o mercado imobiliário, frente a crise deflagrada nos Estados Unidos da América (EUA), com a bolha especulativa. Foi posteriormente que tal pacto se tornou a política de habitação do país, que se pautava na financeirização da habitação, haja vista que, se dava pelo crédito habitacional, os quais os contemplados deveriam arcar com o pagamento, em condições diferenciadas, a depender de sua renda mensal. Isto é, buscou-se prioritariamente garantir as proposições do capital-imperialismo, baseado no capital fictício e no crédito e não estritamente o acesso à habitação.

Além do MCMV, tivemos o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), destinado às intervenções urbanas em assentamentos precários. Por meio da sua implementação, objetivou-se a pavimentação de ruas, o tratamento de esgoto e de água, a construção de calçadas, o provimento de iluminação pública e de sinalização de trânsito.

Tais intervenções mudaram significativamente as cidades brasileiras, promovendo um *boom* imobiliário, contribuindo para aumentar a especulação imobiliária, tornando a habitação cada vez mais inacessível para as camadas subalternizadas pelo capital. Isto é, a lógica da espacialização das classes sociais continua presente na política habitacional e urbana neste início do século XXI.

Apesar das inúmeras contradições e aviltamentos oriundos da política de habitação brasileira, não podemos desmerecer a sua importância para todos aqueles que hoje tem um teto para dormir. Mais emblemática ainda é a habitação de interesse social, a partir da avalanche ultraneoliberal, instituída no país em 2016, que vem destituindo os brasileiros de todos os direitos trabalhistas e sociais, dentre eles, o direito à habitação. Na próxima seção, buscaremos elucidar a problemática habitacional neste contexto, com ênfase no cenário da Covid-19.

2. Habitação e Pandemia no Ultraneoliberalismo Brasileiro

A partir do golpe midiático e parlamentar, de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff e levou ao poder o vice-presidente Michel Temer, a problemática urbana se acirrou ainda mais. Desde então, tivemos o fim das políticas conciliatórias e a instauração de uma agenda regressiva, identificada como a avalanche ultraneoliberal (FREIRE e CORTES, 2020), que vem desmontando as frágeis políticas

habitacionais, por meio de inúmeras expropriações dos direitos historicamente conquistados, para favorecer as classes dominantes, detentoras do capital, por meio de isenções, de subsídios e de benefícios fiscais.

Sob a égide do ultraneoliberalismo, vivenciamos um recuo civilizatório, que se expressa na maior redução da intervenção estatal para garantia dos direitos sociais. Nesse sentido, os direitos humanos, nos quais se inscrevem o direito social à habitação, são cotidianamente negados e questionados, tornando-se alvos de inúmeras disputas e saques orçamentários, como buscaremos demonstrar.

No governo Temer¹¹¹, vários cortes orçamentários foram efetivados, como a suspensão das contratações para a construção da faixa 1 do MCMV, destinada às famílias com renda inferior a R\$ 1.800. Além da redução do orçamento da Categoria “Entidades”, que era destinada a movimentos sociais, que realizavam a autoconstrução das habitações. No ano seguinte, em 2017, apenas 13,5% da meta estabelecida para a construção de moradias foi cumprida (GADELHA e ALVES, 2021). E em 2018,¹¹² o orçamento destinado ao MCMV foi o menor desde 2009, dificultando ainda mais a possibilidade de acesso à casa própria pelas camadas mais subalternizadas pelo capital.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, os ataques à política habitacional e urbana se intensificaram. Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo em questão foi a Medida Provisória (MP) 870/19, que extinguiu inúmeros ministérios,

¹¹¹ REDE BRASIL ATUAL. *Com governo Temer, moradia volta ser ‘coisa pra quem tem dinheiro’*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/12/com-governo-temer-moradia-volta-ser-ativo-financeiro-887/>. Acesso em: 04. out. 2021.

¹¹² SIMÃO, Edna. *‘Minha Casa’ tem menor verba desde 2009*. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/09/10/minha-casa-tem-menor-verba-desde-2009.ghtml>. Acesso em: 02. out. 2021.

dentre os quais o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional. Houve a fusão desses dois ministérios, por meio da criação do Ministério do Desenvolvimento Regional¹¹³, que passou a coordenar o Programa Minha Casa Minha Vida.

O orçamento do MCMV¹¹⁴, em 2019 foi de R\$ 4,6 bilhões e no ano de 2020 foi de R\$ 2,7 bilhões. Cumpre ressaltar que durante os anos de 2009 a 2018, a média anual destinada ao programa era de R\$11,3 bilhões. Tais dados são alarmantes e ressaltam que a política habitacional tem se tornado cada vez mais excludente.

Nesse cenário, ainda passamos a vivenciar uma crise sanitária, a pandemia da Covid-19, que tem como slogan para conter a disseminação do vírus *SARS-COV-19*, o “*fique em casa*” e o “*lave as mãos*”. Contudo, tratam-se de medidas que só vêm evidenciar a problemática habitacional brasileira, face a precariedade das condições de habitação da ampla maioria da população brasileira e o expoente déficit habitacional do país, que é resultado do modelo de desenvolvimento urbano, pautado no seu empresariamento e na mercantilização das cidades.

Mesmo num contexto tão grave, onde o isolamento social se tornou necessário, assistimos no país um aumento exponencial dos despejos, que representam em números 310% a mais em relação ao ano anterior, com expressões ainda mais significativas nos estados seguintes estados: Rio de Janeiro, São

¹¹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Medida provisória prevê 22 ministros no governo Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550465-medida-provisoria-preve-22-ministros-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 01. out. 2021.

¹¹⁴ BASILIO, Ana Luiza. *Bolsonaro impõe menor orlamento da história ao Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: *Bolsonaro impõe menor orçamento da história ao Minha Casa Minha Vida - CartaCapital*. Acesso em: 04. out. 2021.

Paulo, Amazonas, Paraná e Pernambuco. A possibilidade do despejo assume um aumento de 495%, hoje, mais de 93 mil famílias estão ameaçadas de despejo, conforme demonstra o relatório do Despejo Zero (2021).

Neste cenário de pandemia, inúmeros brasileiros perderam os seus empregos¹¹⁵ e os trabalhadores informais passaram a encontrar maiores dificuldades, devido ao isolamento social. Face a dramática condição de acesso à renda, somado a alta inflação, a diminuição ou o corte do auxílio emergencial e a alta dos alimentos, podemos aferir que a dificuldade de acesso à habitação foi ampliada, afinal, a moradia consome cerca de 30% da renda familiar no país (ROLNIK, 2021).

Diante de tantas dificuldades de garantia do acesso à habitação, há de se ressaltar que estudos da Fundação João Pinheiro, estimam que o Brasil tinha um déficit habitacional de 5.879 milhões de domicílios, dos quais 5.044 milhões, na área urbana e 832 mil, na área rural. Esses dados são de 2019, hoje, certamente esses números são ainda maiores, resultado da crise social e pandêmica que atravessamos (FJP, 2021).

Ainda no que diz respeito a precariedade habitacional, cabe mencionar que no ano de 2019, o país possuía 1.482 milhões de casas em condições inadequadas de habitação, das quais, 1.358 milhões eram coabitadas. A carência de abastecimento de água potável está presente em mais de 9 milhões de domicílios,

¹¹⁵ Estudo realizado pela pesquisa “Coronavírus nas favelas: a desigualdade e o racismo sem máscaras”, constatou que 54% dos moradores das favelas do Rio de Janeiro perderam os seus empregos formais durante a pandemia. Para aprofundamento, consultar: XAVIER, Getulio. *Pesquisa revela como a necropolítica e a pandemia afetam as favelas no Rio*. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pesquisa-revela-como-a-necropolitica-e-a-pandemia-afetam-as-favelas-do-rio/?fbclid=IwAR2J_o2IdgAq5JqjhzG-KrpKIWRnrXqJgJNqLDhBg0txhqAJjsyHeFlz2o. Acesso em 04. set. 2021.

evidenciando a dificuldade de higienização das mãos para parcela significativa da população brasileira.

Face a esse cenário alarmante, a intervenção estatal tem se pautado na barbárie, engendrada pelo ultraneoliberalismo brasileiro. Ao invés de se ampliar a oferta de condições de moradia e de habitabilidade, o governo Bolsonaro cortou 98,2%¹¹⁶ do orçamento do novo programa habitacional, o Casa Verde e Amarela. Esses recursos, excluem substancialmente as camadas mais subalternizadas pelo capital de qualquer perspectiva de acesso à habitação. Como resposta a essa camada da população, tem-se apenas a regularização fundiária e obras de melhorias habitacionais. Isso é extremamente grave, pois muitas dessas casas se encontram em terrenos, que não são passíveis de melhorias, haja vista a sua composição geomorfológica, como demonstra os estudos de Maricato (2013).

O Casa Verde e Amarela é o novo programa desses tempos ultraneoliberais e sombrios. A sua essência ainda não está suficientemente aclarada, no entanto, já é possível testificarmos que o seu compromisso tem sido o de favorecer a indústria financeira, promovendo a maior financeirização do acesso à moradia. Ademais, objetiva especializar as classes subalternas em terrenos cada vez mais longínquos e inacessíveis à cidade, como demonstra Rolnik (2021).

Ainda é importante ressaltarmos os severos cortes do Ministério do Desenvolvimento Regional, que assume cifras de R\$ 9,4 bilhões. Além da redução de R\$ 3,5 bilhões do Ministério da Infraestrutura (MÁXIMO, 2021), cujos

¹¹⁶ UOL. *Governo corta 98% dos recursos do Orçamento para novo Minha Casa Minha Vida*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida.htm>. Acesso em: 03. out. 2021.

orçamentos poderiam ter sido utilizados para garantir habitação e água potável, assegurando o “*fique em casa*” e o “*lave as mãos*”, recomendados pela Organização Mundial de Saúde. Face a isso, convém tornar explícito que as periferias brasileiras foram os locais que mais sofreram com a crise pandêmica.

A efetivação da agenda regressiva, imposta pelo ultraneoliberalismo, que assume compromisso central com a promoção do empresariamento urbano, agravou exponencialmente o acesso à habitação social, como buscamos demonstrar. Na próxima seção, buscaremos evidenciar que tal agenda destrutiva está em plena consonância com as predileções do capital financeiro e globalizado.

3. A Política de Habitação e a Organização do Espaço Urbano

Ao longo do presente estudo, buscamos identificar que historicamente a política de habitação de interesse social desenvolvida no Brasil tem sido um importante instrumento para a organização do espaço urbano. Ao ampliarmos as nossas análises, podemos constatar que, desde o século XIX, quando foram iniciadas as primeiras medidas concernentes à habitação, o objetivo era o de promover a revalorização imobiliária, vista como um negócio altamente lucrativo. Chalhoub (1996, p. 52) afirma que

o discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira a grupos empresariais atentos as oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana (...). Haveria no processo um enorme potencial para a especulação na construção de moradias e no provimento da infra-estrutura indispensável à ocupação de novas áreas. A preciosa Ciência dos higienistas

parecia legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e ao enfatizar sempre que a destruição das moradias consideradas insalubres e a diminuição da aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais de tal terapia.

Ao longo dos séculos, como pudemos perceber, o compromisso da intervenção estatal através da política de habitação não foi alterado. Centralmente, objetiva-se especializar as classes subalternas em conjuntos habitacionais que se constituem em “depósitos de gente ou de força de trabalho barata” (MARICATO, 2019, p. 85).

A política habitacional estava e está, portanto, destinada a atender as necessidades do padrão de acumulação capitalista, por meio de processos de expropriação, para promoção do empresariamento urbano. Tais processos, em curso no Brasil desde o século XIX, se intensificaram em fins do século XX e início do século XXI, no contexto da crise estrutural do capital, como pudemos identificar. Desde então, a produção e o consumo do espaço urbano, tornaram-se mecanismos fundamentais para a absorção de capital sobreacumulado.

Nesse sentido, a política habitacional torna-se um importante instrumento para atender os interesses do capital imobiliário, pois por meio do fetiche do acesso à casa própria, promove-se a remoção de comunidades inteiras. Assim, terrenos e casas são entregues para que a construção imobiliária possa promover a especulação. Harvey (2014, p. 136) observa que as políticas neoliberais objetivam

transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinado ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa

foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por um tempo.

Após a promoção dos processos de expropriações, intervenções urbanísticas passam a ocorrer, tornando esses espaços interessantes ao capital imobiliário e rentista, que vai determinar novos rumos a esse território, por meio da construção de condomínios, de edifícios corporativos e de obras monumentais, que contrastam com a realidade de outrora.

Sob este viés, busca-se através da política urbana, definir e redefinir a utilização do solo urbano. Se inicialmente o objetivo era o de atuar com o capital sobreacumulado, no atual contexto da nossa história, o espaço assume centralidade na garantia do processo de reprodução do capital e não mais um papel secundário que lhe era atribuído (HARVEY, 2014). Assim, para se sustentar as taxas de lucro do capital,

as consequências tem *[sic]* frequentemente se mostrado extremamente irracionais. Enquanto há uma escassez crônica de moradias financeiramente acessíveis em quase toda grande cidade, suas *skylines* são emporcalhadas com condomínios vazios para os ultra-ricos, cujos principais interesses são especular valores imobiliários ao invés de promover o bem-estar (HARVEY, 2021, S/P).

Em outras palavras, o objetivo das políticas urbanas e habitacionais tem sido o de fomentar o surgimento de grandes empreendimentos imobiliários, para transformar as cidades, por meio de projetos de embelezamento, promovendo a criação da cidade mercadoria (VAINER, 2020) e da cidade marketing a ser vendida (ARANTES, 2020). Em congruência, aumenta-se a penúria das classes subalternas, posto que o valor de troca da habitação aumentou significativamente, tornando-a inacessível para a maior parcela da população.

Neste contexto da avalanche ultraneoliberal, as exigências do capital têm sido cada vez mais selvagens e animais, quando se impõem processos de expropriações num contexto em que o *“fique em casa”* assume relevância mundial para a preservação da vida. Assim, podemos depreender que o capitalismo é destituído de qualquer perspectiva civilizatória e a barbárie nele engendrada assume níveis inimagináveis.

Isto posto, compreendemos que não há alternativas para a garantia do *“lave as mãos”* e do *“fique em casa”*, se não, por meio da construção de uma agenda política e coletiva, pautada na luta pelo direito à habitação e pelo direito à cidade. Consideramos ainda a necessidade de uma luta muito mais ampla, pela defesa intransigente dos direitos humanos e contra essa ordem vociferante do capital que não pode separar lucro de destruição, na qual reina a miséria e a descartabilidade das vidas humanas, especialmente, as vidas pobres, moradoras da periferia ou de assentamentos bem localizados, nos quais não deveriam residir, pois constituem-se em entraves para o empresariamento urbano.

Conclusão

A dramática situação habitacional não é um problema novo na sociedade brasileira. Desde o início do enfrentamento da problemática habitacional, no século XIX, até os dias atuais, as condições de acesso à moradia, para parte exponencial de nossa população permanece a mesma: são imóveis precários, insalubres, com a ausência de serviços de infraestrutura. Dito isso, podemos depreender que os cortiços foram substituídos pelas favelas e pelas periferias.

De igual modo, parecem intocáveis as bases nas quais se sustentam a intervenção estatal, face a garantia do acesso à habitação. Como consequência, a cidade se torna cada vez mais

dividida e fragmentada. O acesso à habitação se torna restrito, um horizonte inatingível através do mercado formal, para as classes e as camadas subalternas. A partir da implementação da agenda ultraneoliberal no Brasil, a política habitacional seletiva que vinha sendo implementada historicamente, se torna ainda mais excludente, por meio dos cortes orçamentários, destinados à construção de habitações para os setores que mais demandam tal política.

De um lado, vem sendo construídos espaços glamorosos e cheios de chame nas cidades. De outro lado, assistimos o total descaso com a habitação das classes subalternas, que vem sendo expulsas de suas casas e de suas histórias de vida, para dar lugar a mercantilização das cidades, processos de expropriação esses que, vimos ser ampliados, em meio a pandemia da Covid-19, quando o isolamento social se constituía como fundamental, para minorar os impactos da pandemia para toda a população e não apenas para aqueles que não têm onde morar.

É indiscutível que, neste contexto que vivenciamos, é mais importante do que nunca, que nós assistentes sociais, que atuamos diretamente com o planejamento, a gestão e a execução das políticas de habitação, possamos aprofundar o nosso entendimento sobre a problemática habitacional no Brasil. Para tanto, urge, a necessidade de análises totalizadoras da realidade, que busquem ultrapassar o minimalismo conceitual, para que assim, possamos contribuir para a construção de alternativas mais democráticas de se acessar a habitação e a cidade.

Referências:

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (ORGs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando Consensos*. 8ª ed. 7ª reimpr. Petrópolis. Vozes, 2020.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio, o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

DESPEJO ZERO. *Dados atualizados dos despejos no Brasil*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CIZjXacBUDgMqSaidkIps0ba9BF9q8Ju/view>: Acesso em: 01. out. 2021.

FREIRE, Silene de Moraes e CORTES, Thaís Lopes. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio de; FREIRE, Silene. (ORGs.). *Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo*. Navegando. Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>>. Acesso em: dez. 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019*. Belo Horizonte, FJP, 2021. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em: 03. out. 2021.

GADELHA, Igor; ALVES, Murilo. *Governo cumpre só 13,5% da meta do Minha Casa para mais pobres*. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cumpre->

so-13-5-da-meta-do-minha-casa-para-mais-pobres,70002149698.
Acesso em: 04. out. 2021.

HARVEY, David. *A crise da urbanização planetária*. Disponível em: < David Harvey: A crise da urbanização planetária – Blog da Boitempo>. Acesso em: 10. jan. 2021.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo. Edições Loyola. 2014.

MARICATO, Ermínia. As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia. *Desmanchando Consensos*. Petrópolis. Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. É a Questão Urbana, Estúpido! In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; et. al (ORGs.). *Cidades rebeldes*. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. 1ª ed. 5ª reimp. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2019.

MAXIMO, Wellton. *Desenvolvimento Regional e Educação têm maiores cortes no orçamento: levantamento foi divulgado pelo IFI, órgão consultivo do Senado*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/desenvolvimento-regional-e-educacao-tem-maiores-cortes-no-orcamento>. Acesso em 03. out. 2021.

ROLNIK, Raquel. *Casa Verde e Amarela e a financeirização da moradia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uAEBOQ32qCU&t=191s>. Acesso em: jan, 2021.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed., 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

VAINER, CARLOS. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (ORGs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando Consensos*. 8ª ed. 7ª reimpr. Petrópolis. Vozes, 2020.

Recebido em: Maio de 2021
Aprovado para publicar em: Junho de 2021.

Nas trilhas da desproteção: os direitos da criança e do adolescente durante a pandemia

Vânia Morales Sierra

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo pretende realizar uma análise com base em informações publicadas na mídia, oriundas de órgãos oficiais e/ou Organizações Não-Governamentais, acerca da efetivação e garantia dos direitos da criança e adolescente durante a pandemia de Covid-19. A metodologia consiste em reunir um conjunto de dados referentes à educação, saúde, assistência social, a fim de analisar o contexto de desproteção social e de violações que tem sido enfrentado pela população infanto-juvenil neste contexto, considerando também as iniciativas e formas de resistência manifestas publicamente pelos principais agentes na defesa de seus direitos. A questão central se concentra sobre a precariedade e a falta de articulação do aparato institucional responsável pela proteção e defesa dos direitos da criança e dos adolescentes, ao longo da crise sanitária.

Palavras-chave: ECA, pandemia, proteção social.

Resumen

Este artículo pretende realizar un análisis a partir de información publicada en medios de comunicación, de organismos oficiales y/o Organizaciones No Gubernamentales, sobre la efectividad y garantía de los derechos de los niños, niñas y adolescentes durante la pandemia del Covid-19. La metodología consiste en recopilar

un conjunto de datos referentes a educación, salud, asistencia social, con el fin de analizar el contexto de desprotección social y vulneraciones que ha enfrentado la población infantil y juvenil en este contexto, considerando también las iniciativas y formas de resistencia expresadas públicamente por los principales agentes en la defensa de sus derechos. La pregunta central se centra en la precariedad y falta de articulación del aparato institucional encargado de la protección y defensa de los derechos de la niñez y la adolescencia, a lo largo de la crisis sanitaria.

Palabras clave: ECA, pandemia, protección social.

Abstract

This article intends to carry out an analysis based on information published in the media, originating from official institutions and/or Non-Governmental Organizations, about the effectiveness and guarantee of the rights of children and adolescents during the Covid-19 pandemic. The methodology consists of gathering a set of data related to education, health, social assistance, in order to analyze the context of social lack of protection and violations that has been faced by the children and adolescents in this context. The central issue focuses on the precariousness and lack of articulation of the institutional apparatus responsible for protecting and defending the rights of children and adolescents during the health crisis.

Keywords: child rights, pandemic, social protection.

Introdução

A proteção social às crianças e adolescentes no Brasil tem sido estudada com base nas mudanças que foram inseridas no ordenamento jurídico brasileiro. Desse modo, tivemos uma história dos dispositivos e mecanismos de poder que foram empregados sobre determinada infância e adolescência, pobre e negra, designadas juridicamente como “menores”. De modo geral, a ênfase sobre as normas jurídicas, que criaram e instituíram o “menor”, colocou a questão como um problema do controle social, cuja ênfase recaía sobre a pobreza, a incapacidade das famílias, o fracasso escolar, o trabalho precoce, a delinquência etc.

Estas problemáticas fizeram parte de inúmeras pesquisas que, ao longo dos anos, constituíram os trabalhos sobre infância e adolescência no Brasil. Após o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a criação de novos dispositivos de controle, outros tipos de violação vieram à tona, chamando atenção da sociedade para questões que não eram notificadas e/raramente apuradas. Os casos de violência sexual, assédio moral, os castigos físicos, por exemplo, não costumavam ser apurados. A criação do Conselho Tutelar tem dado visibilidade e possibilitado refletir acerca das formas de controle e de intervenção sobre diversas formas de violência contra crianças e adolescentes.

De certa forma, compreender a situação das crianças e dos adolescentes requer conhecer os modos de vida de seus responsáveis, considerando a classe social, o lugar de moradia, o acesso à educação, seus valores, religião, arranjos familiares etc. Pensar os direitos das crianças e dos adolescentes numa perspectiva isolada é possível apenas a partir da análise de dados. Na realidade, as crianças dependem dos adultos e costumam viver entre eles, de modo que seu bem-estar depende de da qualidade dos relacionamentos em ambiente de criação, bem como das condições objetivas de existência, que implicam

na situação econômica de seus responsáveis e no acesso aos serviços como educação, saúde e assistência social. Portanto, a família é responsável pela criança, mas a sociedade, por meio das instituições sociais e do Estado, também tem responsabilidade com a sua formação. Essa é uma característica central das sociedades modernas que precisa dividir com as famílias os encargos com a nova geração. Neste sentido, é que se pode determinar a proteção integral, pois o direito da criança corresponde aos deveres dos adultos.

Nestes termos, parece compreensível que a família, a sociedade e o Estado se encarreguem de efetivar os direitos da criança e do adolescente. Porém, a realidade não expressa adequadamente este sentido em nenhuma dessas partes. Primeiro, a crise econômica atinge de tal forma as famílias que eles encontram dificuldades de prover as necessidades de seus filhos; a sociedade não coopera suficientemente e o Estado tem se tornado omissivo, implementando uma política de redução sucessiva dos gastos sociais. Neste contexto, a pandemia chega ao Brasil e uma série de medidas começa a ser tomada, afetando diretamente as crianças e adolescentes. Com isso, tornou-se relevante saber “Como ficaram as crianças e adolescentes neste país, durante a pandemia?”

A questão remete à necessidade de buscar as alternativas de atendimento, bem como os dados que pudessem apresentar o cenário dos direitos das crianças e dos adolescentes durante a pandemia. A situação, que mesmo antes já era considerada grave, em decorrência das violações de seus direitos, revelou retrocessos, numa conjuntura de declínio da legitimidade dos direitos humanos de modo geral em contraposição ao avanço da agenda neoliberal e do conservadorismo moral. Este artigo pretende tratar dessa temática, a fim de mostrar, a partir de um conjunto de dados de diferentes fontes oficiais e de Organizações não governamentais, divulgados na mídia, a gravidade das violações de direitos da criança e do adolescente

no contexto da pandemia de Covid-19, nos anos de 2020 e 2021.

1. Neoliberalismo, pandemia de Covid-19 e direitos das crianças e dos adolescentes

Com relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, pode-se afirmar que o neoliberalismo é a política econômica que tem acentuado o sofrimento das famílias brasileiras e, por conseguinte, das crianças e dos adolescentes. Os cortes do governo atingem fortemente a classe trabalhadora, visto que restringem a implementação de políticas sociais, precarizando e comprometendo o seu funcionamento. Sem o suporte dos serviços, as famílias enfrentam inúmeras dificuldades para assumir as suas responsabilidades com a casa e a criação dos filhos. De certo modo, o sistema econômico, legitimado com base no discurso do mérito e da competição, mostra a sua falha exatamente aí, na infância, visto que as desigualdades estruturais, acabam favorecendo, ao longo da vida, aqueles que já estão bem situados e em condições de garantir a sua prole os meios para a ascensão social ou manutenção na mesma posição social da família.

Portanto, sendo as crianças e adolescentes sujeitos de famílias da classe trabalhadora, extremamente expropriadas pelo neoliberalismo, são eles também que mais demandam proteção, já que tem se tornado muito difícil prover as suas necessidades básicas a partir das redes de afeto do ambiente privado. Essas famílias pertencem à determinada classe social, mas também ocupam uma posição na estrutura de ocupação do mercado. Quer dizer, a maioria é formada por famílias negras (pardas e pretas), residentes em favelas, que trabalham na informalidade e buscam auxílio nos equipamentos de proteção social básica e especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desse modo, além da pobreza, essas

famílias também sofrem por causa do racismo presente nas relações do seu cotidiano (polícia, escola, shopping centers etc

Na pandemia de Covid-19, estas famílias foram as mais atingidas econômica e socialmente, seja pela perda dos empregos, seja pela falta de condições básicas para o enfrentamento da pandemia. Enquanto as classes médias trabalhavam em *home office*, os mais pobres tiveram que “se virar”, buscando alimentos em igrejas, Organizações não governamentais, vizinhança. A pressão sobre os governos diante da crise fez com que os políticos, acompanhando uma tendência mundial, defendessem uma política de transferência de renda, que mesmo sendo insuficiente, foi primordial. Contudo, como as desigualdades de classe também se manifestam como desigualdades em termos de moradia, educação, saúde etc., ficou evidenciado o profundo e amplo desamparo de um grande contingente de crianças e adolescentes neste país.

De um modo geral, os cortes nas políticas sociais têm se acentuado desde o golpe de 2016, momento em que o neoliberalismo conservador consegue dominar a política brasileira. Segundo Wendy Brown (2019, p. 31), o neoliberalismo conservador “é um ataque oportunista dos capitalistas e seus lacaios políticos aos Estados de bem-estar keynesianos, às sociais-democracias e ao socialismo de Estado”. Para legitimar a dominação econômica, é realizada uma inversão, já que, segundo a autora, mercantiliza-se a moralidade e moralizam-se os mercados. Com isso, o neoliberalismo se utiliza da moral tradicional, fazendo com que o Estado não atue no sentido de amenizar o racismo, o machismo, a xenofobia, a intolerância religiosa etc, e reforça a ideia de um passado mítico, fantasmático, no qual as famílias, heterossexuais, íntegras, viviam felizes; quando

as mulheres e minorias sabiam o seus lugares; quando as vizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, a heroína era problema dos negros, o terrorismo não estava em solo

pátrio e quando cristandade e branquitude hegemônicas constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação do Ocidente (BROWN, 2019, p. 13).

Essa ideologia tem sido eficaz para obscurecer a desigualdade crescente que a política neoliberal produz e alimenta. Segundo o relatório *O Vírus da Desigualdade* da Oxfam Brasil, lançado em Davos, na Suíça, em janeiro de 2021, tivemos uma pandemia de desigualdade, pois as mil pessoas mais ricas do mundo conseguiram recuperar todas as suas perdas no período entre fevereiro e novembro de 2020; já os mais pobres terão de esperar pelo menos 14 anos para repor as perdas causadas pelo impacto econômico da pandemia. Conforme este documento, os bilionários acumularam U\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020 (OXFAM BRASIL, 2021).

Os impactos negativos da pandemia sobre a sociedade foram assinalados por diversos pesquisadores que consideraram a política de saúde na conjuntura do neoliberalismo. Santos (2020, p. 6) afirmou que, “em muitos países, os serviços públicos de saúde estavam mais preparados para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos atrás do que estão hoje”. Destacou que os governos menos afins ao ideário neoliberal foram mais eficazes, citando como exemplo Taiwan, Coreia do Sul, Singapura e China.

David Harvey (2020) comentou acerca dos efeitos de 40 anos de neoliberalismo sobre a saúde pública, ressaltando que apesar do Ebola e da SARS sinalizarem os riscos de pandemia, nem na América do Norte, do Sul e na Europa o público estava preparado para enfrentar uma crise na Saúde, em razão de uma política de austeridade, baseada em cortes fiscais e liberação de financiamento aos ricos. Esse tipo de gestão mercantilizou os serviços públicos, de modo que “o modelo de negócio aplicado à oferta da saúde pública eliminou a capacidade de resposta que seria necessária em caso de emergência” (p. 18

No Brasil, o Sistema Único de Saúde já se encontrava em processo de desmantelamento, antes da chegada ao poder do neoliberalismo conservador de Bolsonaro. A Emenda 95, chamada PEC do Fim do Mundo, votada no governo Temer em 15 dezembro de 2016, restringiu o financiamento das políticas sociais, inviabilizando a proteção social à classe trabalhadora. Quando a pandemia de Covid 19 chegou ao país, o Programa Mais Médico, Farmácia Popular e a distribuição de medicamentos para pacientes crônicos já tinham passado por cortes drásticos. Segundo o Conselho Nacional de Saúde (CONASS), somente em 2019, por causa da EC 95 de 2016, o corte nos investimentos na Saúde chegou a 20 milhões (CONASS, 2021). De acordo com Almeida-Filho,

A pandemia atingiu o Brasil no meio de uma agenda política de reformas centrada na austeridade fiscal e na redução do papel do Estado na economia. Como resultado dos cortes de gastos e das reformas de ajuste neoliberal, principalmente reforma previdenciária e trabalhista, ao contrário do crescimento econômico apregoado, tem-se acentuado a situação de desemprego, crise e piora nos indicadores fiscais. A política de austeridade também desfinanciou o Sistema Único de Saúde (SUS) e fragilizou a estrutura de proteção social em um contexto de aumento da pobreza e das desigualdades sociais. (ALMEIDA-FILHO, 2020, p. 2017).

Agravando a situação, a gestão da Saúde durante a pandemia foi desacertada. Além da falta de comando por parte do Ministério da Saúde, que chegou a ter 4 ministros até o momento atual, medidas neoliberais continuaram sendo tomadas. O descaso do governo com a população tornou-se notório quando se noticiou que 80 bilhões do orçamento para Covid-19 no ano de 2020 deixaram de ser empregados (PUPO; RESENDE, 2021).

Toda esta situação afetou drasticamente as crianças e adolescentes do país, que passaram pelo sentimento de medo de perda de familiares, deixaram de frequentar a escola,

sentiram-se cerceados no direito de brincar com os amigos etc. Em pior situação ficaram as mais pobres, que ainda enfrentaram a falta de serviços socioassistenciais e a fome. O aumento das violações de maneira geral tem sido observado com a submissão à situação de miséria e da pobreza, o trabalho infantil, à violência sexual, os prejuízos nos estudos.

Quanto à Covid-19, segundo estudo da Fiocruz, quase metade de crianças e adolescentes mortos por Covid-19 em 2020 tinham menos de 2 anos; um terço dos óbitos até 18 anos ocorreram entre crianças de ano e 9% entre bebês com menos de 28 dias. Ao todo, em 2020, tivemos 1207 óbitos de pessoas com menos de 18 anos (LEVY, 2021).

Desde 2019, o governo Jair Bolsonaro em nada contribuiu para amenizar a situação das crianças e adolescentes mais necessitadas. Pelo contrário, tivemos da parte do presidente da República e/ou de representantes de seu governo, durante os anos de 2019 a 2021, a destituição de todos os membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, por decreto em 2019; a defesa do trabalho infantil; a defesa de escolas especializadas para crianças e adolescentes com deficiência; a exposição de uma criança fardada e com um rifle de brinquedo; a realização de campanhas contra “ideologia de gênero”, que impediram a discussão sobre sexualidade nos estabelecimentos de ensino, dificultando a identificação do abuso contra os estudantes; o veto contra a distribuição gratuita de absorventes nas escolas públicas; a defesa da redução da maioria penal; o veto à ajuda financeira para internet de alunos e professores de escola pública em março 2021.

O desrespeito aos indígenas e quilombolas acontece abertamente. As crianças indígenas viram a pandemia chegar sem que houvesse qualquer política de enfrentamento (RAQUEL, 2021). As quilombolas chegaram a sofrer ataques em seus territórios, como por exemplo, o despejo do acampamento do MST Quilombo Campo Grande (GOBBI,

2020) e a retirada das famílias na cidade de Alcântara, no Maranhão. Souza analisando a situação dessas crianças na pandemia, conclui que se trata de necropolítica:

As crianças quilombolas são invisibilizadas, assim como são produzidas inúmeras negações históricas de direitos aos territórios de que são parte. Não foram nominadas na mídia, nem em políticas públicas ou entre os dados da pandemia, tornando-se invisíveis no imaginário social. O desrespeito aos seus direitos territoriais e cidadania é parte de um processo que decreta a morte, uma morte que conceituamos no campo da necropolítica. (SOUZA, 2020, p. 1299)

Observando o comportamento inadequado do presidente da República, constata-se a forma como o governo de Jair Bolsonaro se posiciona contrariamente aos direitos da criança e do adolescente, negando-lhes a prioridade e a proteção integral, conforme determinação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A fim de conhecer melhor a situação dos direitos da criança e do adolescente durante a pandemia de Covid-19, a seção a seguir apresenta os dados referentes a esta temática no contexto do neoliberalismo conservador de Jair Bolsonaro.

2. O Impacto da Pandemia de Covid-19 nos direitos da Criança e do Adolescente

Durante a pandemia, a proteção aos necessitados ficou concentrada na transferência de renda mediante a concessão do Auxílio Emergencial, que favoreceu a população beneficiária do Programa Bolsa Família e as famílias que já estavam cadastradas no CadÚnico, além do grupo formado por trabalhadores informais, autônomos e empreendedores individuais.

Esta medida contribuiu para amenizar os efeitos da pandemia nas famílias diante do agravamento da crise econômica. Neste contexto de crise sanitária, a taxa de

desocupação atingiu 14,1% e a taxa de subutilização 28,6%, no trimestre encerrado em junho de 2021, segundo Pnad Contínua. Isso significa que temos um total de 14,4 milhões de desempregados no país (AGENCIA IBGE, 2021). Ou seja, uma redução na renda de inúmeras famílias, que necessita de recursos financeiros para sobreviver.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, a pobreza aumentou na pandemia. O número de pobres saltou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões em fevereiro de 2021¹¹⁷. Esta situação foi agravada com a suspensão do auxílio emergencial concedido entre setembro e dezembro de 2020. Por sua vez, o novo auxílio chegou apenas em abril, deixando em total desamparo inúmeras famílias brasileiras, no momento de crescimento da pandemia.

O auxílio emergencial foi criado pela Lei nº 13.982, do dia 2 de abril de 2020, que autorizou o repasse de R\$ 600,00, podendo os trabalhadores informais receberem até R\$ 1.200,00. Aos trabalhadores formais, foi instituído, no dia 20 de março de 2020, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, mediante a Lei nº 13.979, que autorizava o corte de salários correspondente à redução equivalente de jornada (25%, 50%, 70%), além da suspensão de contratos de trabalho (TROVÃO, 2020).

Segundo Trovão (2020), os trabalhadores formais e informais, ou que perderam seus empregos durante a pandemia, tiveram perdas da sua renda agregada e de seu poder de barganha, reduzidos desde a Reforma Trabalhista de 2017. Além disso, a situação foi agravada por causa da burocracia e da morosidade que impediram o acesso desses trabalhadores

¹¹⁷ Ver em Jornal Nacional. *Número de Brasileiros que vivem na pobreza quase triplicou em seis meses, diz FGV*. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/05/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-pobreza-quase-triplicou-em-seis-meses-diz-fgv.ghtml>. Acesso em: 13. out. 2021.

aos auxílios emergenciais e ao sistema de proteção social, inclusive o sistema de saúde, que entrou em colapso.

A concessão do benefício, no ano de 2021 em comparação com o ano de 2020, correspondeu um valor menor para uma quantidade reduzida de famílias. Em 2021, o benefício concedido foi de R\$ 250,00 para famílias com mais de uma pessoa ou R\$ 375 para aquelas formadas por mulheres provedoras. Nos casos de apenas uma pessoa solicitar e receber o benefício o valor foi de apenas de 150 reais.

Segundo Mota, “em 2020, o benefício custou R\$ 290,9 bilhões, montante reduzido para R\$ 44 bilhões em 2021, conforme o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) aprovado pelo Congresso em 15 de março”. (MOTA, 2021). Esta redução ocorreu em um contexto de aumento dos preços dos alimentos e bebidas que ficaram em média 15% mais altos nos 12 meses encerrados em fevereiro de 2021, sendo quase três vezes a inflação oficial, que atingiu 5,2%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IDEM). Gêneros alimentícios também aumentaram nos últimos 12 meses: O arroz ficou quase 70% mais caro, o feijão preto - 50%, a batata inglesa - 47%, a cebola - 69% e o limão- 79% (IDEM).

De acordo com a FGV, em 2019, antes da pandemia, 10,97% da população recebia menos de R\$ 246,00 por mês. Com o pagamento do auxílio, esse número caiu para 4,52%. Em fevereiro de 2021, com o fim do benefício, este número ultrapassou o quantitativo de antes da pandemia, chegando a 12,83%, ou seja, 27, 2 milhões. Entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza, mesmo com a volta do Programa Bolsa Família ¹¹⁸.

¹¹⁸ Ver em Profissão Repórter. *Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial*. G1. 3/3/2021. Disponível em: Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial | Profissão Repórter | G1 (globo.com). Acesso em 14. out. 2021.

Segundo a pesquisa *Olhe para Fome*, o Brasil chegou a 116,8 milhões de pessoas no estado de insegurança alimentar em 2020, uma população duas vezes maior que a da Argentina. Cerca de 19 milhões de brasileiros enfrentaram a fome nos meses de setembro, outubro e novembro de 2020. Este foi o maior nível desde 2004, em comparação com pesquisas do IBGE, segundo os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. (VIGISAN, 2021). Além dessa referência, o Data Folha também realizou um inquérito em maio de 2021 e concluiu que faltou comida para 40% dos brasileiros que possuem apenas o Ensino Fundamental Completo. Com relação à raça, entre aqueles declarados negros, 28% declararam possuir menos que o suficiente para comer, uma quantidade menor que os brancos, que registraram 19% (BANCO DE ALIMENTOS, 2021). Outro registro sobre a fome foi o levantamento do Instituto Data Favela feito em parceria com a Locomotiva - Pesquisa e Estratégia e a Central única de favelas (CUFA), revelando que quase 70% dos moradores de aglomerados não possuíam dinheiro para comprar comida durante a crise sanitária (RODRIGUES, 2021).

Observando esses dados podemos ter uma noção da situação de dificuldades que tem sido enfrentada pelas famílias submetidas à precarização. Durante o interregno da distribuição dos auxílios emergenciais, grande parte delas teve de buscar o auxílio da sociedade civil. Porém, as Organizações Não Governamentais não conseguiram arrecadar o suficiente, devido ao agravamento da situação pelo desemprego, falências e aumento dos preços dos alimentos.

Diante desse quadro, a violação dos direitos da criança e do adolescente também aumentou. Conforme um estudo apresentado em 2020, o trabalho infantil aumentou em 271%, em comparação com o mesmo período no ano anterior, segundo informação da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, com base no banco de dados da Inspeção do

Trabalho, órgão vinculado ao Ministério da Economia. No período de março a maio, foram detectadas 653 fiscalizações que constataram trabalho infantil, número esse bem maior que o do mesmo período em 2019, cujo registro foi de 176. (OLIVEIRA, 2020).

Outro dado alarmante na pandemia diz respeito às desigualdades educacionais que se tornaram uma questão de difícil reparação. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE, revelou que o percentual de estudantes de 6 a 17 anos, que não frequentavam a escola em 2020, foi maior que comparado ao ano anterior em 2019 (CETIC, 2020).

Segundo dados do estudo “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre impactos da pandemia da Covid-19 na Educação”, publicado pela Unicef e o Cenpec Educação, em novembro de 2020, mais de 5 milhões de meninos e meninas não tiveram acesso à educação no Brasil, número esse próximo ao que havia há vinte anos atrás, no ano 2000. Ainda em novembro de 2020, quase 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos não frequentaram a escola nem de modo de ensino presencial ou remoto. Além desses, 3,7 milhões estudantes estavam matriculados, mas não tiveram acesso às atividades escolares e não conseguiram estudar em casa. Ao todo foram 5,1 milhões de crianças e adolescentes que não puderam exercer o seu direito à educação. Com relação aos jovens de 15 a 17 anos, 31,2% não frequentaram a escola. Esta era a faixa etária mais excluída antes da pandemia.

A partir da análise destes dados, a UNICEF recomendou ao país a reunião de esforços para manter as crianças e adolescentes na escola, a realização da busca ativa dos que estão fora da escola, a garantia de acesso à educação para todos, especialmente os mais vulneráveis, a realização de campanhas de comunicação comunitária, visando retomar as matrículas nas escolas; a mobilização das escolas para o enfrentamento da exclusão escolar; e o fortalecimento do sistema de garantia de

direitos, com o objetivo de garantir condições às crianças e aos adolescentes para que permaneçam na escola, ou retornem a ela.

De modo geral, a pandemia tem acentuado as desigualdades educacionais também por conta de dificuldades no acesso à internet. Segundo dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) fornecidos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o Brasil tem 67% dos domicílios com acesso à rede, sendo esse percentual muito diferente entre classes sociais: 99% para aqueles da classe A, 94% na B, 76% na C e 40% na DE. Conforme o documento, o dispositivo mais utilizado é o telefone celular, que já está presente em 93% dos municípios, sendo 100% na classe A e 84% na classe DE. Computadores estão em apenas 42% dos domicílios, contando 4% na classe C e 9% na D e E. Além do acesso aos aparelhos, ainda tem a questão da conectividade que em geral não é boa. (CETIC, 2021).

Outro tipo de violação que tem adquirido repercussão na mídia refere-se à violência sexual contra crianças durante a pandemia. Segundo dados do Disque 100, no primeiro semestre de 2021, houve um crescimento do número de denúncias em comparação com o primeiro semestre de 2020, registrando 5.106 violações que foram registradas de janeiro a maio deste ano, contra 3.342 no primeiro semestre do ano passado (RIBEIRO, 2021). No Rio de Janeiro, a pandemia aumentou em 50% a quantidade de denúncias de violência contra crianças e adolescentes nos conselhos tutelares, e o abuso sexual foi a mais comum. Um levantamento da Secretaria Municipal de Saúde mostrou que em 2020 houve 1.494 notificações de violência contra crianças com idade entre 0 e 9 anos e, em 2021, até o início de maio, foram 410 casos. As principais vítimas desta violência são meninas (58,3%) que sofrem o abuso dentro de casa (72%) e a cor negra foi a que predominou em 66% dos casos (RIO PREFEITURA, 2021).

A violência contra a criança e o adolescente também foi incisiva no território de moradia. De junho de 2019 a maio de 2020, o Rio de Janeiro contabilizou 856 mortos em operações policiais, sendo 29 deles crianças e adolescentes, segundo o Levantamento da Rede de Observatório de Segurança. Somente até julho de 2021, o Estado realizou oito operações policiais por dia, apesar da determinação do Supremo Tribunal Federal para que essas ações acontecessem apenas em casos excepcionais e com autorização do Ministério Público, durante pandemia. Somente nessas ações, foram registradas 189 mortes. Este Levantamento revela que em comparação com o ano passado, houve um aumento de 33,9% de operações policiais realizadas entre janeiro e maio de 2021. A violência no território também foi expressa pela quantidade de chacinas, pois de junho a maio de 2020, aconteceram no Rio de Janeiro 51 chacinas, enquanto Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo somaram ao todo 50 chacinas (Ramos, 2021).

Em síntese, podemos verificar que a pandemia agravou a violência contra as crianças e os adolescentes em diversos sentidos. Elas sofreram em razão do seu pertencimento de classe, cor, etnia, lugar de moradia e falta de acesso aos serviços de modo geral. O Estado que deveria ser o responsável pela proteção durante a pandemia foi negligente deixando um grande contingente de crianças e adolescentes à mercê das ações insuficientes do mundo privado

Considerações Finais:

Mediante os dados apresentados, constata-se que tem sido trágica a situação das crianças e dos adolescentes neste país nesta pandemia. Por sua vez, a política neoliberal já vinha sendo implementada, representando uma ameaça constante aos seus direitos em razão dos sucessivos cortes nas políticas sociais, que atendem às famílias, às crianças e aos adolescentes.

Com a pandemia de Covid-19, a situação se agravou e a violação de seus direitos aumentou em todos os sentidos.

O governo federal, ao mesmo tempo em que se mostrava defensor da moral e da família cristãs, deixava em desemprego grande parte das crianças e adolescentes submetidos à pobreza e à miséria. Além disso, a orientação neoliberal conservadora de Bolsonaro desconsiderou a prioridade e a proteção integral, negando ao Estado a sua responsabilidade diante da efetivação e da garantia dos direitos da criança e do adolescente. Aliás, no caso das crianças quilombolas e indígenas, o Estado tem sido omissivo e avesso aos seus direitos.

Em suma, durante a pandemia as crianças e adolescentes vivenciaram até o momento uma situação de medo, angústia e desamparo, decorrente não apenas da pandemia mas também das medidas deste governo contrário aos direitos humanos, aparentemente irracional, que defende os valores cristão ao mesmo tempo em que dissemina o ódio contra as minorias e a população empobrecida e mais necessitada, em especial, as crianças e adolescentes negros e pobres

Referências:

AGENCIA IBGE. *PNAD Contínua Mensal*: taxa de desocupação é de 14,1% e taxa de subutilização é de 28,6% no trimestre encerrado em junho. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31479-pnad-continua-mensal-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-6-no-trimestre-encerrado-em-junho>. Acesso em: 10. out. 2021.

ALMEIDA-FILHO, Naomar. Pandemia de covid-19 no brasil: equívocos estratégicos induzidos por retórica negacionista. In: Alethele de Oliveira Santos e Lucia Tolêdo Lopes (orgs). *Principais Elementos*. Brasília DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021, p. 214-225.

BANCO DE ALIMENTOS. *Um em cada quatro brasileiros não tem comida suficiente na mesa*: <https://bancodealimentos.org.br/um-a-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-comida-suficiente-na-mesa/> Acesso em: 12. out. 2021.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

CONASS. *Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016*. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>. Acesso em: 10. out. 2021.

GOBBI, Maria Aparecida et al. *Crianças e mulheres e nós-nada. Reflexões a partir das vidas em despejo no acampamento Campo Grande no MST. Zero-a-Seis*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, n. especial, p. 1281-1304. Dez-Dez, 2020.

HARVEY, David. "Política anticapitalista em tempos de Covid-19". In: DAVIS, Mike. et al. (orgs.). *Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos, 2020*.

CETIC. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2020*. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2020/domicilios/>. Acesso em: 12. out. 2021.

LEVI, Bel. *Fiocruz analisa dados sobre mortes de crianças por Covid-19*. <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-analisa-dados-sobre-mortes-de-criancas-por-covid-19> Acesso em: 12/10/2021.

MOTA, Camilla Veras. *Novo auxílio não é suficiente para cobrir linha de pobreza em nenhum Estado do país, aponta estudo*. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/bbc/56570693_novo-auxilio-nao-e-suficiente-paracobrir-linha-de-pobreza-em-nenhum-estado-do-pais-aponta-estudo.html. Acesso em: 6. jun. 2021.

OLIVEIRA, Mayara. *Casos de trabalho infantil têm alta de 271% durante a pandemia. Jornal Metrôpoles*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/casos-de-trabalho-infantilealta-de-271-durante-a-pandemia>. Acesso em: 6. abril. 2021.

OXFAM BRASIL. *Pandemia e desigualdades: super-ricos recuperam perdas em tempo recorde, os mais pobres terão que esperar por mais de uma década.* Disponível em: https://www.oxfam.org.br/noticias/pandemia-e-desigualdades-super-ricos-recuperam-perdas-em-tempo-recorde-os-mais-pobres-terao-que-esperar-mais-de-uma-decada/?gclid=Cj0KCCQjw5JSLBhCxARIsAHgO2ScqOB4FfCmwRn4zg8YAJuFeUQEbnWAjRXVOKVHHFI4pzHmjvaHgKqkaApm7EALw_wcB. Acesso em: 15. agosto. 2021.

PUPO, Fabio; RESENDE, Thiago. *R\$ 80 bi de verba da Covid em 2020 ficam parados, e parte segue represada.* Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/r-80-bi-de-verba-da-covid-em-2020-ficam-parados-e-parte-segue-represada.shtml>. Acesso em: 02. out. 2021.

RAMOS, Sílvia. *Racismo, motor da violência: um ano da Rede de Observatórios da Segurança* / Sílvia Ramos... [et al.]. Rio de Janeiro: Anabela Paiva, Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (CESeC), 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf>. Acesso em: 12. out. 2021.

RAQUEL, Marta. *Como as crianças indígenas Tupi-Guarani entendem a pandemia e o coronavírus?* Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/como-as-criancas-indigenas-entendem-a-pandemia-e-o-coronavirus/>. Acesso: em 14. out. 2021.

RAMOS, Silvia et. Al. *A vida resiste além dos dados da segurança.* Rio de Janeiro: CESeC, 2021. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/wp/wp-content/uploads/2021/07/REDE-DE-OBS_2_A-VIDA-RESISTE-_ALEM-DOS-DADOS-DA-VIOLENCIA.pdf Acesso em: 09. out. 2021.

RIBEIRO, Bruna. *Pandemia aumenta risco de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.* Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/bruna-ribeiro/pandemia-aumenta-risco-de-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 09. out. 2021.

RIO PREFEITURA. *Pandemia aumentou 50% de violência contra crianças e adolescentes.* Disponível em: <https://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos->

humanos/pandemia-aumentou-em-50-denuncias-de-violencia-
contra-criancas-e-adolescentes/. Acesso em: 09. out. 2021.

RODRIGUES, Gabriel. *As Pessoas Precisam Comer Todos os Dias, diz ONG Sobre Vale de 100 reais*. <https://www.otempo.com.br/cidades/as-pessoas-precisam-comer-todos-os-dias-diz-ong-sobre-vaes-de-r-100-1.2474884> Acesso em: 09. out. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SOUZA, Maria Lúcia Anacleto de. *(In)visíveis? Crianças quilombolas e a necropolítica no Brasil. Zero-a-Seis*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, n. especial, p. 1281-1304. Dez-Dez, 2020.

TROVÃO, José Bezerra Marques. *A Pandemia da Covid-19 e a Desigualdade de Renda no Brasil: Um Olhar Macrorregional para a Proteção Social e os Auxílios Emergenciais Cassiano. Texto para Discussão*. UFRN. DEPEC, Natal, n. 004, mai., 2020. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/TROV%C3%83O-2020-PANDEMIA-E-DESIGUALDADE.pdf>. Acesso em: 10. out. 2021.

VIGISAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Disponível em: olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf Acesso em: 10. out. 2021.

UNICEF. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre impactos da pandemia da Covid-19 na Educação*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf> Acesso em: out. 2021.

Recebido em: Maio de 2021
Aprovado para publicar em: Junho de 2021.

Latinidade

Normas Editoriais

→ O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico, evinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

→ Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

→ O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

→ Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

→ Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

→ As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo

autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.

→ As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

→ Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

→ Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português, espanhol e inglês), com, aproximadamente, dez

linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português, espanhol e inglês).

→ Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

→ As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha. Latinidade_2018_2_desbastado.indd 287
11/06/2019 08:41:53

→ Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.

→ A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

→ Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

→ Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

→ Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

→ São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

→ Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.

